

VOLUME
XXXIX
Nº 1

**BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**

2026

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DESTE NÚMERO

Saul António Gomes, Professor Catedrático da FLUC

Luís Rêpas, Professor Auxiliar da FLUC

Afonso Soares Sousa, Mestre em História Medieval pela FLUC

COMISSÃO CIENTÍFICA DESTE NÚMERO

(RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ARBITRAGEM EM SISTEMA DE DOUBLE BLIND PEER REVIEW)

Adrián Ares Legaspi, Universidad Nacional de Educación a Distancia (Espanha);

Alicia Duhá Lose, Universidade Federal da Bahia (Brasil);

Ana Suárez González, Universidade de Santiago de Compostela (Espanha);

Carlos Manuel Faísca, Universidade de Évora (Portugal);

Catarina Fernandes Barreira, Universidade Nova de Lisboa (Portugal);

Cristina Sobral, Universidade de Lisboa (Portugal);

Flávio Miranda, Universidade de Évora (Portugal);

José María de Francisco Olmos, Universidad Complutense de Madrid (Espanha);

Maria da Conceição Casanova, Universidade Nova de Lisboa (Portugal);

Mário Farelo, Universidade do Minho (Portugal);

Nélson Vaquinhas, Câmara Municipal de Loulé (Portugal);

Ölbei Tamás, Eötvös Loránd University (Hungria);

Paulo Lopes, Universidade Nova de Lisboa (Portugal);

Ricardo Seabra, Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal).

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)

Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)

Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)

José Pedro Paiva (FLUC - lejpaiva@fl.uc.pt)

Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)

Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Gracinda Maria Ferreira Guedes

SUPERVISÃO EDITORIAL

Mara Alexandra Dias Almeida

VOLUME
XXXIX
Nº 1

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632

2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_39_1

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE® Scopus® DOAJ

DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

MIAR



Red Iberoamericana
de Innovación y Conocimiento Científico

Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Arquivos, Fontes e Ciências Históricas	7
Afonso Soares Sousa; Luís Rêpas; Saul António Gomes	

ESTUDOS

Uso, custodia y memoria de lo escrito en Santa María de Penamaior, Lugo (siglos XII–XIX)	21
Sandra Piñeiro Pedreira	
<i>The Livro Preto</i> of the Monastery of Grijó (1449–1452): A Multidisciplinary Study of a Late Medieval Monastic Cartulary	53
Rui Pedro Neves	
Causes Behind the Dismissal of Ottoman Timar Holders in the Mid-15 th Century Balkans: A Comparative Approach	83
Hüsamettin Şimşir	
Estudio diplomático de la documentación de D. Leonor de Austria, reina de Portugal y Francia	113
Luis Fernando Fernández Guisasaola	
Contributos para a História da Tipografia em Coimbra: O contrato de impressão de João Álvares com o Mosteiro de Santa Cruz (1565)	133
Daniela Fernandes Santos; Pedro Pinto	
El archivo de los Quiñones, Condes de Luna (León, España): Nuevos datos para su historia	151
Rafael Ceballos-Roa; María del Carmen Rodríguez-López	
As encadernações dos tombos da Mitra Episcopal de Coimbra (séculos XVI a XVIII)	185
Ana Margarida Dias da Silva	

O “diário” do Reitor da Universidade de Coimbra, D. Manuel Corte-Real de Abranches (1664–1666).....	263
Ana Maria Leitão Bandeira	
A Real Mesa Censória como Fonte para a História da Informação Económica e dos Mercados Financeiros em Portugal.....	281
Tomás Pinto de Albuquerque	
Os processos de obras particulares da Câmara Municipal de Sines e o Gabinete da Área de Sines (1971–1989).....	307
Sandra Patrício	

RECENSÃO CRÍTICA

Vaquinhas, N. (Ed.). (2021). <i>Atas do IV Encontro de História de Loulé</i> . Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal.	345
Paulo Batista	

Arquivos, Fontes e Ciências Históricas: Nota de apresentação

Archives, Sources and Historical Sciences: Presentation Note

AFONSO SOARES DE SOUSA

Doutorando da Universidade de Coimbra
Investigador do Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH
afonso.sousa1@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7634-7559>

LUÍS MIGUEL RÊPAS

Professor Auxiliar da Universidade de Coimbra, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra
luis.repas@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5437-9437>

SAUL ANTÓNIO GOMES

Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra
saulggomes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

Os arquivos são lugares de memória, de preservação e salvaguarda de fontes que testemunham paisagens carregadas do passado. Fontes documentais e/ou monumentais, assim como a sua inteligibilidade, constituem o

ponto de partida e o horizonte de reconhecimento e composição de qualquer investigação histórica. É nelas que o historiador e/ou investigador encontra os vestígios – muitas vezes fragmentários, por vezes ambíguos – da presença humana no tempo: atos e práticas, relações de poder, rotinas administrativas, conflitos e consensos, crenças e representações simbólicas, mentalidades e memórias. Porém, as fontes não “falam” por si. Exigem referência e localização, descrição, contextualização, crítica, interpretação e partilha da sua informação. Exigem, neste contexto, mediações institucionais e técnicas: a salvaguarda e a preservação, mas igualmente a inteligibilidade, a acessibilidade e a valorização pública e universal do património documental. É neste cruzamento entre arquivos, fontes e ciências históricas que se inscreve o presente volume temático dedicado a “Arquivos, Fontes e Ciências Históricas”, que recebeu o pronto e generoso acolhimento do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*.

A centralidade dos arquivos e das bibliotecas – e do trabalho e profissionalismo, tão necessários, de arquivistas e bibliotecários – é hoje indiscutível. A constituição e a manutenção de fundos, a sua organização, a produção de instrumentos de descrição, a implementação de políticas de conservação e, mais recentemente, a digitalização e a disponibilização em linha não são meras tarefas auxiliares, são condições essenciais para viabilizar a própria investigação. Ao longo das últimas décadas, a História tem vindo a afirmar-se, cada vez mais, como uma ciência consciente da importância da materialidade das fontes escritas, na imensa pluralidade das suas tipologias, bem demonstrada no pioneiro projeto editorial *Typologie des sources du Moyen Âge occidental*, inaugurado por Léopold Genicot na Bélgica dos anos de 1970 e ainda em curso na atualidade, e dos seus condicionamentos: a proveniência dos documentos, as vicissitudes da transmissão, as perdas e reordenações, as práticas dos cartórios e dos arquivos, as lógicas institucionais que presidem à produção e à conservação. Neste sentido, os arquivos não são apenas “depósitos” de fontes; são, eles próprios, objetos da história, que resultam de escolhas, conflitos, políticas e necessidades administrativas. A história custodial, a arquivística histórica e o estudo das culturas escritas permitem compreender como se formam, transformam e, por vezes, se fragmentam os fundos, coleções e conjuntos documentais, com implicações diretas na forma como (re)conhecemos o passado.

A par desta dimensão histórica, o momento presente coloca desafios específicos. As novas tecnologias multiplicaram as possibilidades de pesquisa e cruzamento de informação, ao permitirem consultar e relacionar fontes conservadas em diferentes instituições e países, construir *corpora*,

aplicar metodologias de análise assistida e acelerar processos de identificação e comparação. Contudo, esta expansão do acesso convive com obstáculos persistentes. Em muitos arquivos, continuam a existir unidades de instalação com descrições incompletas, com informação insuficiente sobre conteúdos, tipologias, cronologias ou mesmo sobre o número de documentos que as compõem. A dispersão dos documentos de uma mesma instituição por vários arquivos – fruto de extinções, incorporações, políticas de centralização, transferências e reorganizações – agrava esta dificuldade. O resultado é um paradoxo: nunca foi tão fácil “chegar” a tantos documentos, e nunca foi tão evidente a necessidade de saber com rigor o que existe, onde existe e em que condições pode ser conhecido.

O volume temático parte desta constatação e propõe-se, por isso, como um espaço de reflexão e de partilha de estudos que iluminem o “mundo dos arquivos” e as múltiplas ciências que se centram na análise das fontes. Reúnem-se contributos que enfrentam, de modo direto, a fase heurística da investigação histórica – a arte de localizar e delimitar um universo documental – e que exploram metodologias robustas de descrição, inventariação, crítica e interpretação. Ao mesmo tempo, procura-se valorizar abordagens históricas das próprias fontes e dos arquivos.

Neste âmbito, assume particular relevo o conjunto de disciplinas que em tempos foram designadas por “ciências auxiliares” – designação que não traduz a sua atual autonomia metodológica e o seu potencial interpretativo. Paleografia, Diplomática, Codicologia, Sigilografia, Cronologia, Linguística Histórica, Crítica Textual ou Heráldica (quando integrada em fontes arquivísticas) constituem instrumentos intelectuais indispensáveis para o historiador, sobretudo quando trabalha com documentação medieval e moderna. A Paleografia permite ler e compreender os atos escritos, identificando mãos, estilos, escolas e práticas de escrita, e abrindo caminho à análise de processos de literacia e de formação de profissionais da escrita. A Diplomática oferece os recursos para a crítica interna e externa dos documentos, avaliando autenticidade, função, fórmulas, contextos de produção e circulação, e permitindo distinguir entre original, cópia, traslado e falsificação, com consequências decisivas na reconstrução histórica. A Codicologia e a História do Livro possibilitam estudar o códice como artefacto material e cultural: suportes, encadernações, iluminações, usos e marcas de leitura, circulação e receção. A Sigilografia, por sua vez, investiga as práticas de selagem, os selos como instrumentos de validação e como dispositivos de identidade e poder, articulando materialidade, iconografia e legenda. A Heráldica, quando abordada a partir de testemunhos arquivísticos (selos, cartas, tombos, inscrições

associadas a documentação), contribui para o estudo das elites, das estratégias familiares, das alianças e das linguagens de representação.

A amplitude temática do volume procura, assim, responder a uma dupla necessidade. Por um lado, acolher estudos centrados em arquivos e em processos de produção, custódia e descrição documental: arquivos institucionais, arquivos pessoais e de família, cartórios monásticos e capitulares, chancelarias régias e senhoriais, tabelionato e escrivaninhas, formulários e tipologias diplomáticas. Por outro lado, incentivar trabalhos sobre objetos e práticas concretas: documentos avulsos e séries, cartulários, tombos e livros de registo, códices e encadernações, marcas de propriedade e de circulação, selos e matrizes, inscrições e sinais gráficos, usos de linguagem e de escrita. Importa sublinhar que o presente volume acolhe não só abordagens mono-disciplinares, que aprofundam uma metodologia específica, mas também abordagens interdisciplinares, capazes de conjugar competências e de explorar a riqueza de fontes complexas e multifacetadas.

Este número temático pretende igualmente ser um convite a pensar criticamente a relação entre inovação tecnológica e exigência metodológica. A digitalização, a descrição normalizada, as bases de dados e os instrumentos de pesquisa em linha são recursos imprescindíveis, mas não substituem o olhar crítico do investigador nem as competências técnicas necessárias para interpretar os documentos. Antes pelo contrário: a abundância de imagens e metadados reforça a importância de critérios rigorosos de descrição e de análise, sob pena de se ampliar a circulação de erros, atribuições indevidas ou leituras descontextualizadas. Do mesmo modo, a possibilidade de cruzar fontes dispersas e construir *corpora* interarquivísticos exige um conhecimento fino das lógicas de produção documental e da sua história custodial, para que as comparações sejam historicamente significativas e não apenas agregações superficiais.

Ao promover um espaço de publicação dedicado a estas questões, o *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* afirma-se como uma plataforma de diálogo entre investigadores e profissionais do património documental. Trata-se de um diálogo fundamental, na base do qual se encontra, precisamente, o conhecimento estruturante sobre fundos, séries e contextos de proveniência produzido pelos arquivistas. O resultado desejável é a constituição de um espaço de articulação em que a preservação, a descrição e a investigação se reforçam mutuamente, contribuindo para uma melhor compreensão do passado e para uma valorização mais ampla das fontes e de todos os profissionais que com elas trabalham.

Em suma, este número temático, sobre “Arquivos, Fontes e Ciências Históricas”, reúne estudos que tornam visível o caminho que vai do vestígio

ao conhecimento: da localização de um documento à sua leitura, da crítica diplomática à interpretação histórica, da materialidade do suporte à construção de identidades e memórias. Num tempo em que se multiplicam os meios de acesso e se aceleram os ritmos de pesquisa, este volume reafirma o valor da precisão, da metodologia e do trabalho com as fontes.

O conjunto de estudos aqui reunidos propõe, assim, uma reflexão articulada sobre a produção, a organização, a transmissão e a apropriação da informação ao longo do tempo, cruzando escalas, geografias e tradições documentais. Em comum, os trabalhos aqui apresentados partem de uma premissa metodológica forte: os documentos não são apenas repositórios de dados sobre o passado, mas artefactos históricos em si mesmos, atravessados por regimes de uso, por decisões técnicas e por relações de poder.

Uma primeira linha temática emerge no domínio dos arquivos monásticos e da cultura escrita associada aos cartórios, em que a documentação se apresenta simultaneamente como prova jurídica, suporte de memória e instrumento de governação institucional. É neste horizonte que se inscreve o estudo de Sandra Piñeiro Pedreira, dedicado a Santa María de Penamaior (Lugo), analisado numa diacronia larga (séculos XII-XIX). A autora mostra como o património escrito de uma casa cisterciense pode ser reconstituído não apenas pelo que se conserva, mas também pelo que se perdeu e pelo modo como a perda deixou vestígios. O seu trabalho articula duas frentes complementares. Por um lado, procede à leitura das marcas materiais e gráficas presentes nos pergaminhos – dobragens, sistemas de atadura, intervenções de restauro, notas dorsais e marginais –, entendidas como indícios de instalação, identificação e consulta, e como sinais de campanhas sucessivas de reorganização. Por outro, analisa os tombos modernos (com destaque para os de 1688 e 1702), enquanto instrumentos de controlo e de transmissão de informação, mas também como mediações interpretativas, por vezes imprecisas, que condicionam a leitura futura do fundo. Este cruzamento permite observar, com particular nitidez, a transformação funcional do arquivo: de um dispositivo sobretudo orientado para a prova e a gestão do património, para uma máquina de memória institucional. Em simultâneo, o confronto entre os assentos dos tombos e a documentação hoje existente permite recuperar a memória de cerca de três dezenas de diplomas desaparecidos, cujo extravio se intensifica no contexto da desamortização oitocentista. A história do arquivo torna-se, assim, história de um processo de conservação, reorganização e esquecimento, no qual a materialidade documental e a escrita de arquivo desempenham papéis decisivos.

Num plano cronológico distinto, mas convergente na ênfase sobre a construção institucional da memória e da legitimidade, o artigo de Rui Pedro

Neves analisa o *Livro Preto* do Mosteiro de São Salvador de Grijó, cartulário em pergaminho compilado entre 1449 e 1452. Produzido no âmbito do Desembargo Régio, sob supervisão de Fernão Lopes e por mandado de D. Afonso V, o códice reúne 43 traslados autênticos (1122–1434), com termos de abertura e encerramento, extraídos do arquivo régio com finalidade probatória. O autor enquadra esta compilação no clima de instabilidade política e jurídica do pós-Alfarrobeira, interpretando o cartulário como estratégia de resistência patrimonial e reafirmação de direitos e jurisdições por parte de uma comunidade de cónegos regrantes. A análise articula dois eixos: a contextualização das motivações e do momento de produção – que sublinha a passagem de práticas internas de escriturar e guardar para um dispositivo de validação pública – e o exame diplomático, paleográfico e codicológico do manuscrito. Destacam-se os critérios de seleção documental, a estrutura material (cadernos, regragem, duas colunas), a mão escriturária, os sinais de autenticação e o uso continuado, visível na presença de *marginalia*. O estudo acompanha ainda a história custodial do códice, do cartório monástico à Torre do Tombo, evidenciando o seu valor para reconstituir perdas e continuidades da cultura documental tardo-medieval. Em diálogo com o trabalho sobre Penamaior, este caso mostra que a escrita de arquivo não é apenas um mecanismo de conservação: é também uma forma de enunciação de autoridade e de estabilização de identidades institucionais.

Um segundo eixo do número amplia a discussão para além do espaço ibérico, evidenciando como fontes administrativas seriadas permitem reconstituir mecanismos de governação e transformação social em contextos de forte complexidade política. É aqui que se situa o artigo de Husamettin Simsir, dedicado aos Balcãs otomanos em meados do século XV. Com base, sobretudo, em sete *tahrir defterleri* (registos de população e de terras) e documentação arquivística complementar, o autor analisa as razões da dispensa de detentores de *timar*, num período menos explorado face ao predomínio dos séculos XVI e XVII. A partir da análise de 406 unidades fundiárias e de 102 casos de substituição de titulares, propõe uma tipologia de onze causas principais: criminalidade; incapacidade física ou mental; incumprimento do serviço militar; abandono do *timar*; renúncia voluntária e/ou promoção; violação de deveres e abusos de autoridade; morte ou desaparecimento em contexto específico; aquisição ilícita ou fraudulenta; traição; detenção prolongada do *timar*; e denúncias falsas. A reconstrução micro-analítica destes processos permite compreender os mecanismos de controlo, verificação e sancionamento – incluindo o papel de oficiais locais e das queixas das comunidades – e a intensificação do controlo central

sobre concessões fundiárias em zona de fronteira. O artigo sugere ainda que a rotatividade relativamente frequente dos titulares, ao tornar a posse mais precária, podia desincentivar o investimento em campanhas militares e favorecer estratégias de permanência local, oferecendo dados relevantes para comparar o *timar* com outros regimes de posse e serviço no espaço balcânico. Ao trazer para o centro do debate uma documentação administrativa muitas vezes lida apenas como fonte quantitativa, o estudo mostra a fertilidade de uma abordagem que restitui ao registo seriado a sua densidade social e política.

A problemática da identificação do emissor e da construção de uma “imagem documental” surge como outro contributo estrutural do número, aproximando a diplomática e a sigilografia das preocupações contemporâneas da descrição arquivística. O artigo de Luis Fernando Fernández Guisasola examina a documentação de D. Leonor de Áustria, figura singular pela sua circulação entre Portugal e França e pela pertença à Casa de Áustria. Partindo de fundos portugueses, espanhóis e franceses, o estudo centra-se em três elementos que permitem reconhecer o emissor: *intitulatio*, selo e assinatura. Mostra-se como D. Leonor ajustou fórmulas e práticas de validação às tradições de cada reino, sem abdicar de marcas identitárias do seu nascimento – manutenção do estatuto de infanta e evocação da filiação dinástica – numa lógica de autorrepresentação e estratégia política. A análise das intitulações evidencia oscilações linguísticas e titulaturas adaptadas a contextos distintos (rainha consorte, rainha-viúva, rainha de França), incluindo escolhas inovadoras como o recurso ao termo “Espanha” e à terminologia francesa de viúva (*douairière*) em documentação castelhana. No plano sigilográfico, descrevem-se matrizes, armas e formas de aposição (incluindo soluções de matriz e contrasselo) que acompanham mudanças de estatuto e de casamento. A assinatura recebe atenção particular pelo seu valor operativo na descrição e atribuição arquivística: ao identificar padrões gráficos, influências (sobretudo de D. Maria de Castela) e variações ao longo do tempo e dos espaços de escrita, o artigo oferece critérios para corrigir atribuições erróneas e refinar instrumentos de acesso. A convergência entre análise diplomática e exigências de descrição e recuperação da informação evidencia um ponto-chave deste número: a erudição técnica não é um fim em si mesma; é também uma ferramenta de acesso, de interoperabilidade e de rigor científico.

Em estreita continuidade com esta atenção às materialidades e às mediações, o número acolhe contributos que situam o livro e o impresso no coração das dinâmicas arquivísticas, insistindo na necessidade de ler a cultura escrita para lá da superfície textual. O artigo de Daniela Fernandes Santos

e Pedro Pinto centra-se num contrato de impressão de 1565, celebrado entre João Álvares (impressor da Universidade de Coimbra) e o Mosteiro de Santa Cruz, conservado no Arquivo da Universidade de Coimbra e raro na tipologia contratual quinhentista. A partir da edição integral do documento e da sua leitura contextualizada, os autores demonstram como este género de fonte manuscrita ilumina dimensões do livro impresso que a folha de rosto e os preliminares frequentemente silenciam: condições materiais de produção, repartição de responsabilidades, cadência de trabalho, circuitos de correção e mecanismos de controlo de qualidade. O contrato regula a impressão de 500 exemplares de um “breviário novo” (em in-oitavo), estipulando prazos e ritmos mínimos de composição, provisão de papel e tintas (preto e vermelho), procedimentos de provas com corretores de ambas as partes e modalidades de pagamento (adiantamento para “aparelho da impressão” e preço por caderno). Este quadro evidencia a articulação entre uma instituição religiosa e o universo tipográfico universitário após o encerramento da tipografia crúzia, sublinhando a centralidade de Coimbra nas dinâmicas editoriais do século XVI. Os autores mostram também como a referência a um breviário de 1555 suscita um problema bibliográfico: a atribuição “*Conymbrice apud Antonium a Santillana*” pode coexistir com a indicação de impressão em Lyon por Thibaud Payen, abrindo hipóteses sobre “impressões emprestadas”, edição *versus* impressão e circulação transnacional de modelos litúrgicos. O contrato emerge, assim, como fonte decisiva para reconstituir práticas, mercados e redes do impresso, e também para mostrar como o manuscrito pode corrigir ou reorientar as certezas construídas a partir do objeto impresso.

A investigação sobre arquivos de família e arquivos de poder surge, neste número, com particular relevo, permitindo observar como a administração, o estatuto social e a política se inscrevem no modo de ordenar, descrever e mobilizar a documentação. O artigo de Rafael Ceballos-Roa e María del Carmen Rodríguez-López reconstitui, com novos dados, a história arquivística do arquivo nobiliárquico dos Quiñones, Condes de Luna (León). A metodologia cruza análise de instrumentos de descrição e controlo produzidos pelos responsáveis do cartório, leitura das marcas materiais e intelectuais deixadas pela prática arquivística (pregas, registos dorsais, códigos de identificação, perfurações de instalação) e recolha de notícias sobre uso, circulação e perdas. O estudo evidencia a continuidade funcional do arquivo como instrumento de governo senhorial – gestão patrimonial, jurisdição e defesa de direitos – e a existência de mecanismos rigorosos de empréstimo e restituição, com recibos e listas de remessa para a corte. Reconstrói-se a evolução do depósito e do mobiliário (da torre e arcas no século XV a sistemas de

gavetas e armários), bem como a reorganização de 1719 em 23 *legajos* temáticos, apoiada por índices e inventários que permitem perceber uma aplicação prática precoce do princípio da proveniência. A narrativa integra ainda momentos de vulnerabilidade e dispersão: o roubo de 1446 (com recuperação parcial) e, sobretudo, a fragmentação oitocentista ligada à alienação de bens e à transferência de documentação “útil” com as propriedades, explicando a atual bipartição entre instituições (Archivo Fundación Obra Social Castilla y León e Archivo Fundación Octavio Álvarez Carballo, em León). Neste caso, como no de Penamaior, a biografia do arquivo ilumina, simultaneamente, dinâmicas de poder, usos sociais da escrita e a própria história da arquivística: não há “arquivo” sem política de conservação, nem conservação sem escolhas sobre o que vale a pena manter e como deve ser recuperado.

A dimensão codicológica do número aprofunda a ideia de que as materialidades não são ornamento, mas parte essencial da inteligibilidade das fontes. O artigo de Ana Margarida Dias da Silva analisa as encadernações de 57 tomos de demarcação e reconhecimento da Mitra Episcopal de Coimbra (séculos XVI-XVIII), preservados no Arquivo da Universidade de Coimbra. Partindo de um *corpus* homogéneo quanto à proveniência e função, a autora identifica tipologias de encadernação, materiais, técnicas e padrões decorativos, articulando a história material do códice com a história institucional do cartório episcopal. Distingue quatro grandes tipos: encadernações em pergaminho; em cartão revestido a couro (com ou sem gravação a ferros); em tábua de madeira com brochos; e em cartão forrado a papel rosado (a par de um caso com papel marmoreado). A classificação permite observar evoluções de longo curso: a transição do pergaminho e de soluções mais pesadas para pastas de papelão e nervos em cordão, acompanhando mudanças de manuseamento e arrumação do livro (da horizontalidade para a verticalidade) e a crescente padronização setecentista. Um contributo particularmente relevante é a leitura das marcas de posse e circulação – numeração interna do cartório (remetendo para um *Index* de 1818), etiquetas e carimbos da Torre do Tombo e, por fim, a cota do Arquivo da Universidade de Coimbra –, que evidenciam percursos custodiários entre Coimbra e Lisboa (1881) e o regresso ao Arquivo da Universidade de Coimbra (1916). A análise decorativa, baseada em esquemas geométricos e motivos vegetalistas reiterados, sugere empreitadas centralizadas e possível reutilização de ferros, ainda que sem identificação segura de oficinas. O anexo com fichas descritivas normalizadas reforça, por fim, o valor do estudo para conservação, descrição e investigação: o conhecimento técnico traduz-se em condições concretas de acesso e preservação.

A problemática da documentação produzida em contexto de governação quotidiana e de administração universitária, por seu lado, é exemplificada pelo artigo de Ana Maria Leitão Bandeira, que dá a conhecer um manuscrito singular: o “diário” do reitor da Universidade de Coimbra, D. Manuel Corte-Real de Abranches, com registos entre 5 de maio de 1664 e 6 de dezembro de 1666. Embora a lombada o identifique como volume de “Petições e Despachos” de estudantes, a análise demonstra tratar-se de um instrumento mais amplo de memória administrativa, onde se anotam decisões, pareceres e ocorrências da vida universitária, com intervenções de mais de uma mão (provavelmente a do reitor e a de um secretário), rasuras e textos intercalados. A autora interroga o estatuto do códice – entre registo particular e institucional – e descreve a sua materialidade (papel italiano com marca de água, encadernação posterior, sinais de uso), situando-o numa história custodial recente, já que esteve em mãos privadas antes da sua incorporação no Arquivo da Universidade. Do ponto de vista informativo, o “diário” permite observar um retrato denso da Universidade na segunda metade do século XVII: gestão de crises sanitárias e de absentismo, petições de estudantes (incluindo equivalências e casos de alunos provenientes do Ultramar), requerimentos de partidos médicos, conflitos internos de governação, pedidos de tenças por viúvas e órfãos de lentes, e questões de fazenda universitária ligadas a rendeiros e prazos. O cruzamento com outras séries do Arquivo da Universidade de Coimbra e com a correspondência de António Vieira reforça o valor desta peça para uma micro-história do governo universitário e para o estudo das práticas de escrita decisória e de registo em contexto institucional. Neste ponto, o número sublinha uma ideia fundamental: os arquivos não guardam apenas “resultados” administrativos; guardam os próprios processos de decisão, com as suas ambiguidades, hesitações e correções.

A abertura do número à história económica reforça a vocação transversal do tema “Arquivos, Fontes e Ciências Históricas”, mostrando como fundos tradicionalmente associados à história cultural e política podem ser mobilizados para reconstituir infraestruturas informacionais de mercados. O artigo de Tomás Pinto de Albuquerque propõe uma leitura inovadora do fundo da Real Mesa Censória (do Arquivo Nacional Torre do Tombo) como fonte para a história da circulação de informação económica e dos mercados financeiros em Lisboa no século XVIII. Partindo do problema da assimetria de informação, o autor demonstra que, para além das redes mercantis tradicionais, existiram canais formais e semiformais de acesso a dados relevantes para decisões de investimento, ainda que mediados e condicionados pelo

enquadramento censório. Através de um levantamento empírico direto, identificam-se periódicos nacionais e estrangeiros, papéis avulsos e literatura financeira sujeitos a exame, onde se encontram notícias políticas com impacto nos preços, entradas e saídas de navios, cotações de géneros, evolução dos câmbios, anúncios de leilões, lotarias, contratos e subscrições de ações (incluindo companhias privilegiadas). A censura surge, paradoxalmente, como mecanismo de filtragem e simultaneamente como “infraestrutura” de preservação documental, permitindo reconstituir práticas de divulgação e consumo de informação económica. A comparação com outras praças europeias (Madrid, Londres, Amesterdão) sustenta a caracterização de Lisboa como um mercado semiopaco: menos institucionalizado e com menor publicitação sistemática de preços, mas dotado de soluções endógenas – papéis avulsos, pregões, imprensa generalista e circulação de jornais estrangeiros – que mitigavam, de forma funcional, a incerteza informacional. O estudo contribui, assim, para uma reinterpretação do mercado de capitais no Antigo Regime português e para a valorização de fundos “não económicos” como fontes centrais da história económica.

O diálogo entre teoria arquivística e estudos de caso contemporâneos encontra expressão exemplar no artigo de Sandra Patrício, que analisa a série “Processos de Obras Particulares” do Município de Sines como caso de produção e custódia partilhadas de informação administrativa. Entre 1971 e 1975, no contexto do Decreto-Lei n.º 270/71 e do lançamento do complexo industrial e logístico, o Gabinete da Área de Sines assumiu o licenciamento de obras particulares em Sines e Santiago do Cacém, gerando processos que só em 1989 foram integralmente transferidos para a Câmara Municipal de Sines. A trajetória – com sobreposições funcionais, remessas, reorganizações e dispersões documentais – permite discutir, com base na história custodial, consequências para a integridade do vínculo arquivístico, comunicabilidade, acessibilidade e conservação. A autora demonstra que a dupla responsabilidade moldou a organização dos processos (capas normalizadas, numeração sequencial, campos de movimento e prazos), os instrumentos de recuperação (fichas por pontos de acesso, planta de localização) e o perfil informacional da série, marcada por uma génese tardia e por práticas anteriores de acumulação em coleções cronológicas de requerimentos. Simultaneamente, evidencia como a extinção do Gabinete da Área de Sines e a transferência de competências para múltiplos “herdeiros funcionais” produziram quebras de ligação entre conjuntos complementares (por exemplo, projetos de arquitetura e processos municipais), com impacto direto na decisão administrativa e nos direitos dos munícipes. O estudo conclui que, apesar de se

tratar de uma série comum a todas as autarquias, a sua história administrativa e custodial confere-lhe características próprias na Área de Sines, reforçando a importância da análise contextual para descrição, gestão e acesso à informação urbanística. Ao lado dos exemplos medievais e modernos, este caso contemporâneo demonstra que as questões de proveniência, custódia e integridade continuam a ser, hoje, problemas estruturantes do conhecimento e do exercício de direitos.

A fechar o conjunto, a recensão crítica de Paulo Batista às *Atas do IV Encontro de História de Loulé* (Vaquinhas, 2021) funciona como uma reflexão sobre os próprios ecossistemas de produção e circulação de conhecimento histórico. A recensão valoriza o papel do Arquivo Municipal de Loulé na mediação cultural e na publicação científica, defendendo um modelo de boas práticas assente em acesso, continuidade editorial e participação pública. O volume, com treze estudos (que abrangem os séculos XII-XX) organizados em cinco secções temáticas, revela interdisciplinaridade e renovação geracional, combinando autores consagrados e investigadores em início de percurso. Ao sublinhar o cuidado material e simbólico da edição e a relevância das fontes mobilizadas, o texto afirma que iniciativas deste tipo consolidam um *corpus* cumulativo de conhecimento sobre o território, as instituições e as comunidades, promovendo cidadania informada e memória coletiva. Nesta perspetiva, os arquivos surgem não só como depositários, mas como agentes ativos de produção de conhecimento.

Em conjunto, os contributos reunidos evidenciam a vitalidade de um campo que articula tradição erudita e inovação metodológica, convocando saberes técnicos e problemáticas historiográficas amplas. Ao colocar os arquivos no centro da reflexão, este volume reafirma a sua natureza dinâmica e a responsabilidade partilhada entre investigadores e profissionais do património. Espera-se, assim, que estas páginas contribuam para aprofundar práticas, suscitar novas questões e consolidar uma cultura científica exigente no trabalho com as fontes.

Estudos

Uso, custodia y memoria de lo escrito en Santa María de Penamaior, Lugo (siglos XII–XIX)

Uso, custódia e memória do escrito em Santa María de Penamaior, Lugo (séculos XII–XIX)

Use, Custody, and Memory of the Writings at Santa María de Penamaior, Lugo (12th–19th centuries)

SANDRA PIÑEIRO PEDREIRA¹

Profesora sustituta

Área de Biblioteconomía e Humanidades

Departamento de Humanidades

Universidade de A Coruña

sandra.pineiro.pedreira@udc.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6862-3103>

¹ Este estudio se ha desarrollado dentro del proyecto de investigación *Libros, memoria y archivos: cultura escrita en monasterios cistercienses (siglos XII-XIII). Lemacist II*, financiado por la Agencia Estatal de Investigación y el FEDER dentro del Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia, Subprograma Estatal de Generación de Conocimiento (convocatoria 2017), Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (HAR2017-82099-P). Asimismo, junto a la autora, esta investigación se ha beneficiado de una de las Ayudas para la formación de profesorado universitario, concedida por el Programa Estatal de Promoción del Talento y su Empleabilidad en I+D+i y Subprograma Estatal de Formación en el marco del Plan Estatal de Investigación Científica y Técnica y de Innovación 2017-2020 (convocatoria 2019), Ministerio de Universidades (FPU19/04175).

RESUMEN

El presente estudio busca conocer cómo se utilizaron, dónde se guardaron y cuáles fueron las vicisitudes de los documentos plenomedievales (ss. XII-XIII) que actualmente se conservan en el Archivo Histórico Nacional (Madrid, España), mientras estuvieron custodiados en la abadía cisterciense de Santa María de Penamaior (Lugo, España), la cual fue exclaustrada durante la desamortización decimonónica. Para ello, vamos a examinar el uso y los recursos empleados para la selección, el control, la guarda y la *memoria* de este patrimonio escrito en el archivo monástico, sirviéndonos de los instrumentos de *memoria* posteriores – varios libros de *tumbo* modernos – y de las huellas de instalación – sistemas de plegado y atado –, identificación y uso – anotaciones marginales y dorsales – presentes en las piezas objeto de análisis. Esto no sólo nos permitirá reconstruir la trayectoria posterior de la documentación pignatense, sino también vislumbrar – y recuperar – los documentos perdidos a lo largo de la historia, tanto en época medieval como en época moderna y contemporánea.

PALABRAS CLAVE: Cister; Santa María de Penamaior (Lugo); Archivo; Siglos XII-XIX.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender como foram utilizados, onde foram guardados e quais foram as vicissitudes dos documentos plenomedievais (sécs. XII-XIII) que atualmente se conservam no Arquivo Histórico Nacional (Madrid, Espanha), enquanto estiveram sob custódia da abadia cisterciense de Santa María de Penamaior (Lugo, Espanha), a qual foi exclaustrada durante a desamortização do século XIX. Para tal, examinaremos o uso e os recursos empregados na seleção, no controlo, na guarda e na *memória* deste património escrito no cartório monástico, recorrendo tanto a instrumentos de *memória* posteriores – vários *tombos* modernos – como aos vestígios de instalação – sistemas de dobragem e atadura das peças –, de identificação e de uso – anotações marginais e dorsais – presentes nas peças analisadas. Isso permitir-nos-á não apenas reconstruir a trajetória posterior da documentação pignatense, mas também vislumbrar – e recuperar – os documentos perdidos ao longo da história, quer no período medieval, quer nos períodos moderno e contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Cister; Santa María de Penamaior (Lugo); Arquivo; Séculos XII-XIX.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the use, storage, and vicissitudes of medieval documents (12th-13th centuries) currently preserved in the National Historical Archive (Madrid, Spain), while in custody at the Cistercian abbey of Santa María de Penamaior (Lugo, Spain), which was exlaustrated during the 19th century disentailment. To this end, we will examine the practices and resources employed for the selection, control, preservation, and *memory* of this written heritage within the monastic archive, utilizing subsequent *memory* instruments – several modern *tumbos* – as well as material traces of installation – including folding and tying systems – and markers of identification and use – such as marginal and dorsal notes – present in the documents under analysis. This will not only allow us to reconstruct the subsequent history of the documentation from Santa María de Penamaior, but also to recover documents lost throughout history, spanning the medieval, modern and contemporary periods.

KEYWORDS: Cistercian order; Santa María de Penamaior (Lugo); Archive; 12th-19th centuries.

Introducción

Al noreste de la provincia de Lugo, en “una honda cañada cerrada por dos sierras, con el famoso *Pico* inmuido en las nubes a la izquierda – que le da nombre – y un tortuoso cauce a la derecha – que recibe su nombre –” (Bautista Neira, 1896, p. 1), se sitúa el monasterio cisterciense de Santa María de Penamaior.

En cuanto a su historia, frente a lo esperado por Francisco Vázquez Saco, quien aguardaba “una mano cariñosa que desempolve los viejos pergaminos en que se encierra su historia” (1947, p. 45), son muy pocos los estudios rigurosos – desde una perspectiva histórica – dedicados a esta casa monástica². Por ello, los primeros tiempos del monasterio son inciertos. Ahora bien, la mayoría de los historiadores y estudiosos interesados en la materia sostienen que Santa María de Penamaior fue, primero, granja depen-

² Este monasterio ha sido objeto de estudio en los proyectos de investigación *Libros, memoria y archivos: cultura escrita en monasterios cistercienses del noroeste peninsular (siglos XII-XIII)*. LEMACIST I (HAR2013-40410-P) y LEMACIST II (HAR2017-82099-P), de los que han derivado varias publicaciones científicas (Suárez González, 2015; Suárez González, 2016; Suárez González & Baurý, 2016; Suárez González, 2019).

diente de Santa María de Carracedo (León, España) y, luego, abadía independiente de Cîteaux (Yepes, 1613, f. 228r; Manrique, 1649, p. 414; Villa-Amil y Castro, 1866, p. 394; Vázquez Saco, 1947, pp. 46-49; Fernández de Viana y Vieites, 1971, pp. 48-50; Fraga Vázquez, 1998, p. 221; Fernández de Viana y Vieites, 2000, pp. 204-205; Pérez Rodríguez, 2008, p. 233; García Flores, 2010, p. 27; Nodar Fernández, 2018, p. 993).

La documentación conservada – y, también, la *recordada* – lo confirma. En efecto, la primera referencia documental conocida data de 1169, cuando “Arias López y Pérez donó este lugar al monasterio con otros vienes”³, y el primer documento conservado data de 1181, cuando Martín Lavado entrega “a uos prior Martin S. de Pena Maior et *omni conuentu*” todo cuanto posee en la feligresía de San Cristovo de Fontes a condición de ser admitido como familiar⁴. Asimismo, contamos con una donación de 1188 en la que Urraca González junto a su marido e hijas dan a “Deo et Beate Marie de Penna Maiore, que cenobio Carracedi *pertinere uidetur*” el monte de Vilaselle y la mitad de las heredades que tienen en varios lugares⁵. Por lo tanto, la trayectoria de esta comunidad monástica se inicia a mediados del siglo XII como un pequeño priorato dependiente de Carracedo.

Sin embargo, sólo se hace referencia a su categoría canónica en la confirmación de Inocencio III del 22 de noviembre de 1203, por la cual toma bajo su protección a la abadía carracetense tras su filiación a la Orden cisterciense y ratifica sus dominios, que se extienden hasta la “grangiam Penne Maioris cum pertinentiis suis” (Martínez Martínez, 1997, pp. 151-154). Como podemos observar, tras la anexión de Carracedo al Císter, el antiguo priorato de Penamaior pasa a convertirse en una más de sus granjas.

Así llegamos al año 1225, cuando el Capítulo General concede el estatuto canónico de abadía a Santa María de Penamaior (Janauschk, 1877, pp. 228-229; Canivez, 1934, n. 58). Entonces, como *hija* de Santa María de Carracedo, se incorpora a la Orden del Císter en su misma línea de filiación: Cîteaux. A partir de entonces, comienza su historia cisterciense. En esta

³ Noticia documental recogida, primero, en Archivo Histórico Nacional (AHN), Clero Secular_Regular (Clero), L. 6207, f. 89r (foliación original) / 112r (foliación reciente); y, luego, en Arquivo Histórico Provincial de Lugo (AHP Lu), Clero, Mosteiro de Penamaior, L. 1, f. 92r (foliación original). A la hora de transcribir, nos adaptaremos a la pluralidad lingüística de este marco espaciotemporal. Así, para los textos escritos en latín y castellano seguiremos la normativa establecida por la Commission Internationale de Diplomatique y recogida por Robert-Henri Bautier (1984, pp. 42-49). Para la documentación en gallego, se mantendrán las directrices anteriores, con las matizaciones de José Ignacio Fernández de Viana y Vieites (1998, pp. 74-80).

⁴ AHN, Clero, Car. 1214, N. 7.

⁵ AHN, Clero, Car. 1214, N. 9-10.

nueva etapa, el monasterio pignatense alcanza independencia y prosperidad en lo material. Durante los primeros momentos, su preocupación gira en torno a la supervivencia, centrando sus esfuerzos en obtener los bienes materiales indispensables para el desarrollo espiritual de la comunidad. No obstante, las copiosas dádivas, que no paran de llegar por parte de reyes y nobles, junto con las adquisiciones realizadas y su pronta explotación, terminan convirtiéndolo en un próspero *terrateniente*.

Este período de bonanza se prolonga hasta principios de la Edad Moderna, cuando los excesos y perjuicios del sistema comendatario propician la reforma cisterciense y su incorporación – sancionada por Julio II – a la Congregación de Castilla el 26 de diciembre de 1506 (Martín, 1953, p. 28). Con ello, se convierte en el segundo monasterio gallego en adoptar los nuevos usos religiosos, después de Santa María de Sobrado (A Coruña, España), pero su dignidad abacial queda reducida a una simple presidencia. A partir de entonces, el gobierno de Penamaior recae en un presidente, que dirige la comunidad y administra su patrimonio. Por esta razón, cada vez son menos los monjes que residen en Santa María de Penamaior, dedicados a la cura de almas y a la gestión de los bienes eclesiásticos, que se privatizan o adquieren un uso parroquial tras la desamortización de 1835 (Fernández de Viana y Vieites, 1971, pp. 44-82; Fernández de Viana y Vieites, 2000, pp. 204-219).

En la actualidad, conocemos este extenso bagaje material, cultural y espiritual gracias a los escritos – libros, documentos y papeles sueltos – conservados en la abadía pignatense a lo largo de los siglos. No obstante, con la exclaustración del monasterio a principios de la decimonovena centuria, el archivo monástico fue dismantelado y su patrimonio escrito terminó diseminado en varios centros de titularidad pública y privada. La mayoría de los libros y documentos de Santa María de Penamaior se custodian en la Sección de Clero Secular y Regular del Archivo Histórico Nacional de España. Más concretamente, esta institución atesora 48 libros – que discurren entre el 6174-6221, exceptuando el 6191 y sumando el 6277 –, 474 pergaminos – que abarcan las carpetas 1214-1237 – y 1 legajo – que se corresponde con el 3422⁶.

En el Archivo do Reino de Galicia, el fondo procedente de la Real Audiencia de Galicia contiene 133 expedientes de época moderna relativos a la abadía pignatense y relacionados con la tala de árboles, el pago de foros y diversas reivindicaciones de lugares, heredades y rentas. El fondo procedente de Santa María de Penamaior conserva dos foros de 1583-1584 (C. 45374, N. 15, 17)

⁶ Información disponible en <http://pares.mcus.es/>.

y un apeo de 1568 (C. 45432, N. 1). El fondo procedente de la familia González de las Riberas guarda un foro otorgado en 1654 (C. 520, N. 13) y una compraventa realizada en 1670 (C. 551, N. 8). Por último, en la Colección de documentos en pergamino se integra una donación de 1396 (N. 238)⁷.

Finalmente, en la Sección de Clero del Archivo Histórico Provincial de Lugo se conserva desde hace poco tiempo uno de los libros de *tumbo* modernos de Santa María de Penamaior. Ciertamente, este “instrumento de control, trabajo y consulta del archivo monástico” (Sánchez Mairena, 2012, p. 218) permaneció en el fondo particular de la familia Pinacho Aresti hasta el año 2022, cuando fue donado por uno de los descendientes a esta institución. Desde entonces, se encuentra en proceso de restauración⁸.

A partir de todos estos escritos, centrándonos especialmente en los documentos medievales y en los libros de archivo modernos, vamos a investigar cómo se usaron, dónde se guardaron y cuáles fueron sus vicisitudes mientras se custodiaron en el archivo monástico de Santa María de Penamaior. Para ello, analizaremos el uso y los recursos empleados para la selección, el control, la guarda y la *memoria* de la documentación plenomedieval conservada en el archivo pignatense, sirviéndonos tanto de los instrumentos de *memoria* posteriores – diversos libros de *tumbo* modernos – como de las huellas de instalación – sistemas de plegado y atado –, identificación y uso – notas marginales y dorsales – presentes en las piezas analizadas. Esto nos permitirá reconstruir el fondo documental primitivo, así como dilucidar sus pérdidas a lo largo de la historia, tanto en época medieval como en época moderna y contemporánea.

1. Uso y custodia de lo escrito en Santa María de Penamaior

Para comenzar, abordaremos las diferentes operaciones físicas – y materiales – relacionadas con el acondicionamiento, la instalación y la conservación (plegado, atado, restauración) de las piezas, así como también las intervenciones gráficas realizadas sobre los documentos (anotaciones marginales y dorsales), pues reflejan los resultados de labores intelectuales – ordenación, clasificación, descripción –, informan sobre los periodos y modos de lectura y uso, y permiten un acercamiento a la personalidad, formación y fines de quienes utilizaron y custodiaron estos escritos.

⁷ Información disponible en <http://arquivo.galiciano.gal/>.

⁸ Información disponible en <http://arquivo.galiciano.gal/>.

1.1 Instalación de lo escrito en Santa María de Penamaior

Una vez concluida la *conscriptio* documental o tras ser recibidos de otras personas y/o instituciones, los diplomas son almacenados en alguna estancia del monasterio – que no necesariamente está acondicionada para tal fin, sin poder hablar de archivo monástico en los momentos iniciales – para posibilitar su conservación y recuperación posterior, cuando sea necesario probar un título de propiedad, renovar un contrato o, simplemente, hacer memoria de la institución. Carecemos de información que permita confirmar la existencia de un archivo propiamente dicho en Santa María de Penamaior durante los siglos XII-XIII, pero sí es posible un análisis de las operaciones físicas – y materiales – ligadas a la instalación de los instrumentos diplomáticos en esta abadía.

Por lo general, los pergaminos se sometieron a un proceso de plegado para preservar su escritura de cualquier agente externo (Ruiz Asencio, 2004, p. 46). Sin embargo, el estudio del plegado en la documentación de Santa María de Penamaior no resulta sencillo. Tras la exclaustación decimonónica, los documentos pignatenses se trasladaron como hemos dicho al Archivo Histórico Nacional y allí fueron sometidos a un tratamiento de desdoblado para favorecer su conservación (Ceballos Roa, 2021a, p. 124). Por eso, hoy en día no es fácil percibir el número ni la secuencia de los pliegues. Para lograrlo, tenemos que *volver* al recto de las piezas, pues sólo el rastro que deja el roce y el desgaste de la tinta nos permite detectar las distintas dobleces y determinar su sistema de plegado. Así, comprobamos que los diplomas se depositan de forma plegada, no apilados ni enrollados.

La forma más común comienza por doblar la pieza a la mitad, haciendo un pliegue longitudinal y paralelo al lado mayor del pergamino, para marcar el centro del soporte. A continuación, el área correspondiente a cada una de las dos mitades se pliega al medio, colocándose una sobre otra. Luego, la doblez horizontal se pliega a la mitad de forma vertical y paralela al lado menor de la pieza. Por último, las dos mitades transversales se doblan una sobre otra (Guerra, 2003, pp. 204-206). El resultado son tres pliegues horizontales y tres verticales, es decir 3.3 (Fig. 1). Pero, el tamaño reducido de muchas piezas vuelve frecuente otros tipos de doblado: dos pliegues horizontales y dos verticales (2.2); un pliegue horizontal y tres verticales (1.3); un pliegue horizontal y dos verticales (1.2); o un pliegue horizontal y otro vertical (1.1). En cualquier caso, esta práctica reduce notablemente el tamaño de los pergaminos, lo que permite almacenar más diplomas y facilita su instalación en el depósito (Ceballos Roa & Rodríguez López, 2024, p. 89).



Figura 1 – Marcas de plegado en el recto y dorso de una pieza, siguiendo el sistema 3.3. Imagen: España. Ministerio de Cultura y Deporte. Archivo Histórico Nacional, Clero-Regular_Secular, Car. 1217, N. 6. Intervenciones: autora.

Como podemos observar, y luego analizaremos en detalle, la parte que queda a la vista suele recibir una anotación breve, con unas pocas palabras (autor, tipología y/o toponimia) que describen el contenido del escrito. Algunas son coetáneas a la *conscriptio* documental; otras se añaden posteriormente, a medida que se consultan las piezas y, con ello, se procura su recuperación. Gracias a las notas dorsales más antiguas, que coinciden con las dobles de los pergaminos, podemos situar esta operación en un tiempo próximo a la materialización de los documentos. Creemos que este es el único plegado que reciben las piezas, cambiando sólo el orden en que se utilizan los pliegues después de cada lectura, quedando una nueva cara – con una nueva nota – del dorso a la vista (Ceballos Roa, 2021a, p. 125). Pero, no podemos descartar la ejecución de nuevos plegados en la Edad Moderna, con la reorganización que entonces se realiza del fondo monástico.

Ahora bien, no basta con doblar el pergamino para que este permanezca plegado. Su rigidez impide que la pieza se mantenga doblada por sí misma, teniendo que recurrir a algún sistema de fijación para lograrlo, siendo el atado el más habitual. Una posibilidad sería el uso de alguna cuerda de lino o cáñamo para amarrar el pergamino. Otra práctica, mucho más extendida y de la que sí tenemos evidencias, consistía en recortar una pequeña lista del pergamino, generalmente del margen inferior de la pieza, que permanecería unida al soporte por uno de los dos extremos (Guerra, 2003, p. 197). Esta “tira de retención” serviría para atar el pergamino una vez plegado. En Santa María de Penamaior, contamos con dos ejemplares que todavía conservan restos de este apéndice situado en la parte inferior y unido por la esquina izquierda en ambos casos (Fig. 2)⁹.

⁹ AHN, Clero, Car. 1215, N. 5, 19.



Figura 2 – Tira de retención cortada en la parte inferior izquierda del pergamino. Imagen: España. Ministerio de Cultura y Deporte. Archivo Histórico Nacional, Clero-Regular_Secular, Car. 1215, N. 5.

Concluido el plegado y atado de los pergaminos, se procede a su almacenamiento. Sin embargo, con el tiempo, este sistema se vuelve perjudicial para la conservación de las piezas, pues el roce ejercido sobre las dobles cada vez que se despliega el pergamino acaba provocando su desgaste, e incluso su rotura. A esto se le suma el uso indebido de los documentos por parte de ciertos usuarios y su exposición a diversos agentes externos (humedad, polvo, roedores, etc.). Por ello, en la Edad Moderna algunas piezas fueron restauradas para evitar su pérdida. Por un lado, nos encontramos con un pergamino que recibió un fuerte tajo, cortándolo completamente a la mitad, y fue cosido para garantizar la conservación de ambas partes unidas. Sin embargo, con el tiempo, volvió a sufrir una rotura que ya no se logró reparar y actualmente se encuentra parcialmente mutilado¹⁰. Por otro, se conservan una decena de diplomas cuyo soporte membranáceo ha sido reforzado con papel. Ciertamente, a finales del siglo XVII, según la cronología de las notas dorsales, varias piezas en mal estado de conservación fueron pegadas sobre una hoja de papel para darle consistencia al pergamino y evitar roturas mayores¹¹.

¹⁰ AHN, Clero, Car. 1220, N. 3.

¹¹ AHN, Clero, Car. 1214, N. 8, 16; Car. 1215, N. 5-6, 16, 20; Car. 1216, N. 16-17; Car. 1217, N. 11, 13, 18.

1.2. Ordenación y conservación de lo escrito en Santa María de Penamaior

Finalizada la instalación de las piezas, se añade una anotación breve en el dorso de los pergaminos para facilitar tanto su organización como su recuperación y consulta en el archivo monástico¹². Por lo tanto, estas intervenciones gráficas son el resultado de labores intelectuales de ordenación, clasificación y descripción del fondo documental, y están relacionadas con la lectura, el uso y la custodia de los documentos en Santa María de Penamaior (Ceballos Roa, 2021b; Suárez González, 2022).

Algunas notas recogen descripciones breves del contenido, trazadas a las *espaldas* de los pergaminos, para favorecer su identificación y recuperación sin necesidad de desdoblarlos; otras acogen observaciones sobre el asunto documental para orientar o desechar su lectura. En ocasiones, la ilegibilidad de la letra – por el deterioro de la tinta o la evolución de la escritura –, así como el roce y la suciedad, motivan la incorporación de nuevos resúmenes; y las variaciones en los métodos de clasificación y ordenación del fondo documental conllevan la sucesión de signaturas alfanuméricas. En definitiva, estas intervenciones reflejan los cambios vividos en la organización del archivo pignatense a lo largo del tiempo. Por ello, seguiremos un criterio cronológico a la hora de abordarlas.

1.2.1. Intervenciones gráficas de los siglos XII-XIII

Cerca de un tercio de las piezas conservadas presentan anotaciones dorsales de los siglos XII-XIII. En todos los casos nos encontramos con notas identificativas, compuestas por un par de palabras clave (autoría, toponimia o tipología documental) que permiten la recuperación rápida y fácil de los diplomas en el incipiente archivo monástico. Ahora bien, en un arco de tiempo tan dilatado, son varias las causas que motivan su escrituración, pudiendo subdividir esta etapa en dos: anotaciones coetáneas a la *conscriptio* documental (siglos XII-XIII) y una campaña de anotaciones en el último cuarto del siglo XIII.

¹² Como explica Ana Suárez González, en la actualidad el término “archivo” designa “tanto un conjunto de documentos, como el lugar en el que se guardan y la institución con equipamientos y personal responsable del resguardo del mismo” (2002, p. 628). Sin embargo, en época medieval la palabra “archivo” aludía al lugar (recinto) o recipiente (mueble) en el que se depositaban los documentos, no al conjunto de ellos. Por ello, en adelante, emplearemos la voz “archivo” para referirnos a la estancia monástica donde se hallaban los documentos, estuviese o no acondicionada para ello.

Las anotaciones más antiguas, escritas en carolinas avanzadas y góticas primitivas, son próximas a la redacción documental. De hecho, en algunas ocasiones¹³, ambas tareas son consecutivas, coincidiendo el artífice material del documento – seguramente monje pignatense – con la mano que realiza el apunte dorsal. La explicación resulta bastante lógica: una vez que la comunidad recibía la carta, un miembro de esta, presumiblemente aquel que se ocupaba de la instalación y custodia de los escritos (Gomes, 2007, p. 247), plegaba la pieza y en la cara vista describía brevemente el contenido para facilitar su localización, identificación y consulta posterior. Pero, cuando la carta se producía – y, luego, se conservaba – en el monasterio, esta labor podía ser desempeñada por el propio artífice material del diploma (Carrasco Lazareno, 2009, p. 44).

En cualquier caso, estas primeras notas dorsales se caracterizan por su concreción y homogeneidad, algo que está en estrecha relación con el volumen inicial del fondo, pues al ser todavía abaricable para sus custodios bastaba con recoger los datos más importantes. Su estructura es la siguiente: preposición “de”, propia de las construcciones latinas del ablativo, y topónimo, como por ejemplo “De Ualebona”¹⁴ o “De Vilouta”¹⁵. Sin embargo, no podemos saber si este formulario se mantiene en la documentación regia, pues su soporte fue restaurado en el siglo XVII, quedando ocultos los apuntes dorsales anteriores.

Una uniformidad de estilo y contenido que no se traslada a la ubicación en el dorso, pudiendo aparecer en cualquier posición y sentido – tanto en horizontal como en vertical – respecto al tenor documental. Lo único que podemos afirmar es que tienden a situarse en la franja inferior y respetan el plegado de la pieza (Fig. 4, I).

A finales del siglo XIII, entre los años ochenta y noventa de esta centuria, pues una de las notas data de 1286: “A benda de Furco [1276], dez anos passados [1286]”¹⁶ (Fig. 3) y el último ejemplo aparece en un documento de 1292¹⁷, tiene lugar la primera campaña de anotaciones en Santa María de Penamaior¹⁸. Una actuación en la que intervienen varias manos

¹³ Como ocurre en AHN, Clero, Car. 1215, N. 5.

¹⁴ AHN, Clero, Car. 1215, N. 7.

¹⁵ AHN, Clero, Car. 1217, N. 6.

¹⁶ AHN, Clero, Car. 1218, N. 6.

¹⁷ AHN, Clero, Car. 1219, N. 11.

¹⁸ Esta terminología se refiere al conjunto de notas que, de forma masiva y a un mismo tiempo, reciben los documentos de un archivo (Baudin, 2016; Geley, 2016).

– que emplean diversas grafías, transitando de la gótica semicursiva a la gótica cursiva – en un tiempo próximo y sobre un número significativo de piezas¹⁹.

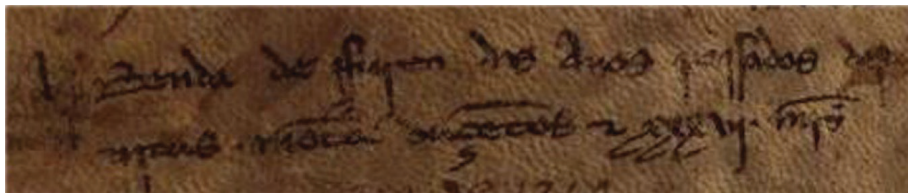
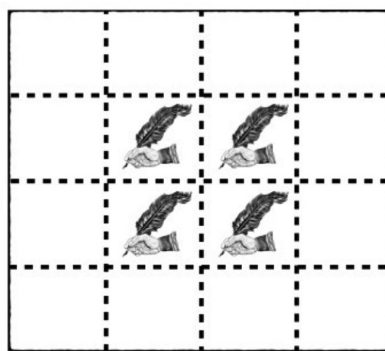


Figura 3 – Nota dorsal realizada *circa* 1286, que fecha la primera campaña de anotaciones en la abadía de Santa María de Penamaior. Imagen: España. Ministerio de Cultura y Deporte. Archivo Histórico Nacional, Clero-Regular_Secular, Car. 1218, N. 6.

En lo que respecta a la redacción y contenido, estas anotaciones vuelven a ser breves y homogéneas. La inmensa mayoría de las notas siguen un mismo esquema, compuesto por la expresión “carta”, la preposición “de” y el topónimo, como en “Carta de Merili, in Furco de Neyra”²⁰; o solamente la preposición “de” y el topónimo, como en “De [Brana], de Libran, de Retizos”²¹. En cuanto a la disposición en el dorso, estas notas respetan el plegado original de la pieza y tienden a situarse en su centro (Fig. 4, II).



I. Anotaciones coetáneas (siglos XII-XIII)



II. Campaña de anotaciones en el último cuarto del siglo XIII

Figura 4 – Disposición de las notas dorsales en la documentación de Santa María de Penamaior durante los siglos XII-XIII. Imagen: Elaboración propia.

¹⁹ En concreto, AHN, Clero, Car. 1214, N. 9; Car. 1215, N. 8, 12-13, 22; Car. 1216, N. 1, 8, 11-12, 14; Car. 1217, N. 2, 4-5, 7; Car. 1218, N. 2, 4, 6.

²⁰ AHN, Clero, Car. 1215, N. 13.

²¹ AHN, Clero, Car. 1215, N. 8.

1.2.2. Intervenciones gráficas de los siglos XIV-XV

Durante la Baja Edad Media, sólo una decena de pergaminos reciben anotaciones dorsales, estas escritas en gótica cursiva precortesana y en gótica cursiva redonda (Sanz Fuentes, 2010, pp. 118-123)²². Se tratan, por lo tanto, de notas puntuales, añadidas con posterioridad a la *conscriptio* documental para facilitar la recuperación de los documentos en el archivo monástico ante la falta de apuntes previos. En unos casos, las notas se componen de la expresión “carta”, la preposición “de” y el topónimo, como en “Carta de Villar de Frades”²³; en otros, se especifica la tipología documental, como en “Dona[ción] de Villasele”²⁴. Ahora bien, estas descripciones no siempre son acertadas, ni corregidas por notas posteriores, lo que condicionará el uso y la lectura de las piezas en el futuro.

Sobre la ubicación, la distribución irregular de las anotaciones en el dorso las lleva desde el centro hacia los laterales del pergamino, sin un sentido claro de la escritura. Por esta razón, suelen sobrepasar el plegado original de la pieza (Fig. 5).

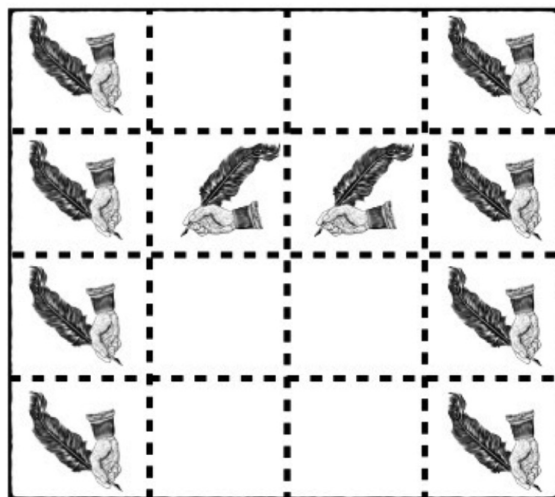


Figura 5 – Disposición de las notas dorsales en la documentación de Santa María de Penamaior durante los siglos XIV-XV. Imagen: Elaboración propia.

²² Más concretamente, AHN, Clero, Car. 1215, N. 2, 4-5; Car. 1216, N. 10, 18; Car. 1218, N. 14.

²³ AHN, Clero, Car. 1216, N. 18.

²⁴ AHN, Clero, Car. 1215, N. 2.

1.2.3. Intervenciones gráficas de los siglos XV ex. - XVI

A principios de la modernidad tiene lugar un cambio bastante importante en la ordenación y conservación del archivo monástico motivado por el notorio crecimiento del patrimonio documental; por la reforma cisterciense y su, consiguiente, incorporación a la Congregación de Castilla; y por la legislación que, en materia de archivos, empiezan a llevar adelante los Capítulos generales para la ordenación, registro y catalogación de los documentos generados por los monasterios castellanos (Sagalés Cisquella, 2020, p. 26). Entonces, se vive un primer intento, en dos tiempos y en dos escalas, de ordenación del fondo documental. Para lograrlo, surgen las primeras – y más antiguas – signatures.

Primero, en algo más de una docena de piezas, procedentes de los siglos XIII-XV, que constituyen una pequeña campaña de anotaciones, aparecen las cotas más arcaicas²⁵. Estas señales, fechadas en el último tercio del siglo XV – por el tipo de escritura (gótica cursiva redonda formada) y la data del último diploma *marcado* (1482) –, y que recurren al sistema de numeración romana – entre los números VII-LII –, sirven para ordenar los documentos en el archivo monástico (Fernández de Viana y Vieites, 1975, p. 247). Por lo tanto, estas signatures numéricas, que se presentan en sentido horizontal, respetan el plegado primitivo y se sitúan en la franja lateral izquierda del dorso (Fig. 6, I).

Luego, en otra campaña de anotaciones del siglo XVI, que afecta a una quincena de pergaminos – excepto el último y único de esta centuria, los restantes datan del siglo XIII –, se intenta proseguir con la labor iniciada. Esta vez, por medio de signatures alfabéticas, se señala la distribución de los documentos en las unidades de instalación que componen el archivo monástico (Fernández de Viana y Vieites, 1975, p. 247). Así, trazadas en humanística redonda o en humanística cursiva; inscritas tanto en un sistema bilineal (mayúsculo) como en uno cuadrilineal (minúsculo), las letras utilizadas discurren de la “A/a” a la “Z/z” – a excepción de “J/j” y “K/k” –, sin combinarse ni duplicarse, según el asunto y los criterios de ordenación del fondo documental²⁶. Además, estas cotas tienden a situarse en el área

²⁵ En AHN, Clero, Car. 1215, N. 4; Car. 1216, N. 7; Car. 1217, N. 6; Car. 1218, N. 3, 13; Car. 1219, N. 17; Car. 1220, N. 3; Car. 1223, N. 19; Car. 1229, N. 1, 12; Car. 1230, N. 14; Car. 1231, N. 18; Car. 1236, N. 6.

²⁶ Las signatures alfabéticas son: “A” – AHN, Clero, Car. 1215, N. 2, 11 –; Car. 1220, N. 3; “B” – AHN, Clero, Car. 1216, N. 3 –; “C” – AHN, Clero, Car. 1220, N. 3; “D” – AHN, Clero, Car. 1218, N. 1 –; “E” – AHN, Clero, Car. 1218, N. 14 –; “F” – AHN, Clero, Car. 1218, N. 8 –; “R” – AHN, Clero, Car. 1215, N. 8; Car. 1217, N. 6 –; “S” – AHN, Clero, Car. 1217, N. 12 –; “v” – AHN, Clero, Car. 1214, N. 7; Car. 1219, N. 21 –; “[A-H]” – AHN, Clero, Car. 1235, N. 1 –.

central y franja central-superior de la pieza, y se disponen en sentido horizontal respecto al tenor del documento (Fig. 6, II).

Pese a que la información ofrecida por estas firmas nos impide determinar el método usado a la hora de organizar la documentación en las unidades de instalación: no hay separación entre la documentación pública y privada; no hay un orden cronológico; y no hay una reunión según las unidades administrativas que conforman la hacienda monástica (feligresías, granjas, cotos, prioratos...), su presencia nos permite constatar un hecho importante: a finales del siglo XV, o principios del siglo XVI, se lleva a cabo la primera reordenación del fondo documental, que culmina en la centuria siguiente.

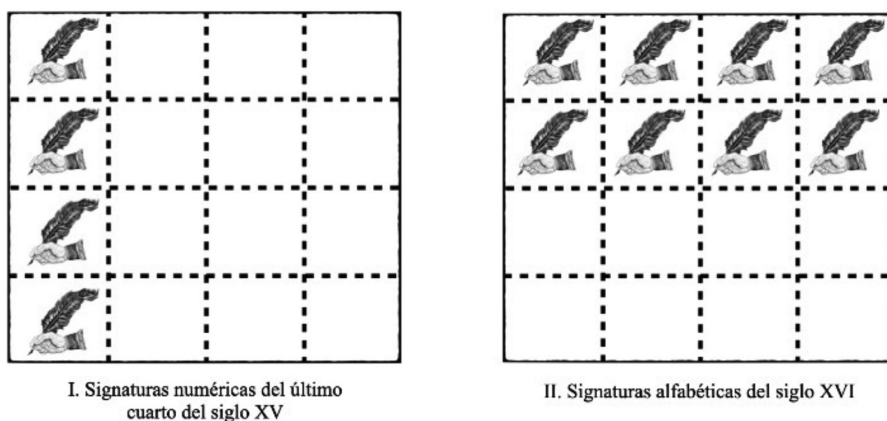


Figura 6 – Disposición de las notas dorsales en la documentación de Santa María de Penamaior durante los siglos XV ex. - XVI. Imagen: Elaboración propia.

1.2.4. Intervenciones gráficas de los siglos XVI ex. - XVII

Como hemos anunciado, en las décadas finales del siglo XVI concluye la primera – que sepamos – reordenación e inventariado del fondo monástico de Santa María de Penamaior, siguiendo las directrices establecidas por la Congregación de Castilla. En sus Capítulos generales, a través de las compilaciones de *Definiciones* de 1552, 1584, 1633, 1683 y 1786, se legisla sobre los archivos y los *tumbos* (Sagalés Cisqueña, 2020).

Respecto a la organización de los archivos, en las *Difiniciones cistercienses de la Sagrada Congregación de San Bernardo y Observancia de Castilla* de 1786 se recoge

En todos los monasterios, grandes y pequeños, habrá una pieza segura y decente para custodiar y reservar los papeles de donaciones, privilegios, apeos, foros y todas las escrituras y contratos de arriendos, censos, etc. Los cuales se guardarán y colocarán en caxones separados, con distinción y separación de los legajos, para que se puedan encontrar y registrar con facilidad siempre que sea necesario buscarlos. (cap. XXXV, párr. 14, p. 183)

Respecto al contenido de los *tumbos*, en las *Difiniciones cistercienses de la Sagrada Congregación de San Bernardo y Observancia de Castilla* de 1786 se indica:

En este archivo habrá un libro maestro, o de tumbo, que incluya la fundación de el monasterio con sus reedificaciones y traslaciones, si las hubiere tenido. Incluirá razón de toda la hacienda y posesiones que tiene y ha tenido, así en bienes raíces como en dineros, y otras especies de quienes y como las hubieron, y los títulos que tiene para conservarlas y defenderlas. Habrá en él memoria de las escrituras de foros, censos, ventas, permutas y apeos, y de cada cosa de por sí. Habrá memoria de los edificios y obras de consideración, su coste y tiempos en que se hicieron; de las pensiones y cargas que haya tenido, y tenga; de las ruinas y quiebras que haya sufrido el monasterio; de los pleitos y disputas que haya seguido, y sigue, y sus motivos, trámites y sentencias de los tribunales y oficios donde paran los procesos y ante quienes se otorgaron las escrituras; y, en fin, de todo quanto conduzca así a la seguridad y legitimidad de los bienes y propiedades como al lustre, esplendor y memoria de los monasterios, cada cosa de por sí y en capítulo separado. (cap. XXXV, párr. 14, p. 183)

Un proceso que se realizará a varios niveles (archivo, anotaciones dorsales y *tumbos*), en varios tiempos – aunque próximos entre sí – y por varias personas.

Para comenzar, y cumplir con la legislación cisterciense en materia de ordenación y conservación de archivos, se dispone de una pieza segura y decente como archivo monástico y se redistribuye el almacenaje de los documentos y libros de archivo en varios armarios con cajones, según criterios topográficos.

A continuación, se pone en marcha una exhaustiva organización y descripción del fondo documental, que se materializa en las *espaldas* de los pergaminos y está relacionada con tres libros de *tumbo* modernos: el *Tumbo viexo* de 1620, que actualmente se encuentra desaparecido; el *Tumbo segundo* de

1688; y el *Tumbo tercero* de 1702. Por eso, nos vamos a encontrar con dos grupos distintos de anotaciones dorsales, que anteceden – y preparan – la confección de cada uno de estos instrumentos de archivo.

El primer conjunto de notas dorsales, fruto de una nueva campaña de anotaciones que afecta a la gran mayoría de las piezas analizadas, se realiza a finales del quinientos, seguramente con relación a los preparativos del *Tumbo viexo* de 1620. Así, mediante escrituras híbridas, que transitan desde los viejos modelos góticos hacia otros de tradición humanística, se añade un resumen extenso del asunto documental, antes inexistente y ahora necesario para inventariar el fondo monástico. Entonces, en redacción objetiva, este resumen puede indicar la tipología documental; los otorgantes; el dispositivo con los destinatarios, el objeto con la localización y el deslinde, la procedencia y la mención de pertenencias; la data crónica; y los elementos de validación. Por todo ello, estas síntesis acaban sobrepasando el plegado original, situándose en sentido vertical a lo largo de las franjas laterales y a lo ancho del cuadrante superior del dorso (Fig. 8, I).

Ahora bien, estos registros suelen ser bastante genéricos, distinguiendo sólo entre “donaciones”, “ventas”, “conciertos” y “foros”. Por esta razón, muchos de ellos resultan imprecisos, considerando cartas de donación a algunos contratos de precaria o foros a cualquier negocio de naturaleza enfitéutica. Esto se debe a una asimilación deficiente del contenido documental y condicionará su uso futuro (Ceballos Roa, 2021b, p. 638).

Pero, además de estos resúmenes, también tenemos comentarios que probablemente están relacionados con el *Tumbo viexo*, mejor dicho, con el relato fundacional contenido en este instrumento de archivo, pues tratan de esclarecer los orígenes de esta casa: “Que este monasterio pertenesçia a Carrazedo y entonçes no auía abbad sino prior, era de M CC XX VI. No he visto escriptura más antigua que esta en Penamayor” (Fig. 7)²⁷.

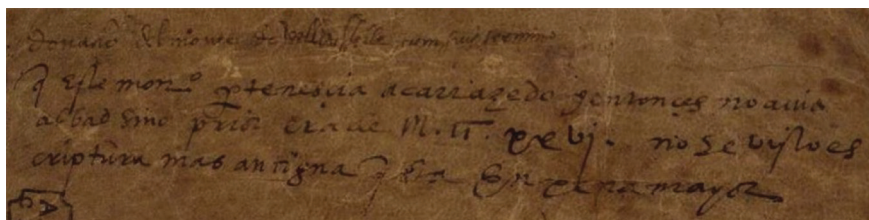


Figura 7 - Nota dorsal que recoge un comentario sobre la fundación de Santa María de Penamaior. Imagen: España. Ministerio de Cultura y Deporte. Archivo Histórico Nacional, Clero-Regular_Secular, Car. 1214, N. 10.

²⁷ AHN, Clero, Car. 1214, N. 10.

El segundo conjunto de notas dorsales resulta de la intervención ordenada de un pequeño número de manos sobre la práctica totalidad de las piezas analizadas, a finales del seiscientos y como fase previa a la redacción del *Tumbo segundo* de 1688 y del *Tumbo tercero* de 1702. Así, como antaño, pero en humanística bastarda española (Ruiz Albi, 2016, pp. 235-236), se empieza por sintetizar el contenido documental, describiendo aquellas escrituras que todavía carecen de anotaciones dorsales previas y completando con nuevos datos los apuntes preexistentes. Luego, se anota la siguiente referencia: “P. 1-13”, de difícil solución, pudiendo aludir a su asiento en otro libro de archivo “p[ágina] 1-13” o su custodia en una determinada unidad de instalación “p[lúteo] 1-13”, entre otras posibilidades²⁸. Por último, se añade la signatura numérica, que guarda correspondencia con los *tumbos*, según su orden topográfico y asiento correlativo: “está en pergamino nº x a las espaldas”. Por consiguiente, esta sucesión de manos y notas se acaba extendiendo en ambos sentidos de la escritura por toda la *espalda* del pergamino, aunque tienden a concentrarse en la mitad superior del dorso (Fig. 8, II).

Finalmente, se inventaría el fondo documental. Surgen, entonces, los tres libros de *tumbo* mencionados, en cuyos folios se copian los documentos reales y señoriales más importantes; se extractan las escrituras con particulares; y se anotan diversas noticias de índole – e interés – socioeconómico para la comunidad pignatense. Ahora bien, no existe una correlación entre las notas dorsales y los asientos del *Tumbo segundo* y del *Tumbo tercero*; los *tumbistas* no consultan estas notas para la redacción de los *tumbos*. Además, algunos de estos asientos presentan errores e imprecisiones respecto a los documentos, lo que nos abre dos posibilidades: o bien son fruto de una mala lectura o incomprensión del texto, o bien se nutren de la información proporcionada por otros libros de archivo.

²⁸ En AHN, Clero, Car. 1214, N. 7, 11-13; Car. 1215, N. 1-5, 7-8, 10-14, 19, 21-22; Car. 1216, N. 1-5, 8-16, 18-21; Car. 1217, N. 1-2, 4-7, 10-21; Car. 1218, N. 1-7, 9-17.

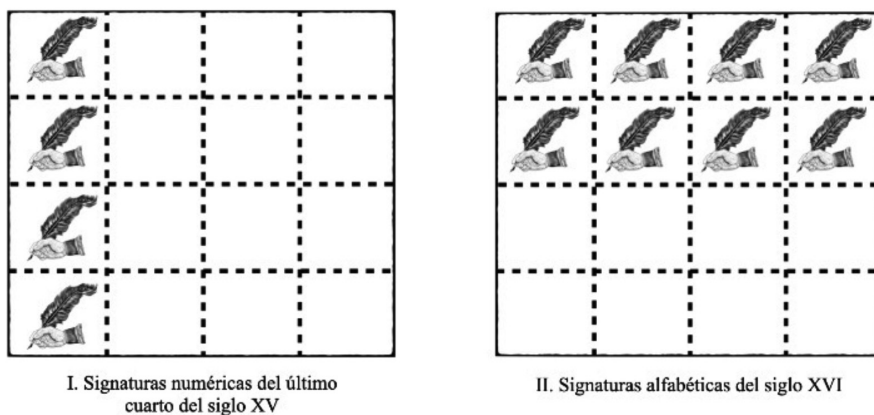


Figura 8 - Disposición de las notas dorsales en la documentación de Santa María de Penamaior durante los siglos XVI ex. - XVII. Imagen: Elaboración propia.

1.2.5. Intervenciones gráficas de los siglos XVIII-XIX

En el siglo XVIII, sin mayor precisión que el empleo de una elegante bastardilla redonda castellana propia de la época, se repasa la ordenación de los documentos en el archivo monástico, tratando de comprobar la vigencia de las signaturas numéricas fijadas a sus *espaldas*. Entonces, el monje archivero encomendado a esta tarea, tras examinar los diplomas más antiguos, detecta la repetición de guarismos en algunas piezas de los siglos XIV-XV y emprende otra campaña de anotaciones para ratificar las cotas válidas y subsanar – asignando un nuevo guarismo – las signaturas duplicadas.

Así, en todas las piezas analizadas se indica el número de legajo y el número de documento en el archivo. En lo referente a los legajos, esta intervención a gran escala constata su operatividad en Santa María de Penamaior, ascendiendo a un total de 86 unidades prácticas, con un promedio de 14 documentos por atado (unas 1200 piezas en conjunto). Asimismo, podemos perfilar los criterios topográficos de esta clasificación: el legajo 1º custodia los diplomas otorgados por reyes y nobles al monasterio; el legajo 2º reúne negocios de tierras pertenecientes a la feligresía de Penamaior; los legajos 3º-11º y 82º-85º agrupan escrituras referentes a los cotos de la abadía; y los legajos 12º-81º y 86º se destinan a las restantes posesiones (Fernández de Viana y Vieites, 1975, p. 248). Sobre los documentos, la sustitución de signaturas sólo va a afectar a los últimos legajos, entre los guarismos 918-995. Por último, estas nuevas cotas se sitúan en los laterales

superiores, izquierdo – en sentido vertical – y derecho – en sentido horizontal – del dorso (Fig. 9).

A principios del siglo XIX, por la escritura empleada – de nuevo, una bastardilla redonda castellana – y sus similitudes morfológicas con los inventarios *desamortizadores* de Santa María de Meira (Piñeiro Pedreira, 2022, p. 208), tiene lugar la reordenación más reciente del archivo monástico, que se materializa en una última campaña de anotaciones y se extiende sobre la mitad de los documentos examinados²⁹. De ahí que, en esta ocasión, las notas dorsales se limiten a recoger un simple guarismo arábigo y/o romano – del 8 al CLX8 (168) –, sin mayor alusión al legajo o cajón de custodia, como sí se pretendió con anterioridad. No es de extrañar, entonces, su ubicación en las *espaldas* de los pergaminos, sin rebasar los pliegues originales, a lo largo de las franjas laterales (Fig. 9).

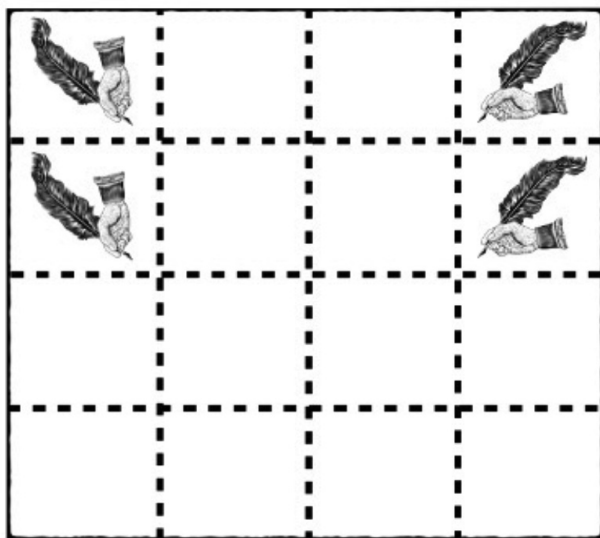


Figura 9 - Disposición de las notas dorsales en la documentación de Santa María de Penamaior durante los siglos XVIII-XIX. Imagen: Elaboración propia.

Como hemos podido observar, la documentación pignatense ha sido anotada a lo largo de la Edad Media y Edad Moderna, reflejando su uso continuado en el tiempo. Sin embargo, también hemos podido comprobar

²⁹ En AHN, Clero, Car. 1214, N. 8-9, 11-13, 16; Car. 1215, N. 2, 4, 7-8, 10, 12, 14, 16, 18, 21; Car. 1216, N. 1-2, 4-5, 8, 10, 16, 20-21; Car. 1217, N. 2-8, 11, 13, 15, 19-20; Car. 1218, N. 3, 10, 12-15, 17.

como unos documentos han recibido más anotaciones que otros, pues algunos carecen de ellas³⁰ y otros tienen casi una decena³¹. Aunque lo más habitual es que tengan cuatro o cinco notas de época medieval y moderna. Las piezas que tiene menos apuntes suelen contener negocios entre particulares, que no involucran directamente al monasterio. Las piezas que tienen más apuntes suelen recoger contratos sinalagmáticos cuyo beneficiario es la abadía lucense.

2. Memoria de lo escrito en Santa María de Penamaior

Por otro lado, vamos a examinar los libros de *tumbo* modernos para conocer cómo la documentación más antigua – mejor dicho, su *memoria* – fue asimilada y transmitida por la comunidad pignatense (Suárez González, 2025). Asimismo, este examen nos permitirá dilucidar las pérdidas documentales, ocurridas tanto en época medieval como en época moderna y contemporánea.

Como hemos anunciado, en el fondo monástico de Santa María de Penamaior no se conserva – ni completo, ni fragmentado – ningún libro de archivo medieval. Por lo tanto, no conocemos cómo se empleó y transmitió la *memoria* de la documentación más antigua de esta abadía durante la Edad Media. Gracias a las notas dorsales de los documentos, sabemos que estos fueron recuperados (notas de identificación) y consultados (notas de lectura) a lo largo del tiempo, pero no cómo se asimilaron y transmitieron a la comunidad. En cambio, contamos con tres libros de *tumbo* modernos: el *Tumbo viexo* de 1620 (desaparecido), el *Tumbo segundo* de 1688 (AHN, Clero, L. 6207) y el *Tumbo tercero* de 1702 (AHPLu, Clero, Mosteiro de Santa María de Penamaior, L. 1).

El ejemplar más antiguo, que actualmente se encuentra desaparecido, es el *Tumbo viexo*. Gracias a una noticia recogida en el *Tumbo segundo*: “Las donaciones i foros antiguos que están en pergamino se citan en el *Tumbo viexo* del año de 1620”³² sabemos que fue confeccionado a inicios del siglo XVII, más concretamente en el año 1620. Sobre su estructura y composición, para José Ignacio Fernández de Viana y Vieites, este volumen debía de “tener una estructura completamente distinta a la de los dos que conservamos y (...) copiar, como era costumbre de la época, todos los

³⁰ Como ocurre en AHN, Clero, Car. 1217, N. 9.

³¹ Como sucede en AHN, Clero, Car. 1215, N. 4; Car. 1217, N. 5, 8, 13; Car. 1218, N. 13.

³² AHN, Clero, L. 6207, f. 130r (foliación original) / 152r (foliación reciente).

documentos en su integridad y por orden cronológico” (1971, p. 13). Sin embargo, no se trata de un cartulario, sino de un “libro maestro o de tumbo” propio de la Congregación de Castilla, por lo que su disposición interna debió ajustarse a la normativa cisterciense.

El siguiente ejemplar es el *Tumbo segundo*, que actualmente se conserva en el Archivo Histórico Nacional, Sección de Clero Secular y Regular, Libro 6207. Un voluminoso manuscrito, compuesto por 328 folios – los primeros 24 sin numerar y los 304 restantes con foliación original – y el recuerdo de 6 *hojas* perdidas³³, de tamaño considerable (320 x 210 mm) y encuadernación flexible en pergamino (Fernández de Viana y Vieites, 1971, pp. 16-23). En cuanto a su confección, este libro de archivo fue elaborado en el año 1688, como se indica en este rótulo: “Benefiços que presenta este monasterio i el estado en que están este año de 1688”³⁴, por orden y bajo la presidencia de fr. Juan de las Heras, quien encarga la redacción a fr. Bernardo de Armuña³⁵. Para ello, el *tumbista* emplea grafías propias de la época: humanísticas redondas y humanísticas cursivas para los títulos; y humanísticas bastardas para el texto. En cuanto a su estructura y composición, esta se adecúa a las directrices cistercienses, componiéndose de prólogo; tabla general de lugares; relato fundacional; relación de documentos reales y señoriales; y unidades administrativas que conforman la hacienda monástica.

El último – y más reciente – ejemplar es el *Tumbo tercero*, que actualmente se conserva en el Archivo Histórico Provincial de Lugo, Sección de Clero, Fondo Mosteiro de Santa María de Penamaior, Libro 1. Respecto a su materialidad, este *tumbo* supera notoriamente al anterior, pues consta de 474 folios – aunque sólo están numerados los 405 que conforman el cuerpo del texto –, mide 350 x 250 mm y presenta una encuadernación en tablas, forrada de badana marrón oscura. Respecto a su confección, el *Tumbo tercero* nace con el ánimo – que tenía fr. Bernardo de Armuña – de “trasladar i poner en linpio” el *Tumbo segundo*. Un trabajo que, como se recoge al inicio del manuscrito, fue “echo <debía decir principiado y no hecho> año de 1702”³⁶. Ahora bien, este *tumbo* es obra de dos *tumbistas* distintos: la mano A escribe hasta el f. 146v (foliación original) y la mano B escribe a partir del f. 147r (foliación original). Respecto a su estructura y composición, José Ignacio Fernández de Viana y Vieites afirma que: “[El *Tumbo tercero*] es similar, por no decir igual,

³³ AHN, Clero, L. 6207, ff. 47r-v, 126r-v, 231r-232v, 304r-v, 308r-v (foliación original).

³⁴ AHN, Clero, L. 6207, f. 300r (foliación original) / 318r (foliación reciente).

³⁵ Gracias a una nota posterior (AHN, Clero, L. 6207, f. 2r [foliación reciente]).

³⁶ AHPu, Clero, Mosteiro de Santa María de Penamaior, L. 1, f. 3r (sin foliación).

al anteriormente escrito [*Tumbo segundo*] (...) y, casi podríamos asegurarlo, es simplemente una copia de aquel, esta vez en pergamino" (1971, p. 24). Lo cierto es que su disposición interna es muy similar: índice general de lugares; relato fundacional; relación de diplomas reales y señoriales; y unidades administrativas que conforman el patrimonio monástico. Sin embargo, la lectura del texto nos permite comprobar que el *Tumbo tercero* corrige, matiza y amplía la información recogida en el *Tumbo segundo*.

Como podemos observar, la razón de estos instrumentos es facilitar el acceso y uso de los documentos custodiados en el archivo monástico. De ahí su redacción, pues en ellos sólo se copian de forma íntegra algunos "priuilexios" reales y "donaciones" señoriales; la mayoría de las "escripturas" probatorias se asientan de forma breve. Además, los *tumbistas* se preocupan más por especificar la data, presentar a los autores jurídicos de la acción documental y recoger la signatura numérica, que por delimitar el objeto y explicar las condiciones del negocio. Aunque, esto no evita que algunas veces se confundan a la hora de identificar a los otorgantes o definir los actos jurídicos. En cambio, no hemos detectado errores en la resolución de las datas o en la asignación de los números "a las espaldas" de los pergaminos. Esto se debe, más que a la incomprensión del texto, a una lectura rápida de los diplomas para poder identificarlos y diferenciarlos de las otras piezas del archivo. Comprobamos, entonces, que el cometido de estos *tumbos* es guiar la consulta de los documentos, no orientar – ni mucho menos sustituir – su lectura.

Por lo tanto, la *lectura* de los *tumbistas* no siempre es fiable, siendo necesario revisar los documentos para comprobar la veracidad de la información recogida en los libros de archivo modernos. De no hacerlo, se comprometerá el uso de las piezas y la transmisión de su memoria. Como debió de haber pasado realmente, pues tanto en el *Tumbo segundo* como en el *Tumbo tercero* nos encontramos con muy pocos comentarios – tanto coetáneos como posteriores – que corrigen, matizan o amplían esta información, lo que seguro habría facilitado futuras consultas.

Ahora bien, la consulta de ambos *tumbos* se vuelve imprescindible a la hora de reconstruir el fondo documental de Santa María de Penamaior para los siglos XII-XIII, pues al vaciar su contenido y comparar la documentación asentada entre finales del siglo XVII y principios del siglo XVIII con la documentación conservada en la actualidad hemos podido conocer la desaparición desde entonces – estos instrumentos sólo recogen los documentos custodiados en el archivo monástico, como evidencian las signaturas numéricas – de cerca de una treintena de diplomas (Tab. 1).

Data	Regesto	Cajón / Unidad administra- tiva	N.º	<i>Tumbo segun- do</i>	<i>Tumbo tercero</i>
1169	Arias López y Pérez dona al monasterio de Penamaior su heredad de Cancelada.	Cancelada	----	f. 89r / 112r	f. 92r / 112r
1169	Nodario Fernández dona al monasterio el derecho de patronato sobre la iglesia de San Pedro de Sixirei.	Sixirei	484	-----	f. 191r / 211r
1178	Martín Suero, prior de Penamaior, y Juan Suero, su hermano, donan a este monasterio sus heredades de Neira de Rei a condición de ser enterrados en él.	Neira de Rei	144	f. 97r / 120r	f. 101r / 121r
[c. 1188]	Privilegio de Alfonso IX por el que otorga al monasterio el coto de Penamaior.	Penamaior	----	ff. 1v-2r / 25v- 26r	ff. 1v-2r / 11v- 12r
1197	Alonso Yáñez dona al monasterio su heredad de Guilfrei a condición de ser admitido como familiar.	Gulfrei	658	f. 138r / 160r	f. 149r / 169r
Antes de 1227	Teresa Alfonso toma el hábito de donada en este monasterio y dona su heredad de Ouselle.	Ouselle	800	f. 121r / 144r	f. 124r / 144r
1229	El hijo de Rodrigo Gómez confirma la donación por su padre al monasterio en Retizós.	Retizós	40	f. 256r / 275r	f. 309r / 329r
[1229]	Escritura relativa a la hacienda del monasterio en Retizós.	Retizós	46	f. 256r / 275r	f. 309r / 329r
[1229]	Escritura relativa a la hacienda del monasterio en Retizós.	Retizós	41	f. 256r / 275r	f. 309r / 329r
[1229- 1230]	Donación al monasterio de un casal en Ouselle.	Ouselle	----	f. 125r / 148r	-----
1230	Pedro Peláez y su mujer donan al monasterio todo cuanto tienen en Corvelle.	Vilouta	591	-----	f. 174r / 194r
Después de 1232	Las dos hijas de Elvira Peláez, Aldara y Urraca, toman el hábito de donadas en este monasterio, una en la granja de Furco y la otra en la granja de Vale.	Cascallá	----	f. 4r / 28r	ff. 13v- 14r

1234	Sancha García, hija de García Rodríguez de Neira y Elvira Peláez, dona al monasterio su heredad de Cascallá.	Cascallá	84	f. 69r / 92r	f. 68r / 88r
1243	El monasterio llega a un acuerdo con los vecinos de San Romao de Retizós sobre el pago de un tributo.	Retizós	42	f. 256r / 275r	-----
1254	El monasterio afora a Álvaro Díaz todo cuanto tiene en Vilarpunteiro.	Vilarpunteiro	377	-----	f. 198r / 218r
1269	Sancha García, sobrina de Tomás García, abad de Penamaior, dona al monasterio sus heredades de Pol a condición de ser enterrados en él.	Santo Estevo	576	f. 216r / 237r	f. 243r / 263r
1270	Fernando González Valboa dona al monasterio las tres cuartas partes de su heredad de Torés.	Torés	668	f. 131r / 153r	f. 135r / 155r
1276	Juan González de Estacas dona al monasterio su heredad de Torés a condición de ser admitido como familiar.	Torés	671	f. 134r / 156r	f. 140r / 160r
1282	Miguel Piquera dona al monasterio su heredad de Aranza.	Aranza	517	-----	f. 217r / 237r
1287	Vicente López dona al monasterio todo cuanto tiene en Guimarei.	Guimarei	217	-----	f. 253r / 273r
1290	Alfonso Rodríguez y María Rodríguez de Guimares, hermanos, donan a este monasterio todo cuanto tienen en Corgo.	Corgo	197	f. 218r / 239r	-----
1290	El monasterio da la mitad de los diezmos a Pedro Núñez, cura de San Pedro de Fortes, para que administre los sacramentos a los feligreses de Cabanela y Fontecavada.	Guilfrei	673	-----	f. 156r / 176r
1291	Contrato de foro realizado por el monasterio en Torés.	Torés	755	f. 133r / 153r	f. 177r / 197r
1292	Contrato de foro realizado por el monasterio en Fonteó.	Fonteó	7	f. 245r / 264r	f. 289r / 309r
1295	Don Rodrigo manda al monasterio el lugar de Fontecavada.	Guilfrei	677	f. 144r / 166r	f. 156r / 176r

1297	El monasterio arrienda a García Rodríguez la granja de Cabanela.	Guilfrei	----	f. 144r / 166r	f. 156r / 176r
1297	Juan Pérez Nigro dona al monasterio su heredad de Vilouta a condición de ser admitido como familiar.	Vilouta	649	f. 149r / 171r	f. 165r / 185r
1297	Pedro Asenxo dona al monasterio su finca de Pedraboia.	Laxes	3	f. 207r / 228r	-----
1297	Juan García, clérigo, dona al monasterio el lugar de Fontoira a condición de ser admitido como familiar.	Corgo	195	f. 219r / 240r	-----

Tabla 1 - Relación de documentos desaparecidos del fondo documental de Santa María de Penamaior para los siglos XII-XIII. Elaboración propia.

En concreto, 29 escrituras, hasta ahora desaparecidas, que hemos podido recuperar – es decir, hemos localizado, identificado y adscrito – del fondo documental de Santa María de Penamaior para los siglos XII-XIII, gracia a su copia y/o asiento en los *tumbos* modernos. Una treintena de documentos por conocer, frente al centenar ya *conocido*, que nos permite constatar la existencia de unos 140 diplomas plenomedievales – entre 1164 y 1297 – en el archivo monástico a principios del siglo XVIII y el *extravío*, desde entonces, de una cuarta parte de ellos. Además, el tiempo ya habría ido mermando el cómputo original, volviendo parcial la *memoria* de los *tumbos*.

En cualquier caso, los documentos recuperados datan en su mayoría del siglo XIII, pues también crece su producción y consumo por parte de la comunidad y, en lo que concierne a su contenido, predominan las cartas de donación a favor del monasterio. Como excepción, tenemos un privilegio de Alfonso IX por el que otorga el coto de Penamaior, varias cartas de oblación, un par de contratos de foro y un pacto con los vecinos de San Romao de Retizós por el pago de un tributo.

Conclusiones

En este trabajo nos propusimos examinar el uso y los recursos para la selección, el control, la guarda y la *memoria* de la documentación plenomedieval conservada en el archivo de Santa María de Penamaior. Para ello, necesitamos trasladar nuestra atención hacia las distintas prácticas de organización, descripción y conservación que desarrolló dicho monasterio durante los siglos medievales y modernos.

Por un lado, tenemos las notas dorsales de los pergaminos, que nos aportan información sobre su uso y custodia en el archivo monástico. A través de ellas comprobamos que la documentación pignatense fue utilizada con frecuencia por los miembros de esta comunidad, pero los motivos – y medios – para su conservación fueron cambiando con el tiempo. Hasta la Baja Edad Media, estas anotaciones se limitaron a un par de palabras clave (autoría, toponimia o tipología documental), pues bastaban para recuperar las piezas, que se almacenaban de forma apilada y sólo se empleaban cuando era necesario probar un título de propiedad o renovar un contrato enfiteúutico. A partir de la Edad Moderna, con la incorporación de esta abadía a la Congregación de Castilla, se lleva a cabo una ordenación racional de las piezas, que se materializa en las *espaldas* de los pergaminos (unidad de instalación, signatura numérica y resumen), pues la documentación pasa a ser depositada en armarios con cajones y se consulta para hacer *memoria* de la institución. Por eso, muchas de estas anotaciones recogen comentarios que buscan guiar o, incluso, desechar la consulta de los documentos, reflejando cómo la *memoria* de lo escrito en el monasterio de Santa María de Penamaior constituye una práctica consciente de organización y reconstrucción de su identidad institucional.

Por otro lado, tenemos los libros de *tumbo* – en concreto, el *Tumbo segundo* de 1688 y el *Tumbo tercero* de 1702 –, que recogen la memoria que se tenía en época moderna del fondo documental de época medieval; que nos permiten saber cómo se transmitió la documentación de estudio a lo largo de los siglos. Así, comprobamos que la comprensión de estos documentos fue empeorando con el paso del tiempo – tanto por la ilegibilidad de la letra como por el desgaste de las piezas – y la *lectura* que hicieron de ellos los *tumbistas* modernos no siempre fue la más acertada, condicionando su consumo posterior. Sin embargo, gracias a la *memoria* de los *tumbos*, hemos podido *rescatar* del olvido una treintena de diplomas plenomedievales – fechados entre 1169 y 1297 –, cuyo extravío se produjo en gran medida a causa de la desamortización decimonónica.

Fuentes y bibliografía

Fuentes manuscritas

Archivo Histórico Nacional [Madrid]. *Clero Secular_Regular*, Car. 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1223, 1229, 1230, 1231, 1235, 1236.

Archivo Histórico Nacional [Madrid]. *Clero Secular_Regular*, L. 6207.

Arquivo Histórico Provincial de Lugo [Lugo]. *Clero*, Mosteiro de Santa María de Penamaior, L. 1.

Fuentes impresas

Congregación Cisterciense de San Bernardo de Castilla. (1552). *Diffiniciones compiladas de la orden del Cistel y observancia de España, de todos los capítulos desde que la Observancia se començó en estos reynos de España, hasta el capítulo celebrado en Valladolid en el año de 1552*. Imprenta de Juan de Ayala.

Congregación Cisterciense de San Bernardo de Castilla. (1584). *Diffiniciones de la Sagrada Orden de Cistel y Observancia en España*. Imprenta de los herederos de Matthías Gast.

Congregación Cisterciense de San Bernardo de Castilla. (1633). *Difiniciones cistercienses de la Sagrada Congregación de San Bernardo y Observancia de Castilla*. Imprenta de la viuda de Francisco Fernández de Cordoua.

Congregación Cisterciense de San Bernardo de Castilla. (1683). *Difiniciones cistercienses de la Sagrada Congregación de San Bernardo y Observancia de Castilla*. Imprenta de Lucas Pérez.

Congregación Cisterciense de San Bernardo de Castilla. (1786). *Difiniciones cistercienses de la Sagrada Congregación de San Bernardo y Observancia de Castilla*. Imprenta de la viuda de Tomás Santander.

Janauscheck, L. (1877). *Originum Cisterciensium. Tomus I in quo praemissis congregatorum domiciliis adjectisque tabulis chronologico-genealogicis veterum abbatiarum a monachis habitatarum foundationes ad fidem antiquissimorum fontium primus descripsit*. Impr. L. J. Vindobonae.

Manrique, A. (1649). *Cisterciensium, seu verius ecclesiasticorum annalium a condito Cistercio* (T. III). Impr. G. Boissat y L. Anisson.

Yepes, A. (1613). *Coronica general de la Orden de San Benito, patriarca de religiosos* (T. V). Imprenta de Francisco Fernández de Cordoua.

Referencias bibliográficas

Baudin, A. (2016). Conserver la mémoire dans la filiation de Clairvaux: usages et pratiques dans cinq abbayes de Champagne (XII^e-XV^e siècle). In A. Baudin & A. Grémois (Dirs.), *Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e-milieu du XVI^e siècle): Produire, échanger, contrôler, conserver* (pp. 185-212). Somogy.

Bautier, R.-H. (1984). Normes Internationales pour l'édition des documents médiévaux. In R.-H. Bautier (Ed.), *Folia Caesaraugustana, 1. Diplomatica et Sigillographica. Travaux préliminaires de la Commission Internationale de Diplomatie et de la Commission Internationale de Sigillographie pour une normalisation des éditions internationales des éditions de documents et un Vocabulaire Internationale de la Diplomatie et de la Sigillographie* (pp. 42-49). Institución Fernando el Católico.

- Bautista Neira, J. (1896). Abadía de Penamayor. *El lucense: diario católico de la tarde*, 3438, 1.
- Canivez, J. M. (1934). *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis ab anno 1116 ad a 1786. II (ab anno 1116 ad annum 1261)*. Bureaux de la Revue.
- Carrasco Lazareno, M. T. (2009). El archivo conventual de Santo Domingo el Real de Madrid. Los fondos y su organización (siglos XIII al XIX). *Lope de Barrientos. Seminario de Cultura*, 2, 33-72.
- Ceballos Roa, R. (2021a). *El archivo del monasterio benedictino de Santa María de Carbajal de León: organización y análisis documental archivístico* [Tesis doctoral inédita]. Universidad de León.
- Ceballos Roa, R. (2021b). Leer para que otros lean (o no). In F. Marsilla de Pascual & D. Beltrán Corbalán (Eds.), *De scriptura et scriptis: consumir* (pp. 629-638). Universidad de Murcia.
- Ceballos Roa, R., & Rodríguez López, M. C. (2024). The “B-side” of the Parchement. Two Medieval Religious Archives from the Kingdom of León in Spain. In E. Savage (Ed.), *New Approaches to the Archive in the Middle Ages. Collecting, Curating, Assembling* (pp. 79-95). Routledge.
- Fernández de Viana, & Vieites, J. I. (1971). *La colección diplomática del monasterio de Santa María de Penamayor* (Vol. 1-3) [Tesis doctoral inédita]. Universidad de Santiago de Compostela.
- Fernández de Viana, & Vieites, J. I. (1975). El archivo del monasterio de Penamayor. *Cuaderno de Estudios Gallegos*, 87-89, 245-250.
- Fernández de Viana, & Vieites, J. I. (1998). Proposta para unha normativa de edición de documentos medievais en galego. In D. Kremer (Coord.), *Homenaxe a Ramón Lorenzo* (pp. 74-80). Galaxia.
- Fernández de Viana, & Vieites, J. I. (2000). Santa María de Penamaior. In D. Yáñez Neira (Coord.), *Monasticón cisterciense gallego* (Vol. 2, pp. 204-227). Caixavigo e Ourense.
- Fraga Vázquez, G. (1998). A Orde do Cister na diocese de Lugo. *Lucensia. Miscelánea de cultura e investigación*, 17, 213-230.
- García Flores, A. (2010). *Arquitectura de la Orden del Cister en la provincia de Valladolid (1147-1515)*. Junta de Castilla y León.
- Geley, M. (2016). Conservation et traitement des actes à l'abbaye des Vaux-de-Cernay (XII^e-XIV^e siècle). In A. Baudin & A. Grélois (Dirs.), *Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e-milieu du XVI^e siècle): Produire, échanger, contrôler, conserver* (pp. 241-256). Somogy.
- Gomes, S. A. (2007). *In Limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- Guerra, A. J. (2003). *Os diplomas privados em Portugal dos seculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Martín, E. (1953). *Los bernardos españoles. Historia de la Congregación de Castilla de la Orden del Cister*. Gráficas Aguado.
- Martínez Martínez, M. (1997). *Cartulario de Santa María de Carracedo* (Vol. 3). Instituto de Estudios Bercianos.

- Nodar Fernández, V. (2018). Penamaior. In J. Pérez González (Dir.), *Enciclopedia del Románico en Galicia. Lugo* (Vol. 2, pp. 993-1005). Fundación Santa María la Real. Centro de Estudios del Románico.
- Pérez Rodríguez, F. J. (2008). *Mosteiros de Galicia na Idade Media (séculos XII-XV). Guía histórica*. Deputación Provincial de Ourense.
- Piñeiro Pedreira, S. (2022). El archivo al dorso: una aproximación a las prácticas de ordenación y conservación del patrimonio escrito en Santa María de Meira (ss. XII-XIX). In M. T. Carrasco Lazareno, J. Canorea Huete & E. López Gómez (Eds.), *Memoria scribenda et custodienda. Miscelánea de estudios sobre archivos catedralicios, monásticos y de órdenes militares hispanos* (pp. 181-211). La Ergástula.
- Ruiz Albi, I. (2016). La escritura hispano-humanística moderna. In J. C. Galende Díaz, S. Cabezas Fontanilla & N. Ávila Seoane (Coords.), *Paleografía y escritura hispánica* (pp. 217-236). Síntesis.
- Ruiz Asencio, J. M. (2004). Notas sobre el trabajo de los notarios leoneses en los siglos X-XII. In *Orígenes de las lenguas romances en el reino de León (siglos IX-XII)* (pp. 87-118). Centro de Estudios e Investigación San Isidoro.
- Sagalés Cisquella, L. (2020). Estructura institucional y legislación sobre archivos de la Congregación Cisterciense de San Bernardo de Castilla. *Cistercium. Revista cisterciense*, 1, 17-42.
- Sánchez Mairena, A. (2012). Propuestas metodológicas para el estudio de los cartularios medievales. In B. Arízaga Bolumburu (Ed.), *Mundos medievales: espacios, sociedades y poder. Homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre* (Vol. 2, pp. 217-230). Universidad de Cantabria.
- Sanz Fuentes, M. J. (2010). La escritura gótica documental en la Corona de Castilla. In M. Calleja Puerta & M. J. Sanz Fuentes (Coords.), *Paleografía II: las escrituras góticas desde 1250 hasta la imprenta* (pp. 107-126). Universidad de Oviedo.
- Suárez González, A. (2002). Iniciativas archivísticas en San Isidoro de León durante la segunda mitad del siglo XVI. In M. A. Morán Suárez & M. C. Rodríguez López (Coords.), *La documentación para la investigación. Homenaje a José Antonio Martín Fuertes* (Vol. 2, pp. 622-644). Universidad de León.
- Suárez González, A. (2015). Cistercian Scriptoria in the Twelfth and Thirteenth Centuries. A Starting Point. In J. D' Emilio (Ed.), *Culture and Society in Medieval Galicia* (pp. 765-811). Brill.
- Suárez González, A. (2016). De libros, memoria y archivos cistercienses. *Cistercium. Revista cisterciense*, 267, 17-42.
- Suárez González, A. (2019). La cultura escrita cisterciense como objeto de investigación (LEMACIST). *Citeaux. Commentarii cistercienses*, 70, 327-332.
- Suárez González, A. (2022). Distintos modos de leer un archivo cisterciense (Santa María de Sobrado, c. 1590-1620). In M. T. Carrasco Lazareno, J. Canoera Huete & E. López Gómez, Erika (Coords.), *De memoria scribenda et custodienda. Miscelánea de estudios sobre archivos catedralicios, monásticos y de órdenes militares* (pp. 89-111). La Ergástula.
- Suárez González (2025). Una lectura distinta de los "libros maestros o de tumbo" cistercienses (siglos XVI-XVII). In M. L. Alvite Díez, J. Matas Caballero & M. C. Rodríguez López (Coords.), *Alegorías y representaciones en el mundo hispánico* (pp. 213-240). Universidad de Salamanca.

- Suárez González, A., & Baurý, G. (2016). La culture écrite dans les monastères cisterciens du nord-ouest de la Péninsule Ibérique (XII^e-XIII^e siècle): une recherche en cours. In A. Baudin & L. Morelle (Dir.), *Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e - milieu du XVI^e siècle). Produire, échanger, contrôler, conserver* (pp. 113-130). Somogy.
- Vázquez Saco, F. (1947). Iglesia parroquial de Santa María de Penamayor. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo*, 23-24, 45-54.
- Villa-Amil & Castro, J. (1866). *Crónica de la provincia de Lugo*. Editorial Aquiles Rochi.

The *Livro Preto* of the Monastery of Grijó (1449–1452): A Multidisciplinary Study of a Late Medieval Monastic Cartulary¹

O *Livro Preto* do Mosteiro de Grijó (1449–1452): Estudo Multidisciplinar de um Cartulário Monástico Tardo-Medieval

RUI PEDRO NEVES

Doutorando em História

Colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura,

Universidade de Coimbra

rpn51@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5767-1583>

ABSTRACT

The *Livro Preto* of the Monastery of São Salvador de Grijó, compiled between 1449 and 1452 at the initiative of Prior João Álvares and produced within the framework of the *Desembargo Régio* under the supervision of Fernão Lopes, reflects the adaptive strategies of medieval monastic communities in response to political and legal uncertainty. Commissioned by royal charter of King Afonso V, the codex gathers 43 documents (1122–1434) from the royal archive with the aim of reaffirming the monastery's rights and patrimony

¹ This study was conducted as part of the doctoral seminar *New Perspectives in Medieval History I*, under the supervision of Professor João Gouveia Monteiro of the University of Coimbra, to whom we express our sincere gratitude for his insightful comments and the kindness with which he supported us throughout the process. We also extend our thanks to Professor Luís Carlos Amaral of the University of Porto for his valuable bibliographical suggestions and potential analytical insights. We also wish to express our gratitude to the reviewers for their thoughtful suggestions, which substantially enhanced the quality and rigor of this article.

following the Battle of Alfarrobeira. This study analyses the cartulary through two principal axes: the historical context and motivations behind its compilation, and its diplomatic, palaeographic, and codicological features. The *Livro Preto* thus emerges as an instrument of legitimisation and resistance, asserting the identity and autonomy of the Augustinian community within the political and ecclesiastical landscape of late medieval Portugal.

KEYWORDS: *Livro Preto*; Monastery of Grijó; Diplomatics; Palaeography; Codicology.

RESUMO

O *Livro Preto* do Mosteiro de São Salvador de Grijó, compilado entre 1449 e 1452 por iniciativa do Prior João Álvares e elaborado no Desembargo Régio sob a supervisão de Fernão Lopes, reflete as estratégias de adaptação das comunidades monásticas medievais face à incerteza política e jurídica. Mandado elaborar por carta régia de D. Afonso V, o códice reúne 43 documentos (1122–1434) provenientes do arquivo régio, com o intuito de reafirmar os direitos e o património do mosteiro na sequência da Batalha de Alfarrobeira. O presente estudo analisa o cartulário a partir de dois eixos principais: o enquadramento histórico e as motivações da sua compilação, e as suas características diplomáticas, paleográficas e codicológicas. O *Livro Preto* revela-se, assim, como um instrumento de legitimação e resistência, afirmando a identidade e autonomia da comunidade agostinha no contexto político e eclesástico da Baixa Idade Média portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: *Livro Preto*; Mosteiro de Grijó; Diplomática; Paleografia; Codicologia.

The *Livro Preto*: Introduction and Historiographical Context

The *Livro Preto*² of the Monastery of São Salvador de Grijó stands out for the quantity, antiquity, and significance of the documents transcribed within it, and is regarded as one of the most important cartularies³ originating from

² Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Mosteiro de Salvador de Grijó*, liv. 49. Hereafter, this source will be referred to as *LP*.

³ According to Arthur Giry and the *Vocabulaire International de Diplomatique*, it is important to note that a *cartulary* (from the Latin *c(h)artularium*) denotes a compilation of copies of documents produced by an individual or collective institution. These compilations gather —either in full

the archive of the Grijó monastic community, comparable in relevance to the *Baio-Ferrado* cartulary. This codex, originally part of the institution's *archivum*, was later transferred to the registry of the Civil Government of Porto before being incorporated into the National Archive of the Torre do Tombo (ANTT), where it remains to this day.

The designation *Livro Preto* ("Black Book"), as with the homonymous cartulary of the Chapter of Coimbra Cathedral (Costa & Rodrigues, 1999), derives from the original colour of its binding, which, according to tradition, was black. Although seemingly a secondary detail, this confers upon the codex a distinct visual identity, situating it within the Portuguese medieval tradition of chromatic codification applied to various cartularies⁴.

The study of this manuscript forms part of a historiographical tradition tracing back to the pioneering work of Jorge de Alarcão. In 1957, as part of his undergraduate thesis submitted to the Faculty of Arts of the University of Coimbra, Jorge de Alarcão developed the study entitled *A Propriedade Rural do Mosteiro de Grijó em Meados do Século XIV e sua Administração* (Alarcão, 1957). This work, based primarily on two codices produced in the monastic *scriptorium* —*Tombo do Prior D. Afonso Esteves* and *Livro das Campainhas*— was crucial for analysing the monastery's estate management. While the former remains unpublished, the latter was edited and published in 1986, in collaboration with Luís Carlos Amaral (Alarcão & Amaral, 1986).

The edition of the *Baio-Ferrado* cartulary by Robert Durand in 1971 marked a decisive turning point in studies on the Monastery of Grijó (Durand, 1971)⁵. This exhaustive work constitutes a complete edition and study of around 300 documents dated between the 10th and 13th centuries, establishing the first

or in abstract— charters relating to property and rights, as well as documents concerning its own institutional history or the administration of the assets. The *Vocabulaire International de la Diplomatie* further observes that these documentary collections may, although only rarely, take forms other than codices, including rolls; notable examples in the Portuguese context are the surviving rolls preserved the Cathedral of Coimbra. What characterises a cartulary, therefore, is that it is created (or commissioned) by an agent —individual or institutional— who has a direct interest in assembling such a compilation, even when the work of compilation is carried out by another authority or produced in a scriptorium other than that of the commissioning entity. See Giry (1965, pp. 27-29) and *Vocabulaire International de la Diplomatie* (1994, n.º 74, pp. 35-36). About the rolls from the Cathedral of Coimbra, see Gomes (2007, pp. 394-401).

⁴ Alongside the *Livro Preto* of Coimbra Cathedral Chapter, the *Livro Verde* of the University of Coimbra and the *Livro Vermelho* are also noteworthy. However, chromatic designation was not universal; certain cartularies acquired their names from particular visual or iconographic characteristics, such as the *Livro das Campainhas*, *Livro dos Pregos* and *Livros das Cadeias*. About these codices see Rodrigues & Veloso (1992); Serra (1793, pp. 391-354); Alarcão & Amaral (1986); Viegas & Gomes (2016); Neves (2023, pp. 231-254) and Cunha (2010, pp. 277-292).

⁵ Hereafter, this work will be referred to as *BF*.

systematic investigation into the early history of the monastic community. It significantly expanded scholarly knowledge of the *cenobium* and reinforced its relevance within both national and international historiographical contexts, sparking interest among a new generation of medievalists. Among these are Luís Carlos Amaral and José Augusto de Sottomayor Pizarro, whose master's dissertations, presented in 1987, were later published in 1994 and 1995 respectively, substantially enriching the historiography of the Grijó monastic community (Amaral, 1994; Pizarro, 1995).

The *Livro Preto* is the last of the four medieval codices produced by the monastic community of Grijó, following the *Tombo do Prior D. Afonso Esteves*, *Livro das Campainhas*, and *Baio-Ferrado*, the latter being the oldest. Although it shares with the earlier codices the purpose of preserving the juridical and patrimonial memory of the institution, the *Livro Preto* is distinguished by its origin. Its compilation did not take place in the monastery's *scriptorium* but in the *Desembargo Régio*⁶, under the supervision of Fernão Lopes, at the request of the Grijó prior João Álvares, in 1449 (*LP*, fl. 1). This new production context reveals a transformation in the monastic community's documentary strategies, demonstrating its adaptability to the legal and political demands of the late medieval period, following the regency during King Afonso V's reign.

Despite the historical and documentary significance of this cartulary, Portuguese historiography has devoted it relatively little attention. In 1934, João Martins da Silva Marques presented a paper at a session of the *Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia* entitled *O Livro Preto de Grijó – Uma certidão passada por Fernão Lopes em 1452* (Madahil, 1936, p. 197). Three years later, António Baião briefly referred to the *Livro Preto* in an article published in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, situating the codex among certificates issued by the *Desembargo Régio* and authenticated by the autograph signature of Fernão Lopes (1937, pp. 111–112).

Although the *Livro Preto* has been cited in various 20th-century studies—where it was occasionally used as a documentary source⁷—no systematic and comprehensive study has been entirely devoted to it. The lack of

⁶ The *Desembargo Régio* was the highest royal judicial authority in the Kingdom of Portugal during the late medieval period. Established to oversee and administer justice on behalf of the monarch, it functioned as the Supreme Court, adjudicating legal disputes and supervising the administration of royal justice. It also played an important role in the regulation and authentication of official documents and royal charters, acting as a central institution in the governance and legal framework of the kingdom during the 15th century. See Homem (1990).

⁷ Reuter (1938); Azevedo (1940–1942, hereafter referred to as *DR*); *BF*; Azevedo, Costa & Pereira (1979); Andrade, Krus & Mattoso (1989); Costa (1993); Amaral (1994); Pizarro (1995); and Fernandes (2011).

in-depth analysis of its contents, production context, and role within the institutional memory of the Monastery of Grijó reveals a significant historiographical gap. This has begun to be partially addressed by Ana Catarina Ferreira Soares's master's dissertation, which highlighted the central role of the monastery's archive in safeguarding institutional memory throughout the Middle Ages, particularly through the collection, organisation, and preservation of royal charters (Soares, 2023).

In this regard, it is essential to approach the *Livro Preto* with a renewed methodological framework—one that moves beyond traditional interpretations focused solely on the literal value of the transcribed documents. From the second half of the 20th century, the development of the so-called “new archaeology of the text” has consolidated a perspective viewing cartularies as discursive constructions, endowed with intentionality and embedded in specific institutional and memorial logics. This approach prioritises understanding them as deliberate constructions with internal coherence, shaped by particular objectives within broader institutional legitimisation strategies⁸. Of particular importance is analysing the rationale behind the selection of compiled documents—understood not merely as an archival act but as a conscious process defining memory, identity, and institutional authority (Ramírez Vaquero & Herreros Lopetegui, 2013, pp. 14–15).

Notable examples applying this methodology include recent studies of the *Liber Testamentorum* of the Monastery of São Salvador de Paço de Sousa (Lopes & Silva, 2016), the *Livro de Mumadona* of the Monastery of Guimarães (Amaral, 2016), and the new critical edition of the *Censual* of the Chapter of Porto (Silva, 2024). Within this theoretical and heuristic framework, this article proposes an introductory analysis of the *Livro Preto*, aiming both to recognise its historical significance and to understand the documentary practices that guided its compilation within the context of the Monastery of Grijó.

The cartulary compiled within the *Desembargo Régio*, comprising 43 copies of documents dated between 1122 and 1434—together with one undated charter and the opening and closing records dating the work between 1449 and 1452—calls for an analysis that integrates the Monastery's institutional context with the logic of compilation and underlying documentary practices. This article therefore constitutes an introductory approach to a broader ongoing study focused on the full transcription, critical analysis, and edition of the *Livro Preto* of the Monastery of Grijó. This initial contribution seeks to move beyond a purely formal or diplomatic reading of the codex and to situate it

⁸ On this concept, see Amaral (2016, p. XII, note 4).

within a broader institutional and documentary framework. It aims to highlight the historical and juridical dynamics shaping its production and reception, offering a rigorous, well-founded contribution to understanding the cartulary's role in preserving the institutional memory of the Monastery of Grijó.

1. The Institutional Trajectory of the Monastery of Grijó: Foundation, Reform and Crisis (10th-14th Centuries)

Those travelling through northern Portugal to the parish of Grijó in Vila Nova de Gaia are immediately struck by the grandeur of the Church of São Salvador de Grijó. This monument, predating the foundation of the Kingdom of Portugal, reflects the complex religious and social dynamics that shaped the region. Its history, intertwined with key Iberian events, offers valuable insights into medieval Portuguese religious, political, and cultural developments.

The monastery's legacy is recorded in the 12th-century *Baio-Ferrado* cartulary, compiled by the monastic community itself, which traces its foundation back to 922 (*BF*, pp. 125–126). Established by two brothers, it belonged to the tradition of small familial monastic communities, characteristic of Iberian monasticism before the Cluniac reform (Amaral, 1994, p. 33; Mattoso, 2002, pp. 115–122). The church, dedicated to Saint Savior, housed a double community with recruitment limited to the founders' descendants (*BF*, p. XXIII; Mattoso, 2002, p. 131).

During the 10th century, despite Christian advances under Ordoño II of León, the Galician-Portuguese region endured intense conflict with Muslim forces. Abd al-Rahman III's caliphate restored internal order and expanded northward, culminating in Almanzor's 987 conquest of Coimbra, which forced Christian retreat to the Douro valley, restoring earlier Asturian borders (Lévi-Provençal, 1999, vol. II, pp. 33–47; Alarcão, 2019, pp. 17–22; Barroca, 2003, pp. 27–28).

The absence of documentary references to the monastery following 922 can reasonably be attributed to this period of instability. The scarcity of records persists into the 11th century, with only 3 charters preserved in the *Baio-Ferrado* cartulary during its first three quarters (*BF*, pp. 149, 161, 249)⁹. None of these documents mention the Monastery of Grijó, underscoring the limited evidence concerning its activity during this time (*BF*, pp. XXIII–XXIV).

⁹ On the surviving sources for Santa Maria in the 9th and 10th centuries, see Andrade, Krus & Mattoso (1989, pp. 29–32).

After a prolonged scarcity of records, more substantial documentation appears in 1075, when Soeiro Fromarigues acquired several properties in Grijó, including a basilica dedicated to São Salvador (*BF*, p. 141). Although this does not confirm the continued existence of a monastic community, it marks the first known link between the site and a notable noble lineage. As Robert Durand suggests, the monastery may have been reduced to a modest parish church (*BF*, p. XXIV). Soeiro Fromarigues' intervention had lasting consequences, particularly in consolidating the monastery's patrimony. His donation of 3th October 1093, which included agricultural estates, laid the economic foundation of the institution (*BF*, pp. 136–137).

Beyond property endowments, Soeiro Fromarigues played a key role in the monastery's religious and political affirmation. Likely due to his efforts in rebuilding the church and his prestige, Bishop Crescónio of Coimbra consecrated the church (*BF*, p. 198; Costa & Rodrigues, 1999, pp. 130–134). This act not only legitimised the monastic institution in ecclesiastical terms but also enhanced its religious stature within the region (*BF*, pp. 136–137; Morujão, 2010, pp. 88–89).

After the death of Soeiro Fromarigues, his wife Elvira Nunes and their son Nuno Soares—who Count Pedro described as the “restorer of the monastery” (Ruas, 1949, pp. 361–373; Mattoso, 1980, p. 65)—continued his legacy. This new generation strengthened ties with the political elite, particularly with Countess Teresa and her son, Afonso Henriques, who would later become the first monarch of Portugal (*BF*, pp. XXIV–XXVII; Amaral, 1994, pp. 169–170). Their patronage secured significant privileges for the monastery, including exemption charters granted to Grijó (1122), Brito (1139), and Tarouquela (1142) (*DR*, vol. 1, pp. 104–105, 203–205, 241–242).

This growing proximity to political power proved decisive in fostering a significant internal transformation within the monastery. Following the foundation of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra in 1131 (Martins, 2003; Gomes, 2007; Neves, 2024), several religious communities adopted the Rule of St Augustine (Gomes, 2007, pp. 80–84, 159–161; Mattoso, 1992, pp. 109–115). As part of this wider reform movement, between 1132 and 1135, São Salvador de Grijó restructured its communal life and adopted the Augustinian model. The numerous charters preserved in the *Baio-Ferrado* cartulary attest to this transition, with the term *canonice* appearing in the documentary formulae and, notably, an 1134 charter referencing St Augustine for the first time (*BF*, pp. XXVIII–XXX; Gomes, 2007, p. 160).

The convergence of all these actions created the political and economic conditions necessary for the consolidation of the Monastery of Grijó, enabling

its continued development throughout the 11th and 12th centuries (BF, pp. XXXI–XXXVII; Costa, 1993, pp. 10–37; Amorim, 1997, pp. 45–52). The granting of royal privileges and the support of the patronal family ensures the material resources essential to monastic life, as well as an increasing degree of autonomy from episcopal authorities. This combination of factors not only consolidated the Monastery of São Salvador de Grijó as one of the most important religious institutions in the region but also conferred upon it a leading role in the economic and social organisation of the territory. As Luís Carlos Amaral aptly observes, by the mid-14th century, the Monastery of Grijó had established itself as a true monastic lordship, becoming an unavoidable reference within the regional ecclesiastical landscape (Amaral, 1994, p. 171).

The religious and material growth and consolidation of the Monastery were significantly undermined throughout the 13th and 14th centuries, largely due to the hereditary transmission of patronage rights, which substantially extended the influence of the founding family (Pizarro, 1995, pp. 98–103). Founded under the aegis of an aristocratic lineage, the monastery remained over time under the tutelage of lords who drew benefits of both a financial and honorific nature from it (Alarcão, 1964, pp. 116–117). Beyond the prestige associated with the patronage of a monastery, the appropriation of a significant portion of its revenues gradually weakened the economic stability of the institution, which in turn directly compromised the religious life of the community (Amaral, 1994, p. 171).

This internal fragility was further aggravated by the broader context of crisis that affected the kingdom during the second half of the 14th century. The demographic, economic, and agrarian downturn that struck Portugal during this period compounded the challenges already facing the monastery, prompting a more assertive institutional response¹⁰. In 1361, at the Cortes of Elvas, representatives of the clergy denounced to the monarch the abuses perpetrated by local nobles, who disregarded established agreements and illicitly appropriated the incomes of various ecclesiastical institutions (Marques & Dias, 1986, pp. 23–24).

Four years later, at the request of the prior of the Monastery of Grijó, King Pedro I issued a royal provision aimed at protecting the monastery's assets against theft and abuses committed by nobles and other individuals (Marques, 1984, pp. 476–477). This measure sought to reinforce the authority of the monastery and to mitigate the persistent threats to its patrimonial integrity. As part of this

¹⁰ According to Jorge de Alarcão, the *Tombo do Prior D. Afonso* suggests financial difficulties at the Monastery of Grijó in the 14th century, recording just 11 canons and 4 lay brothers in 1364 (1964, p. 116).

strategy to defend its rights, the monastic community of Grijó initiated an inquiry process to clarify the rents and rights associated with the heirs of Soeiro Fromarigues, requesting that the Crown assume the role of arbiter in the dispute (Amaral, 1994, pp. 172–174; Alarcão, 1964, pp. 118–119). To ensure the enforcement and supervision of the decisions reached, Jurio Geraldês¹¹, the *corregedor* of the Beira region, was appointed (Alarcão & Amaral, 1986, p. 13).

In response to this petition, on 29th June 1365, as recorded in the *Livro das Campainhas*, a new regulatory framework was established concerning the payments due to the local nobility. The document stipulated that the privileges previously granted to the patrons would henceforth be replaced by exclusively pecuniary payments, thereby abolishing the traditional obligations of lodging and provisioning (Alarcão & Amaral, 1986, pp. 11–15).

This reformist effort culminated in the completion of the inquiry and the issuance of formal rulings, marking the beginning of a new chapter for the Monastery of Grijó. The monastic institution was no longer subordinated to a patronal family but instead established a relationship based on specific financial obligations with the descendants of that lineage. This shift consolidated Grijó's status as a lordship of lands and incomes, enabling it to exercise more structured and effective authority over those who maintained ties with the institution (Amaral, 1994, p. 172).

Although the resolutions contained in the *Livro das Campainhas* sought to address the monastery's grievances, its relationship with the local nobility remained characterised by hostility. During the Cortes held in Porto in 1372, issues were raised concerning the rights of patronage. In response, King Fernando I declared that such matters should be addressed in accordance with the provisions previously established by his predecessors (Marques, 1990, vol. 1, p. 119). The following year, the canons of the Monastery of Grijó once again appealed to the Portuguese monarch, claiming that certain nobles were unlawfully usurping rights over the monastery's property and asserting privileges and prerogatives to which they were not entitled. In response, the king authorised the judges of Porto to act as mediators in the disputes, instructing them to base their decisions on legally recognised rights as recorded in the relevant royal documents (*LP*, fl. 4).

In spite of royal intervention, conflicts between the nobility and the monastic community persisted, reflecting the complex dynamics of power

¹¹ Available information on Jurio Geraldês is scarce. It is recorded that he died on 30th January 1381 and was buried in the church of Vila Boa do Bispo (Barroca, 1987, pp. 461–463; 2000, vol. 2, pt. 2, pp. 1878–1886).

and the enduring tensions between the parties involved. During the reign of King João I, the prior of the Monastery of Grijó repeatedly sought royal confirmation of the institution's rights as a strategy to counter ongoing abuses¹². Nevertheless, even with royal protection and the repeated confirmation of privileges, the monastery continued to suffer from seigneurial usurpation and economic hardship throughout the second half of the 14th century —circumstances that undermined its governance and institutional stability (Marques, 1968, p. 58).

In the first half of the 15th century, there are no recorded instances of further usurpations or abuses by the nobles of Grijó. Nevertheless, in 1433, King Duarte, continuing the policy of his father, reaffirmed the privileges previously granted to the monastic institution (Dias, 1998, vol. I, t. 1, p. 199) —a decision later reiterated during the regency of Pedro, Duke of Coimbra¹³. As Inês Amorim has noted, during this period the Monastery of Grijó experienced a phase of stagnation in its efforts to expand and consolidate its landed patrimony. In response, the community increasingly concentrated on the defence of its jurisdictional rights, particularly within a fragmented territorial landscape marked by the proximity of other ecclesiastical lordships whose actions could compromise Grijó's authority over estates situated at a distance from its principal holdings (Amorim, 1997, p. 45).

It is within this context of institutional vulnerability, political transition, and growing reliance on written proof that the compilation of the *Livro Preto* must be understood —an effort aimed at consolidating legal control over dispersed assets and reinforcing the historical memory of the monastery.

2. Cartularies in Times of Turmoil: The *Livro Preto* of Grijó (1449–1452)

Following the death of Prior João Anes Regadas in 1442¹⁴, João Álvares was appointed by royal decision as the first commendatory prior of Grijó. His prior experience at the head of the Monastery of São Pedro de Roriz

¹² Between 1385 and 1394, seven diplomas appear in the chancery registers of King João I, all relating to the defence of the Monastery of Grijó's privileges. These documents evidence royal intervention —often at the prior's request— against seigneurial abuses (Dias, 2005–2023, vol. 1, pt. 2, pp. 12–13; vol. 1, pt. 3, pp. 130, 164, 167; vol. 2, pt. 1, pp. 62–63; vol. 2, pt. 2, pp. 105, 129).

¹³ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 2, fl. 35v.

¹⁴ See Costa (1993, pp. 68–71); Fernandes (2011, pp. 490–491); and Costa & Amaral (2023, pp. 333–338) about João Anes Regadas.

suggests that the Crown held his administrative competence in high regard¹⁵. According to the *Crónica do Mosteiro de Grijó*, attributed to Marcos da Cruz, he undertook immediate efforts to safeguard and systematise the monastery's assets upon assuming office (Costa & Amaral, 2023, p. 344).

In order to secure the legal protection of the Monastery of Grijó's rights and jurisdictions, João Álvares appealed to King Afonso V for the issuance of an authenticated transcript of the institution's documents, which were, at the time, kept in the *Torre do Tombo* within the castle of Lisbon¹⁶. This request, which encompassed royal charters, legal decisions, inquisitions, and official certificates, reveals a deliberate effort to consolidate legal protection. The documents were compiled and formally delivered on 18th July 1452 to Vasco Anes, canon of Grijó and legal representative of the prior, thereby constituting the documentary *corpus* now known as the *Livro Preto* of the Monastery of Grijó (*LP*, fl. 37v)¹⁷.

Although the precise date of submission remains unknown, the royal writ authorising the operation was issued on 15th June 1449. In this directive, King Afonso V instructed Fernão Lopes, Keeper of the *Torre do Tombo*, to "search for the said documents and, of those found to pertain to the said monastery, to prepare a transcript" (*LP*, fl. 1). These transcriptions were formally certified, and the *Livro Preto* itself attests to their public authenticity. The codex concludes with an approval clause, including validation by the Vice-Chancellor, the autograph of Fernão Lopes, and the seal of the *Casa dos Contos de Lisboa* —though, regrettably, the seal has not survived¹⁸. These formal elements ensured the legal authority of the codex in accordance with the procedures established by the Royal Chancery, as set forth by King João I in 1411 (Dias, 2005–2023, vol. 5, t. 1, pp. 437–438).

¹⁵ On João Álvares, see Costa (1993, pp. 71–76); Fernandes (2011, pp. 491–492); and Costa & Amaral (2023, pp. 338–350).

¹⁶ In the same year, João Álvares submitted a similar petition to obtain transcriptions of all royal charters relating to the Monastery of São Pedro de Roriz. The royal writ from King Afonso V to Fernão Lopes was issued on 12th June 1449, and the transcription was completed on 28th July 1451. The resulting register of privileges is held at the University of Coimbra Archives (AUC). See Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Pergaminhos*, Gaveta 25, n.º 1. For the register of privileges of São Pedro de Roriz, see Madahil (1936, pp. 184–204).

¹⁷ On Canon Vasco Anes, see Fernandes (2011, pp. 622–623).

¹⁸ The privilege register of the Monastery of São Pedro de Roriz still preserves the seal of the Casa dos Contos de Lisboa. This brown wax pendant seal is attached by a plaited blue-and-white wool cord. Although the legend is heavily damaged and largely illegible, the Portuguese royal arms with ten castles and the Cross of Avis remain clearly visible. This sigillographic element closely resembles that described by António Caetano de Sousa in the *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. See AUC, *Pergaminhos*, Gaveta 25, n.º 1; Sousa (1738, vol. V, pp. 31–32, plate XL); Rau (1951, pp. 19–34).

The *Livro Preto* of the Monastery of Grijó was meticulously executed by the scribe Martim Vasques, whose hand remains consistent throughout the volume, both in graphic style and in the systematic use of abbreviations¹⁹. The codex is formatted in two columns, with each folio bearing a marginal autograph inscription reading *Rodericus*, likely a reference to Rui Gomes de Alvarenga, Vice-Chancellor and officer of the Court of Petitions²⁰. At the closing of the manuscript, alongside corrections made by Fernão Lopes, his signature is also present. Notably, the monastery paid 20 *reais* to the *Desembargo Régio* for the transcription, a detail that underscores both the financial burden and the institutional importance of the validation process (*LP*, fl. 38)²¹.

The *Livro Preto* thus emerged as a pivotal legal instrument for safeguarding rights conferred by successive monarchs. Its production in public form, under royal oversight, endowed the monastery with a robust juridical basis upon which to assert its claims. In this light, the 1449 petition must be contextualised within the heightened uncertainty following the Battle of Alfarrobeira, fought between 5 and 20 May of that year—a conflict that significantly destabilised the kingdom’s political landscape. As Amélia García Medina notes, the compilation of dispersed documentation was a frequent response to such periods of crisis, serving to reinforce and protect established legal entitlements and possessions (2011, p. 300)²².

From a documentary perspective, the *Livro Preto* resembles the so-called “chancery cartularies”, which, prior to the systematic registration of official acts, compiled documents that either substantiated institutional rights or served as evidence in defence against external claims (Bautier, 1993, p. 363)²³. The codex was compiled within the *Desembargo Régio* and consists of authentic copies—namely, transcripts validated by a public authority, in this case the Royal Chancery acting on behalf of the

¹⁹ Martim Vasques, besides authoring the *Livro Preto* of Grijó, also compiled the *Caderno de Privilégios* of São Pedro de Roriz, completed in 1441, and the *Livro Grande* of Porto, finalised in 1447 (see Madahil, 1936, p. 198; Reimão, 1995, p. 15).

²⁰ For Rui Gomes de Alvarenga’s political career, see Monteiro (1997, vol. 2, pp. 139–140); Freitas (2001, vol. 2, pp. 518–523); and Carvalho (2001, pp. 131–137).

²¹ Examination of the transcriptions from the Monastery of Roriz confirms that the amount paid was identical (Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Pergaminhos*, Gaveta 25, n.º 1, fl. 1).

²² For a parallel case, see the *Livro das Cadeias*, compiled in Braga amidst the political tensions between Archbishop Gonçalo Pereira and King Afonso IV. In the face of instability and the dispersal of essential records, the archbishop appears to have ordered the systematic gathering and transcription of documents relating to the see’s jurisdictional rights and ecclesiastical privileges, thereby producing a cartulary designed to secure and to assert those claims (Cunha, 2010, pp. 286–287).

²³ Comparable cases may be found elsewhere; for instance, Cristina Cunha (2010, p. 288) notes that the *Livro das Cadeias* from the Archdiocese of Braga can also be included in this category.

Portuguese monarch. As such, the *Livro Preto* was conceived primarily as a juridical instrument to support the monastery's position in potential legal disputes, while also contributing to the preservation of its internal institutional memory.

This rationale closely parallels the motivations underpinning the compilation of the *Livro Grande do Porto*, both codices emerging from a shared political climate and a common imperative to reaffirm property rights amid volatile circumstances. Luís Miguel Duarte argues that the urgency surrounding the latter stemmed from the instability of the regency of Duke Pedro and the broader repercussions of the Battle of Alfarrobeira (2017, pp. 80–83). Likewise, the request initiated by the canons of Grijó may be interpreted as a direct response to comparable threats in a region heavily influenced by powerful local elites (Soares, 2023, p. 78).

As a cartulary, the *Livro Preto* assumed a central role in the monastery's institutional strategy —not merely as a repository of documents, but as a legal instrument for asserting and safeguarding its prerogatives. The meticulous compilation and formal validation of its contents demonstrate a deliberate effort to secure continuity of rights and protection of assets amid uncertain times. The official petition for royal confirmation submitted in December 1450²⁴, followed by the subsequent delivery of the volume in July 1452 (*LP*, fl. 37v), further underscores the codex's strategic significance in affirming the monastery's legal standing before the Crown.

Ultimately, this process highlights the instrumental role of the *Livro Preto* not only in reaffirming the institution's autonomy, but also in safeguarding its patrimony through documented royal recognition. The continued use of the codex across generations —evidenced by numerous marginal annotations in various scripts and hands— attests to its enduring relevance as both a legal instrument and a repository of institutional memory.

3. Diplomatic Analysis

3.1. Internal Structure and Documents

The *Livro Preto* of the Monastery of Grijó is characterised by the absence of any internal divisions, presenting itself as a parchment cartulary

²⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 34, fl. 191.

comprising 43 transcriptions. To this *corpus* of documents are added the opening and closing statements, bringing the total to 45 records. According to the documentary typology proposed by Ana Catarina Soares (2023, pp. 59–60), the distribution of documents by ruling monarch, as illustrated in Chart I, reveals a greater concentration of diplomas issued during the reign of King Dinis, followed by those from the reign of Afonso II.

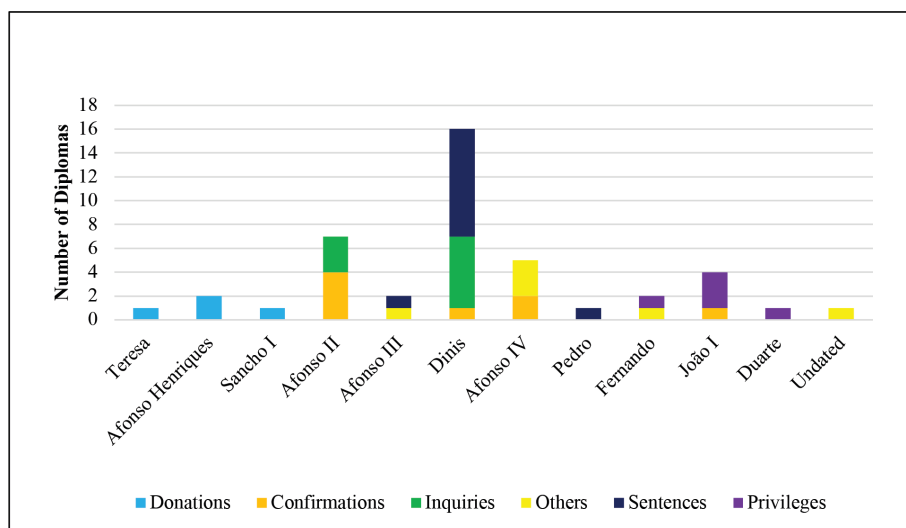


Chart 1 – Distribution of documentary typologies according to reign in the *Livro Preto*.

Source: ANTT. *Mosteiro de Salvador de Grijó*, liv. 49. Own authorship.

As Chart I demonstrates, the documentary composition of the *Livro Preto* is highly uneven across reigns, reflecting both the chronology of royal intervention and the juridical priorities that shaped the compilation of the cartulary. Judicial sentences and royal inquiries are particularly concentrated in the reign of King Dinis, highlighting the centrality of litigation and administrative clarification in the consolidation and defence of monastic rights during this period. Earlier reigns, especially those of Sancho I and Afonso II, are more strongly represented by donations and their subsequent confirmations, pointing to a documentary strategy centred on the validation and reaffirmation of foundational grants. In contrast, later reigns are represented by a more limited number of acts, predominantly privileges and isolated instruments, suggesting a selective incorporation of documents in response to specific legal or institutional concerns.

From a typological perspective, judicial sentences form the largest documentary category²⁵, followed by royal inquiries and confirmations, which together account for 62.2% of the total number of documents preserved in the codex. Although they constitute a relatively small group, all the privileges included in the collection are dated to the period between 1379 and 1434 (*LP*, fls. 4v, 26v–27, 35–36). Among the donations, particular attention should be paid to the *cartas de couto*²⁶ granted to Grijó, Brito, and Tarouquela (*LP*, fls. 2v–3v), as well as to the concession of *fossadeira*²⁷ rights by King Sancho I in 1189 (*LP*, fl. 3v). The placement of the corresponding confirmations issued by King Afonso II on the immediately following folios constitutes a deliberate documentary arrangement, reinforcing both the continuity and the legal legitimacy of these grants within the broader process of the patrimonial consolidation of the Monastery of Grijó (*LP*, fls. 1–1v, 2v–4).

The cartulary also preserves a small but heterogeneous group of records classified under the category “Others”. This group comprises two mandates (*LP*, fls. 7–7v, 26v), an order of possession (*LP*, fls. 15v–16), a land lease (*LP*, fls. 24v–25), an appointment (*LP*, fl. 4), and an undated register concerning the revenues to be collected by the *mordomo-mor*²⁸ in Gaia (*LP*, fls. 5v–7).

²⁵ With the exception of a sentence issued by Pedro I in 1357 (*LP*, fls. 4v–5v), all other sentences in the cartulary originate from royal inquiries conducted during the reigns of Afonso II and Dinis.

²⁶ A *carta de couto* is a medieval legal instrument by which a superior authority—most commonly the king, though occasionally a lay lord or an ecclesiastical authority—granted or confirmed the status of *couto* to a territory. Through this act, a territorially defined space was endowed with a set of privileges, most notably immunity from royal jurisdiction and the exclusion of royal officials from judicial and administrative intervention. Such grants generally conferred a degree of autonomous jurisdiction, often encompassing both civil and criminal competences, and in many cases recognised rights of asylum, particularly in ecclesiastical contexts. From a diplomatic perspective, the *carta de couto* constitutes either a constitutive or a confirmatory act, defining the boundaries of the *couto*, enumerating the privileges conceded, identifying the beneficiary, and establishing sanctions against infringements. These instruments were particularly common between the ninth and thirteenth centuries throughout the Iberian kingdoms and correspond, in functional and juridical terms, to the charters of immunity (*immunitates*) known in regions beyond the Pyrenees.

²⁷ The *fossadeira* was originally a fine imposed on those who failed to fulfil their obligation to attend the *fossado*, the royal military summons. Over time, it ceased to function primarily as a penalty and evolved into a commutable duty, allowing the obligation to be discharged through payment in money, services, or in kind, such as grain, bread, or meat. This shift, evident in charter evidence—particularly municipal *forais*—reflected the declining frequency of military expeditions and the reduced need for large-scale mobilisation of armed men. Both the Crown and its subjects benefited from this transformation: the former gained a more predictable source of revenue, while the latter could convert a burdensome personal duty into a fixed contribution. In this context, the donation of the *fossadeira* increasingly functioned as a fiscal privilege, generating a growing source of income for the Monastery of Grijó and integrating an earlier military obligation into the structures of medieval royal administration and finance.

²⁸ The *mordomo-mor* was a high-ranking official responsible for the administration and management of the patrimony of the king, overseeing revenues, properties, and staff, and supervising

3.2. The Documentary Selection

The selection of documents included in the *Livro Preto* of the Monastery of Grijó follows a rationale closely aligned with the strategic interests of the monastic community, which sought to consolidate and safeguard its rights and patrimony under the scrutiny of royal authority. This objective is explicitly articulated in the royal warrant issued by King Afonso V, instructing Fernão Lopes, in his capacity as keeper of the *Torre do Tombo*, to locate and transcribe all documents held in the royal archive that pertained to the monastery (*LP*, fl. 1). The documents copied into the cartulary were thus deliberately selected with the aim of legitimising donations, confirmations, rights, and properties acquired over the centuries, thereby ensuring the preservation of the community's legal and administrative memory.

The *Torre do Tombo* played a decisive role in the compilation of this cartulary. It was within this archive that records of inquiries, royal charters, and other writings concerning the Grijó community were identified, enabling the assembly of the documentary *corpus* that constitutes the *Livro Preto*. Compared with the registers of the royal chancery and the few surviving original charters, this cartulary stands out as a source of exceptional importance, as it preserves in full the contents of documents whose originals have been lost and for which only brief summaries remain.

Moreover, the *Livro Preto* enables a critical reassessment of the chronology of certain documents. A notable example is the charter of *couto* granted to Grijó by Countess Teresa. Although the original is now lost, the earliest known copy, dated to 1128, appears in the *Baio-Ferrado* cartulary. However, Rui de Azevedo's analysis of the version included in the *Livro Preto* allows the document to be more precisely dated to the year 1122 (*DR*, vol. 1, pp. 104–105; vol. 2, p. 594).

As Ana Catarina Soares notes (2023, pp. 56, 101–102), the value of the *Livro Preto* is further enhanced by the impact of widespread documentary losses affecting royal archival collections, particularly as a result of administrative reforms such as the *Leitura Nova*. These reforms, which did not ensure the full transcription of earlier documents into new registers, led to the irreversible loss of numerous diplomas. Consequently, the information con-

the collection and allocation of rents and dues. In royal contexts, he could also exercise judicial and fiscal authority related to royal estates, while in monastic or cathedral settings he managed the temporal assets of the institution. In medieval England, the closest equivalents would be the Chief Steward or Seneschal, who combined administrative, financial, and occasionally judicial functions.

tained in these documents survives only in the original exemplars dispatched to their recipients, which were preserved within local archives (Homem, 1990, pp. 220–222). Equally significant is the fact that the *Livro Preto* preserved transcripts that might otherwise have been lost in the aftermath of the Lisbon earthquake of 1755. Even if the original royal charters or their registers survived the catastrophe, they may have been misplaced during the transfer of the archive from the Castle of São Jorge to the Monastery of São Bento. In this context, the *Livro Preto* plays an essential role in preserving and recovering documentary content that would otherwise have disappeared irretrievably (Ribeiro, 2003b, pp. 1401–1404).

A close analysis of the *Livro Preto* reveals that 17.7% of the transcribed diplomas have no known extant reference or *regestum* elsewhere. This highlights both the uniqueness and the historical value of the cartulary, which stands as an indispensable primary source for reconstructing the documentary heritage of the Monastery of Grijó.

The 1452 compilation reflects a careful process of documentary selection and organisation. The analysis of the general inquiries of King Dinis from 1284 and 1288, along with the respective judgments issued in 1290, shows that only those sections directly relevant to the monastery were copied into the cartulary²⁹. Parishes in which the monastery held no property were deliberately excluded, revealing a utilitarian approach tailored to the specific needs of the institution at the time of transcription by the *Desembargo Régio*. It is evident that, if the aim was to secure and defend the rights of São Salvador in potential legal disputes, including the full text of rulings concerning unrelated parishes would have been both pointless and counterproductive.

Despite the Monastery of Grijó explicitly requested from King Afonso V the gathering of documents concerning the institution, it is clear that certain diplomas were not included in the final compilation. One notable example is the donation of the hermitage of Vagos to the monastery by King Sancho I in August 1200 (Azevedo et al., 1979, pp. 206–207). Although preserved in the *Baio-Ferrado* cartulary (*BF*, pp. 269–270), this charter was not transcribed into the *Livro Preto*. As noted by Rui de Azevedo and Avelino de Jesus da Costa, the original —written on a narrow strip of parchment now missing its lower portion— is physically attached to the cartulary, and its subscriptions are visibly incomplete. This original is unusual in that the monastery chose to affix it to one of the *Baio-Ferrado* folios rather than

²⁹ The inquiries and judicial sentences concern the *julgados* of Fervedo, Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Cabanões, Figueiredo, Cambra, Rocas, and Sever do Vouga (*LP*, fls. 16v–35).

copying it, as was done with other documents³⁰. The presence of the diploma in the *Baio-Ferrado* does not explain its exclusion from the *Livro Preto*, especially since other documents, such as the *cartas de couto* of Grijó, Brito, and Tarouquela (*BF*, pp. 14–15, 17–21), were also recorded there and were nevertheless transcribed into the 15th-century codex (*LP*, fls. 1, 2–3v). The most plausible explanation lies in the likelihood that the officials of the *Desembargo Régio* were unaware of the diploma's existence at the time of the cartulary's compilation. As Azevedo and Costa have pointed out, the copy in the *Baio-Ferrado* is the only extant witness to the donation made by King Sancho I (Azevedo et al., 1979, pp. 206–207). This suggests that, between the compilation of the *Baio-Ferrado* and the elaboration of the *Livro Preto*, the royal chancery neither issued a confirmation of the donation nor maintained any subsequent record of it, particularly as King Afonso II did not confirm the act of his predecessor. Thus, the most likely explanation for the omission of Sancho I's donation from the *Livro Preto* is a combination of documentary loss and archival unawareness on the part of royal officials.

Another telling example concerns the rulings resulting from the 1290 inquiries. Although the *Livro Preto* contains a substantial number of records drawn from these inquiries, it notably omits the rulings pertaining to the *julgados*³¹ of Felgueiras and Tâmega —territories in which the monastery held property (Pizarro, 2015, pp. 82–83, 99).

3.3. Analysis of the Copies

Of the total number of diplomas transcribed in the *Livro Preto*, this analysis reveals that only eleven original documents have survived to the present day. The remainder —excluding eight authenticated copies— are preserved solely in later versions, primarily those found in royal chancery

³⁰ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Mosteiro de Salvador de Grijó*, liv. 50, fl. 111v; Azevedo et al., 1979, p. 206.

³¹ In medieval Portugal, a *julgado* was a territorial unit established primarily for judicial administration. It typically encompassed several villages or parishes and served as the basic framework for the dispensation of royal justice. Each *julgado* was overseen by a judge or official appointed by the king, responsible for conducting trials and enforcing legal decisions. *Julgados* were instrumental in decentralising justice, facilitating the collection of fines and judicial dues, and are frequently documented in royal inquiries, making them a key source for the study of medieval territorial administration.

registers or in the royal inquiries compiled between the thirteenth and fourteenth centuries³².

An assessment of the quality of these copies, conducted through comparison with their respective originals or with earlier versions, reveals that Martim Vasques, in his capacity as scribe of the *Desembargo Régio*, frequently introduced transcriptional errors, particularly in the case of Latin documents. In approximately 67% of the copies examined, at least one error has been identified. The most common issues include the duplication of letters (*LP*, fls. 2, 4v, 7, 12v), the omission or misreading of characters (*LP*, fls. 2v, 5v, 9, 12), and the inaccurate expansion or misinterpretation of abbreviations (*LP*, fl. 3). In some cases, personal names —recorded in abbreviated form— were rendered incorrectly (*LP*, fl. 1v).

Signs of later correction are also observable. Rather than erasing or striking through letters, the scribe frequently amended errors by overwriting them (*LP*, fl. 12v). Other interventions include dotted words (*LP*, fl. 2v), strikethroughs (*LP*, fls. 16, 18), and interlinear insertions (*LP*, fls. 3, 5). Despite these flaws, there is no evidence of deliberate simplification, which suggests a consistent intention to remain faithful to the original text.

Moreover, Martim Vasques demonstrated a clear awareness of the material limitations of the writing support, adapting his transcription to physical imperfections in the parchment, such as holes (*LP*, fl. 22, 22v). In an effort to enhance the authenticity of the authenticated copies and reinforce the credibility of the compilation, the scribe took care to reproduce key validating elements, including the *crux roborationis*, witness lists, and confirmants (*LP*, fls. 1–3v)³³.

The documentary practices and standardised diplomatic structures observed in Martim Vasques's copies are also found in other contemporary compilations, such as the *Caderno de Privilégios* of the Monastery of São Pedro de Roriz³⁴ and the *Livro Grande do Porto*, as demonstrated by Rute Reimão (1995, pp. 15–18).

³² For possible sources used in the compilation of the *Livro Preto*, see Soares (2023, pp. 59–60).

³³ The meticulous attention shown by Martim Vasquez in replicating, with the greatest possible precision, the original documents' validation marks is particularly significant. This deliberate palaeographical procedure —namely, the faithful transcription or graphic reproduction of authenticating signs such as notarial marks, subscriptions, *rotae*— can likewise be observed in other Portuguese cartularies, as evidenced in the *Livro das Cadeias*. Such practices underscore the scribes' concern with preserving not only the textual content but also the diplomatically relevant paratextual features of the exemplars (Cunha, 2010, p. 282).

³⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Pergaminhos*, Gaveta 25, n.º 1.

4. Palaeographic Analysis

4.1. Scribal Attribution and Uniformity

The palaeographical analysis of the cartulary, compiled within the *Desembargo Régio*, confirms that a single scribe, Martim Vasques, as stated in the closing attestation of the codex (*LP*, fl. 37v), executed the entire text. In addition to his direct involvement, the hands of Fernão Lopes and Rui Gomes de Alvarenga —Vice-Chancellor of the *Desembargo* and Petitions— are also identifiable. The latter initialled each folio, thereby ensuring the authenticity and conformity of the work³⁵.

The script model adopted throughout the codex remains broadly consistent, notwithstanding minor variations. These become especially apparent on folios where the number of written lines diverges from the average. Most folios contain 38 lines per column, though some exceed (*LP*, fls. 2, 13, 19, 28) or fall below this norm (*LP*, fls. 1, 5, 9v, 24, 37v). Such deviations affect the script's layout, revealing a tendency towards textual compression or expansion within the columns. Nonetheless, it is evident that the entire text was written in a single script type —hybrid cursive Gothic— according to the typology proposed by Albert Derolez (2006, pp. 142-156)³⁶.

4.2. Technical and Aesthetic Features

The palaeographical analysis of the *Livro Preto* reveals a deliberate concern with graphic execution, reflecting the technical and aesthetic care employed by the scribe, Martim Vasques. The codex was written primarily in sepia ink, with red ink reserved for rubrics (*LP*, fls. 1, 4v, 7, 12), initials (*LP*, fls. 1v, 2v, 7) and pilcrow (*LP*, fls. 5v-7, 8-10v).

Both rubrics and initials were added after the main text had been copied into the columns, as indicated by the spacing left for their insertion. When the space was excessive, it was filled with a red stroke (*LP*, fls. 1v, 2v, 8, 15v); when insufficient, the rubrics were adapted to fit the available area

³⁵ Rui Gomes de Alvarenga also added his rubric to every folio in the privileges of São Pedro de Roriz. See Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Pergaminhos*, Gaveta 25, n.º 1.

³⁶ According to Eduardo Borges Nunes (1969, pp. 32–33), the script used in the *Livro Preto* may be classified as hybrid cursive Gothic.

(LP, fls. 1v, 24v, 26v). Notably, in several folios, red ink used in the rubrics overlaps the initials, suggesting that the latter were executed at a later stage (LP, fls. 17, 21, 22v). This supports the hypothesis that the scribe followed a pre-established layout model, as argued by Maria João Oliveira e Silva in her palaeographical study of the *Livro de Mumadona* (Amaral, 2016, p. LXXXI).

A comparative analysis between the *Livro Preto* and both the *Caderno de Privilégios* of the Monastery of São Pedro de Roriz and the *Livro Grande* of Porto reveals a standardised pattern in Martim Vasques's transcriptions, demonstrating a systematic and consistent approach to documentary production.

The decorative initials, marked by a combination of thick and thin strokes as well as curved and straight lines, attest to the scribe's deliberate aesthetic concern. The most frequently ornamented letters include the initials "A" (LP, fls. 7-7v, 8), "D" (LP, fls. 1-1v, 3-3v, 21, 25, 35), "E" (LP, fls. 2v-3v, 25v) and "I" (LP, fls. 2-2v, 3v, 25). Although overall embellishment is limited, the stylisation of these initials demonstrates the scribe's ability to balance visual refinement with textual functionality. In this context, ornamentation transcends mere decoration, revealing an intent to endow the manuscript with artistic value without compromising its documentary purpose.

Martim Vasques also displayed notable technical precision in addressing flaws in the writing surface. On folios where the parchment exhibited defects—specifically holes—he skilfully rearranged the text or avoided placing words in damaged areas, thus preserving the legibility of the transcription (LP, fls. 22-22v, 26-26v). This approach highlights both his technical expertise and his commitment to the quality of the final document.

Margins also play a significant role in the codicological analysis, particularly the lateral margins, which were extensively used for later annotations. These *marginalia* include toponymic references (LP, fls. 2-2v, 6, 9, 11v, 17v, 22v), dates (LP, fls. 3, 5), references to other documents (LP, fls. 5, 28) and *maniculae* (LP, fls. 19v, 21v, 24v). Most annotations postdate the original composition of the codex and were likely added between the 18th and early 19th centuries, though a few earlier notes are also identifiable (LP, fls. 4, 18v, 23). These additions reflect the codex's continued use over several centuries and underscore its enduring relevance within the monastic community of Grijó.

The autograph signature of Rui Gomes de Alvarenga appears at the bottom margin of each folio, while at the end of each quire, the scribe included a catchword—the first word of the following folio and quire (LP, fls. 10v, 20v, 30v). Additionally, the original foliation, in Roman numerals and positioned at the upper-centre of each recto, was executed by Martim Vasques. A later foliation in Arabic numerals was likely introduced when the

codex was incorporated into either the Civil Government registry of Porto or the National Archive of the Torre do Tombo³⁷.

The punctuation system of the *Livro Preto* reveals a meticulous and consistent technical standard, aligned with contemporary scribal norms. The full stop “.” is the predominant mark, used to indicate brief pauses. In some cases, when followed by an enlarged capital letter marked with a small red stroke, the full stop signals longer pauses, typically corresponding to structural divisions within the text (*LP*, fls. 6v, 17, 22, 24, 34v). This punctuation system reflects the scribe’s concern with clarity and textual rhythm, facilitating coherent reading and supporting the document’s intended function.

5. Codicological Analysis and Custodial History

5.1. Writing Support, Ruling, and Binding

The parchment codex comprises 38 folios, arranged into four quires. The first quire comprises fls. 1–10, the second fls. 11–20, the third fls. 21–30, and the fourth and final quire fls. 31–38. All quires are quinions, except for the last, which is a quaternion. The volume includes a pair of parchment flyleaves at both the front and rear.

Material analysis reveals a clear concern with the selection of parchment of high uniformity, avoiding, where possible, hides from the extremities of the animals, which typically exhibit more imperfections. Nevertheless, some folios do show such characteristics (*LP*, fls. 3-3v, 7-8v, 11-11v, 19-19v). Additional features include holes (*LP*, fls. 21-22, 26-26v), flaws from the scraping process (*LP*, fls. 8, 9-9v, 13v, 28-28v) and staining from the colouring of the skin (*LP*, fls. 2v, 13, 21, 28v). Overall, the codex is well preserved, although some folios display water damage, which partially compromises legibility (*LP*, fls. 1, 22, 29, 35). A small tear is also visible along the lower edge of folios 1–5v.

The curling of the lower-right corners —caused by frequent handling— is evidence of sustained use (*LP*, fls. 5, 7, 10, 12, 23). This, along with the numerous *marginalia*, attests to the significance of the *Livro Preto* within the

³⁷ According to Robert Durand, the later foliation in Arabic numerals was likely added in the second half of the 18th century (*BF*, p. XIII).

monastic community of São Salvador de Grijó³⁸. Additional wear, likely caused by the deposition of wax or grease, is observable on several folios (*LP*, fls. 1v, 5v, 8, 13v, 17, 24v), further confirming the manuscript's practical use.

A small hole is present at the lower margin of every folio. Comparison with the *Caderno de Privilégios* of the Monastery of São Pedro de Roriz suggests that this hole once accommodated the tag of a pendant seal issued by the *Casa dos Contos* in Lisbon. Although the seal has not survived, its former presence is confirmed in the final attestation of the codex³⁹.

Martim Vasques undertook foliation in sepia ink, using Roman numerals centred at the top of each recto. This sequence is continuous throughout, except for fl. 38. A later foliation, in Arabic numerals and positioned in the upper-right corner, was probably added in the late 18th century⁴⁰.

Catchwords appear at the bottom of the final folio of each quire, aligned below the right-hand column (*LP*, fls. 10v, 20v, 30v). The presence of three catchwords, corresponding to the four quires, strongly suggests that the manuscript is complete, as the final quire typically lacks a catchword. The wording of each catchword exactly matches the opening of the subsequent quire, confirming the codex's structural coherence.

The folios measure approximately 400×280 mm. The written area — arranged in two columns— covers an average of 338×222 mm, yielding a ratio of approximately 1.574. Ruling was carried out with lead stylus, and both vertical and horizontal lines remain visible today (*LP*, fls. 3, 5v, 10, 13v, 18, 23v, 26, 30). Prickings in the outer margins guided the ruling process and attest to the scribe's technical precision (*LP*, fls. 14v, 18).

³⁸ In addition to the curvature of the parchment and the presence of *marginalia*, analysis of the *Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó* identifies fourteen references to charters preserved in the *Livro Preto*. This clearly indicates that the 15th-century codex remained in active use and retained its significance for the monastic community at the time the chronicle was compiled, in the 17th century. See Costa & Amaral (2023, pp. 122, 134, 161–162, 165–166, 197, 219–220, 225, 242, 244, and 342).

³⁹ When Marcos da Cruz composed his *Crónica do Mosteiro de Grijó*, critically dated to around 1630, the *Livro Preto* was still held at the Monastery and retained the seal of the *Desembargo Régio*. See Costa & Amaral (2023, pp. 40–41).

⁴⁰ Robert Durand (*BF*, p. XIII), in his analysis of the *Baio-Ferrado* cartulary, notes that “la numérotation des folios est récente: on doit sans doute l’attribuer à ce Castro qui a laissé sa signature au début et à la fin du cartulaire et qui vécut probablement dans la seconde moitié du XVIII^e siècle”. Indeed, the foliation using Arabic numerals in the *Livro Preto* exhibits identical characteristics to those found in the *Baio-Ferrado*. Furthermore, folio 1 of the *Livro Preto* bears the name “Castro,” reinforcing the hypothesis that this individual was responsible for the later foliation of both cartularies. Paleographic analysis of the Arabic numerals confirms they were executed by the same hand.

The *Livro Preto* owes its name to its original binding, once covered in black-dyed leather. Over time, the dye faded to a yellowish hue, as recorded in the *Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó*⁴¹. The current binding includes additional paper quires —each of six bifolia— inserted at the front and back of the volume. The restored binding consists of wooden boards measuring 425×305 mm, covered in mottled brown leather, gilt-tooled with geometric and foliate motifs. The spine, approximately 25 mm wide, is clad in leather and bears the inscription “LIVRO PRETO DE GRIJÓ” in gold capitals. The volume features eight raised double bands wrapped with thread, set at irregular intervals.

This later binding was likely produced between 1731 and 1761, during which period the monastery compiled several administrative cartularies exhibiting similar binding features. The chronological and stylistic concordance points to a standardised bookbinding practice within the Grijó community, reinforcing the hypothesis that the current binding was executed during this timeframe. The technical and material consistency observed across other contemporary codices further substantiates this attribution⁴².

5.2. Custodial History

Following its completion on 18th July 1452, the *Livro Preto* was delivered to Vasco Anes, canon of the Monastery of São Salvador de Grijó (*LP*, fl. 37v). As noted above, the codex remained in the monastic archive and was periodically consulted by the community, as attested in the *Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó* (Costa & Amaral, 2023, pp. 122, 134, 161–162, 165–166, 197, 219–220, 225, 242, 244, 342).

In 1770, under the reforms of King José I, a request was submitted to Pope Clement XIV for the suppression of nine of the thirteen Portuguese houses of Canons Regular, leading to their incorporation into the Convent of Mafra (Costa, 1993, pp. 109–111). The Monastery of Grijó was among those

⁴¹ According to a marginal note in the *Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó*, the *Livro Preto* is described as “yellowed today.” Throughout the chronicle, various marginal annotations refer to documents contained in the *Livro Preto* using the designation *L. amarelo* (Yellow Book). This change in denomination undoubtedly results from the gradual fading of the original black ink, which over time has acquired a more yellowish hue. Interestingly, Avelino de Jesus da Costa, in his codicological analysis of the *Livro Preto* of the Cathedral of Coimbra, similarly notes that the codex’s originally black colour has faded, now presenting a yellowed or “russet” tone. See Costa & Amaral (2023, pp. 122, 162); Costa & Rodrigues (1999, p. CCXXXII).

⁴² Regarding the 18th century codices of the Monastery of Grijó, see Pinto (2023, pp. 25–28, 35).

affected. As part of the dissolution process, the canons produced a detailed inventory of their movable goods, including liturgical objects and ecclesiastical furnishings, which were transferred to the local parish church, which continued to serve the community. This inventory also listed the monastery's cartularies and codices, among which the *Livro Preto* is explicitly mentioned⁴³.

In 1780, Queen Maria I authorised the restoration of the monastery, allowing the return of the canons and the recovery of their former possessions and privileges. This arrangement remained in place until the final suppression of male religious orders in 1834 (Costa, 1993, p. 290). The dissolution led to the integration of monastic libraries and archives into the *Fazenda Nacional*, resulting in the dispersal of many documentary collections. This process is closely linked to the efforts of Alexandre Herculano who, between 1853 and 1854, acting under the Academy of Sciences of Lisbon, surveyed ecclesiastical archives across the kingdom in search of materials for the *Portugaliae Monumenta Historica* (Ribeiro, 2003a, vol. 1, pp. 510–511; Coelho, 2011, pp. 70–81).

At an undetermined date, the medieval codices from the Monastery of Grijó were transferred to the registry of the Civil Government of Porto. The *Livro Preto* was later incorporated into the National Archive between 1860 and 1864, through the efforts of José Manuel da Costa Basto, who collected codices from various dissolved religious institutions across the country (Amaral, 2016, p. LXXXIV). On the front flyleaf, a handwritten note reads: "Gov. Civil do Porto – 12 / Colecção Costa Basto, no. 12", corresponding to the original shelfmark assigned by the National Archive prior to its later reclassification. The codex also bears several stamps of varying sizes and dates, all from the National Archive (*LP*, fls. 1, 4, 5).

In November 2009, the codex was entered into *Digitarq*, the online catalogue of the Portuguese National Archive, and since July 2018, it has been fully digitised and made publicly accessible through the institution's website, thus ensuring broad access to this valuable documentary witness⁴⁴.

Conclusion

The *Livro Preto* of the Monastery of São Salvador de Grijó stands as a compelling testament to the strategies employed by medieval monastic

⁴³ Arquivo Distrital do Porto [Porto]. K/18/4 – 77, fl. 78.

⁴⁴ Available for consultation at: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/115b2d79efce4c539ddb6c1d1988e9fe>. Last accessed on 30th June 2026.

communities to assert their institutional identity and legal continuity amid political fragmentation and juridical instability. Compiled between 1449 and 1452, in the turbulent aftermath of the Battle of Alfarrobeira, this cartulary functioned not merely as an archive but as a deliberate legal and symbolic response to threats of patrimonial erosion, contested authority, and the necessity for legitimisation before both Crown and local powers. Its production under the auspices of the *Desembargo Régio* —notably involving the renowned chronicler Fernão Lopes— reveals a sophisticated legal and documentary strategy aimed at affirming monastic rights, autonomy, and collective memory.

More than a static repository of documents, the *Livro Preto* operated as an active instrument of power. Its compilation reflects a defensive logic shaped by the realities of overlapping jurisdictions and intensifying political pressures, projecting institutional authority into both the present and the future. From a historiographical perspective, its significance transcends the local context of Grijó, providing valuable insights into late medieval Portuguese documentary practices, the functioning of royal administration, and the construction of institutional memory. The codex's importance is further underscored by the loss of many original sources due to administrative reforms such as the *Leitura Nova* and catastrophic events like the 1755 Lisbon earthquake, positioning the *Livro Preto* as a crucial witness to a fragmented documentary heritage.

Although this study represents only a preliminary engagement with the codex, it forms part of a broader scholarly endeavour to produce a critical, annotated edition of the *Livro Preto*, in accordance with the editorial and methodological principles of the paleographical and diplomatic tradition of the University of Coimbra. This forthcoming edition will grant both specialists and the wider academic community rigorous access to a source of exceptional historical and legal value, thereby enabling deeper comparative analyses and advancing the study of documentary culture in 15th-century Portugal.

Sources

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Pergaminhos*, Gaveta 25, n.º 1.

Arquivo Distrital do Porto [Porto]. K/18/4 – 77.

Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Mosteiro de Salvador de Grijó*, livros 49 e 50.

Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 2 e 34.

References

- Alarcão, J. de. (1957). *A propriedade rural do Mosteiro de Grijó em meados do século XIV e sua administração* [Dissertação de licenciatura não publicada]. Universidade de Coimbra.
- Alarcão, J. de. (1964). Tombo do Prior D. Afonso Esteves. *Revista Portuguesa de História*, 11(1), 115–143.
- Alarcão, J. de. (2019). *Do Douro ao Mondego: De Afonso Magno a Almançor*. Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciência do Património.
- Alarcão, J. de, & Amaral, L. C. (1986). *Livro das campanhas (códice da segunda metade do século XIV): Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Amaral, L. C. (1994). *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: Estudo de gestão agrária*. Edições Cosmos.
- Amaral, L. C. (Ed.). (2016). *Livro de Mumadona: Cartulário do Mosteiro de Guimarães* (Vol. 7). Academia das Ciências de Lisboa.
- Amorim, I. (1997). *O Mosteiro de Grijó: Senhorio e propriedade, 1560–1720: Formação, estrutura e exploração do seu domínio*. Barbosa & Xavier.
- Andrade, A. A., Krus, L., & Mattoso, J. (1989). *O Castelo e a Feira: A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Editorial Estampa.
- Azevedo, R. de (Org.). (1940–1942). *Documentos medievais portugueses* (Vol. 1: Documentos régios, 2 vols.). Academia Portuguesa de História.
- Azevedo, R. de, Costa, A. J. da, & Pereira, M. R. (Eds.). (1979). *Documentos de D. Sancho I (1174–1211)*. Centro de História da Universidade de Coimbra.
- Baião, A. (1937). As certidões da Torre do Tombo no tempo do guarda-mór Fernão Lopes. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 11(43), 111–112.
- Barroca, M. J. (1987). *Necrópoles e sepulturas medievais de entre Douro e Minho (séculos V a XV)* [Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, policopiado]. Universidade do Porto.
- Barroca, M. J. (2000). *Epigrafia medieval portuguesa: 862–1422*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Barroca, M. J. (2003). Da Reconquista a D. Dinis. In M. T. Barata & N. S. Teixeira (Dirs.), *Nova história militar de Portugal* (Vol. 1, coord. J. Mattoso, pp. 23–161). Círculo de Leitores.
- Bautier, R. H. (1993). Cartulaires de Chancellerie et Recueils d'Actes de autorités laïques et Ecclesiastiques. In *Les cartulaires. Actes de la Table Ronde organisée par l'École Nationale des Chartes et le G.D.R.121 du C.N.R.S.* (Paris, 5-7 décembre 1991, pp. 363–377). École des Chartes.
- Carcél Orti, M. M. (Ed.). (1994). *Vocabulaire Internacional de la Diplomatie Commission Internationale de Diplomatie. Comité International des Sciences Historiques*. Generalitat Valenciana. Conselleria de Cultura. Univ. de València.
- Carvalho, A. E. T. de. (2001). *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Coelho, M. H. da C. (2011). Alexandre Herculano: A história, os documentos e os arquivos no século XIX. *Revista Portuguesa de História*, 42, 61–84.

- Costa, A. D. de S. (1993). *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó: Vila Nova de Gaia*. Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó.
- Costa, A. J. da, & Rodrigues, M. A. (Dirs.). (1999). *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Costa, M. S., & Amaral, L. C. (Coords.). (2023). *Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó*. CITCEM.
- Cunha, M. C. A. e. (2010). Um Cartulário Bracarense do Século XIV: O “Livro das Cadeias”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, III(11), 277–292.
- Derolez, A. (2006). *The palaeography of Gothic manuscript books: From the twelfth to the early sixteenth century*. Cambridge University Press.
- Dias, J. J. A. (Org.). (1998–2002). *Chancelarias portuguesas: D. Duarte* (3 vols.). Centro de Estudos Históricos.
- Dias, J. J. A. (Org.). (2005–2023). *Chancelarias portuguesas: D. João I* (5 vols.). Centro de Estudos Históricos.
- Duarte, L. M. (2017). Un livre pour faire la guerre: Le «Livro Grande» de Porto (1442–1453). In *Construir la memoria de la ciudad: Espacios, poderes e identidades (XII–XV)*. La ciudad y su discurso (pp. 71–94). Universidad de León.
- Durand, R. (1971). *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó: XI^e - XIII^e siècles*. Centro Cultural Português / Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fernandes, A. G. (2011). *Os cônegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Coimbra.
- Freitas, J. A. G. de. (2001). “Teemos por bem e mandamos”: A burocracia régia e os seus oficiais em meados de quatrocentos (1439–1460) (2 vols.). Edições Patrimonia.
- García Medina, A. (2011). Estado de la cuestión sobre el cartulario más antiguo de la Catedral de Sigüenza. In *La escritura de la memoria: los cartularios. VII Jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas* (pp. 287–314). Universidad de Huelva.
- Giry, A. (1965). *Manuel de Diplomatique: diplomes et chartes, chronologie technique, éléments critiques et parties constitutives de la teneur des chartes, les chancelleries, les actes privés*. Burt Franklin.
- Gomes, S. A. (2007). In *Limine Conscriptio: Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XVI)*. Palimage Editores; Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- Homem, A. L. de C. (1990). *O Desembargo Régio (1320–1433)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Lévi-Provençal, É. (1999). *Histoire de l’Espagne musulmane. Vol. II: Le califat umayyade de Cordoue (912–1031)*. Maisonneuve & Larose.
- Lopes, F., & Silva, M. J. O. (2016). *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque. Diplomata et Chartae* (Vol. V: Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa). Academia das Ciências de Lisboa.
- Madahil, A. G. da R. (1936). Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451. *Revista de Guimarães*, 46(3), 184–204.
- Marques, A. H. de O. (1968). *Introdução à história da agricultura em Portugal* (2.^a ed.). Edição Cosmos.

- Marques, A. H. de O. (Org.). (1984). *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marques, A. H. de O. (Ed.). (1990–1993). *Cortes portuguesas: Reinado de D. Fernando I (1367–1383)* (2 vols.). Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marques, A. H. de O., & Dias, N. J. P. (Eds.). (1986). *Cortes portuguesas: Reinado de D. Pedro I (1357–1367)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Martins, A. A. (2003). *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Mattoso, J. (Ed.). (1980). *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Vol. II, T. II). Academia das Ciências.
- Mattoso, J. (1985). *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII* (2.ª ed.). Guimarães Editores.
- Mattoso, J. (1992). Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal. In *Portugal Medieval: Novas interpretações* (2.ª ed., pp. 101–121). Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Mattoso, J. (2002). *O monaquismo ibérico e Cluny*. Círculo de Leitores.
- Monteiro, H. M. M. (1997). *A chancelaria régia e os seus oficiais: 1464–1465* [Dissertação de mestrado não publicada, 2 vols.]. Universidade do Porto.
- Morujão, M. R. B. (2010). *A Sé de Coimbra: A instituição e a chancelaria (1080–1318)*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Neves, R. P. (2023). Fragmentos documentais de uma comunidade rural: Vila Nova de Monsarros. In *Actas do V Congresso de História Local: conceitos, práticas e desafios na contemporaneidade* (pp. 231–254). HTC-NOVA FCSH/CEF-UC.
- Neves, R. P. (2024). *O domínio do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: formação, composição e exploração (1131–1181)* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de Coimbra.
- Nunes, E. B. (1969). *Álbum de paleografia portuguesa*. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos.
- Pinto, A. C. F. (2023). *Um tombo setecentista do Mosteiro de São Salvador de Grijó: contributos para a reconstituição de um cartório medieval* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Pizarro, J. A. de S. (1995). *Os patronos do Mosteiro de Grijó: Evolução e estrutura da família nobre - séculos XI e XIV*. Carvalhos de Basto.
- Pizarro, J. A. de S. (Ed.). (2015). *Portugaliae Monumenta Historica: A saeculo octavo post Christum usque. Inquisitiones* (Vol. IV): *Inquirições Gerais de D. Diniz de 1288: Sentenças de 1290 e execuções de 1290* (2 tomos). Academia das Ciências de Lisboa.
- Ramírez Vaquero, E., & Herreros Lopetegui, S. (2013). ¿Por qué editar un cartulario? In E. Ramírez Vaquero (Dir.), *El primer cartulario de los reyes de Navarra* (pp. 13–19). Gobierno de Navarra.
- Rau, V. (1951). *A Casa dos Contos*. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- Reimão, R. G. (1995). *Análise codicológica do Livro Grande do A.H.M.P. e outros estudos*. [s.n.].

- Reuter, A. E. (1938). *Chancelarias Medievais Portuguesas (Vol. 1: Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques)*. Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, F. (2003a). *O acesso à informação nos arquivos* (2 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, F. (2003b). Como seria a estrutura primitiva do arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)? In L. A. da Fonseca, L. C. Amaral & M. F. F. Santos (Coords.), *Os reinos ibéricos na Idade Média: Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (Vol. 3, pp. 1401–1414). Civilização.
- Rodrigues, M. A., & Veloso, M. T. V. (1992). *Livro Verde da Universidade de Coimbra*. Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Ruas, H. B. (1949). A data do desastre de Vatalandi. *Revista Portuguesa de História*, 4(1), 361–373.
- Serra, J. C. da. (1793). *Collecção de livros ineditos de história portugueza*. Academia Real das Sciencias, (T. 3, pp. 391–534).
- Silva, M. J. O. (Coord.). (2024). *Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto (Edição crítica)*. Universidade Católica Editora.
- Soares, A. C. F. (2023). *O cartório e a memória do Mosteiro de São Salvador de Grijó (1128-1452): o caso dos documentos régios* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Sousa, A. C. de. (1735–1748). *História genealógica da casa real portuguesa* (13 vols.). Officina de Joseph Antonio da Sylva.
- Viegas, M. I., & Gomes, M. (Coord.) (2016). *Livro dos Pregos*. Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal da Cultura, Departamento do Património Cultural, Divisão de Arquivo Municipal.

Causes Behind the Dismissal of Ottoman Timar Holders in the Mid-15th Century Balkans: A Comparative Approach

Causas por Detrás da Dispensa dos Detentores de Timar Otomanos nos Balcãs em Meados do Século XV: uma Abordagem Comparativa

HÜSAMETTİN ŞİMŞİR

Abdul Aziz Al-Mutawa Visiting Fellow

Centre of Islamic Studies

University of Oxford

hsimsirnd@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3834-1148>

ABSTRACT

This study focuses on the reasons behind the dismissal of Ottoman landholders in the mid-15th-century Balkans. Although studies mostly focus on the 16th and 17th centuries, the 15th century received incidental attention. Relying mainly on seven population and land records, as well as other archival documents, this article argues that the discharge of contemporary Ottoman landholders resulted from eleven main reasons, specified below. As underlined throughout the paper, these cases provide a lot of new insights regarding the functioning of the system at the time. Among others, the increasing state control over the landed estates in this period manifested itself in the dismissal of the timar holders at regular intervals. This indirectly prompted a good portion of timariots to stay in their estates, instead of using their revenues on military campaigns.

KEYWORDS: Timar system; 15th century; Balkans; Ottoman Empire; Land tenure system.

RESUMO

Este estudo centra-se nas razões por detrás da dispensa de timariotas otomanos em meados do século XV nos Balcãs. Embora os estudos se concentrem principalmente nos séculos XVI e XVII, o século XV recebeu uma atenção incidental. Baseando-se principalmente em sete registos populacionais e de terras, para além de outros documentos de arquivo, este artigo sustenta que a dispensa dos proprietários de terras otomanos coevos resultou de onze razões principais, especificadas abaixo. Como sublinhado ao longo do artigo, estes casos fornecem muitos novos *insights* sobre o funcionamento do sistema na época. Entre outros, o crescente controlo estatal sobre as propriedades rurais neste período manifestou-se na dispensa dos detentores de timar a intervalos regulares. Isto levou, indiretamente, uma boa parte dos timariotas a permanecer nas suas propriedades, em vez de utilizarem as suas receitas em campanhas militares.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Timar; século XV; Balcãs; Império Otomano; Sistema de posse de terras.

Introduction

Bu Murad için Ohri'den döndü gitti Akçahisâr'a kulluga varmadı deyü i'lam itdükleri sebebden Martin'e ve Doğan'a ve Dede oğlu Martin'e dahi müşterek virildi, müşterek yiyub nöbetçe eşerler; Fi evâhir-i Zilhicce, Sene 854, der Edirne.

Since they have reported that the abovementioned Murad did not join the army service for the Campaign of Krujë (Akçahisâr), his landed estate was given to Martin, Doğan, and Martin, the son of Dede, in partnership. They hold this estate in partnership and till their land in turns. (This record has been compiled) In the last ten days of the month of Zilhicce (February 1451) in the year 854 in Edirne. (CDAB, 250, p. 21)

Timar-ı Ömer, veled-i Karaca Ali. Bu mezkur kendü pir olduğu sebebden oğlu Hamza'ya ve Yusuf'a müşterek verildi. Müşterek yiyüb nöbetçe eşerler; fi evvel-i sefer, sene 854, der Edirne.

The landed estate of Ömer, the son of Karaca. Since this individual grew old, his landed estate was transferred to his sons, Hamza and Yusuf, in partnership. They hold this estate in partnership and plow

it in turns. (This record was made) on the first of the month of Sefer, in the year 854 (16th of March, 1450) in Edirne. (OAK, 45-30, 7a)

Timar-i Rayko Lagotori, ez tahvil-i Radin. Bu Rayko'nun hırsuzluğu çıkmış olduğu sebebdan asıldı, oğlu Kraso'ya müntakil oldu, fi evvel-i Receb, sene 855, der Sofya.

The landed estate of Rayko Lagotori, who obtained it from Radin. Because Rayko engaged in theft, he was hanged. This landed estate was transferred to his son Kraso on the first of the month of Receb, in the year 855 (30th of July, 1451) in Sofia. (OAK, 52/59, 10b)

The passages above were taken from one of the earliest existing Ottoman land and population surveys, *tahrir defters*, from the mid-15th century, and provide extensive information about the contemporary landholders in the Ottoman Balkans. The first land survey, CDAB, 250, gives valuable insights about the timar holders in the region of Kastoria-Greece. Together with one other survey, CDAB, 525, which covers several locations including Timur Hisar (Sidirokastro), İstefanya (Langadas), Kaloyan, Bogdanos, and Avret Hisar (Neo Gynaikokastro) in Northern Greece, as well as Köprülü (Veles), and Üsküb (Skopje) in Northern Macedonia, they also point to the presence of *voyruk* soldiers, the members of the pre-existing lower-class non-Muslim military aristocracy, and the names of several monks who were the leaders of their monastic communities in the abovementioned areas. The last survey, OAK, 45-30, is cataloged under the "Oriental Collections" at the University of St. Cyril and Methodius in Sofia, Bulgaria (OAK, 45-30, 1b-21b). OAK, 45-30 presents information about 29 landed estates, and their current and previous holders in the Thessaloniki and Avret Hisar (Neo Gynaikokastro) regions. Although it does not provide cadastral and population information regarding the center of Thessaloniki, it still counts as an invaluable source, giving the earliest details on the structures of the Ottoman timar system in the periphery of the city. OAK, 52-59, from which the last passage was cited, in a similar vein, is compiled in the region of Visako (Visoka Polyana-Bulgaria) and İznepol (Tran-Bulgaria). This study will concentrate on the reasons behind the dismissal of Ottoman timar holders in the mid-15th century in the Ottoman Balkans¹. Aside from relying on the mentioned sources, this study will include

¹ The Timar system was the Ottoman Empire's core land tenure and military system from the 14th to 17th centuries, granting cavalrymen (Sipahis) revenue rights over land in exchange for military service, allowing them to collect taxes (timars) to fund themselves and provide troops for the

other land surveys, namely CDAB, 707, CDAB, 303, CDAB, 117.5, and OAK, 52.59, which provides similar information about the Ottoman land tenure system in Sofia and Pirot (Şehirköy), Prilep and Kičevo, Kruševac (Alacahisar), and Toplički (Toblice), respectively². Although these records are fragmented, and several pages are missing, comparative research still allows us to reach a general conclusion on the issue of the causes of the dismissal of landholders in the Ottoman Balkans. That being said, unfortunately, this field of study gravely suffers from a lack of original research. Albeit declining in recent years, indeed, the researchers have previously focused on several Ottoman *defters* in various Balkan provinces; however, the reasons behind the dismissal of Ottoman landholders could not be properly understood (Uzunçarşılı, 1982, p. 311). There is not a single study that directly focuses on this historical problem. Indeed, other studies that dealt with various issues about the timar system occasionally referred to the reasons behind the dismissal of Ottoman timariots in different periods³. However, instead of adopting a comprehensive approach, they maintained that a few conventionally accepted cases, such as failing to appear at muster during the campaign seasons, were the main reasons behind the discharge of the timar holders. Aside from this, such studies tend to concentrate on only one or two *tahrir defter* and geographical region, trying to generalize about the entire timar system that lasted for centuries. This indicates a serious problem in the field, which requires significant research. Heath Lowry's recent book review of *1445 Tarihli Paşa Livâsı İcmâl Defteri*, showed the importance of correct reading of Ottoman *tahrir defters*, which also necessitates traveling to target locations to get acquainted with their topographical characteristics in the Ottoman Balkans. Lowry is concerned that the lack of scholars who are knowledgeable not only about Ottoman history but also the general late medieval history of the Balkans resulted in significant factual mistakes in the political history of the region. In this regard, he encourages serious research on other Ottoman cadastral records in various parts of the Ottoman Balkans, including Greece (Lowry, 2023, p. 267; İnalçık et al., 2013).

Sultan, functioning like a decentralized feudal system but with revocable grants tied to service, not inheritance (Uzunçarşılı, 1982, p. 311).

² CDAB, 707, 1b-21b; OAK, 52/59, 1b-18b. While CDAB, 707, and OAK, 52.59 is located in the St. Cyril and Methodius National Library in Sofia, Bulgaria, CDAB, 303 and CDAB, 117.5 are at the Presidential Ottoman Archives and Atatürk Library in İstanbul-Turkey.

³ There are a number of studies that include this subject as a component in their articles. However, most of these studies do not directly ponder the discharge of the timar holders as a main theme. However, they are still important as they use several primary source materials from various periods, introducing them to the wider academic community and making them aware of them (Karaboğa & Bozdoğan, 2021, p. 347; İnalçık, 2012, p. 168; Kılıç, 2017, p. 118).

In his “The Trouble with Timars: An Excursion into a Seventeenth-Century Documentary Landscape”, Victor Ostapchuk concentrated on the evolution of the timar system in the 1600s, delving into various archival materials including contemporary *tahrir defters* (population and land registers), and related *ıcmal defters* (summary, concise, synoptic registers) (Ostapchuk, 2020, p. 35). In this work, he incidentally touched upon the causes for the dismissals of the timar holders; however, he only mentioned a few of them, such as “dereliction of duty and other irregularity” and “missing campaigns (Ostapchuk, 2020, p. 35). Furthermore, in her “Nasihatnameler, İcmal Defterleri, and the Timar – Holding Ottoman Elite in the Late Sixteenth Century, Including the Seventeenth Century”, Linda T. Darling dealt with the complaints about the evolution of the timar system in the late 16th and early 17th centuries, which is important to this study’s objectives (Darling, 2014, p. 193). More importantly, in her “Public Finances: The Role of the Ottoman Centre”, she also delved into the grounds for dismissal of the timar holders (Darling, 2006, p. 118). Here, she pondered how the Ottoman central finance department changed according to the necessities that arose from fulfilling the increasing financial expenditures of the military. In doing so, she gave special attention to the effects of this evolution on the timar system (Darling, 2006, p. 118). Her observations about the relationship between the dismissal of timar holders who fell short of their military responsibilities and the increase in banditry in the late 1500s are noteworthy in this respect. Additionally, in his “The Fall of Icarus: the Paradox of the Ottoman Centralization and the Abstraction of Timars”, Muhsin Soyudoğan investigated the process of centralization of the Ottoman land tenure system in the late 15th century, concentrating on the Balkans. Here, he also gave some attention to the reasons behind the dismissal of timar holders, saying: “previous defters indicate that timar holders used to be dismissed for being involved in criminal activities, for absenting themselves from military operations, or for attempting to defraud the authorities in relation to timar revenues”. He also adds a fourth cause, “possession of timars for more than three years”, with a comment that this practice whom he calls purge was not a common one (Soyudoğan, 2017, p. 174).

Soyudoğan’s study is noticeable, which conveys the idea that there is a certain amount of awareness about the broader reasons behind the discharge of the Ottoman timar holders at the time. My study aims to further expand the issue, bringing forth that the reasons for the discharge of the timar holders are much more complex than they were presented before, as they stemmed from previously overlooked, multifaceted, and diverse social, economic, military, and political causes. My study will not only contribute to our understanding

of the mechanism of the functioning of the Ottoman timar system in the mid-fifteenth century but also allow researchers to compare it with other contemporary or near-contemporary land tenure systems, such as Pronoia in the Balkans. This study limits its scope to Northern and Northwestern Greece, Northern Macedonia, Western Bulgaria, and Eastern Serbia. Although there are other contemporary *defters* from various parts of the Balkans, such as Albania and Thessaly, they will not be the primary focus of this research. These *defters* are quite hefty in size and content; thus, a whole new comparative research is needed to examine them, which I plan to do next (Arkan & Delilbaşı, 2001). However, I will occasionally refer to various records in these *defters* in my study, to enhance the overall quality of my research outputs⁴. In addition, the scope of this study does not include finding a rationale for the formation of the Ottoman land tenure system, on which we have a sufficient number of studies. It also does not seek to give a trajectory of the evolution of this system over centuries. Rather, it seeks to find an answer to the question: What were the reasons that led to the dismissal of Ottoman timar holders from their landed estates in the mid-fifteenth-century Balkans? In this respect, this study will analyze 406 different landed estates in the mentioned population and land surveys, which provide specific information regarding the causes for the dismissal of 102 separate landholders. This article maintains that these Ottoman landholders were discharged due to 11 main reasons: (1) Criminal activities, (2) Physical or mental impairment, (3) Failing to fulfill a military duty, (4) Taking flight from the landed estate, (5) Voluntary resignation and/or promotion, (6) Violation of authority/responsibility, (7) Specific cases of disappearance or death, (8) Illegal or fraudulent acquisition of the landed estate, (9) Betrayal, (10) Holding the estate for too long, (11) Wrong Reports.

1. Criminal activities

In the subject *tahrir defters*, approximately 9 percent of the timar holders (9 in total) lost their estates due to engaging in criminal activities, which makes it one of the most encountered reasons⁵. The most common criminal

⁴ Some of the *defters* do not provide many insights about the discharge of the contemporary timar holders in the regions where they were compiled. So, they are not useful to this study (Balta, 1989; Lowry, 2012; Bojanić, 1973; Pulaha, 1974).

⁵ There is another record in which a timariot was signalled as “jailed”. I did not add him to this group since we do not know if he committed a crime or was put into prison for some other offence: “Bu mezkur Ahmed için mahpus oldu deyü...” (OAK, 45-30, 19a).

activity among the landholders appears to be stealing. Three individuals were removed from their holdings as a result of this. Two of them, Stephan and Yovan, stole supplies from the army and sheep from the estates of a *paşa* (a high-ranking official in the Ottoman political and military system), respectively; that is why they were removed from their positions⁶. In the last case, although the nature of the theft was not further specified, a timariot called Rayko was executed by hanging⁷. In other cases, we see that the landholders committed murder⁸. Two landholders named Curce and Uzgur, the sons of Nikola Iskoric, who shared a timar estate in the Prilep region, for example, murdered an unspecified person⁹. In the same region, Doyo and Yorko, the sons of Dimitri, killed a tolerated Christian (*haraçgüzar*) who was probably living in the territories of a vassal state, as a result of which they lost their estates¹⁰. A similar case occurred when one of the timar holders got drunk and kidnapped one of the associates of a judge (*kadı ademin çalmış*) in the region of Toplički (Toblice)¹¹. Lastly, in the same region, another timar holder lost his possession because a local notable called Yakub Beg notified the authorities that he had engaged in fornication¹². First, these instances indicate that committing a crime was widespread among the Ottoman timar holders. Crimes were committed for a variety of reasons, but in most cases, financial motivation played a big role. Such motivations even urged the timar holders to treat the tolerated Christians as a legal target for enslavement, which was strictly forbidden by the Sharia law. Second, the responsibilities of the *Subaşı* (police superintendents) were not adequately detailed before. It was previ-

⁶ CDAB, 525, p. 59: “Bu köy mezkur İstapan için Tirnavi Hisarı’ndan azık uğurlayıp Bogi kafiye satdı diyü subaşı i’lam itdüğü sebebden Yıl oğlu Turalibey’e ber vech-i muzaf viridiler. Fi evahir-i Zilkade sene 854, der Edirne”; CDAB, 303, 8: “Bu mezkurun (Yovan) kardaşları gelüp paşa hassına virüp koyun aldıkları sebebden bu timar alınub Radoslav oğlu Yovan’a virildi. Mutasarrıf olub yılda üç zirhlu ile eşer, fi evahir-i Zilhicce, sene 856, der Edirne”.

⁷ OAK, 52/59. 10b: “Bu Rayko’nun hırsuzluğu çıkduğı sebebden asıldı, oğlu Kraso’ya müntakil oldı, fi evvel-i Receb, sene 855, der Sofya”.

⁸ Murder is also a common occurrence in external *defters*. A janissary called Yusuf, for example, committed a murder in the region of Zvečan, thus, his estate was taken from him in 1466 (Şabanoviç, 1964, p. 29).

⁹ CDAB, 303, p. 27: “Bu mezkurlar adem öldürmüşler ol sebebden alınub bu iki paare köyler Akpınarlı Saruca’ya virildi, mutasarrıf olub eşer, fi evahir-i Rebiyülevvel, sene 859, der Edirne”.

¹⁰ CDAB, 303, p. 38: “Bu mezkurlar için haraç güzar kafir öldürdüler deyü i’lam itdükleri sebebden alınub Mirko’ya virildi, fi evvel-i Cemaziyelula, sene 855, der Sofya”.

¹¹ CDAB, 117/5. 38a: “Bu mezkur serhuş olub kadı ademin çalmış ve hem raiyyetleri dahi miskindür deyü sancak begi Mehmed Beg’e mektub yazub i’lam itmış ol sebebden Cerrah Hamzaıya virildi. Fi evasıt-ı Cemaziyellevvel, sene 859, der Filibe”.

¹² CDAB, 117/5. 24b: “Bu mezkur için kendü kızıyla zina eder ve kulluk etmez deyü Yakub Beg i’lam etdüğü sebebden alınub Çakır oğlu Hamza’ya virildi. Fi evail-i Zilkade, sene 853, der Edirne”.

ously proposed that the timar holders could not intervene in crimes committed in their landed estates (Akdağ, 1955, p. 45). This was within the boundaries of *Subaşı*'s responsibility. However, the question was gravely overlooked: if the timar holder committed a crime, who would interfere? The records indicate that *Subaşı*s did not have the authority to arrest the timar holders. What they could do was to gather evidence and witnesses among the *reaya* (The tax-paying lower class of Ottoman society). After finishing their local investigation, they used to present their reports to higher authorities. As will be detailed below, the state was deciding whether the allegations were false or true; according to which, they kept or removed the current timar holder.

2. Physical or mental impairment

Physical or mental impairment also appears to be one of the common causes for the removal of Ottoman landholders. The records indicate that ten percent of the timar holders (ten in total) lost their estates, reasons related to this: seven of them became old and weak, one became ill, the other got maimed, and the last one went mad. Among those who grew old, two were also recorded as *fertut*, which signifies that they also became senile and may have been mentally unstable¹³. It is interesting that, except for one case, almost all aged timar holders managed to install their sons as the new holders in their estates. The same situation is also observable in another timar holder called Yorgi's estate; although he became mad, his sons, Vulkaşın and Nikola, were able to inherit his landed estate¹⁴. In the last two cases, the cadastral officials recorded the reasons for dismissals as *hasta oldu* and *malul oldu*, both of which could mean getting sick, but the latter also carries the meaning of being maimed (CDAB, 117/5. 31b; 303, p. 51). These cases demonstrate that usefulness was the key factor for the state. It shows the pragmatic side of the Ottoman land tenure system. The landholders were allowed to keep their estates as long as they were capable of fulfilling their military duties. If they were physically unfit to serve as cavalry, the state would take

¹³ CDAB, 303, pp. 28, 38, 56 and 29: "Bu mezkur fertut pir ulduğu sebebden oğulları Muhammed'i ve Hüseyin'i müşterek yazdırdı. Kendü haric oturur, mezkurlar nöbetçe eşerler. Fı evahir-i Ramazan, sene 857, der Filibe"; OAK, 45-30, 7a; CDAB, 525, p. 50; CDAB, 525, p. 39: "şimdiki halde fertut pır olduğu sebebden şahin'e virildi. Fı evahir-i Reblyülevvel, sene 855, der Sofya".

¹⁴ CDAB, 303, p. 59: "şimdiki halde bu mezkur Yorgi delü olduğu sebebden oğlu Vulkaşın'e ve Nikola adlu kafıre müşterek virildi. Müşterek yiyüb nöbetçe eşerler. Fı evail-i Receb, sene 857, der Edirne".

their timars from them. However, it does not mean that they were treated as something like throwaways. The authorities were able to assess that physical and mental impairment occurred as a natural phenomenon; thus, the timar holders could not be held responsible for these. In the majority of cases, they appointed the sons of such individuals to the estates. This could be understood as a duty of loyalty, through which the state allowed the timar holders to keep the estate within the family.

3. Failing to fulfill a military duty

The most encountered reason behind the discharge of Ottoman landholders is failure to fulfill military duty and responsibility. We can observe that approximately 33 percent of the landholders (32 in total) lost their estates due to causes related to this. The overwhelming majority of this group's landholders (26) did not respond to various military calls at all, ignoring the calls for duty. 3 others appear to have fled the enemy during a military campaign. The remaining ones either went back to their estates after a brief participation in the campaigns (1), joined the campaigns late (1), or, in contrast to participating in the campaigns, sent somebody else (1). *Yumuşa gelmedi/varmadı*, *uğraşa gelmedi/varmadı*, *kulluğa gelmedi/varmadı*, *kulluktan kaldı*, *hizmete gelmedi/varmadı*, or *çeriye gelmedi/varmadı*, are the expressions that were mostly used to signify the action of not joining the campaign, or the army¹⁵. Specifically, *Yumuş* could mean specific duties that the landholders were put into by high-ranking officials. The phrases *kulluğa varmadı* and *kulluktan kaldı* were, in many cases, associated with those who failed their sentry duties in various fortifications in the Balkans. In one single instance, *harbe gelmedi*, expression is also used, which signifies an unspecified battle that the associated land holder failed to join¹⁶. *Eşkün* or *eşkin*, a term that is used to signal military campaigns, is also used in the documents (İnalçık, 2012, p. 170). According to this, an individual called Sirandin, who held a landed estate in Prilep, did not join the calls of duty for an *eşkün* for two

¹⁵ Examples are as follows: OAK, 45-30, 7b: "Şahabeddin Paşa bu mezkurı yumuşa göndermiş varmamış, ol sebebden Umur oğlu Mustafayı müşterek kıldılar. İkişi müşterek yiyüb nöbetçe eşerler. Fi evasıt-ı Zilkade, sene 856, der Dimetoka"; CDAB, 707. 4b: "Bu Muhammedi için uğraşa gelmedi diye bildirdükleri..."; CDAB, 303, p. 24: "Bu Milnoş için Kocacık Hısarı dızdanı kulluk etmez deyü bildirdiği..."; CDAB, 250, p. 16: "Novaberde hizmetine dahı gelmemiş..."; CDAB, 250, p. 5: "Bu mezkur için çeriye gelmedi diye...".

¹⁶ OAK, 45-30, 3a: "Mevkuf yazıldı idî harbe gelmediğinden".

consecutive years; thus, his landed estate was transferred to a certain Rale in August 1455 (Hijri: Evahir-i Şaban 859)¹⁷. Furthermore, as stated, one timar holder appears to have responded late to the call of duty¹⁸. That is, a timariot by the name of Küçük Karaca was summoned to the campaign of Novo Brdo. However, the record signals that he joined the army after the conclusion of the campaign with the capture of the castle of Novo Brdo, which happened on 1 June 1455. Therefore, the authorities decreed the transfer of his estate to another individual in August of the same year. (Hijri: Evahir-i Şaban 859)¹⁹. A similar case could also be observed regarding another timariot called İshak, who, instead of participating in military duty, sent a page (oğlan) from the region of Debar. İshak was originally holding the estate in partnership with another timariot named Kasım. As a result of this action, the authorities removed both timariots from their possessions²⁰. In addition, a landholder's *eşkünci* (the one who is required to join the military campaigns) did not respond to a call of duty in the Prilep region sometime in 1451. Although the cadastral officer does not mention who this *eşkünci* was, it appears that this landholder named Yako was required to bring along a page (gulam) with him when joining the campaigns. Thus, one can argue that he failed to do so; thus, the authorities deprived him of his estate²¹. Further, according to another note, a landholder called İsa returned home after joining an unspecified military duty in January 1452 (Evail-i Muharrem 856). As he did not notify the authorities about this, he lost his landed estate, which he held in the Sofia region²². The term *eşkün* is also used regarding a similar case, in which a certain landholder, Muhammedi, went home, abandoning a military campaign (*eşkünden gitmiş*); thus, his landed estate was taken away. Lastly, a landholder called Murad, the son of Saruca, was reported to escape from the army during a military duty in Bosnia (kulluktan kaçtı); thus, his estate was taken away from him in January 1451 (Hijri Evahir-i Zilkade, 854)²³.

¹⁷ CDAB, 303, p. 62: "Bu mezkur iki yıldan berü eşküne gelmediği sebebdendir..."

¹⁸ There is no shortage of similar cases in other *tahrir defters*. In the *defter* of Thessaly (1454-1455), for example, we encounter the following record: "Timar-ı Hamza ve Mustafa veled-i Eflak Şahin, gulam-ı mir, amma mezkur Hamza eşküne geç verdiği için..." (Arıkan & Delilbaşı, 2001, p. 115).

¹⁹ CDAB, 250, p. 16: "Bu mezkuru İstanbul'a cühudlar alub gitmeğe göndermişler Gümülçine'ye varıcak kalmış Novaberde hizmetine dahi gelmemiş".

²⁰ CDAB, 525, p. 53: "Şimdiki halde bu mezkur İshak kulluğa varmayub Debre'den oğlan dutup yerine gönderdiği sebebdendir".

²¹ CDAB, 303, p. 40: "Şimdiki halde eşküncisi gelmediği sebebdendir alınub".

²² CDAB, 303, p. 83: "Bu Muhammedi eşkünden gitmiş".

²³ CDAB, 707. 16b: "Şimdiki halde bu mezkur Bosna'da kulluktan kaçtığı sebebdendir".

Regarding the others, we can derive more specific information. For example, a certain Kasım escaped from the campaign site during the siege of Constantinople (April 6 – May 29, 1453). Therefore, he lost his estate in December 1453²⁴. According to another record, a landholder called Silahdar Yusuf appears to have fled when the Hungarians occupied Sofia during the initial stage of the Crusade of Varna in 1443. It is interesting, however, that he was appointed to his estate approximately five years after this incident took place, in January 1448. It seems that someone reported to the authorities about his flight from the army earlier; thus, he lost his estate in April 1449²⁵. This is a fascinating case that conveys the idea that the Ottoman timar holders were occasionally held responsible for their misconduct before their appointments to the landed estates.

So, the question arises: why did these landholders try to avoid fulfilling their military responsibilities? I think this could be divided into two reasons: the first one was more specific and related to the conditions of the time, and the second one was more general. The first group includes the military conditions on the ground, which negatively affected timar holders' willingness to join the campaigns. We can trace these timariots in the records because the cadastral officials indicate the specific phenomena related to these timariots. The military failures that the Ottomans experienced in suppressing the Scanderbeg revolt, for example, demoralized a timar holder called Murad; thus, he escaped the army in Ohrid during the Ottoman campaign against Krujë-Alacahisar (1450)²⁶. The abovementioned timar holders who deserted the army could also be added to this group. The timariots in the second group, on the other hand, regarded joining the military campaigns as fruitless labor for their financial interests. Previous researchers demonstrated that the economic challenges the Ottomans faced, especially in the late 16th century, prevented the timariots from responding to the calls of duty (Akdağ, 1975, p. 83). For a good portion of them, the revenues they accrued from their timars were not sufficient for their campaign expenses (Mutafchieva & Dimitrov, 1968, p. 13). The same rule cannot be applied to the mid-15th century. After all, we cannot see a direct correlation between the absent timariots and their low revenues, because those who had relatively higher revenues even failed to answer the calls of duty. Thus, there

²⁴ OAK, 45-30, 10a: "Bu Kasım için İstanbul üzerinden koyub kaçtı deyü ilam ettikleri sebebdan alınıb".

²⁵ OAK, 45-30, 11a: "Bu Yusuf için Engürüs geldiğinde Sofya'dan kaçtı deyü".

²⁶ CDAB, 250, p. 21: "Bu Murad için Ohriden döndi gitti Akçahisara kulluğa varmadı".

must be a different case here. Darling previously put forward that the state was trying to aggressively increase its authority over the landed estates in the frontier territories by appointing its household agents, *Kapıkulları*, in the mid-15th century (Darling, 2017, p. 145). Our records indicate that, in most cases, the timar holders used to lose their landed estates in a few years after obtaining them²⁷. The majority of the timar holders were able to hold the estates between one to three years, while those who kept the estates for more than 5 years appear increasingly rare²⁸. Thinking that 35 percent of the timariots in total lost their estate due to this reason, failing to fulfill a military duty appears to be quite common among them. I argue that this insecurity made the timar holders highly unresponsive to the military calls. In other words, the timar holders were aware that the landed estates would not be in their possession for long; thus, instead of spending their revenues by joining the expensive campaigns, they preferred to stay in place. Furthermore, the authorities were reacting to these cases generally in a year; in some individual cases, it would take more than one year. During this time, the timar holders were still able to continue to collect taxes from their *reaya*; thus, one could easily think that they were able to accumulate sufficient wealth to think about their next moves²⁹.

4. Taking Flight from the Landed Estates

Taking flights from the landed estates, which is particularly related to the previous section, appears as one of the lesser encountered reasons for the transfer of timar holdings to other individuals. We can detect only four records (approx. 4 percent) in which the cadastral officials noted these cases. It should be known that, in contrast to the voluntary resignation, detailed below, this group includes those who left their landed estates without notifying the authorities and then disappeared (*kaçtığı sebebden*, or *bırakıp gitmiş*). Although we are not fully sure about the reason for their departures,

²⁷ For example, a timar estate changed hands five times in four years in the region of Prilep between 1446 and 1450 (CDAB, 303, p. 79).

²⁸ It is generally argued in Ottoman historiography that timariots who lost their estates because of these reasons could gain them back if they “went on within seven years” (İnalcık, 1973, p. 147). Dağlı claims that some landed estates could be vacant up to twenty years in the 1600s (Dağlı, 2012, p. 150).

²⁹ Şevket Pamuk says that the sipahis collected taxes from their dependent peasants ‘mostly in kind’ which is a debated statement (Pamuk, 2004, p. 239).

some details in the records give hints. Interestingly, one of the landholders who left his estate and disappeared appears to be Dan III, also known as Dan the Younger, who was the son of Dan II of Wallachia (CBAD, 707. 5a). There is almost no reliable record regarding his life before the period when he entered the throne struggle for the Wallachian crown between 1456-1460. However, the cadastral record provides invaluable insights into his activities prior to this time. The Ottoman authorities offered protection to him, appointing him as a timar holder in the Sofia area in January 1448 (Hijri, evahir-i şevval, 851)³⁰. However, subsequent entries show that Dan had left his estate without informing the Ottoman authorities (*bırakıp gittiği sebebden*) in December 1450 (Hijri, evail-i Zilkade 1450)³¹. Two similar records are also noticeable in Veles (Köprülü) and Toplički (Toblice), where the two timariots named Paşa, the son of Mehmet Bey, and Ali, the brother of Etmekçi Zağanos, respectively, abandoned their estates without notification³². Although the cadastral officers also used the phrase *bırakıp gittiği sebebden* (due to abandoning and leaving the estate), regarding these landholders, they employed *kaçtığı sebebden* (due to fleeing), in relation to another timariot called Bogdan, who held his estate in the region of İznepol (Tran-Bulgaria)³³. I argue that these expressions could be used interchangeably since they convey the idea of leaving the timar without notifying the authorities. One may argue that these landholders might have betrayed the Ottoman state, taking the side of the enemy by abandoning their landed estates. However, that does not sound likely to me, considering that such timariots were singled out in other records, being clearly noted as traitors. Rather, similar to the timar holders in the previous section, economic reasons played a huge role here. These three timariots collected their taxes from the *reaya*, but, instead of spending them on military expenses, they preferred to embezzle them. However, in contrast to those whose land estates were taken away due to failure to join the campaigns, they preferred to flee with their tax money instead of waiting for the state to react. That is why the authorities used phrases related to fleeing or abandoning the estates rather than voluntarily resigning, as we shall see in the coming section.

³⁰ CBAD, 707. 5a: “Müntakil kerde şod be Dan veled-i Mir-i Eflak el vaki fi evahir-i şevval, sene 851, der Edirne”.

³¹ CBAD, 707. 5a: “Bıragub gittiği sebebden Çakırcı Halil oğlu İskender’e virildi. Fi evail-i Zilkade, sene 854, der Edirne”.

³² CBAD, 525, p. 49: “Bu mezkur (Paşa) bıragup gittiği sebebden...”; CBAD, 117/5. 12b: “Bu mezkur (Ali) bıragup bu tımarını gitmiş”.

³³ OAK, 52/59. 11b: “Bu Bogdan kaçduğu sebebden şimdiki halde Vetko’ya virildi”.

5. Voluntary Resignation and Promotion

In contrast to those who left their estates without the approval of the governing bodies, 16 individuals (appr. 17 percent) appeared to reject their nomination to a landed estate or give up their estates as a result of resignation or promotion. These individuals could be divided into three groups. While the first group is composed of those who did not accept the offer of their appointment to a landed estate, the second group signals timariots who voluntarily resigned from their estates after a certain period. In a similar vein, the third group of individuals lost their estates because they were appointed to a post in state administration. Regarding the first group, we do not have sufficient information in the records as to why these individuals numbered 3 rejected their nomination to a timar estate. However, the records provide hints. It appears that 2 of these individuals were recorded as Sarraç Yusuf and Davud Beg Rikabdarı Yusuf³⁴. *Sarraç* means saddlemaker in Turkish, and the registers show that Sarraç Yusuf was employed at the “stables of the sultan”. *Rikabdar* is a title that signified the attendants who used to look after the sultan’s or a high-ranking bureaucrats’ boots and help them put on their shoes. Here, Yusuf appears to have had this role under the authority of a certain Davud Beg. Instead of holding an office, the third individual, called Pirlepelü Svandin, used to possess a landed estate in Prilep (Pirlepede timar yiyügelen) when he was appointed to his new estate in the same region³⁵. Thus, one can conclude that these individuals did not accept their new appointments because they were content with their current occupations, positions, or possessions. These appointments would mean that they would lose these positions, which they did not want to happen. Thus, they preferred to keep them; instead of being relocated to their new landed estate.

In a similar vein, two other timar holders appeared to have relinquished their timars because they received a promotion, being assigned to a bureaucratic or military position. The first one, Mustafa, was appointed as the *kullukçu* of a high-ranking official named Mustafa Hacı Beg³⁶. Although there is no substantial research on the roles and responsibilities of *Kullukçu*, it was previously proposed that these individuals acted as a police force

³⁴ OAK, 52/59. 18a: “Bu mezkur (Sarrac Yusuf) kabul itmediği sebebden...”; CDAB, 117/5. 3a: “Davud Bey Rikabdarı Yusuf’ virildi... Kabul itmedi”.

³⁵ CDAB, 303, p. 38: “Pirlepe’de timar yiyügelen girü Pirlepelı Svandin adlu kafire virildi... Bu mezkur kabul eylemedi”.

³⁶ CDAB, 303, 17a: “şimdiki halde bu Mustafa Hacı Beg’in kullukçusu olduğu sebebden alınıp...”.

under various officials; thus, Mustafa must have become one of them under the supervision of Mustafa Hacı Beg (Binark, 1968, p. 751). The other landholder, Aydın, was assigned as *kethüda* in Veles (Köprülü); thus, he gave up his landed estate³⁷. Although the general responsibilities of the city *kethüdas* have not yet been fully documented, it was proposed that these officials acted as the artisan groups' representatives in a specific location, providing communication between them and the state (Akdağ, 1955, p. 45). It appears that Aydın was happy with his new position; thus, he left his timar. These instances indicate that having a reliable administrative, bureaucratic, or military position in the Ottoman state mechanism was more preferable, at least to a portion of the timar holders. This potentially stemmed from the relative stability that these positions provided to the individuals, considering that most of the time, the timar holders lost their estates within one or two years after their appointments.

We do not have sufficient information regarding the remaining eleven timariots who voluntarily resigned their estates after holding them for a certain period (CDAB, 707. 6b. 16b; OAK, 52/59. 16a; CDAB, 303, pp. 11, 28 and 48; CDAB, 250, p. 21; OAK, 45-30, 3b; CDAB, 117/5. 3a). It appears that two of these individuals have been assigned to another timar; thus, one can say that their motivation was to alter their estates for some other timars³⁸. However, this rule cannot be applied to other timar holders because the cadastral officers do not note any swaps regarding their estates. Thus, there must be other unspecified reasons, such as appointments to a state office or reasons related to their individual conditions.

6 Violation of Duty

The other cause, "violation of duty", includes those who acted contrary to the rules and regulations that the timar holders needed to follow in their respective places of duty. In total, ten individuals (ten percent) lost their timars in relation to these reasons. These timar holders could also be subcategorized according to the specific causes that led to their dismissals. Two land holders appear to have lost their estates due to joining a raiding operation without the permission of the state authorities. These are quite

³⁷ CDAB, 303, 17c: "şimdiki halde bu Aydın Köprülü'de kethüda olduğu sebebdan hissesi alınub...".

³⁸ OAK, 52/59. 17a: "Bu mezkur birağub gayrı yerde bedel timar olduğu sebebdan".

interesting cases that need closer scrutiny. As stated before, the state began significantly increasing its authority over the landed estates at the expense of the frontier lords in this period, appointing its own agents to the frontier timars³⁹. Those who held their timars from aforesaid (kadimi) did not need permission from the state to participate in raiding operations before. However, with the increase of the state control over the estates, especially under the rule of Murad II, they were required to obtain the approval of the state authorities. That is why, for example, a timar holder named Muhammedi, and another one, Osman the son of Arucak Hacı, lost their estates because they joined a raiding campaign without obtaining the necessary permission (destursuz akında gittiği sebebeden)⁴⁰.

Furthermore, in the region of Kastoria, another timar holder, Silahdar Mustafa, used to engage in unspecified misconduct. The governor of Albania, Hamza Bey, reported this to the authorities, adding that his province is under pressure due to Mustafa's misconduct, as the inhabitants were afraid of him⁴¹. The governors' report resulted in this timar holder being discharged. Aside from this, two other individuals seem to have enslaved and sold tolerated non-Muslims under the Ottoman authorities; as a result of which they were discharged from their estates. In the first case, the governor (sancak beyi) and judge (kadı) of Toplički (Toblice), separately sent letters to the authorities, stating that a timar holder named Vidinlü Mahmud (Mahmud of Vidin) enslaved and sold an unspecified number of non-Muslims (illik esir sattı); thus, his estate was transferred to another individual⁴². According to the other case, a timar holder named Tırnavolu Hamza also engaged in enslaving tolerated non-Muslims under Ottoman rule in the same area. However, in contrast to the previous landholder, he was reported to have conned a daughter and a son of a non-muslim into slavery (details are not provided), an undertaking which caused his removal⁴³. There is one other

³⁹ Barkan says that the provincial governors could also assign timars in their respective places of duty (Barkan, 1974, p. 290; Darling, 2017, p. 145).

⁴⁰ CDAB, 525, p. 50: "Şimdiki halde bu mezkur destursuz akına gittiği sebebeden bu timar Kapanderi ve kardaşı Koşar'a ve Komnen'e müştereken virildi, hissenin yarısını Kapandırır yiyüp, her sene eşer ve yarısına mezkurlar müşterek mutasarrıf olub nevbetçe eşerler. Fi evail-i Şevval sene 858 der Sofya".

⁴¹ CDAB, 250, p. 7: "Bu mezkur için Arnavud ili Begi Hamza Beg mektup yazub çeri kağırtmaya komaz ili ürküdür ol tarafda timar yidüğünden inciniriz deyü ilam eyledüğü sebebeden...".

⁴² CDAB, 117/5. 19a: "Bu Mahmud illik esir sattı deyü sancak begi ve kadı mektubuyla alınıb...".

⁴³ CDAB, 117/5. 36b: "Bu mezkur bir kafirün oğlu ve bir kızı ayardub satduğı sebebeden tımarı alınıb...".

case in which a timar holder attempted to subdivide his landed estate in the region of Thessaloniki. According to this, after subdividing his estate, a landholder named Eynebegi, the son of Saruca Hızır, distributed the divided appanages to various unspecified individuals in March 1452 (Hijri: Evahil-i Safer 856). Therefore, the landed estate was taken away from him⁴⁴.

Four other cases are related to taxation practices and infractions connected to this. In one specific case, a timariot named Ali illegally granted tax-exempt status to a Christian individual in the region of Toplički (Toblice). As the *subaşı* (police superintendent) reported this to the authorities, his landed estate was taken away from him⁴⁵. In the same region, another timar holder named Musa, the son of Kapucı İsmail, kept the inhabitants of the village of İstonvinçe, exempt from the *haraç* (a land tax levied on non-Muslim subjects), arbitrarily⁴⁶. In addition, instead of collecting the taxes himself on his estate, he hired a tax farmer (tamam bu tımarun haracın mültezim oldı) to do the job⁴⁷. The authorities did not overlook these transgressions; thus, he lost his landed estate. A similar case is also noted in the neighboring area of Avrethisar (Neo Gynaikokastro), where another landholder, Mustafa, also appointed a tax farmer (her yıl eşmeğe mültezim olduğu sebebeden). This, however, resulted in him being ousted from his landed estate in February/March 1452 (Hijri: Evasıt-ı Şaban 859)⁴⁸. Lastly, a landholder named Arnavud Ahmed was deprived of his landed estate in the region of Kastoria because the villagers living in his timar complained to the authorities about him. Although the reasons are not given clearly (they were probably about infractions related to taxation), the authorities found their complaint right, removing him from the estate in April 1454 (Evahir-i Rebiyülahir, sene 858)⁴⁹. These examples are very significant as they convey the intricacies of the land tenure system in the Ottoman Balkans. Previous researchers are often at a loss regarding the formation and development of the timar system. Here, we first

⁴⁴ OAK, 45-30, 19b: "şimdiki halde bu mezkur için bu tımarını bozdu dağıttı deyü..."

⁴⁵ CDAB, 117/5. 37b: "Diri kafiri haracdan çıkardı deyü..."

⁴⁶ CDAB, 117/5. 14b: "Sancak beyi mektup yazub İstonvinçe adlu köyünün raiyyetlerini haraçdan kaçırdı, haracı alınmadı deyü i'lam ittüğü sebebeden..." ("The governor of this sanjak sent a letter and announced that he kept the villagers of İstonvinçe tax exempt, without collecting their payments...").

⁴⁷ CDAB, 117/5. 14b: "Ve tamam bu tımarın haracına mültezim oldı deyü..." ("became a tax collector for the haraj of this entire landed estate").

⁴⁸ OAK, 45-30, 7b: "Bu mezkur Mustafa'nın hissesine her yıl eşmeğe mültezim olduğu sebebeden..." ("Since a tax collector (mültezim) began to plow Mustafa's share in the estate every year").

⁴⁹ CDAB, 250, p. 14: "Bu mezkurun raiyyetleri şikayet itdüğü sebebeden..."

understand that the system is already well established in the mid-15th century with its peculiar rules, characteristics, and formations. The state was able to react fast against any kind of irregularity that could potentially happen in timar units, as its own agents, such as the regional judges and even members of the *reaya* class, proved effective in reporting them. Aside from pointing out the magnitude of the timar system's significance for the Ottoman military structure, this also shows the degree of experience that the Ottoman state developed over time in land tenure organization. Secondly, these cases bring forth that the influence of the frontier lords had significantly decreased over the landed estates in the frontier territories at the time (Kiprovska, 2021, p. 85). There are countless reports regarding the frontier lords, who were the first distributors of landed estates in various regions. In Thessaly, for example, the frontier lord Turahan Gazi and his family members were holding extensive landed estates⁵⁰. The same situation is also valid for Evrenos Gazi, whose associates are visible in various *defters*⁵¹. Those who held timar before under their supervision did not need permission from the state to join raiding campaigns. However, the mentioned records above indicate a transformation regarding the power balance in the region, as a result of which the state began to implement its bureaucratic rules in a more visible way.

7. Specific Cases of Death or Disappearance

One may expect to see that many timars changed hands because of the death or disappearance of their owner. However, this is not the reality on the ground in the target population and land surveys. Four different landed estates (approx. four percent) were transferred to other individuals for this reason. We encounter two individuals who died or were murdered; thus, their estates changed hands. A timar holder, named İsmail, the son of Kınık of Germiyan, for instance, was initially appointed to a landed estate in the region of Toplički (Toblice) in October 1453 (Hijri: Evahir-i Ramazan, 857). Later, however, it was understood that while trying to claim his landed estate, he was killed by an unspecified person or people in the pass of Şehirköy (Piro). Therefore, his timar was transferred to another person called

⁵⁰ For instance, a cadastral record shows that a village called Halapos was possessed by the relatives of Turahan Gazi, Musa Bey, and his son Sagir Ali: "Timar-ı Musa Bey ve oğlu Sagir Ali hiş-i Turahan Bey, Serasker" (Arkan & Delilbaşı, 2001, p. 35).

⁵¹ Arkan & Delilbaşı, 2001, XX.

Yakub in January 1454 (Hijri: Evail-i Muharrem 858)⁵². Another timar holder named Ramazan, who held a landed estate in the same region, lost it because he died after falling from the fortifications of Kruševac (Alacahisar) when “the infidel” besieged it⁵³. We know that Kruševac was captured by the Ottomans under Murad II in 1428 (Shaw, 1976, p. 76). Previous research signaled that the Serbians took the city back immediately after Murad II’s death in 1451 (Güzel et al., 2002, p. 149). However, the records indicate that the aforesaid Ramazan was alive in October 1453 (Hijri: Evahir-i Ramazan, 857). The transfer of his landed estate only took place in October 1454 (Hijri: Evail-i Zilkade 858); thus, it appears that Ramazan must have died during the Serbian Siege of Kruševac, which took place between these dates. This also explains why Mehmed II sent raiding parties to Serbia in 1454, which were eventually defeated by the united Serbian/Hungarian forces. These operations must have had initially punitive characters, which ultimately culminated in the Ottoman siege of Belgrade in 1456. The remaining two cases are related to the disappearance of the timar holders. Although the details are not provided, it appears that a timar holder named Dimitri and another one called Umur, who held landed estates in Kičevo and Kastoria, had disappeared (*belürsüz oldu*), probably during separate military campaigns⁵⁴. Thus, their landed estates were transferred to some other individuals⁵⁵. It is interesting to note that the Ottoman authorities mostly identified those who inherited timars from their fathers or relatives, such as brothers, (or some other individuals, in specific cases) using the phrase *ez tahvil-i*, which is composed of Persian *ez* (از, from), Arabic *tahvil* (تحويل, change, alteration), and Persian Possessive adjective suffix (-i), putting it before the name of the previous owner of the landed estate. This signals the transfer of the landed estates between various individuals. However, it appears that the cadastral officials felt the necessity to indicate specific cases such as death or disappearance during a military encounter; instead of just employing the term *ez tahvil-i*. This shows that they perceived such specific cases as different than natural death; thus, they detailed these in the entries⁵⁶.

⁵² CDAB, 117/5. 22b: “Bu Kınuk varmayub yolda Şehirköy derbendinde öldürdükleri sebebeden...”.

⁵³ CDAB, 117/5. 24a: “Alacahisar’da kafır geldiğinde düşmüş...”.

⁵⁴ CDAB, 525, p. 65: “Bu Umur için Kethüda Murad Beg belürsüz oldu deyü i’lam ettiği sebebeden...”; CDAB, 303, 11: “Bu Dimitri belürsüz oldu...”.

⁵⁵ In a similar vein, according to the *defter* of Vidin, a timar holder named Üveys in Vidin, for example, had died during the Ottoman campaign in Moldavia in 1475 (Novaković, 1973, p. 21).

⁵⁶ We can also see similar cases in *tahrir defters*, compiled in other regions. Albanian *defter* of 1432 reads: “Bu Kasım için kayboldu deyü bildirdikleri sebebeden bu Kosrice adlu hisse

8. Illegal or Fraudulent Acquisition of the Landed Estate

One of the most interesting causes that resulted in the dismissal of the timar holders is fraud, which includes any sort of illegal information that the timar holders provided to the authorities to obtain landed estates⁵⁷. We have seven timar holders in total (approximately seven percent), who acquired and then lost their estates for reasons related to this. Five of these holders presented themselves as the relatives of the deceased timar holders, and two lied about their previous military duties. In the first case, for example, two landholders falsely claimed to be the son or brother of the deceased timariots⁵⁸. Further, a timariot was recorded as *Düzme*, an adjective that signified the impostors who pretended to be someone else to deceive the authorities⁵⁹. These cases demonstrate that in the formative years of the Ottoman land tenure system, although it was not the dominant way, inheritance still played a significant role in the transfer of the timars. The individuals' close male relatives, including sons and brothers, could take over their timar estates. Authorities took no issue with the implementation of this practice. Aside from this, we also come across another timar holder who was dismissed because he appeared to be the "stepson" of the previous timar holder. Thus, we understand that the authorities did not allow the stepchildren to take over their non-biological fathers' landed estates. That is why this landholder called Tursun, the stepson of a certain Karagöz, lost his estate in Prilep in October 1446 (Hijri: Evahir-i Receb, 850)⁶⁰. Lastly, another holder falsely asserted that he was from a *sipahi* family. However, the local judge (kadı) revealed that he was actually from the class of *reaya*; thus, his landed estate was taken away⁶¹. This instance points out that the Ottoman authorities did not always allow vertical social mobility in the timar system. Although the timar estates were provided to soldiers of non-timar origins, such as janissaries, the tax-paying local classes were generally excluded from this in this period. This case is also

Çaşnigir Hızır'a verildi, tasarruf edüp kal'a-i mezkuru bekler; fi evasit-i Rebi'-ilahir sene 854, der Edirne" (İnalçık, 1987, p. 36).

⁵⁷ Previous research showed what kind of measures the state authorities took to examine the authenticity of the timar patents; thus, it is not necessary to reword them here (Afyoncu, 1997, p. 47).

⁵⁸ CDAB, 303, p. 33: "şimdiki halde bu mezkur Dimitri için mezkur Hamir'in kardaşı değüldür deyü..."; CDAB, 117/5. 37b: "Bu Ali için mezkur Saruca'nın oğlu değildir".

⁵⁹ OAK, 45-30, 15a: "Sofî Hızır bu timarda düzme olmağın gene kadimisi Saruca'ya virildi...".

⁶⁰ CDAB, 303, p. 78: "Mezkur Tursun, Karagöz'ün üvey oğlu olduğu cihetden alınıp...".

⁶¹ CDAB, 303, p. 29: "Bu mezkur Vılkaşın için kadı mektup yazıp sipahi oğlu değildir deyü...".

related to the two other abovementioned individuals who lied about their backgrounds (Kütükoğlu, 1998, p. 309). One of them, called Ibrahim, was discharged from his landed possession because he had never held a timar before (evvelden timar yemiş değildir)⁶². The other one, Naib İvaz, was previously employed as the *yaya* of a *yayabaşı* (in this context, commander of the *yaya* troops in the Ottoman army), called Ustunsur Çelebi Bey. However, it seems that although such individuals were not allowed to hold landed estates, Naib İvaz did not inform authorities of his military background as a *yaya* soldier. Therefore, he was deprived of his landed estate⁶³.

9. Betrayal

One of the lesser encountered causes for the discharge of the timar holders is related to betrayal, which signifies those who joined the enemies of the Ottomans or abandoned their estates and took refuge in the Christian realms. Although previous research gravely overlooked this cause because of nationalistic concerns, it is still visible in land and population surveys. We have three records (approx. three percent) in total, related to this reason. Two of them are in the region of Kruševac (Alacahisar) and Toplički (Toblice). Timar holders, named Vilk and Markaša, seem to have been commuting between the Ottoman lands and Serbia freely before⁶⁴. The records indicate that they preferred to “remain” in Serbia (Despot ilinde kalmış), therefore, their timars were transferred to a certain Vidinlü Mahmud in October 1453 (Hijri: Evahir-i Ramazan, 857)⁶⁵. A similar case could also apply to two timar holders in Kičevo. The records indicate that after the capture of the castle of Svetigrad (Kocacik), the Ottoman authorities appointed an Albanian landholder called Andreyoz as the governor in August 1448 (the castle was captured on the 31st of July)⁶⁶. There is a strong possibility that this individual was the “old and respected Albanian” mentioned by Marin Barleti, the contemporary

⁶² CDAB, 303, p. 46: “şimdiki halde bu mezkur için evvelden timar yiyügelmiş değildir...”. This situation is also highlighted by Darling in her research on the timar system in the late 1500s (Darling, 2014, p. 198).

⁶³ CDAB, 117/5, 26b: “Ustansır Çelebi Beg yayası idi deyü bildirdikleri sebebdendir...”.

⁶⁴ Miljkovic states that the percentage of the Christian timar holders in Toblice was about eight percent (Miljkovic, 2014, p. 41).

⁶⁵ CDAB, 117/5, 1a: “Bu mezkurlar (Vilk ve biraderiş Markaša) Despot ili’nde kalmışlar ol sebepten...”.

⁶⁶ CDAB, 303, 17a: “Kocacik hisarı dizdarı Andreyoz...”.

historian and the biographer of Scanderbeg, relating to the events during the Ottoman operations against the Castle of Svetigrad. Barleti reports that before the siege started, the sultan sent this individual as a herald to the city to negotiate a possible surrender of the castle; however, the defenders rejected the surrender⁶⁷. Barleti's specification of the individual as "old" conforms to the Ottoman sources, which specify that four years later, in 1452, Andreyoz had died, and this landed estate was given to Andreyoz's sons Nikolay and Gön, who began tilling it in turns⁶⁸. Although there is no further information provided on the identity of Andreyoz, it was reported to the authorities that Andreyoz's sons were occasionally visiting the rebellious Scanderbeg (İskender'e varırlar gelirler), who initiated a large-scale uprising against Ottoman rule, forming a political union called the League of Lezhë in Albania. As a result, the authorities deprived these individuals of their landed estates⁶⁹.

Additionally, there is another instance of betrayal, which provides a lot of information for understanding the contemporary Ottoman land tenure system. According to this, "the orphans" called Hüseyin and Yusuf, the sons of a certain Bosna Hasan, were provided landed estate in Toplički (Toblice), in late March or Early April of 1448 (Hijri: Evasıt-ı Muharrem, 852)⁷⁰. It appears that their mother was the same person, as the note specifies that when they were summoned to the campaigns, their uncle (brother of their mother), was required to till the land in their estates. However, seven years later in 1455, their mother had taken Yusuf (who was probably the younger brother) with her and took refuge in the Christian lands⁷¹. This gives us an idea that, as it was common practice in Ottoman society at the time, the mother kept her Christian religion, although the boys were brought up as Muslims⁷². Although no further information was added about the fate of

⁶⁷ Barleti, 1596, p. 126.

⁶⁸ CDAB, 303, 17a: "Şimdiki halde Andreyoze'nin hissesi oğulları Nikolay ve Gön'e virildi...".

⁶⁹ CDAB, 303, 17a: "Bu mezkurlar için Zaim İskender'e varırlar gelürler deyü bildirdiği sebebden...".

⁷⁰ CDAB, 117/5. 25a: "Şimdiki halde Delü İlyas, Bosna Hasan öksüzleri Hüseyin ve Yusuf'a müşterek virildi...".

⁷¹ CDAB, 117/5. 25a: "Şimdiki halde mezkur Yusuf'ı anası alub kafire gitmiş ol sebebden hissesi kardeş Hüseyin'e zam olındı...".

⁷² The Catalan chronicler Ramon Muntaner who traveled with the Catalan company in western Anatolia and the Balkans in the early 1300s, reports this phenomenon in his work: "If a Turk wished to marry the daughter of the most prominent man in any of those cities, towns, or castles that had been conquered by them, her father, mother, or other of her kinsfolk were obliged to give her to him in marriage. If a son were born, they would make him a Turk and they would circumcise him so that he became a Saracen; but if the child were female, she could follow whatever religion she wished" (Muntaner, 2006, p. 46).

Yusuf in the following records, we can speculate that he was converted to Christianity later. His share in the landed estate, on the other hand, was given to his brother Hüseyin. In general, the betrayal of timar holders is a quite interesting issue which deserves a broader future undertaking, as there is no previous research on it. Although we have only three records in this respect, one should remember that these are just the ones the authorities managed to uncover. There must be more such timariots whose secret connections were not reflected in the records. What is noticeable from the abovementioned cases is that at least a visible portion of the Ottoman timar holders in the Balkans still protected their regional pre-Ottoman identities in this transformative period. In other words, their religious or ethnic backgrounds played a certain role in their allegiance to Ottoman rule. They agreed to serve as regional landholders in the Ottoman system to protect their pre-existing economic and social privileges. However, when the opportunity arose, they did not hesitate to change their allegiance. We do not encounter such reports frequently in the *defters* of the same regions in the following decades; thus, we can say that this cause was especially peculiar to the formative years of the mid-15th century.

10. Holding the Estate Too Long

Another reason the landholders were dismissed was that they were holding the estate for too long. This demands more detailed examination. The records do not indicate many landholders who lost their estates for this reason. We have four separate cases (approx. four percent), two of which are from the region of Sofia and the others from Kičevo and Prilep. Regarding the landed estates in Sofia, we do not know how long their holders possessed them, as there are no previous records. The first timar holder, Hamza, for instance, obtained his timar from a certain Davud sometime in the past. However, the authorities deemed that he was holding the estate for a long time (*çokdan yiyü geldiği sebebden*); thus, the estate was given to Lazlu Şahin in November/December 1452 (Hijri: Evasıt-ı Zilkade, 856)⁷³. A similar case also applies to a certain İlyas, who obtained his timar from his father in the past. However, this estate was transferred to another individual in late December of early January 1452/1453 (Hijri: Evasıt-ı Zilhicce, 856)⁷⁴. Regarding

⁷³ CDAB, 707. 15a: "Bu mezkur (Hamza) çokdan yiyü geldiği sebebden...".

⁷⁴ CDAB, 707. 16a: "(İlyas) Çoktan yiyü geldiği sebebden...".

the other two estates, we encounter similar cases. A landholder named Hamza in Kičevo was recorded as *gulam-ı mir*⁷⁵. The meaning of this title was a matter of debate among various historians. Although researchers are not fully sure about such individuals' backgrounds, most agree that they were of palace origin. As Emecen pointed out, these individuals could be military officers, soldiers from the Kapıkulu army, or bureaucrats who graduated from the *Enderun* (inner-palace) school (OAK, 52/59, 1b-18b; OAK, 45-30, 1b-21b; CDAB, 117/5, 1a-38a; CDAB, 525, pp. 2-92; CDAB, 250, pp. 1-43; CDAB, 707. 1b-21b; CDAB, 303, pp. 2-85; Emecen, 2014, p. 353). In this case, Hamza seems to have acquired the landed estate from his father (ez tahvil-i pedereş). Therefore, if we think that the Muslims, especially Muslim *sipahis*, could not be assigned as *kapıkulu* soldiers, he must have been the son of an individual of palace origin, who was also *gulam-ı mir*. This landholder also lost his landed estate as the authorities decreed that he had been holding the estate for too long (*çokdan yir*); however, we are not sure about the exact date of this adjustment, since the date is not readable in the document (CDAB, 303, 17b). Lastly, in the region of Prilep, a certain Milanko's landed estate was transferred to another timariot named Novak, the son of Cura, for the same reason in October 1453 (Hijri: Evail-i Zilkade, 857)⁷⁶. In all the abovementioned cases, although the date of dismissal is provided in the records, we are not able to find any evidence as to when these landholders obtained their timar holdings. The earliest cadastral entry comes from 1445; thus, we understand that the timariots mentioned were holding their estates at least for seven or eight years, depending on their individual cases. A number of other indicators give more hints. Except for one, three of the mentioned timariots obtained their estates from their fathers (ez tahvil-i pedereş). Thus, it seems that the timars were in the possession of their families at least for two generations. So, what could this case signify to us? Previously, focusing on the timariots who recorded with their fathers' names, Darling traced the ubiquity of the timariots who inherited them from their fathers in this period. She argued that the increasing presence of those who were not recorded with their fathers' names indicates that the authorities were striving to distribute the estates to new ones. Through this, the state aimed to augment its central authority vis-à-vis the locally established *sipahi* families (Darling, 2017, p. 145). These records further demonstrate that

⁷⁵ CDAB, 303, 17b: "Tımar-ı Hamza, veled-i Menteşe, gulam-ı mir, ez tahvil-i pedereş. Şimdiki halde bu Hamza için çokdan yir deyü...".

⁷⁶ CDAB, 303, p. 32: "Bu mezkur (Milanko) çokdan yidüğü sebebden...".

the authorities were anxious about the presence of these established *sipahi* families. That is why they did not allow them to take root as regional aristocratic families in their respective territories.

11. Wrong Reports

Finally, those who lost their landed estates as a result of wrong reports constitute a small percentage of the timariots (three in total, approx. three percent). These reports include misinformation or accusations, which were provided to the authorities about the timar holders by the local state officials or people. We know that these were wrong reports because the accused timar holders gained their estates back. However, it is possible that there might have been some more timariots who were the victims of such reports; however, the authorities did not realize this at the time of the compilation of the records. The first record is from Timurhisar (Sidirokastro), where a timar holder by the name of Hirano was reported to have contracted leprosy (the reporters were not specified) in November 1451 (Hijri: Evahir-i Şevval 855)⁷⁷. However, as the reports appeared to be false, the authorities gave the estate back to Hirano a year later. Similarly, in Köprülü (Veles), some unspecified individuals informed the authorities that a timar holder called Tanrıvermiş did not respond to a call of duty (*kulluğa varmadı*) in April 1448 (Evail-i Safer, 852)⁷⁸. However, a year later, the authorities concluded that the report was false; thus the estate was given back to him⁷⁹. The remaining case, in which a timar holder named Yovan was falsely reported to be dead, is quite interesting, as it provides a lot of insights regarding the conflicts of interest between various timar holders at the local level. According to this, Yovan acquired his landed estate in the region of Kičevo in January 1453 (Evahir-i Zilhicce, 856)⁸⁰. Later, however, the authorities were misinformed about his alleged death; as a result, he lost his landed estate⁸¹. Although the document does not specify the individuals who spread false

⁷⁷ CDAB, 525, p. 5: "Mezkur Hrano dahi cüzam oldı deyü şehadet ettikleri cihetden... Şimdiki halde girü alınıb bu timar girü Hrano'ya ve oğlu Dimitri'ye müşterek virildi".

⁷⁸ CDAB, 525, p. 50: "Bu Tanrıvermiş için kulluğa varmadı deyü bildirdikleri sebebdan alınıb...".

⁷⁹ CDAB, 525, p. 50: "Kulluğa varmadı deyü bildirdikleri vaki olmaduğun sebebdan girü mezkur Tanrıvermiş'e mukarrer oldu...".

⁸⁰ CDAB, 303, p. 10: "Bu timar alınıb Radoslav oğlu Yovan'a virildi...".

⁸¹ CDAB, 303, p. 10: "Bu mezkur için öldü diye i'lam itdükleri sebebdan...".

reports, it appears that two previous *sipahis*, named Ali and Şirmerd, who were dismissed from their timars (location not specified), obtained the allegedly dead Yovan's estate in June 1453 (Hijri: Evahir-i Cemaziyelevvel 857)⁸². Although it is not possible to reach a definite conclusion on the issue, it can be speculated that these dismissed *sipahis*, Ali and Şirmerd, might have been responsible for the false report, spreading which they hoped to be appointed in Yovan's stead. In spite of this, however, the following records show that the authorities found out that Yovan was still alive; thus, they have taken the estate away from Ali and Şirmerd. What is more interesting here is that, regardless of this, they did not appoint Yovan back to his estate. In February 1455 (Hijri: Evahir-i Safer 859), the landed estate was provided to Yovan's brother, called Tazıcı Dragan⁸³. This behooves us to think that Yovan was in an unfit physical or mental condition to possess a timar at the time, which might have been the cause of the false reports. This also prompted the authorities to appoint his brother to this timar instead of him. Still, it took almost 19 months for the Ottoman authorities to react, which is an interesting case. One might speculate that it lasted that long because of a thorough investigation or the corruption of the cadastral officers.

Conclusion

This study concentrated on the reasons behind the discharge of the Ottoman landholders in the mid-15th-century Balkans, relying mainly on seven population and land records alongside other primary sources. In this respect, it argued that the dismissal of landholders occurred primarily for 11 main reasons listed above. These reasons, I assert, give deeper insights into the structure and functioning of the Ottoman timar system at the time. I believe that a number of conclusions could be drawn from those. These cases provide a lot of information about the responsibilities and roles of many state officials and bureaucrats, such as *subaşı*s on the ground, and how they interacted with the local timar holders. Further, they demonstrate that the state asserted its strong control over the landed estates, which were located in the frontier regions. It used to change the timar holders very quickly, assigning new timar holders and discharging the old ones within a rela-

⁸² CDAB, 303, p. 10: "Ali'ye ve Şirmerd'e müşterek virildi...".

⁸³ CDAB, 303, p. 10: "Bu mezkur Yovan ölmemiş sağ imiş ol sebebeden bu köy alınub kardaşı Tazıcı Dragan'a virildi...".

tively short period. It also did not allow the timar holders to keep the estates for too long. This prompted a good portion of the timar holders not to join and spend their revenues on the campaigns, as they knew that they would lose their estates in a few years anyway. This also caused several timar holders to collect revenues from the dependent peasants in their estates and go into hiding, in the hopes of keeping these funds for themselves. In contrast, however, the state could be more lenient towards those who were unable to fulfill their military obligations due to illness-related situations. In such situations, the state could appoint such timar holders' designated heirs to the estates. In some cases, we observe that several timar holders were unwilling to accept timar grants, fearing they would risk their current administrative or military positions. In other cases, they had to give up their estates due to reasons related to promotion or a duty change. A portion of the timar holders obtained their estates, presenting wrong information to the state authorities. Yet, some others suffered from the wrong reports that were presented to the authorities by their local rivals. We also see that it was a relatively common practice among timar holders to act outside of their military and administrative responsibilities, such as changing the patterns of taxation, which resulted in their removal from their possessions. In relation, others were in secret connection with the hostile powers, which caused their dismissals. Lastly, several timar holders disappeared or died on specific occasions, such as war or siege; thus, their timars were reassigned.

Archival Sources

CDAB (Cumhurbaşkanlığı Devlet Arşivleri Başkanlığı-Ottoman Archives of the Presidency of the Republic of Türkiye) [Istanbul]. D. (Defter) 707.

CDAB (Cumhurbaşkanlığı Devlet Arşivleri Başkanlığı-Ottoman Archives of the Presidency of the Republic of Türkiye) [Istanbul]. MAD. (Maliyeden Müdevver Defter) 250, 303, 525.

CDAB (Cumhurbaşkanlığı Devlet Arşivleri Başkanlığı-Ottoman Archives of the Presidency of the Republic of Türkiye) [Istanbul]. MCO. (Muallim Cevdet Ortatoy) 117.5.

OAK (Oriental Archives Collection, Sofia Bulgaria) [Sofia]. 45.30 and 52/59.

Edited Sources

Balta, E. (Ed.). (1989). *L'Eubée, à la fin du XVe siècle: Économie et population. Les registres de l'année 1474*. Etairea Euvoikon Spoudion.

- Barleti, M. (1596). *George Castriot, surnamed Scanderbeg*. Imprinted [by R. Field] for William Ponsonby.
- İnalçık, H. (Ed.). (1987). *Hicri 835 tarihli Suret-i Defter-i Sancak-i Arnavid*. Türk Tarih Kurumu.
- İnalçık, H., Radushev, E., & Altuğ, U. (Eds.). (2013). *1445 tarihli Paşa Livası İcmal Defteri*. Türk Tarih Kurumu.
- Lowry, H. (Ed.). (2012). *On beşinci yüzyıl Osmanlı gerçekleri, Limnos adasında yaşam*. Bahçeşehir Üniversitesi.
- Muntaner, R. (2006). *The Catalan expedition to the East: From the Chronicle of Ramon Muntaner* (R. D. Hughes, Trans.). Tamesis.
- Novaković, R. (Ed.). (1973). *Miscellanea* (Tome 2). Institut d'Histoire.
- Pulaha, S. (Eds.). (1974). *Le cadastre de l'an 1485 du sandjak de Shkoder: Présentation, introduction, transliteration, traduction et commentaire*. Institut d'Histoire.
- Şabanović, H. (Ed.). (1964). *Krajište Isa-Bega Ishakovića: Zbirni katastarski popis iz 1455 godine*. Orijentalni Institut u Sarajevu.
- Türk Tarih Kurumu. (2001). *Hicri 859 tarihli Suret-i Defter-i Sancak-ı Tırhala* (M. Arıkan & M. Delilbaşı, Eds.). Türk Tarih Kurumu Basımevi.

References

- Afyoncu, E. (1997). *Osmanlı devlet teşkilatında Defterhâne-i Amire (XVI-XVII. yüzyıllar)*. [unpublished doctoral thesis]. Marmara University.
- Akdağ, M. (1955). Osmanlı müesseseleri hakkında notlar. *DTCF Dergisi*, 13, 27–51.
- Akdağ, M. (1975). *Türk halkının dirlik ve düzenlik kavgası: Celali isyanları*. Bilgi.
- Barkan, Ö. L. (1974). Timar. In *İslâm Ansiklopedisi*. Milli Eğitim Basımevi.
- Binark, İ. (1968). XVIII. yüzyıl sonlarına kadar Osmanlı-Türk ordusuna ait askeri kıyafet ve ünvanlar. *Türk Kültürü Dergisi*, 70, 746–763.
- Dağlı, M. (2012). *Kütahya in the eighteenth century: Transformation or the persistence of the old order?* [unpublished doctoral thesis]. University of California, Berkeley.
- Darling, L. T. (2006). Public finances: The role of the Ottoman centre. In S. Faroqhi (Eds.), *The Cambridge history of Turkey* (Vol. 3: *The later Ottoman Empire, 1603–1839*, pp. 118–132). Cambridge University Press.
- Darling, L. T. (2014). Nasihatnameler, icmal defterleri, and the timar-holding Ottoman elite in the late sixteenth century – Part II, including the seventeenth century. *Osmanlı Araştırmaları*, 43, 1–23.
- Darling, L. T. (2017). Historicizing the Ottoman timar system: Identities of timar-holders, 14th to 17th centuries. *Turkish Historical Review*, 8, 145–173.
- Emecen, F. M. (2014). Defter-i Köhne: Pırlepe-Kırçova kesiminin en eski timar defteri. *Osmanlı Araştırmaları / The Journal of Ottoman Studies*, XLIII, 341–474.
- Güzel, H. C., Oğuz, C., Karatay, O., İnalçık, H., & Halaçoğlu, Y. (2002). *The Turks* (Vol. 3). Yeni Türkiye.
- İnalçık, H. (1973). *The Ottoman Empire, the classical age*. Phoenix.

- İnalcık, H. (2012). Tımar. *TDV İslâm Ansiklopedisi*, 41, 477–479.
- Karaboğa, D. V., & Bozdoğan, R. (2021). Osmanlı tımar sisteminin uygulanışında yaşanan problemlere dair bazı tespitler. *Genel Türk Tarihi Araştırmaları Dergisi*, 3(6), 331–350.
- Kılıç, L. A. (2017). Osmanlı tarihi araştırmalarında tımar ve zeamet ruznamçe defterleri. *Studies of the Ottoman Domain*, 7(12), 105–139.
- Kiprovsk, M. (2021). Agents of conquest: Frontier lords' extended households as actors in the Ottoman conquest of the Balkans. *Revue des études sud-est européennes*, 59, 79–104.
- Kütükoğlu, M. S. (1998). *Osmanlı belgelerinin dili (diplomatik)*. Kubbealtı Neşriyatı.
- Lowry, H. (2023). Whither defterology? A review article of Halil İnalcık, Evgeni Radushev & Uğur Altuğ. *1455 Tarihli Paşa Livâsı İcmâl Defteri. Osmanlı Araştırmaları*, 62(62), 267–293.
- Miljković, E. (2014). 1450'den 1550'ye kadar Sırp topraklarında tımar sistemi: Semendire sancağı'nda tımar sistemi üzerine özel bir anket ile. *Osmanlı Araştırmaları*, 1, 36–47.
- Mutaftchieva, V. P., & Dimitrov, S. A. (1968). *Sur l'état du système des timars des XVII^e–XVIII^e ss.* Académie Bulgare des Sciences.
- Ostapchuk, V. (2020). The trouble with timars: An excursion into a seventeenth-century documentary landscape. In E. L. Menchinger, F. Castiglione & V. Şimşek (Eds.), *Ottoman war and peace: Studies in honor of Virginia H. Aksan* (pp. 35–62). Brill.
- Pamuk, Ş. (2004). Institutional change and the longevity of the Ottoman Empire, 1500–1800. *Journal of Interdisciplinary History*, 35(2), 225–247.
- Shaw, J. S. (1976). *History of the Ottoman Empire and modern Turkey*. Cambridge University Press.
- Soyudoğan, M. (2017). The fall of Icarus: The paradox of the Ottoman centralization and the abstraction of timars. *Turkish Historical Review*, 8(2), 174–200.
- Uzunçarşılı, İ. H. (1982). *Osmanlı tarihi*. Türk Tarih Kurumu.

Estudio diplomático de la documentación de D. Leonor de Austria, reina de Portugal y Francia

Estudo Diplomático da Documentação de D. Leonor de Áustria, Rainha de Portugal e França

Diplomatic Study of the Documentation of D. Leonor of Austria, Queen of Portugal and France

LUIS FERNANDO FERNÁNDEZ GUISASOLA¹

Investigador predoctoral

Universidad Complutense de Madrid

luisff02@ucm.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2661-6164>

RESUMEN

Este estudio analiza la documentación de la reina D. Leonor de Austria desde una perspectiva diplomática, considerando su condición única como consorte de los reinos de Portugal y Francia, infanta de Castilla y Aragón, y hermana del emperador Carlos V. A lo largo de su vida, D. Leonor adaptó sus prácticas documentales a las tradiciones de cada reino, conservando elementos

¹ Financiado por el programa CT15/23 de la Universidad Complutense de Madrid y el Banco Santander.

distintivos relacionados con su linaje. Esto era algo poco común, pero que se dio en las consortes portuguesas de finales del siglo XV y principios del XVI. El análisis se estructura en torno a los tres elementos documentales que permiten identificar al emisor: intitulación, sello y firma. Se presta especial atención a esta última, dado a su alto valor archivístico para diferenciar a D. Leonor de otras reinas coetáneas, evitando atribuciones difusas o erróneas de los archivos. El trabajo también demuestra la influencia que tuvieron unas reinas para la creación de la imagen documental de sus sucesoras, especialmente la que tuvo en D. Leonor su tía D. María de Castilla, quien también había estado casada con D. Manuel.

PALABRAS CLAVE: Diplomática; Sigilografía; Archivística; Firma; Reginalidad.

RESUMO

Este estudo analisa a documentação da rainha D. Leonor de Áustria sob uma perspectiva diplomática, considerando a sua condição única como consorte dos reinos de Portugal e França, infanta de Castela e Aragão, e irmã do imperador Carlos V. Ao longo da sua vida, D. Leonor adaptou as suas práticas documentais às tradições de cada reino, preservando, no entanto, elementos distintivos relacionados com a sua linhagem. Tal prática era pouco comum, embora se verifique em algumas consortes portuguesas do final do século XV e início do século XVI.

A análise organiza-se em torno de três elementos documentais que permitem identificar o emissor: *intitulatio*, selo e assinatura. Dá-se especial atenção a esta última, devido ao seu elevado valor arquivístico para distinguir D. Leonor de outras rainhas coevas, evitando atribuições incorretas ou ambíguas nos arquivos. O estudo também evidencia a influência que algumas rainhas exerceram na construção da imagem documental das suas sucessoras, destacando-se o caso de D. Maria de Castela, tia de D. Leonor e também esposa de D. Manuel.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomática; Sigilografia; Arquivística; Assinatura; Reginalidade.

ABSTRACT

This study examines the documentation of Queen Leonor of Austria from a diplomatic perspective, considering her unique position as consort of the kingdoms of Portugal and France, Infanta of Castile and Aragon, and sister of Emperor Charles V. Throughout her life, Queen Leonor adapted her

documentary practices to the traditions of each kingdom, while preserving distinctive elements related to her lineage. This was uncommon, although it can be observed in certain Portuguese consorts of the late fifteenth and early sixteenth centuries.

The analysis is structured around the three documentary elements that allow the identification of the issuer: *intitulatio*, seal, and signature. Particular attention is given to the latter, due to its high archival value in distinguishing Queen Leonor from other contemporary queens, thus avoiding incorrect or ambiguous attributions in archival holdings. The study also highlights the influence that certain queens exerted on the creation of the documentary image of their successors, especially the influence that Queen Maria of Castile, aunt of Leonor and also wife of King Manuel, had on her.

KEYWORDS: Diplomats; Sigillography; Archival Science; Signature; Queenship.

Introducción

Como afirmó Maria José Azevedo Santos (2003, p. 1105) las cancillerías de las reinas de Portugal son “uma questão em aberto”. Si bien se refería a las consortes medievales, la situación es similar, sino más desconocida, para las reinas de la Alta Edad Moderna como Leonor de Austria. Aun así, se han producido avances significativos, como el estudio de la propia doctora Santos (2004) sobre la casa de la reina D. Catalina, donde apenas se hace mención a la soberana, pero hace énfasis en la importancia de la escritura en el entorno cortesano, la aportación Guimarães Sá (2015), que contextualiza en detalle el por qué la escritura era fundamental para las reinas de la época, y los trabajos de Ávila Seoane (2017; 2022), quien, desde un punto de vista paleográfico, ha estudiado a las figuras de las reinas D. Isabel y D. María de Castilla² y la Excelente Señora, incluyendo un escueto tratamiento de sus firmas.

Es importante seguir profundizando en el estudio de estas reinas, ya que cada uno de los elementos diplomáticos presentes en su documentación implica una elección consciente sobre cómo desean ser representadas, basada tanto en los precedentes como en el contexto político. Esto resulta

² En la historiografía española estas figuras suelen ser llamadas “de Aragón” y no “de Castilla”. Sin embargo, se ha preferido tratarlas de la segunda manera por respeto a la costumbre portuguesa.

especialmente visible en el caso de D. Leonor de Austria, reina consorte de Portugal y Francia.

Hija mayor de Felipe I y Juana I de Castilla, D. Leonor nació en 1498. Creció en la corte de Países Bajos hasta que, en 1517, acompañó a la península a su hermano, el futuro emperador Carlos V, quien se había proclamado rey de Castilla y Aragón en vida de su madre. En 1519 se dispuso un matrimonio con D. Manuel I de Portugal, que había enviudado de dos hermanas de su madre: D. Isabel y D. María de Castilla. El matrimonio fue breve, ya que D. Leonor enviudó en 1521 y regresó a Castilla en 1523, dejando atrás a su hija, la infanta D. María. En 1530 contrajo segundas nupcias con el rey Francisco I de Francia, de quien enviudó en 1547. Desde entonces permaneció cerca de su hermano, primero en Países Bajos y, a partir de 1556, en Castilla, donde falleció en 1558 (Combet, 2008).

Según lo observado, la vida de D. Leonor transcurrió entre distintas cortes, con distintas cancillerías, aunque siempre mantuvo un vínculo estrecho, tanto en lo político como en lo personal, con su hermano el emperador. Como se analizará en este trabajo, tanto los territorios donde fue reina consorte como los dominios vinculados a su familia influyeron en la manera en que fue representada documentalmente.

Con el objetivo de examinar estos aspectos con detenimiento, el estudio se divide en tres apartados, centrados en las distintas partes del documento donde se representa a la reina: sus intituciones, sus firmas y sus sellos. Las fuentes primarias consultadas provienen de archivos portugueses, españoles y franceses.

1. Intituciones

La intitución más antigua de D. Leonor corresponde a una carta de merced sin firmar (posiblemente minuta) datada el 26 de enero de 1519. En ella utiliza los títulos propios de la reina consorte de Portugal, aunque también conserva los propios de una infanta castellana:

Dona Lyanor, pela graça de Deus, rainha de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em África, senhora da Guínea e da Conquista, nauegacam y comercio de Etiópia, Arabia Persia e da Índia, infanta de Castilla, de Liam, de Aragam e Zizilia, de Napoles, de Navarra³.

³ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1519). Gaveta 15, mc. 15, n.º 13.

Se aprecia una notable influencia castellana en la escritura de algunas palabras, como al escribir “Castilla” en lugar de “Castela” o “Guinea” en lugar de “Guiné”. Además, el orden de los títulos recuerda al utilizado por su hermano, el emperador Carlos V en una misiva enviada ese mismo año al rey D. Manuel, con la diferencia de que D. Leonor separa las dos Sicilias en Sicilia y Nápoles, y omite los títulos de Jerusalén y Granada⁴.

La siguiente intitulación que se ha encontrado de la reina D. Leonor corresponde a la quitación que se hizo de su dote y sus arras en 1523, siendo ya viuda de D. Manuel. Para este momento su cancillería debió recibir más influencia portuguesa, ya que Castela y Guiné ya no aparecen en castellano.

Dona Lyanor, pela graça de Deus, raynha de Portugall e dos Algarves, da aquem e de allém mar em África, senhora da Guiné e infante de Castela, de Liam, de Aragão e de Granada, de Navarra, de Duas Sizílias, de Jerusalem, da Austria, e dos Borgonhas, de Flandes e de Tirol⁵.

En esta segunda intitulación se ampliaban los títulos de D. Leonor. Sicilia y Nápoles aparecen unidas como Dos Sicilias, al igual que en las intituciones del emperador. También se incorporan Granada y Jerusalén, así como otros territorios de gran importancia dinástica para la Casa de Austria, aunque estos no tenían título de reino: el archiducado de Austria, el ducado de Borgoña, y los condados de Flandes, Tirol y Borgoña Palatina o Franco Condado (mencionada junto al ducado como “dos Borgoñas”). Es una elección sin precedentes, ya que normalmente los Austria se intitulaban acorde a la tradición germánica, de tal modo que todos los miembros de la familia usaban los títulos de los que solo uno era propietario. Un ejemplo claro es el archiducado de Austria. El padre de D. Leonor, Felipe I, lo utilizó como título principal hasta que se convirtió en rey de Castilla, a pesar de que nunca heredó el territorio por fallecer antes que su padre. En adelante, todos los reyes de Castilla emplearon el archiducado en su intitulación larga, a pesar de que solo estuvieron bajo unión dinástica desde que Carlos V recibió Austria en 1519 y se la cedió a su hermano en 1521.

El uso de los títulos de nacimiento tras contraer matrimonio con un soberano es poco común en las reinas consortes del siglo XVI. Sin embargo,

⁴ “Don Carlos, por la gracia de Dios, electo rey de romanos, futuro emperador, sempre augusto, rei de Castilla, de León, de Aragón, de las Dos Sicilias, de Ihesualern, de Navarra, de Granada, etc.”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1519). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 25, n.º 50.

⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1523). *Gaveta 20*, mç. 6, n.º 44.

no fue una creación de Leonor, ya que sus tías maternas D. Isabel y D. María de Castilla, que también habían sido esposas de D. Manuel, también habían mantenido sus títulos.

D. Isabel se casó en dos ocasiones, primero con el príncipe D. Alfonso, hijo de D. Juan II, y luego con D. Manuel I. Se conservan documentos de ella durante su primer matrimonio donde combinaba los títulos de princesa consorte e infanta por derecho propio⁶. Durante su breve periodo como consorte de D. Manuel fue reina y princesa, pues se había convertido en heredera de sus padres, los Reyes Católicos⁷. La reina D. María también hacía uso de su título de infanta⁸.

La hermana de la reina Leonor, D. Catalina, la sucedió como reina de Portugal al casarse con D. Juan III. Es conocida por haber sido regente del reino durante parte de la minoría de su nieto, el rey D. Sebastián. A pesar de haber ocupado estas posiciones, y haber vivido la mayor parte de su vida en Portugal, en sus últimas voluntades siguió empleando el tratamiento de infanta⁹, perpetuando la costumbre que iniciaron sus tías.

La siguiente intitulación de D. Leonor corresponde al permiso que concedió el 18 de febrero de 1525 para poder contraer matrimonio con Francisco I de Francia. En este caso aparece una nueva intitulación en francés, donde simplemente utiliza su título principal como reina viuda de Portugal y su filiación como hermana mayor del emperador: “Eleonor, par la grace de Dieu, royne douaigiere de Portugal, seur aisnee de l’empereur”¹⁰.

De forma excepcional el documento está en francés, lo que refleja la deferencia hacia los interlocutores con los que el emperador negociaba el matrimonio. Después de enviudar, D. Leonor residió en Castilla y el resto de

⁶ “Dona Isabel, pela graça de Deus, princesa de Portugal e dos Algarves, da aquem e de allem mar em África e do senhorio da Guiné, infante de Castela, de Lyam, d’Aragom e de Sizília, et.”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1481-1491). *Gaveta* 15, mç. 14, n.º 25 y *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 1, n.º 47 y n.º 49.

⁷ “Doña Ysabel, por la gracia de Dios, reyna de Portugal e de los Algarves de aquem e de allem de la mar en África, princesa de Castilla, de León e de Aragón, de Sicilia, de Granada, etc., señora de Guinea”. Archivo General de Simancas [Simancas]. (1498). *Registro General del Sello*, leg. 149808, 1.

⁸ “Dona Maria, pela graça de Deus, rainha de Portugal e dos Algarves, da aquem e de allam mar en África, senhora da Guiné e da conquista, navegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, infante de Castella, de Leão, d’Aragão e de Granada”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1505). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 5, n.º 16.

⁹ “Dona Catherina, raynha de Portugal e dos Algarves, daquem e de alem, mar em Africa, senhora de Guinea, e da Conquisca, de navegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, infante de Alemanha, de Castella, de Lyao, c’Aragão, e das Duas Cezillias de Hyerusalem, etc”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1566). *Gaveta* 16, mç. 1, n.º 11 y n.º 12.

¹⁰ Subastado en Ader, Colección Claude de Flers (18 de noviembre de 2014), lote 23.

sus documentos los escribía en castellano. Este es el caso de la renuncia que hizo en 1530, a su parte legítima de la herencia familiar y de la cual se conserva un traslado: “Doña Leonor, por la gracia de Dios, reyna duageria de Portugal, infanta de Castilla, de León, etc., y hermana mayor del emperador”¹¹. Se trataba un trámite habitual que se hizo como parte de los preparativos de su matrimonio con el rey Francisco I de Francia.

El término *duageria* no existe en castellano. Parece ser una adaptación del término *douairière* (escrito como *douaigiere* en la intitulación anterior), que utilizaban habitualmente las viudas nobles francesas. Cabe recordar que D. Leonor fue educada en la corte de su tía Margarita de Austria, que era duquesa viuda de Saboya y hacía uso de ese término en su intitulación¹².

Las únicas intitulaciones de D. Leonor que se han encontrado después de su segundo matrimonio corresponden a dos cartas, una de 1547 dirigida al cardenal Granvela, y otra de 1554, al marqués de Villena. En ambas emplea una fórmula reducida, con solo dos títulos: “Doña Leonor, reyna de Francia e infante de España”¹³.

Cabe señalar que para ese momento no estaba empezando a volver el término España para referirse a los territorios peninsulares de la Casa de Austria. Tradicionalmente no se había usado dentro de estos lugares por no haber un concepto de unión jurídica, salvo por el hecho de que compartían soberano. En origen, el término se usaba para referirse a la península ibérica como lugar geográfico o la antigua provincia romana de Hispania. También lo empleaban otras potencias para referirse a la totalidad o individualmente a cualquiera de los territorios ibéricos. Los Reyes Católicos habían rechazado hacer uso de ese tratamiento, con el que solo les trataban emisarios foráneos y cronistas (Nieto Soria, 2006, pp. 114-115). Sin embargo, el último año de la reina Isabel acuñaron moneda en Nápoles con el término “reges Ispaniae” (Francisco Olmos, 2015, p. 628).

Antes de ser rey de España, Carlos I se intitulaba príncipe de España y Dos Sicilias en sus documentos como soberano de Países Bajos¹⁴. Ya

¹¹ Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (1530). *Frías*, c. 22, d. 19.

¹² “Marguerite archiduchesse d’Autriche et de Bourgognes, duchesse douairiere de Savoye, comtesse de Bourgne, de Charolois etc.”. Bibliothèque Nationale de France [París]. (1512-1530). ms. 3712, fols. 23-29.

¹³ Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (1530). *Frías*, c. 21, d. 95.

¹⁴ “Charles, par la grâce de Dieu, prince d’Espaigne, des Deux-Cicilles, de Jhérusalem, etc., archiduc d’Autriche, duc de Bourgogne, de Lothier, de Brabant, de Stiere, de Carinte, de Carniole, de Lembourg, de Luxembourg et de Gheldres, conte de Flandre, de Habsbourg, de Tirol, d’Artois, de Bourgogne palatin, et de Haynau, lantgrave de Slacie, prince de Zwave, marquis de Burgauw et du Saint- Empire, de Hollande, de Zeelande, de Ferrette, de Kibourg, de Namur et de Zutphen

como rey, tendió a usar el título de “Hispaniarum” en sus monedas castellanas y americanas (Francisco Olmos, 2005, pp. 113-122). Del mismo modo, hermano menor de D. Leonor, el futuro emperador Fernando I, usó el tratamiento de príncipe, y más tarde infante, de España (Pacheco Landero, 2023, pp. 235-236).

Por tanto, el uso del concepto España por parte de Leonor para referirse a los reinos de su hermano era algo novedoso dentro ellos. Probablemente se debiera a la costumbre de usarlo en el exterior de la península, y que afectó tanto a D. Leonor como a su hermano, el emperador. También fue común en su hermano, el infante Fernando, ya que, a pesar de haber crecido en Castilla, ejerció su autoridad en dominios centroeuropeos. Esta influencia del exterior que tuvieron D. Leonor y sus hermanos podría ser la razón por la que se asentó el término España en las siguientes generaciones de la Casa de Austria. En cualquier caso, no ha de entenderse el uso de término como una unión jurídica de territorios que siguieron siendo independientes entre sí en siglos posteriores.

2. Sellos

Olivier de Vree (1642, p. 134) incluye en uno de sus trabajos la ilustración de un sello de D. Leonor, que luego fue reutilizada por António Caetano de Sousa (1738, n.º 77) y Francisco da Fonseca Benevides (1878, p. 365). Se trata de un sello secreto de tipo heráldico, con un escudo en forma de losange reflejando un clásico partido matrimonial: las armas de Portugal (en representación de D. Manuel) a la diestra y las de la familia de D. Leonor a la siniestra. Según estos autores, D. Leonor simplificaba las armas de su hermano, usando un cortado con las armas de Castilla y Aragón en la parte superior y las armas de Austria y Borgoña en la parte inferior. Solo se cita el final de la leyenda, aunque en base a ello se ha reconstruido (entre corchetes) como sería el sello: “[LEONOR D(ei) G(ratia)] REGINA PORTUGALIE”.

No se han encontrado improntas como la mencionada. Solo se han observado dos ejemplares sigilográficos de D. Leonor con las armas portuguesas. El primero corresponde en una carta a su hermano Carlos, en la

conte, seigneur de Frize, des marches de Esclavonie, de Portenau, de Salins et de Malines». Ordenanza de Carlos del príncipe Carlos sobre la gobernación de su casa en Gachard, 1874, pp. 491-502.

que hace de mediadora, a petición de D. Manuel, para conseguir la tenencia de una fortaleza a Alfonso Pacheco¹⁵. El sello es heráldico y anepígrafo. El escudo que tiene punta redondeada, y en vez de representar las armas de Castilla-Aragón y Austria-Borgoña en cortado lo hace en cuartelado, como en las armas mayores que habían usado sus padres, y posteriormente su hermano Carlos en sus primeras monedas como reyes de Castilla (Francisco Olmos, 2015, pp. 131-202).

Un ejemplar idéntico puede encontrarse en la procuración que hizo D. Leonor en 1525 para negociar su segundo matrimonio, aunque en este caso el sello pende de una lengüeta¹⁶. Cabe recordar que este documento estaba en francés. La lengüeta no suele usarse como método de aposición en la península ibérica, pero sí en Francia, por lo que es un segundo signo que muestra los intentos de la cancillería de doña Leonor por adaptarse a las costumbres del reino en el que será consorte. Todavía se verá un tercer gesto de deferencia en este documento cuando se analice la firma.

En algunas de las cartas que suscribió D. Leonor siendo ya reina de Francia se conserva otro sello de cierre. Al igual que el anterior es anepígrafo, de tipo heráldico y el escudo es un partido matrimonial que termina en punta. La principal diferencia es que, al haber contraído nuevas nupcias, las armas portuguesas de D. Manuel fueron sustituidas por tres flores de lises, las armas francesas, que representaban la unión con Francisco I¹⁷.

Aunque no se ha podido consultar la documentación original, a través de la colección Douët d'Arcq se han podido comprobar cómo eran los sellos pendientes de D. Leonor como reina de Francia. Durante su matrimonio, utilizó un sello pendiente ovalado, con las mismas armas que se vieron en su sello secreto¹⁸. La leyenda está prácticamente ilegible. Sin embargo, Vree (1642, p. 134) recoge un sello que parece ser idéntico a este, pero en forma circular en vez de ovalada. Su leyenda es: "LEONOR PAR LA GRACE DE DIEV ROINE DE FRANCE ARCHIDVCESE DAVSTRICE SOEVR AISNEE DE LEMPER(e)VR". Se usaba contrasello la matriz de su sello secreto, algo común en la época.

¹⁵ Biblioteca Nacional de España [Madrid]. (1547). ms. 7910, d. 43.

¹⁶ Ader, Colección Claude de Flers (18 de noviembre de 2014), lote 23.

¹⁷ Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (s. f., 1535). *Frías*, c. 21, d. 92 y 152-153.

¹⁸ Archives Nationales [Paris]. (s. XVI). SC/D/172. https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/UD/Fran_IR_056787/d_1_2_17_1 (consultado el 4 de julio de 2025).

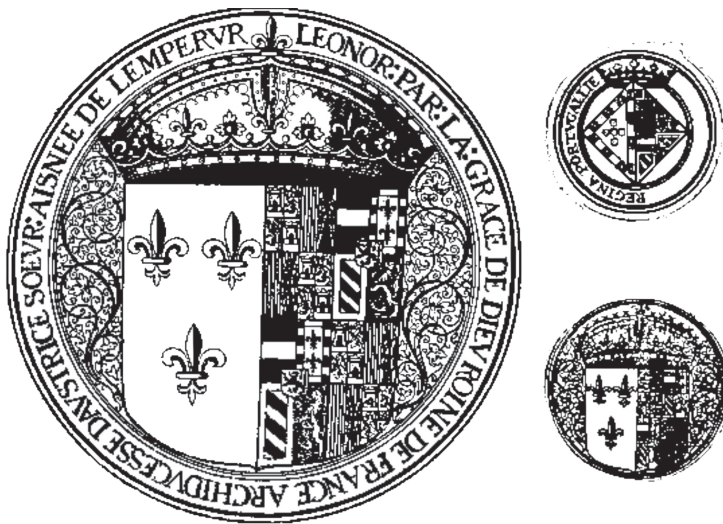


Figura 1 – Sellos de Leonor de Austria (Vree, 1642, p. 134).

Después de enviudar por segunda vez, se hicieron nuevas matrices para D. Leonor. En ellas se simplificaba su escudo de armas, sustituyen el cuartelado por un cortado de los mismos elementos. El nuevo sello pendiente tenía forma circular. La leyenda del ejemplar representado en la colección Douët d'Arcq también está incompleta, aunque se puede reconstruir basándose en la del sello anterior: “[LEONOR PAR LA GRA]CE DE DIEV ROYNE DOVAIRIE DE FRANCE ARCHIDUCESSE D'AVSTRICE SOVERAINE DE L'EMPEREUR”. El contrasello muestra que también se actualizó esta pequeña matriz, que posiblemente también sirviera como sello secreto, para que concordara el escudo de armas¹⁹.

3. Firmas

Las firmas constituyen un elemento fundamental para el estudio diplomático de cualquier reina, ya que es el único que suele estar presente de manera constante en la documentación. En el ámbito de la archivística, identificar correctamente la firma de una reina, permite elaborar un regesto más exacto y facilita el acceso a la documentación para los investigadores.

¹⁹ Archives Nationales [Paris]. (s. XVI). SC/D/173. https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/UD/FRAN_IR_056787/d_1_2_17_2 (consultado el 4 de julio de 2025).

En el caso de Torre do Tombo muchos documentos que están firmados por consortes, pero no constan de intitulación, solo reconocen al emisor como “la reina”. Esto es poco práctico para los años 1500 y 1530, donde en todo momento hubo al menos dos mujeres emitiendo documentación con el título de reina. Cabe destacar el caso de la Excelente Señora, quien, como señala Ávila Seoane (2022, p. 52), habitualmente es confundida con las consortes de D. Manuel. En los archivos españoles se ha observado algo similar con Juana I de Castilla, cuyos documentos confunden con los de su nuera, la emperatriz D. Isabel, o su madrastra, Germana de Foix (Fernández Guisasola, 2023, pp. 23-24 y 27-28).

Figura 2 – Primera firma de la reina D. Leonor. Archivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1519), *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 82, n.º 29

El primer documento firmado por la reina D. Leonor está datado el 11 de febrero de 1519, aunque en Torre do Tombo figura erróneamente como una carta de la reina D. María. Pese a que D. Leonor ya residía en Portugal desde hacía unos meses, el documento estaba en castellano. La firma es única. Contiene la palabra “la reyna”, como siempre firmaba D. Leonor en Portugal. En el renglón inferior incluía una cruz, cuyo travesaño horizontal se alarga hasta terminar al final de la firma con un bucle. Este es atravesado por lo que parecen ser una “C”, una “A”, una “L” y una “H”. Tras la firma parece otra H²⁰. No se ha encontrado ninguna interpretación detrás de estos garabatos.

En las siguientes firmas que hizo D. Leonor como reina de Portugal siguió firmando en español como “la reyna”, pero flanqueado con una “M”

²⁰ Archivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1519). *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 82, n.º 29.

y una “R”²¹. Estos signos no son casuales, ya que se si se comparan las firmas de D. Leonor y su tía D. María se pueden apreciar como ambas usan los mismos signos de acotación y emplean el castellano. Al ser doña María quien empleó estas letras en primer lugar podría entenderse que provienen de las consonantes de su nombre (o, en el caso de la “R”, quizás del título de reina). Sin embargo, no conviene transcribirlos, ya que probablemente su finalidad no fuera tener significado, sino proteger la firma para evitar que adulteren el documento. De hecho, es muy común que los distintos miembros de la casa real castellana utilicen distintos signos para flanquear la firma, aunque la historiografía no se ha dedicado a buscar la motivación de los de cada caso individual.

Todo apunta a que la firma de D. Leonor surgió a inspiración de su tía D. María, tanto en el uso del castellano como en los elementos gráficos. Para esta última, nacida y educada en Castilla, debía resultar más fácil firmar en su lengua materna que en portugués. Sin embargo, este no era el caso de D. Leonor, quien había sido criada en Países Bajos, con el francés o el flamenco como lengua principal. Por tanto, acorde a la costumbre neerlandesa, le habría resultado más sencillo firmar solo con su nombre de pila.

Es necesario añadir, que a pesar de que tía y sobrina firmaban como “la reyna”, no se trata de una fórmula castellana, sino de una fórmula portuguesa en otro idioma. La tradición en Castilla es colocar la preposición “yo” delante del título, siendo “yo, la reina”, mientras que en Portugal escribían “a raynha”.



Figura 3 – Facsímiles de las firmas de las reinas D. María y D. Leonor (Benevides, 1878, pp. 338 y 368).

Pese a compartir signos gráficos, las firmas de D. María y D. Leonor se pueden diferenciar claramente por sus diferentes estilos de escritura. La

²¹ Arquivo Municipal de Lisboa/ Histórico [Lisboa]. (1519). *Chancelaria da Cidade*, Livro 1º de Provimento de Ofícios, doc. 165, f. 176, y doc. 167, f. 178.

primera apenas levantaba la pluma, escribiendo las letras ligadas, mientras que la segunda era más dada a escribir las letras por separado, dejándolas aisladas. Como se verá, con el transcurrir de los años, D. Leonor escribiría más rápidamente, lo que le llevará a hacer trazos más ligados.

La reina D. Catalina seguiría el ejemplo de sus predecesoras y firmaría en castellano durante sus primeros años como reina²². Sin embargo, esta no escogió usar los signos de su hermana y su tía, sino que prefirió imitar el garabato de D. Leonor de Lancaster, hermana de D. Manuel y viuda de D. Juan II, con la diferencia de que D. Leonor de Lancaster incluía al final las quinas portuguesas (Ávila Seoane, 2020, p. 49) y D. Catalina no. En Torre do Tombo se conservan albaes datados erróneamente en Coímbra en 1522, aunque en realidad se hicieron en 1527²³. Este error cronológico puede llevar a confusión y pensar que la firma pertenece a la reina D. Leonor de Austria (que se marchó de Portugal en 1523) por ser en castellano, o por D. Leonor de Lancaster (fallecida en 1525) por usar el mismo garabato. En realidad, se trata de documentos suscritos por D. Catalina.

Cuando D. Leonor abandonó Portugal mantuvo la misma firma, aunque su firma se iría cursivizando con el paso de los años. La rapidez de la escritura se apreció especialmente en el signo final, que hasta ese momento había sido una R, pero que a mediados de los 1520 en muchas ocasiones era sustituida parecía un trazo en forma de bucle al final del trazo prolongado de la M, apareciendo bajo la línea de renglón o al final del título regio²⁴.

Es necesario tener precaución con la documentación castellana emitida con la firma de “la reyna” en 1526. Este fue el año en que el emperador Carlos V se casó con la infanta D. Isabel, hija de los reyes D. Manuel y D. María, por tanto, hermana de D. Juan III e hijastra de D. Leonor. En Torre do Tombo se conservan juntas dos cartas dirigidas al rey D. Juan para que perdone a Miguel Rodríguez por quebrantar las ordenanzas portuguesas al comprar pimienta sin permiso. Ambas cartas están identificadas como de

²² El cambio en la firma de D. Catalina de “la reyna” a “raynha” tuvo que producirse a principios 1529. El último documento encontrado con la firma en castellano es del 18 de enero. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1529). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 42, n.º 22. Los primeros con la firma en portugués son dos albaes del 4 de febrero. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1529). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 42, n.º 25 y n.º 34.

²³ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1519). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 28, n.ºs 88, 124, 126 y 128.

²⁴ Archivo General de Simancas [Simancas]. (1530). *Estado*, leg. 12, 117; Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (1529). *Frías*, c. 21, d. 90-94 y d. 152-153; Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1523-1527). *Gaveta* 20, mç. 4, n.º 28 y mç. 6, n.º 44.

la reina de Francia. Las dos están firmadas por “la reyna”, una datada en Granada el 28 de agosto y otra en Burgos el 29 de noviembre²⁵, pero son muy diferentes entre sí. La más tardía es claramente de D. Leonor, mientras que la primera tiene una letra más angulosa, y los signos que acotan la firma son muy distintos, pareciendo una “C” y un signo similar a un “8” o una “S”. Sumando el hecho de que D. Leonor no estuvo en el sur en esas fechas, solo se puede considerar emisora de la primera carta a D. Isabel, que hubo de firmar como su madre y su madrastra antes de acostumbrarse a la costumbre castellana “yo, la reina”. Además, los signos son una versión no cursiva de los que empleó en firmas posteriores (Fernández Guisasola, 2023, pp. 27-28).

En contraposición a sus firmas como reina de Portugal, desde un primer momento D. Leonor mostró plena disposición para suscribir con el nombre siguiendo la tradición francesa. En la ya mencionada procuración para la negociación de su matrimonio con el rey de Francia, aparece la firma de doña Leonor sustituyendo el título por su nombre, pero manteniendo los mismos símbolos que había usado como reina. Al final de la “R” que cierra la suscripción, hay un trazo que parece una “e” minúscula, lo que llevó a la casa de subasta a transcribirla como “M Leonor Re”, seguramente pensando que era una abreviatura de “M(adame) Leonor Re(gina)” o similar²⁶. Como ya se vio, no tendría lógico transcribir estos símbolos, pues si bien la “R” podría provenir del título de reina, son vestigios de la firma de D. María que fue imitada por su sobrina.

En los siguientes meses D. Leonor intercambió una numerosa documentación con Anne de Montmorency, gran maestre de Francia²⁷, mientras realizaba su periplo a Vitoria, desde donde esperaba trasladarse al reino galo para oficializar su nuevo matrimonio. Aunque en estas cartas no se especifica el año, la data tópica permite fecharlas, ya que es sabido que la reina se trasladó a Vitoria en 1526 y no regresó a la corte castellana, viendo que el matrimonio que no tendría lugar, hasta 1527 (Álvarez Marcos, 2023, pp. 1350-1351). Estos documentos mantienen la “m” y la “r”, esta última ya como trazo rápido y similar a un bucle en la mayoría de los casos. También hay varios casos donde aparece una pequeña cruz bajo la rúbrica, que podría interpretarse como una invocación simbólica.

²⁵ Archivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1523-1527). *Gaveta* 20, mc. 2, n.º 16.

²⁶ Ader, Colección Claude de Flers (18 de noviembre de 2014), lote 23.

²⁷ Bibliothèque Nationale de France [Paris]. (c. 1526-1527). *Français* 3007, d. 2, 3015, d. 11, 3021, d. 23 y 43, 3032, d. 7 y 10, 3095, d. 9, 3989, d. 7-8.

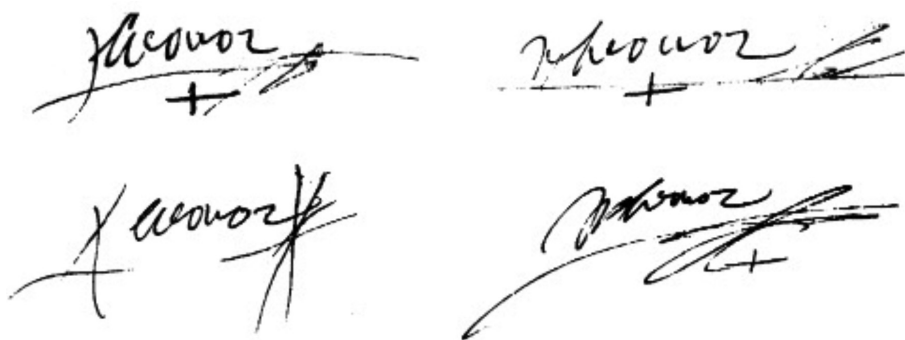


Figura 4 – Distintas firmas en las cartas de D. Leonor a Anne de Montmorency. Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1526-1527), *Français 3011*, d. 3-17.

En el manuscrito *Français 3011*²⁸, se conservan algunas de estas cartas con firmas muy distintas a las que D. Leonor solía utilizar. Su firma diverge considerablemente tanto por un nivel mayor de cursividad sino por el uso de otros elementos para acotar la firma. Una de ellas tiene una cruz al inicio cuyo travesaño se alargaba y al final se hacían unas líneas que podrían ser una “A” o una “R”, que recuerdan vagamente a aquella primera firma que se observó de 1519. Otra firma está flanqueada dos “X” atravesadas en la parte inferior por una línea horizontal.

Al ser cartas de un mismo periodo y a un único emisor, no parece que a estas diferencias entre las firmas se deba a una evolución natural de la escritura. Da la impresión de que, dentro de los preparativos para lo que creía un inminente matrimonio con el rey de Francia, D. Leonor empezó a hacer pruebas de cómo debería ser su nueva firma como consorte de un nuevo territorio.

El hecho de que D. Leonor empezara a emplear una firma nueva no quiere decir que abandonara la anterior. Esto tampoco cambió cuando finalmente se casó con Francisco I en 1530. En aquellos documentos que estaban en francés utilizó una nueva firma, que consistía en su nombre, pero sin ningún elemento externo²⁹. Sin embargo, mantuvo la rúbrica que había usado como reina de Portugal en aquellos documentos que emitía en castellano³⁰.

²⁸ Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1526-1527). *Français 3011*, d. 3-17.

²⁹ Subastado en Ader, Colección Claude de Flers (18 de noviembre de 2014), lote 30; Bibliothèque Nationale de France [París]. (s. f.). *Français 3005*, d. 2.

³⁰ Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (1533-1539). *Frías*, c. 21, d. 49-50; Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1535). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 54, n.º 44.

Después de enviudar en 1547 mantuvo esa costumbre, escribiendo en castellano³¹ o francés³² según su emisor, y firmando en consecuencia de una u otra manera. Sin embargo, en sus últimos años su firma se volvió más rápida, y por tanto más curva. Es muy habitual ver como sus últimas rúbricas no siguen una caja de renglón, destacando el artículo de “la reyna” habitualmente por encima del resto de la firma y ligando la “a” con la “r” de la siguiente palabra. Las firmas de D. Leonor en su vejez, que normalmente se escribían levantando la pluma lo mínimo posible y dando lugar a letras ligadas, contrastan con las primeras, características por sus letras aisladas.

Normalmente, la elección del idioma dependía del destino de sus documentos, siendo en francés si era a Francia y castellano si se dirigía a Castilla o Portugal. Sin embargo, D. Leonor podía enviar cartas en ambos idiomas a un mismo remitente. Este es el caso de dos cédulas que se encuentran en la Biblioteca Nacional de España dirigidas al obispo (futuro cardenal) Granvela, una en castellano de 1547 y otra en francés de 1548³³. Cada una tenía su firma correspondiente.

Conclusiones

En los documentos de D. Leonor reflejan influencia de las cancillerías borgoñona, francesa, castellana y portuguesa. Durante su etapa en Portugal, mantuvo el tratamiento de infanta de los diversos territorios de su hermano, el emperador Carlos V, y firmó en castellano. En principio, esto podría interpretarse como un gesto de respaldo hacia su familia. Sin embargo, el estudio comparativo revela que tanto el uso del castellano como la conservación del título de infanta provienen de la cancillería de las reinas D. Isabel y D. María de Castilla, tías de D. Leonor y anteriores esposas del rey D. Manuel. De este modo, han de ser consideradas como precedentes de D. Leonor, especialmente D. María por ser quien influenció su firma.

Es difícil establecer con certeza por qué las hijas de los Reyes Católicos mantuvieron sus títulos de nacimiento tras contraer matrimonio con un rey extranjero. Una posible explicación es el contexto político. Pese a sus alianzas,

³¹ Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (1554-1557). *Frías*, c. 21, d. 15-17 y d.95; Archivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1552-1558). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 87, n.º 120, mç. 88, n.º 1 y n.º 11, mç. 91, n.º 96, y mç. 102, n.º 20, 71 y 73, y Parte III, mç. 17, n.º 63 y n.º 85.

³² Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1551-1555). *Français* 3005, d. 2, 3155, d. 3, 3208, d. 42-49, 56 y 65-67.

³³ Biblioteca Nacional de España [Madrid]. (1547). ms. 7910, d. 43-44.

Castilla y Portugal mantenían constantes pugnas por los derechos de la Excelente Señora, la división de los océanos y el control de territorios trasatlánticos como las Mamelucas. Esto pudo influenciar a las consortes de origen castellano para destacar sus raíces, ya fuera como gesto de apoyo a su familia de origen o para subrayar su papel como mediadoras entre ambas coronas. En cualquier caso, D. Leonor no fue innovadora en este sentido, sino una continuadora de lo establecido por sus tías.

En Francia D. Leonor pareció tener más condescendencia que en Portugal. Desde el principio trató de adaptar su firma a las costumbres de este reino, donde se usaba el nombre. Aun así, también preservó el tratamiento de archiduquesa y su filiación con Carlos V en sus sellos. Para la reina debió ser más sencillo adaptarse a un reino francófono, ya que había crecido en Países Bajos, donde la corte mantenía la lengua y costumbres francesas. Aun así, D. Leonor siguió empleando su firma anterior en la documentación portuguesa y castellana, perpetuando la influencia de D. María de Castilla hasta su muerte en 1558.

Por último, es importante subrayar que conocer los elementos diplomáticos de D. Leonor, no solo contribuye a visibilizar su figura y comprender mejor su papel político, sino que además representa herramientas valiosas para archiveros e investigadores. Les permite identificar correctamente la autoría de documentos que hasta la fecha se asociaban con la emisora incorrecta, facilitando así el acceso a las fuentes primarias.

Fuentes y bibliografía

Fuentes manuscritas

Ader, Colección Claude de Flers (18 de noviembre de 2014), lotes 23 y 30.

Archives Nationales [Paris]. (s. XVI). SC/D/173. https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/UD/Fran_IR_056787/d_1_2_17_2 (consultado el 4 de julio de 2025).

Archivo General de Simancas [Simancas]. (1530). *Estado*, leg. 12, f. 117.

Archivo General de Simancas [Simancas]. (1498). *Registro General del Sello*, leg. 149808, f. 1.

Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (1529-1557). *Frías*, c. 21, d. 15-17, 49-50, 90-95 y 152-153.

Archivo Histórico de la Nobleza [Toledo]. (1530). *Frías*, c. 22, d. 19.

Arquivo Municipal de Lisboa/ Histórico [Lisboa]. (1519). *Chancelaria da Cidade*, Livro 1º de Provimento de Ofícios, doc. 165, f. 176, y doc. 167, f. 178.

- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1519). *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 82, n.º 29.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1481-1491). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 1, n.ºs 47 y 49.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1505). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 5, n.º 16.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1519). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 25, n.º 50; mç. 28, n.ºs 88, 124, 126 y 128.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1529). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 42, n.ºs 22, 25 y 34.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1552-1558). *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 54, n.º 44; mç. 87, n.º 120; mç. 88, n.ºs 1 y 11; mç. 91, n.º 96; mç. 102, n.ºs 20, 71 y 73.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1552-1558). *Corpo Cronológico*, Parte III, mç. 17, n.ºs 63 y 85.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1481-1491). *Gaveta 15*, mç. 14, n.º 25; mç. 15, n.º 13.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1566). *Gaveta 16*, mç. 1, n.ºs 11 y 12.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1523-1527). *Gaveta 20*, mç. 2, n.º 16; mç. 4, n.º 28; mç. 6, n.º 44.
- Biblioteca Nacional de España [Madrid]. (1547). ms. 7910, d. 43-44.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1551-1555). *Français* 3005, d. 2; 3007, d. 2.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1526-1527). *Français* 3011, d. 3-17.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1551-1555). *Français* 3015, d. 11.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1551-1555). *Français* 3021, d. 23 y 43.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1551-1555). *Français* 3032, d. 7.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1551-1555). *Français* 3095, d. 2.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (c. 1551-1555). *Français* 3989, d. 7-8.
- Bibliothèque Nationale de France [París]. (1512-1530). Ms. 3712, fols. 23-29.

Fuentes impresas

- Gachard, L. P. (1874) *Collection des voyages des souverains des Pays-Bas* t. 12. F. Hayez.
- Sousa, A. C. (1738): *Historia genealógica da Casa Real Portuguesa*. Academia Real.
- Vree, O. (1642). *La genealogie des comtes de Flandes*. Jean Baptiste & Lucas van den Kerchove.

Referencias bibliográficas

- Álvarez Marcos, C. (2023). *Los viajes de Leonor de Austria: De la cuna flamenca al sepulcro español*. In O. Rey Castelao & F. Cebreiro Ares (Coords.), *Los caminos de la*

- Historia Moderna: Presente y porvenir de la investigación* (pp. 1346–1354). Universidad de Burgos.
- Ávila Seoane, N. (2017). La escritura de las reinas de Portugal Isabel y María, hijas de los Reyes Católicos. *Historia. Instituciones. Documentos*, 44, 12–39.
- Ávila Seoane, N. (2020). Las quinas en la validación de los reyes de Portugal, 1448-1910. *Ler história*, 77, 35–60.
- Ávila Seoane, N. (2022). La desenvuelta escritura de Juana la Beltraneja. *Cuadernos del CEMYR*, 30, 43–83.
- Benevides, F. F. (1878). *Rainhas de Portugal* (t. 1). Castro Irmão.
- Combet, M. (2008). *Eleanore d'Autriche. Seconde épouse de François Ier*. Pygmalion.
- Fernández Guisasaola, L. F. (2023). Con o sin la firma de la reina. Reales cédulas en el reinado de Juana I (1504-1555). *Emblemata: Revista Aragonesa de emblemática*, 29, 13–35.
- Francisco Olmos, J. M. (2005). *La evolución de la tipología monetaria en Castilla y América durante el siglo XVI*. In J. C. Galende Díaz (Dir.), *IV Jornadas Científicas sobre Documentación de Castilla e Indias en el siglo XVI* (pp. 87–140). Universidad Complutense de Madrid.
- Francisco Olmos, J. M. (2007). La moneda castellana de los Países Bajos a nombre de Doña Juana (1505-1506) (1517): medio de reivindicación de soberanía y propaganda de un golpe de estado. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, 10, 131–202.
- Francisco Olmos, J. M. (2015). Gonzalo Fernández de Córdoba, el Gran Capitán, y las monedas “españolas” de Nápoles. *Hidalguía: La revista de genealogía, nobleza y armas*, 370, 601–652.
- Nieto Soria, J. M. (2006). Conceptos de España en tiempos de los Reyes Católicos. *Norba. Revista de Historia*, 19, 105–123.
- Pacheco Landero, D. (2023). La “cuestión del infante”. Fernando de Habsburgo y la sucesión de Castilla a comienzos del reinado de Carlos V. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 220(2), 235–268.
- Sá, I. G. (2015). Rainhas e cultura escrita em Portugal (séculos XV-XVI). In L. Gandelman, M. A. Gonçalves & P. S. de Faria (Eds.), *Religião e linguagem nos mundos ibéricos: identidades, vínculos sociais e instituições* (pp. 169–180). Laboratório de Mundos Ibéricos.
- Santos, M. J. A. (2003). *As chancelarias das rainhas de Portugal na Idade Média (Breves notas de investigação)*. In L. A. da Fonseca, L. C. Amaral & M. F. F. Santos (Coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (Vol. 3, pp. 1105–1109). Civilização.
- Santos, M. J. A. (2004). *Assina quem sabe e lê quem pode*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Contributos para a História da Tipografia em Coimbra: o Contrato de impressão de João Álvares com o Mosteiro de Santa Cruz (1565)

Contributions to the History of Typography in Coimbra: João Álvares' printing contract with the Monastery of Santa Cruz (1565)

DANIELA FERNANDES SANTOS

Centro de Estudos Históricos, FCSH/NOVA

daniela-f-santos@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9202-8986>

PEDRO PINTO

Centro de Estudos Históricos, FCSH/NOVA; CHAM-Centro de Humanidades

pedropinto@fcsch.unl.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3467-8173>

RESUMO

O presente artigo visa o estudo de um contrato de impressão datado de 1565, celebrado entre o impressor da Universidade de Coimbra, João Álvares, e o Mosteiro de Santa Cruz. Este documento, que integra o acervo do Arquivo da Universidade de Coimbra, pertence a uma tipologia documental escassa para o século XVI português. Os contratos de impressão guardam informação essencial, não só relativamente à produção de um livro, como também sobre o papel dos agentes envolvidos na concretização e no comércio do objeto impresso, adquirindo desta forma uma importância singular para a História do Livro Impresso.

Este contrato de impressão refere-se à produção de um *breviário novo*, confiada pelo Mosteiro de Santa Cruz ao impressor da Universidade de Coimbra – João Álvares. Neste artigo, propõe-se a contextualização desta

escritura na carreira de João Álvares, seguida de uma análise aos termos do documento, publicado em anexo. Apresenta-se, ainda, uma abordagem ao estudo de outra obra impressa em Coimbra mencionada neste contrato, com o objetivo de demonstrar de que forma a documentação manuscrita pode fornecer dados fundamentais, nomeadamente sobre a circulação de livros, que não encontram reflexo nas suas folhas impressas.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato de impressão; História do livro impresso; João Álvares; Mosteiro de Santa Cruz; Universidade de Coimbra.

ABSTRACT

The present article aims to examine a printing contract dated 1565, signed between João Álvares, the printer of the University of Coimbra, and the Monastery of Santa Cruz. This document, preserved in the Archive of the University of Coimbra, represents a rare exemplar of its kind, with few surviving instances from the 16th-century period in Portugal. Printing contracts contain pivotal information, not only about the production of a book, but also about the role of the agents involved in the creation and trade of printed objects, thus acquiring unique importance for Book History.

The printing contract in question pertains to the production of a new breviary, which was commissioned by the Monastery of Santa Cruz and entrusted to the printer of the University of Coimbra, João Álvares. The present article provides a contextual framework for the contract within the broader career trajectory of João Álvares, followed by a meticulous examination of the document's terms, which is appended. Furthermore, it presents an approach to the study of another book printed in Coimbra, as mentioned in this contract, with the aim of demonstrating how manuscripts can offer essential insights into the circulation of books that are not captured within their printed content.

KEYWORDS: Book History; João Álvares; Monastery of Santa Cruz; Printing Contract; University of Coimbra.

1. João Álvares, *Impressor da Universidade e Impressor do Rei*

A história da tipografia em Coimbra conhece um dos seus períodos mais significativos com a associação entre João Álvares e João de Barreira, tipógrafos responsáveis pela fundação da oficina impressora da Universidade. Esta iniciativa teve lugar após o termo do período migratório desta instituição e a sua fixação

definitiva em Coimbra. O contexto afigurava-se favorável à proliferação de oficinas tipográficas pelo reino português, graças à continuidade das políticas incentivadoras da imprensa levadas a cabo por D. Manuel I, através de privilégios e mercês concedidos a tipógrafos e mercadores de livros durante o seu reinado.

Em Coimbra, a política promotora da tipografia continuada por D. João III – e concretizada, nomeadamente, através da oferta de instrumentos tipográficos – conduziu à criação de oficinas impressoras não apenas na Universidade, mas também no Mosteiro de Santa Cruz. A tipografia do Mosteiro operou entre 1530 e 1563, e na sua inauguração contou com a participação do célebre tipógrafo Germão Galharde, impressor da Casa Real (Meirinhos, 2001, p. 320). Após um período inicial de maior atividade, tudo indica que se seguiu uma fase de desequilíbrio, considerando que a grande maioria dos livros conhecidos dos prelos de Santa Cruz foram impressos durante a década de 1530. No entanto, esta tipografia manteve-se em funções até à ordem de transferência para o Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, dada por D. Sebastião em 1577 (Meirinhos, 2001, p. 326).

No contexto deste panorama tipográfico em Coimbra, em 1542, com a formalização da parceria entre João Álvares e João de Barreira, e asseguradas as condições logísticas e materiais necessárias, proporcionou-se então o momento de inaugurar a tipografia da Universidade. O modelo de organização adotado em Coimbra enquadrava-se na dinâmica reconhecida noutras cidades europeias desde finais do século XV (Fonseca, 2001, p. 15). Vinculados por um contrato, hoje infelizmente desconhecido, os impressores estavam incumbidos de assegurar a produção de livros impressos para a Universidade conforme a procura. Todavia, não estariam exclusivamente vinculados a esta oficina, podendo manter atividades tipográficas paralelas em simultâneo (Fonseca, 2001, pp. 13-19).

A dupla de impressores produziu algumas edições em Lisboa, numa oficina situada na rua do Arco de São Mamede¹, conforme é mencionado na portada de alguns livros cuja impressão poderia ser assinada por um ou por outro, ou até pelos dois em conjunto, tal como em Coimbra. Não é certo, no entanto, se seriam donos de uma oficina em Lisboa ou se utilizariam a tipografia de outro impressor conforme fosse mais conveniente (Pedro, 2018, p. 29).

O empreendimento tipográfico na Universidade apresentava-se como uma atividade particularmente vantajosa para os impressores, na medida em que lhes

¹ A localização de uma oficina na rua do Arco de São Mamede é conhecida através da informação contida na portada de livros impressos por João Álvares e João de Barreira, em particular ou em parceria, que indicam esta rua como local de impressão do livro. Como tem sido evidenciado (Pedro, 2018, p. 29), no arrolamento de Gomes de Brito não consta esta localização ou sequer menção à oficina utilizada por estes tipógrafos em Lisboa (Brito, 1911).

assegurava uma fonte estável e segura de rendimentos, dispensando a necessidade de negociar frequentemente preços e prazos com diversos clientes. Presume-se que esta tenha sido a principal ocupação do seu tempo, atendendo à significativa procura de livros por parte de estudantes e docentes universitários. Na sua tese de doutoramento, realizada na Universidade do Porto, Celeste Pedro estima que a produção de João Álvares e João de Barreira em Lisboa corresponda a aproximadamente 20% do total da sua produção impressa conhecida, sendo os restantes 80% atribuídos às suas atividades em Coimbra (Pedro, 2018, p. 29).

É neste âmbito que João Álvares surge identificado num contrato de impressão datado de 1565, celebrado com o Mosteiro de Santa Cruz, cujas cláusulas serão objeto de análise adiante. Relativamente ao percurso de João Álvares, este tem sido, habitualmente, associado à sua parceria com João de Barreira. É sabido que João Álvares utilizou o título de *Tipógrafo Régio*², e que foi responsável por impressões de leis avulsas e de regimentos³. Contudo, apesar de uma próspera carreira alinhada com os desígnios de instrumentalização da imprensa como meio de difusão normativa, e desenvolvida num período coincidente com a consolidação do sistema de privilégios de impressão em Portugal, não se encontraram, até ao momento, alvarás de privilégio atribuídos a João Álvares. Recordar-se que o privilégio de impressão consistia, essencialmente, num monopólio da impressão e venda de um livro protegido pelo dito privilégio, durante um prazo específico e de acordo com condições definidas por um alvará régio⁴.

Algumas das edições impressas por João Álvares incluem nas portadas a menção a privilégios. Porém, na ausência dos respetivos alvarás, não é possível determinar com certeza se tais privilégios foram concedidos em seu nome ou em nome de terceiros. O mesmo acontece com algumas das edições produzidas em parceria com João de Barreira.

João de Barreira, que se intitulava não só como *Impressor do Rei*, mas também como *Impressor da Universidade*, obteve vários privilégios no âmbito das suas produções particulares. Em 1567, por exemplo, obteve um privilégio do regente D. Henrique que garantia a exclusividade de impressão dos livros compostos pelos padres do Colégio das Artes e Humanidades, durante oito

² A título de exemplo, veja-se a portada de Cardoso, J. (1562). *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. João Álvares (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 276 V).

³ Por exemplo, de 1539, *Ordenaçam pera os estudantes da vniversidade de Coimbra sobre os criados, bestas, & trajos, & outras cousas*. João Álvares (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 90 //5 A) e, de 1557, *Ley que nos morgados & bees vinculados soceda o parente mais chegado ao vltimo possuydor quando o instituydor o nam declarou doutra maneyra*. João Álvares (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 3309//7 V).

⁴ Sobre o tema dos privilégios de impressão, a título de exemplo, veja-se os estudos de Elizabeth Armstrong (1990) e Jorge Peixoto (1966).

anos, justificando-se este privilégio pelo elevado custo da impressão destes livros⁵. Em contrapartida, o contrato de impressão que aqui se publica foi celebrado entre João Álvares e o Mosteiro de Santa Cruz, o qual, à data do contrato, já não dispunha de oficina tipográfica em funcionamento.

As razões que terão levado João de Barreira a requerer, em seu nome, um privilégio de impressão para livros compostos pelos padres do Colégio das Artes e Humanidades, enquanto João Álvares celebrou um contrato particular com o Mosteiro de Santa Cruz, poderão ser diversas. Nada impedia, inclusivamente, que, apesar de ambos terem adquirido estes contratos a título individual, os impressores colaborassem posteriormente na produção destas obras. Estes exemplos corroboram as hipóteses avançadas nos estudos acerca dos fundamentos da parceria entre os dois impressores, evidenciando o funcionamento do seu negócio na Universidade, sustentado em bases contratuais, com autonomia suficiente para que ambos pudessem aproveitar, a título particular, diversas oportunidades comerciais, envolvendo outras instituições em Coimbra.

Tal como evidenciam os estudos biográficos sobre os tipógrafos fundadores da oficina da Universidade, e em consonância com as dinâmicas familiares imiscuídas nos negócios (Fonseca, 2019), João Álvares faleceu em torno de 1587 e foi sucedido por António de Barreira, filho de João de Barreira. Pouco tempo depois, em 1590, faleceu João de Barreira, e foi sucedido pelo célebre impressor António de Mariz, que por sua vez casou com a filha de João Álvares (Pedro, 2018, p. 33).

2. O contrato de João Álvares com o Mosteiro de Santa Cruz em 1565

No final do ano de 1565⁶, no dia 29 de dezembro, na Casa do Conselho do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde o secular encontrava o religioso, João Álvares assinou um contrato de impressão com o Prior Geral, D. Manuel de Brito, eleito a 27 de abril de 1564 (Madahil, 1945, p. 47). O contrato foi feito por Simão Figueiredo, escrivão do Mosteiro, e assinado pelas habituais testemunhas para cada uma das partes: o físico do mosteiro, Simão Dias, e o filho do impressor, o licenciado Cristóvão João.

⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1567). *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Privilégios*, Livro 5, f. 67v. Documento parcialmente transcrito por Venâncio Deslandes (1888, p. 34).

⁶ No documento, a data de 29 de dezembro é identificada como sendo o princípio do ano de 1566. Sobre as diferentes datas definidas para o início do ano, que variavam entre 25 de dezembro, 1 de janeiro e 25 de março, veja-se a obra de João Pedro Ribeiro (1857).

A concertação do contrato é iniciada pela identificação da obra impressa que o Prior do Mosteiro procurava obter: um breviário novo, cujo *transunto*, ou a cópia manuscrita, estaria na posse do prior. Não são identificados mais detalhes quanto ao título e restantes informações a conter na portada deste breviário, o que dificulta a pesquisa de exemplares sobreviventes. Em catálogos como *Iberian Books* e na obra de António Joaquim Anselmo⁷ não se oferece notícia de um breviário impresso por João Álvares com as características incluídas no contrato em questão. Uma pesquisa pelos acervos digitais de algumas bibliotecas que guardam impressões de João Álvares e João de Barreira é igualmente infrutífera⁸. Uma hipótese para responder à aparente inexistência de exemplares desta obra impressa pode residir no facto de se tratar de um breviário. Estes livros de orações, utilizados para a prática do Ofício Divino, foram objeto de várias revisões e alterações ao longo da segunda metade do século XVI, resultantes do Concílio de Trento e da alteração do calendário juliano para o calendário gregoriano em 1582⁹ (Dias, 2020, p. 73), o que poderá pressupor a eliminação de edições consideradas obsoletas.

De seguida, são elencados os requisitos a cumprir por João Álvares durante a impressão deste *breviário novo*. Estas cláusulas incidem, principalmente, na ordem e no ritmo da impressão do breviário, como seria costume¹⁰, em associação com os respetivos pagamentos ao impressor. Por fim, são mencionados os aspetos técnicos da obra, incluindo as ornamentações.

Encomendaram-se 500 exemplares do *breviário novo*, em *in-oitavo*, cada um com o mesmo número de páginas que continha um breviário anterior, impresso em 1555. O início da impressão destes livros foi destinado para o início de março de 1566, e o ritmo da impressão seguiria o mínimo de meia folha por dia, idealmente uma folha inteira, todos os dias, até ser terminada.

e sera obryguado a ter coReytor que emmende ha primeira prova e a segunda e terceira trara ao moesteiro pera que hũ padre a veja

⁷ Refere-se à *Bibliografia* de António J. Anselmo (1977).

⁸ Refere-se, principalmente, aos catálogos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal – <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/> – e da Biblioteca da Universidade de Coimbra – <https://am.uc.pt/>.

⁹ Um dos principais resultados da adoção do calendário gregoriano foi a supressão de 10 dias do calendário, colocada em prática em outubro de 1582. Esta alteração, seguindo a bula *Inter Gravissimas*, do Papa Gregório XIII, teve impacto nas datas das celebrações litúrgicas e, por sua vez, nos calendários dos breviários já impressos.

¹⁰ Sobre os trâmites habituais dos contratos de impressão, veja-se, a título de exemplo, os estudos de Ana Maria Bandeira (1995) e de José Jorge Gonçalves (2016).

*emmende tanto por necesydade e a folha que asy ffor emmendada / [f. 80v] pera se aver de empremyr sera asynada pelo padre que ha de ser o coReytor do dito bryvyayro e pela que asy for asynada Respomdera com todas as outras ffolhas sob pena de lhe nom serem Reçebydas e fazer outras de novo ha sua propria custa*¹¹

Quanto às provas da impressão, ou seja, a inspeção dos primeiros cadernos impressos para verificar a conformidade com os requisitos estipulados neste contrato, a impressão do breviário seria vista uma primeira vez por um corretor da parte de João Álvares, que procederia à primeira emenda. Seguir-se-iam a segunda e terceira provas, realizadas pelo padre corretor do Mosteiro e registadas com a sua assinatura. Esta emenda funcionava como uma matriz pela qual João Álvares deveria compor as folhas correspondentes das restantes cópias do breviário. Incumprindo esta cláusula, o impressor estaria obrigado a reimprimir as folhas à sua custa.

Os primeiros cadernos a sair do prelo constituíam o saltério de cada um dos exemplares. Após a entrega destes cadernos ao Mosteiro, João Álvares poderia prosseguir com a impressão do restante breviário. Para isto, em primeiro lugar, seria necessário apresentar um caderno “de preto e vermelho” ao Padre Geral, para verificação da qualidade do suporte de papel e tintas. Caso fosse necessário corrigir a qualidade de algum destes elementos, determinava o contrato que após a entrega das folhas ao Padre Geral do Mosteiro, uma primeira correção teria que ser solicitada a João Álvares dentro de duas horas, e uma segunda correção teria que ser solicitada já dentro de apenas uma hora, de modo a não comprometer o ritmo da impressão.

Garantir a quantidade e qualidade do papel e das tintas era, também, da responsabilidade do impressor.

E o dito padre gerall se obryguou de lhe fazer dar e pagar pelas Remdas do dito moesteiro por estes bryuyayros que ham de ser quynhemtos a tres reaaes por cada caderno o qual caderno ha de ser de oyto folhas ho paguamento lhe fara na maneira seguynte loguo ao fazer deste contrato lhe deu e mandou dar em começo de

¹¹ Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, fls. 79v-81v (publicado em anexo). Os critérios de transcrição são os da Universidade Nova de Lisboa (Dias et al., 1987).

paguo pera aparelho da *empressam* oyto mjll reaaes que elle yoham
alvarez loguo hy Reçebeo perante mym esprüam e testemunhas¹²

Por parte do Mosteiro foi estipulado, conforme a prática habitual, o pagamento ao impressor. No momento da celebração do contrato, João Álvares receberia oito mil reais “pera o aparelho da *empressam*”, ou seja, para os custos iniciais de produção, que estariam ao encargo do impressor. A obtenção de papel, tintas e gravuras cabia ao impressor, conforme estipulado no contrato. Por exemplo, a primeira folha de cada breviário deveria incluir uma vinheta decorativa com a estampa de uma cruz, *conforme o debuxo*, isto é, conforme um desenho que seria entregue ao impressor, cabendo a este último a obtenção de uma gravura correspondente.

Além do pagamento inicial para os custos do material de impressão, os cadernos seriam pagos no valor de três reais cada um, no momento em que o impressor apresentasse ao Mosteiro as cópias impressas dos Livros de Salmos para cada um dos 500 breviários, e o restante conforme fosse sendo apresentada a impressão total dos breviários.

Infelizmente, uma vez que não conhecemos exemplares impressos deste breviário, não é possível comparar o produto final aos requisitos estabelecidos neste contrato, de forma a confirmar o cumprimento das cláusulas do contrato. O valor total que João Álvares teria recebido com esta impressão depende da contagem dos cadernos que foram incluídos no breviário finalizado. Mesmo aceitando a semelhança que o breviário em estudo teria de ter em relação ao breviário de 1555, ainda assim não será suficiente para assumir que os dois contavam exatamente com o mesmo número de cadernos.

Considerando o ritmo de impressão estabelecido no contrato, poder-se-á concluir que a impressão deste breviário novo demorou no mínimo alguns meses a terminar. É então possível que, tal como nós, o Prior do Mosteiro não tenha conhecido a impressão completa do breviário que solicitou neste contrato de impressão, uma vez que D. Manuel de Brito faleceu no dia 24 de maio de 1566 (Madahil, 1945, p. 47).

Apesar de não ser conhecido o produto final, ainda assim, a análise deste contrato permite-nos conhecer melhor os trâmites que faziam parte dos acordos que dirigiam o negócio dos impressores no século XVI, particularmente sobre as escrituras celebradas entre tipógrafos e instituições religiosas, tendo em vista a impressão de livros litúrgicos.

¹² Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, fls. 79v-81v (publicado em anexo).

3. Um breviário *novo* e um breviário *antigo*: novas questões sobre o Breviário de 1555 suscitadas pelo contrato de impressão de João Álvares

Este contrato de impressão constitui um testemunho documental relevante para o estudo da História do Livro Impresso, refletindo as dinâmicas materiais e institucionais da atividade tipográfica na época. Além de fornecer elementos essenciais para a compreensão das dinâmicas do mercado tipográfico quinhentista – nomeadamente no que respeita às diferentes fases do processo editorial e ao papel desempenhado pelos impressores –, estes contratos podem também oferecer indícios informativos, por vezes inesperados, sobre as obras neles mencionadas. Retomemos, assim, a análise da primeira cláusula do contrato:

das paginas ha de ser conforme Ao breuyayro que mandou emprimir o bispo que ora he desta cydade pera seu bispado no ano de mjl e quinhentos E çinquoenta e çinquo anos que tem no prinçipyo ho tytullo que diz conymbrice apud antonium a santillana, o qual se empremyo em lugduni per theobaldo pagrano¹³

Desta forma são inauguradas as condições do contrato de João Álvares, com o estabelecimento do número de páginas no novo breviário. Em vez de se fixar um número específico, determina-se que a obra encomendada deverá conter o mesmo número de páginas que um breviário anterior, impresso em 1555, em Lyon, por ordem do bispo de Coimbra, D. João Soares. A referência a este breviário antigo desperta a curiosidade de um leitor atento: somos informados de um exemplar cuja portada contém “*Conymbrice apud Antonium a Santillana*”, mas que foi impresso em Lyon pelo tipógrafo “Theobaldo Pagrano”.

Joaquim A. Anselmo refere a existência do *Breviarium romanum, antiquum nouum complectens* (Anselmo, 1977, p. 307), com base numa notícia retirada do *Diccionario* de Inocêncio (Silva, 1883, p. 356), indicando a Biblioteca da Universidade de Coimbra como local de conservação do único exemplar impresso em Portugal por António de Santillana.

¹³ Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, fls. 79v-81v (publicado em anexo).

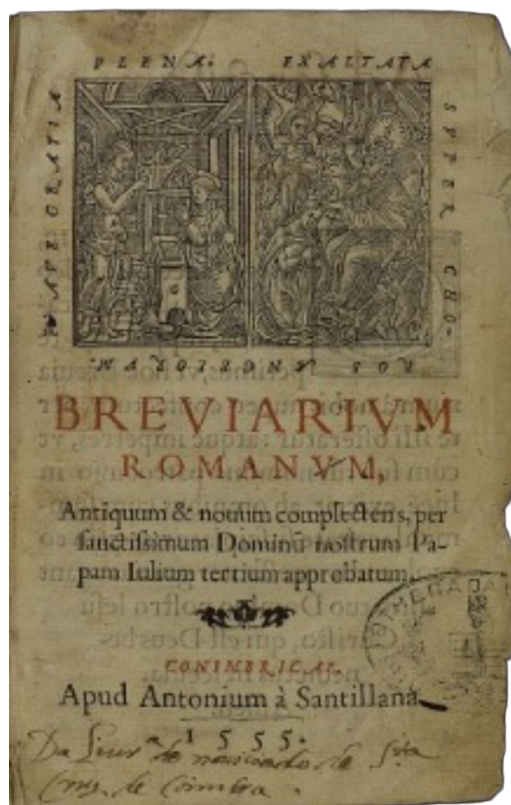


Figura 1 – (1555). *Breviarium romanum*... Antonio de Santillana (?), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, R – 3 – 13.

Através das descrições presentes nos *Apontamentos* de Martins de Carvalho (1868), Inocêncio reforça a hipótese de António de Santillana ter sido convidado por Frei D. João Soares à cidade de Coimbra para imprimir apenas este breviário em 1555. O célebre bibliógrafo expõe, também, algumas suspeitas quanto à pertença deste breviário ao esforço de D. João Soares para editar e mandar imprimir algumas obras, nomeadamente as cartas de S. Francisco Xavier, segundo várias notícias repetidas por outros bibliógrafos (Silva, 1883, p. 356).

É amplamente reconhecido o interesse particular que o Bispo de Coimbra dedicou à utilização da imprensa, recorrendo ao trabalho de João Álvares e João de Barreira para várias das edições que promoveu durante o seu episcopado, bem como a vigilância exercida através da promoção da censura (Rodrigues, 1980). Quanto a este assunto, recordamos o papel que D. João Soares teve na ação do Conselho Geral da Inquisição desde 1539, assim como o apelo

que fez a D. Henrique para a presença da Inquisição na cidade de Coimbra, e a famosa impressão que ordenou do *Index* em 1559 (Paiva, 2007, p. 719).

No entanto, contrariamente às hipóteses colocadas por Inocêncio, sabemos que António de Santillana já se encontrava em Coimbra pelo menos desde 1543, de acordo com um pleito datado deste ano, no qual o nome de Santillana foi inscrito junto com o de outros livreiros que contraíram dívidas a Juan Pedro Musete, mercador de livros de Medina del Campo (Torres Pérez, 2007, p. 84).

A edição deste breviário de 1555 inclui algumas inovações, como um novo equilíbrio entre as horas, garantindo a recitação completa dos Salmos durante a semana (Seiça, 2017, p. 251), o que poderá contribuir para a hipótese de que António de Santillana, de quem mais nenhuma outra obra impressa é conhecida¹⁴, não imprimiu, mas *editou* este breviário. A palavra “editar”, no contexto do comércio livreiro de meados do século XVI, deverá ser interpretada no sentido de custear, compor, ou organizar o livro para ser posteriormente levado a impressão (Pedraza Gracia, 2015, p. 213; Pedraza Gracia, 2019, p. 4)¹⁵.

Não bastassem estas dúvidas quanto à produção do único impresso conhecido em nome de António de Santillana, o contrato de João Álvares informa-nos ainda de que este mesmo breviário foi impresso em Lyon por “Theobaldo Pagrano”, ou seja, Thibaud Payen. Este tipógrafo leonês, ao longo de uma carreira que se supõe ter decorrido entre 1529 e 1570, foi responsável pela impressão de vários livros religiosos, em seu nome ou em parceria com outros impressores (Baudrier, 1912, p. 168).

Payen desenvolveu o seu negócio no mercado bastante produtivo da cidade de Lyon, um dos principais pólos do comércio de livros impressos do século XVI, participando numa tendência visível entre os impressores desta cidade em meados do século: custear as suas próprias impressões e vender os livros diretamente da oficina (Simões, 2019, p. 9; cf. Chartier & Martin, 1982, p. 262).

Nos últimos anos da sua carreira, Thibaud Payen vendeu a sua máquina tipográfica, dedicando-se a tempo inteiro à atividade de livreiro, para a qual certamente dispunha de ampla experiência (Perrier, 2015, p. 12).

¹⁴ Na mesma década de 1550 surgem, em Burgos, alguns livros impressos por *Pedro de Santillana*. Cf. *Iberian Books*: 7476, 7482, 10344, 16730, 18790.

¹⁵ A propósito do papel de um editor de livros no século XVI, Pedraza Gracia apresentou considerações importantes sobre as tarefas de correção e revisão desempenhadas por estes profissionais, bem como sobre as relações entre impressores e editores (Pedraza Gracia, 2019).

Em síntese, o contrato de impressão de 1565 entre João Álvares e o Mosteiro de Santa Cruz poderá indicar que a única impressão conhecida de António de Santillana em Coimbra terá sido, afinal, feita em Lyon por Thibaud Payen. É de notar que o nome do impressor leonês não surge de todo no exemplar conservado na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Não caberá neste artigo uma análise exaustiva do material tipográfico utilizado na composição do breviário de 1555, e posterior comparação com as composições dos diversos profissionais aparentemente envolvidos na sua criação, de modo a definir, por fim, o seu local de impressão. Para compreender o contexto da sua produção, sugerem-se apenas algumas hipóteses, nomeadamente a possibilidade de constituir uma “impressão emprestada” de Lyon, cuja portada poderia ter sido impressa em Coimbra por António de Santillana; ou de se tratar de um breviário editado por António de Santillana, com impressão encomendada a Thibaud Payen.

Enfim, como acontece não raras vezes, são as novas interrogações suscitadas pelos dados do próprio objeto impresso que darão lugar a novos olhares, e novos estudos, sobre a sua génese. Este breve relato sobre a impressão do breviário de 1555 visa destacar o valor da informação contida num contrato de impressão que, embora não sendo diretamente sobre este breviário, pode revelar aspetos significativos não só sobre a sua origem, como também sobre a circulação de livros e as relações entre profissionais envolvidos na produção de impressos do século XVI.

Conclusão

O ponto de partida do presente artigo foi o contrato de impressão celebrado entre João Álvares e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A intenção inicial – a publicação da transcrição de um documento manuscrito relativamente raro para o século XVI português, acompanhada de um estudo introdutório – evoluiu rapidamente para novas reflexões e linhas de análise adicionais, proporcionadas pela riqueza informativa deste documento.

A História do Livro tem sido, em grande medida, construída a partir dos exemplares de livros impressos que chegaram até nós, preservados nas bibliotecas ou referidos nas narrativas legadas pelos bibliógrafos de épocas anteriores. Estes objetos, frutos da *nobre arte* que se difundiu pelos centros culturais europeus nas últimas décadas do século XV, contêm nas suas páginas informação valiosa sobre o seu percurso e o contexto cultural, social, político e jurídico em que se inserem. Todavia, há dados que o próprio livro

impresso não revela, os quais têm sido encontrados na documentação manuscrita de fundos até agora pouco explorados, em especial no que respeita aos profissionais envolvidos na produção e comercialização destas obras.

A análise deste contrato de impressão permite evidenciar de que forma o estudo destas fontes pode contribuir para responder a questões cruciais relacionadas com a produção de livros e o contexto comercial que deu origem a estes acordos com impressores, ao mesmo tempo que suscita novas interrogações.

Por fim, este pequeno contributo reforça a conclusão incontornável da relevância particular que as instituições da cidade de Coimbra, bem como os seus agentes, assumiram no século do desenvolvimento da imprensa em Portugal.

Anexo¹⁶

1565, dezembro, 29, Coimbra – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra contratualiza com João Álvares, impressor, a impressão de um breviário novo, segundo as instruções fornecidas por D. Manuel, prior do dito mosteiro.*

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, f. 79v-81v.

contrato que fez o conuento com yoham aluarez empremydor

Saybam quantos este estromento de contrato e obrygaçam vyrem como no ano do nascimento de nosso senhor Jesu christo de mjll e quinhentos E sesenta e seis annos Aos vynte e nove dyas do mes de dezembro prinçipyo do dito ano nesta çidade de coymbra dentro no moesteiro de santa cruz na casa do conselho delle estando hy presente o muito Reuerendo padre dom manuel prior do dito moesteiro e gerall de toda sua congreguaçam / [f. 80] e bem asy estando hy yoham aluarez ympressor e morador em esta çidade loguo o dito padre gerall perante mym esprivam ppublico e testemunhas deste ao diante nomeadas se conçertou com o dito Joham aluarez na maneira seguynte .ss.

obrygou se ho dito Joam aluarez a empremyr A elle padre gerall o breuyayro nouo que ora tem de sua ordem conforme Ao transvmtto que lhe daram esprito de pena e a letra de que ha de fazer o dito breuyayro e a grandura delle .ss.

¹⁶ Os critérios de transcrição são os da Universidade Nova de Lisboa (Dias et al., 1987).

das paginas ha de ser conforme Ao breuyayro que mandou emprimir o bïspo que ora he desta cydade pera seu bïspado no ano de mïll e quinhentos E çinquoenta e çinquo anos que tem no prinçipyo ho tytullo que diz conymbrice apud antonium a santillana , o qual se empremyo em lugduni per theobaldo pagrano ,.

e ha de fazer quinhentos bryuyayros os quaes todos entreguara ao dito conuento de santa cruz bons e de Reçeber e esta obra sera obrigado comecar de fazer no prinçipyo de março primeiro que vem no presente ano E o continuara em modo que nom abra delle mão mas cada dia ffara hũa folha ou mea quanto maes poder e nam menos nam ficando por sua culpa e ysto ate dar acabado ho dito bryuyayro , e sera obryguado a ter coReytor que emmende ha primeira prova e a segunda e terceira trara ao moesteiro pera que hũ padre a veJa emmende tanto por necesydade e a folha que asy ffor emmendada / [f. 80v] pera se aver de empremyr sera asynada pelo padre que ha de ser o coReytor do dito bryvyayro e pela que asy for asynada Respomdera com todas as outras ffolhas sob pena de lhe nom serem Reçebydas e fazer outras de novo ha sua propria custa ,

E o dito padre gerall se obryguou de lhe fazer dar e pagar pelas Remdas do dito moesteiro por estes bryuyayros que ham de ser quynhentos a tres reaaes por cada caderno o qual caderno ha de ser de oyto folhas ho paguamento lhe fara na maneira seguynte

loguo ao fazer deste contrato lhe deu e mandou dar em começo de paguo pera aparelho da impressam oyto mïll reaaes que elle yoham aluarez loguo hy Reçebio perante mym espriuam e testemunhas

E o maes lhe pagara como fizer a obra .ss.

depoys de acabar d empremyr o salteyro deste bryuyayro lhe fara outro paguamento conforme a obra que tener feita e elle empresor sera obrjgado Ao tempo da tall paga emtregar ao moesteiro todos os cader-nos que tener feytos que seJam de Reçeber pera ffazer outro numero de quinhentos bryvyayros E avendo algũs cadernos que nom seJam de Reçeber que elle yoham aluarez seJa obryguado a os fazer bons e de Reçeber ha sua custa e nom ho fazendo que lhe paguaram menos / [f. 81] o que se montar em outros tantos bryuyayros quamtos ouuer de dimynuyçam e o conuento nom seJa obrjguado de lhe tomar maes bryuyayros do que perfeitamente forem acabados e emmendados ate numero de quinhentos e creçendo algũs lhe tomaram ate quinze ou vynte pelo preço em que sayrem os outros ,

E primeiro que comecy de proseguyr a obra deste bryuyayro sera obryguado elle empresor de fazer hũ caderno de preto e vermelho e manda llo

amostrar Ao dito *padre* gerall pera ver se lhe *contenta* a dita *empresam* asy no papel como no maes pera *perfeyçam* da obra e vendo que he boa e de Reçeber *entam* *proseguyra* a dita obra

e nom sendo de Reçeber e a seu *contentamento* delle *padre* gerall que *entam* nom *prosygujra* a dita obra nem serão obriguados a Reçeber nem pagar o custo que *tever feyto* antes elle *empressor* tornara os ditos vynte cruzados que asy Reçebeo em paz e em saluo ao dito *moesteiro* pera o que obryga seus bens e fazenda e se *desafora* de qualquer Juiz de seu fforo e se obriga Responder perante qualquer Juiz que ho *conuento* maes o *quiser* demandar e disse elle *empresor* que mandando elle a folha pera se *emmen-*dar do dia lha *daram emmendada* a *primeira* dentro em duas oras E a segun- da dentro de hũa ora e mandando ap[os ?] lhe sera dada a outro dia [...] e porque disto *aprouue* a *amb[os as ditas]* / [f. 81v] *partes* mandaram ser feito este contrato que se obryguaram *comprir* e que pera a dita obra elle o *empressor* pora o papel e tintas de vermelho e preto e todo ho maes sem o *conuento* ser obrigado a lhe dar maes que pagar o *dinheiro* como dito he .ss. tres reaaes por cada caderno

e ele *empressor* sera maes obrigado a ffazer hũa *estampa* de hũa cruz na *primeira* ffolha com os maes debuxos digo conforme Ao debuxo que lhe derem e asy metera no bryuyayro quaesquer ymagens que lhe mandarem por se as *tever*

testemunhas que foram presentes o *Licenciado* symam diaz ffysyco do dito *moesteiro* e o *Licenciado* christouam yoam ffilho do dito *empresor* e eu symam de figueiro ppubrico espriuam do dito *moesteiro* que ho spreui

- a) Dom Manuel Prior de Santa Cruz
- b) Joham alluarez 1565
- c) Christouão João
- d) Symão diaz

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14.

Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1567). *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Privilégios*, Livro 5.

Referências bibliográficas

- Anselmo, A. J. (1977). *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI* (Fac-símile da ed. de 1926). Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- Armstrong, E. (1990). *Before copyright: The French book-privilege system, 1498-1526*. Cambridge University Press.
- Bandeira, A. M. L. (1995). Contrato com António de Mariz para impressão da obra do P.^e Sebastião Barradas – Um caso de parceria de edição em 1597. *Cadernos BAD*, 3, 45-51.
- Baudrier, H. (1912). *Bibliographie lyonnaise: Recherches sur le imprimeurs, libraires, relieurs et fondeurs de lettres de Lyon au XVI^e siècle* (vol. 9). L. Brun.
- Brito, G. de. (1911). *Notícia de livreiros e impressores de Lisboa na 2^a metade do século XVI*. Imprensa Libânio da Silva.
- Carvalho, J. M. de. (1868). *Apointamentos para a história contemporânea*. Imprensa da Universidade.
- Chartier, R., & Martin, H. J. (Dirs.). (1982). *Histoire de l'édition Française* (Tome I). *Le livre conquérant: Du Moyen Âge au milieu du XVII^e siècle*. Fayard / Cercle de la Librairie.
- Deslandes, V. (1888). *Documentos para a historia da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Imprensa Nacional.
- Dias, J. J. A. (2020). *In Principio*. Outra perspetiva.
- Dias, J. J. A., Marques, A. H. O., & Rodrigues, T. F. (1987). *Álbum de Paleografia*. Estampa.
- Fonseca, F. (2001). A Imprensa da Universidade no período de 1537-1772. In F. T. da Fonseca (Coord.), *Imprensa da Universidade de Coimbra: Uma história dentro da História* (pp. 7-52). Imprensa da Universidade.
- Fonseca, J. (2019). *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: Estratégias económicas, sociais e familiares*. Edições Colibri.
- Gonçalves, J. J. (2016). Subsídios para a história do livro impresso em Portugal: um documento do Arquivo Distrital do Porto (1624). *População e Sociedade*, 25, 121-131.
- Madahil, A. G. R. (1945). A crónica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de D. Timóteo dos Mártires. *O Instituto*, 106, 28-70.
- Meirinhos, J. F. (2001). A tipografia de Santa Cruz: 1530-1563. In *Santa Cruz de Coimbra: A cultura portuguesa aberta à europa na Idade Média* [catálogo de exposição, pp. 319-327]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Paiva, J. P. (2007). Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos. *Revista de História das Ideias*, 28, 687-737.
- Pedraza Gracia, M. J. (2015). La función del editor en el libro del siglo XVI. *Titivillus*, 1, 211-226.
- Pedraza Gracia, M. J. (2019). Puesta al día y nuevas reflexiones sobre el libro y su editor y el editor y su libro en el siglo XVI. *Anales de Documentación*, 22 (1), 1-14. <https://revistas.um.es/analedoc/article/view/356811>.
- Pedro, C. M. L. S. O. (2018). *Sixteenth-century Print Culture in the Kingdom of Portugal. A study on typographical specimens used in the printing houses of João de Barreira and João Álvares* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto. Repositório Aberto Universidade Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/115283>.
- Peixoto, J. (1966). Os privilégios para a impressão de livros em Portugal durante o século XVI. *Gutenberg-Jahrbuch*, 41, 265-272.

- Perrier, M. (2015). *Thibaud Payen, imprimeur lyonnais du XVI^e siècle, les premières années: 1530-1545* [Dissertação de Mestrado]. Université de Lyon. ENSSIB: École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques. <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/65992-thibaud-payen-imprimeur-lyonnais-du-xvie-siecle-les-premieres-annees-1530-1545.pdf>.
- Ribeiro, J. P. (1857). *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal* (Tomo II). Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Rodrigues, G. A. (1980). *Breve história da censura literária em Portugal*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Seiça, A. M. (2017). Livros de cantochão da Sé de Coimbra na reforma pós-tridentina: Notas sobre o contexto de realização de um fundo litúrgico-musical quase desconhecido. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 4(2), 247-272.
- Silva, I. F. da. (1883). *Diccionario bibliographico portuguez: Estudos applicaveis a Portugal e ao Brazil* [Vol. 10, Terceiro do suplemento, H-J, continuados e ampliados por Brito Aranha]. Imprensa Nacional.
- Simões, R. M. S. G. (2019). *Uma oficina tipográfica na Europa de Quinhentos: OS Giunta de Lyon. Estudo de dois exemplares desta oficina existente em Portugal* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Coimbra. Estudo Geral: Repositório Científico da UC. <https://hdl.handle.net/10316/86759>.
- Torres Pérez, J. M. (2007). Juan Pedro Musete, mercader de libros, en Medina del Campo. *Revista General de Información y Documentación*, 17(1), 81-94.

El archivo de los Quiñones, Condes de Luna (León, España): Nuevos datos para su historia

O arquivo dos Quiñones, Condes de Luna (León, Espanha): Novos dados para a sua história

The Quiñones, Counts of Luna Archive (León, Spain): New data for its history

RAFAEL CEBALLOS-ROA

Profesor Ayudante Doctor

Universidad de León¹

rafael.ceballos@unileon.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5531-3675>

MARÍA DEL CARMEN RODRÍGUEZ-LÓPEZ

Profesora Titular de Universidad

Universidad de León

mcrodl@unileon.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0765-9348>

RESUMEN

Este artículo presenta una visión general de la historia del archivo de la familia Quiñones, Condes de Luna, en León (España). La metodología

¹ Ambos autores pertenecen al Área de Biblioteconomía y Documentación, del Departamento de Patrimonio Artístico y Documental. El trabajo se ubica en las líneas de investigación del Instituto de Humanismo y Tradición Clásica (IHTC) de la Universidad de León.

empleada se basa en el análisis de los instrumentos de descripción y control desarrollados por los responsables del archivo, el estudio de las huellas dejadas por la práctica archivística en las unidades documentales y las noticias que nos han llegado sobre el archivo y su uso.

PALABRAS CLAVE: Archivos nobiliarios; Historia archivística; Gestión de fondos, Robo de documentos.

RESUMO

Este artigo apresenta uma visão geral da história do arquivo da família Quiñones, Condes de Luna, em León (Espanha). A metodologia utilizada baseia-se na análise dos instrumentos de descrição e controle desenvolvidos pelos curadores do arquivo, no estudo das marcas deixadas pela prática archivística nas unidades documentais e nas notícias sobre o arquivo e sua utilização que chegaram até nós.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos nobres; História archivística; Gestão de fundos; Roubo de documentos.

ABSTRACT

This paper presents an overview of the history of the Quiñones family archive, Counts of Luna in León (Spain). The methodology used is based on the analysis of the description and control instruments developed by the archive's curators, the study of the marks left by archival practice on the documentary units, and the news about the archive and its use that has come down to us.

KEYWORDS: Noble archives; Archival history; Funds management; Theft of documentation.

Introducción

El archivo de los Quiñones Condes de Luna, es, sin lugar a dudas, una de las fuentes más importantes para la historia del Reino de León durante las Edades Medieval y Moderna. Aunque otras ramas de la familia ostentaron diferentes títulos, esta rama troncal vinculada al condado de Luna fue una de las más poderosas de este entorno. El ascenso social y las uniones con otros linajes alejó a los condes de la capital leonesa, lo que no frenó la

producción de documentos derivados de sus funciones en estas tierras. Consecuentemente, el tesoro documental que generó abarca múltiples y muy diferentes aspectos que, como decimos, son fuente para innumerables estudios de muy diversa índole.

Este trabajo afronta una aproximación, mejor dicho, una revisitación a la historia del archivo de los Quiñones - Condes de Luna, una de las familias más poderosas de León desde finales de la Edad Media hasta que su ascenso social la alejó de esta ciudad. Conocer la historia archivística de los fondos producidos o recibidos por la familia, es esencial para comprender el grado de desarrollo adquirido en el momento actual por la ciencia archivística que, de manera ininterrumpida, ha evolucionado desde los primeros testimonios escritos hasta el presente. El conocimiento de los productores y de su entorno sociocultural se estudia tal y como se propone en la normativa Internacional – así, la norma internacional general de descripción archivística ISAD (G) – por la necesidad de abordar esta información en un elemento propio dentro del *Área de Contexto* de las descripciones (ISAD (G), 2000). No en vano es la segunda de las áreas, justo una vez finalizada la identificación del fondo. Atiende a dos tipos de información, el análisis del contexto de creación de la Unidad Documental y el análisis de su contexto de formación. Los documentos de archivo están fuertemente vinculados con su creador y con la actividad por la que son generados. El análisis documental archivístico conlleva la necesidad de respetar la procedencia y a la propia naturaleza de los documentos de archivo.

Con este trabajo, se pretende realizar una aproximación a la historia del archivo de esta familia. Conocer la historia archivística de los fondos es esencial para la comprensión de la actual ciencia archivística que, de manera ininterrumpida, ha evolucionado desde los primeros testimonios escritos hasta el presente. No siempre es posible hallar datos sobre cada una de estas facetas para reconstruir la historia completa de un archivo. A veces simplemente se logran noticias aisladas que solo permiten aportar pinceladas en un momento histórico concreto. No obstante, cualquier aportación, por pequeña que parezca, contribuye a aumentar el conocimiento tanto del archivo estudiado, en este caso el de la familia Quiñones, como el de la ciencia archivística.

Los enfoques contextuales en el análisis archivístico que Ham denominó – décadas antes de formularse la normativa internacional – paradigma poscustodial (Ham, 1981, p. 207), promueven la transición de la orientación tradicional centrada en el objeto a centrarse en el proceso. Los estudios sobre la historia de los archivos y la archivística deben plantearse ocupándose de

todos los aspectos que conforman un archivo/fondo, los fondos documentales, su organización, su consulta, su instalación y depósito y el personal responsable de los mismos. El proceso continuo de producción, refacción documental y el uso que de ella se hizo, en este caso por una casa nobiliaria que perduró en el tiempo lo suficiente, del mismo modo que estableció relaciones con otros agentes sociales contemporáneos hace pensar que será posible un acercamiento a nuestro propósito.

Además, este trabajo aportará datos nuevos a los ya realizados por los profesores César Álvarez Álvarez y José Antonio Martín Fuertes, suponiendo un gran avance en el estudio global del fondo. La descripción del grueso de los documentos de los Quiñones Condes de Luna, fue realizada por ambos en dos etapas diferentes ocasionadas por los dos ingresos de fondos en un lapso de cinco años, en año 1977 (Álvarez Álvarez & Martín Fuertes, 1977) y aumentada en 1982 (Martín Fuertes & Álvarez Álvarez, 1982). Sirva asimismo como homenaje especial al profesor José Antonio Martín, quien implementó los estudios de Archivística en la Universidad de León, y a quien tantos profesionales del sector le deben la base de su formación.

La mayor parte del tesoro documental de esta rama de la familia Quiñones, según relatan Álvarez y Martín, salió fuera de España llevado por un miembro de la familia acompañando a Isabel II en su exilio. Uno de sus descendientes llegó a un acuerdo con la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León que lo adquirió mediante compra, en un primer momento, mil cincuenta y dos unidades documentales. Aparecidas nuevas escrituras, también en el extranjero, la misma institución adquirió el segundo lote compuesto por sesenta y dos documentos.

Una segunda adquisición, en similares condiciones, tuvo lugar ante la llegada de noticias del “hallazgo inesperado de nuevas escrituras” (Martín Fuertes & Álvarez Álvarez, 1982). No es más explícita la información respecto a este segundo lote de documentos; podría pensarse que quedó desgajado del resto por el interés de investigación de algún miembro de la familia. Así por ejemplo el I Marqués de Alcedo y III de San Carlos, Fernando Quiñones de León y de Francisco Martín, empleó los fondos procedentes de la casa en varias obras (1907 y 1918-1925)². Resulta necesario conocer que el Marqués de Alcedo y San Carlos también ostentó el título de Montevirgen. Los Quiñones de Riologo-Montevirgen parten del tronco general de los Quiñones; pero desde

² Concretamente el documento número 23 de esta obra del marqués de Alcedo, tomo II, pp. 41-42 está editado y corresponde con el documento 19 de la *Addenda* realizada por los profesores Álvarez y Martín. También de notable importancia sobre el tema Quiñones de León y de Francisco-Martín, F. (1908). *Un épisode des temps chevaleresques*. Imprimerie Lamaignère.

la Edad Moderna los titulares de la familia de hidalgos se titularon señores de la casa y torre de Riolago y en el siglo XVIII obtuvieron el título italiano de Marqués de Montevirgen. Fernando de Quiñones llevó a cabo una gran labor como genealogista. Ha llegado a nosotros este trabajo, no sólo por las publicaciones, ya citadas, sino por otro fondo con relaciones sucesoras. El conocido como “archivo Montevirgen”, custodiado hoy en día en el archivo de la Diputación provincial de León, donde ingresó por compra en el año 1982, coincidentemente con la fecha de la *Addenda al archivo de los de Luna*. Fue a iniciativa de la Marquesa de San Carlos, propietaria en ese momento del archivo, la llegada de este fondo a León, para que éstos retornaran “definitivamente a la tierra dónde habían tenido su origen, porque en ella se asentaba el solar de sus antepasados” (Martín Fuertes, 2000, p. 7). En este fondo que ha recibido el título atribuido de Quiñones, Marqueses de Montevirgen, organizado en varios niveles, uno de ellos se destinó a la documentación perteneciente al primer Marqués de Alcedo, quien luego será además el III Marqués de San Carlos. La documentación personal y familiar desde finales del siglo XIX hasta el momento de su retorno a León, en 1982, confirma el uso de la documentación para sus trabajos de investigación, hasta el punto de que se hizo una división de nivel para una colección facticia con la correspondencia, transcripciones de documentos procedentes de archivos españoles e italianos, extractos, árboles genealógicos, etc. Dos de las agrupaciones dentro de esta colección, con título atribuido “Luna” y “Quiñones” contienen transcripciones de los documentos que en aquel momento llamaron Archivo Quiñones, Condes de Luna (Martín Fuertes, 2000, pp. 320-323).

En esta adenda realizada en 1982 se describieron las sesenta y dos unidades documentales que se incorporaron al resto del fondo. Se siguió el mismo esquema descriptivo. Sin embargo, la numeración, *currens*, comienza por el número 1, de manera que ha de tenerse en cuenta que son dieciocho los pergaminos que están en este instrumento. Sigue con el número 19 la documentación en papel, finalmente con el número 62 un libro. Depositado en la Fundación Obra Social de la mencionada entidad bancaria tras su desaparición o reconversión actualmente se encuentra depositado en el archivo la Fundación Obra Social de Castilla y León (FUNDOS), continuadora de la mencionada institución³. Dado que, según los instrumentos de descripción del

³ Para referirnos a la documentación de este archivo seguimos la signatura utilizada por los doctores Álvarez y Martín, en su *Catálogo...* formada por las iniciales del Archivo de los Condes de Luna (ACL), núm. del documento, y lo precederemos del nombre de la institución que lo custodia, FUNDOS-ACL, núm... <https://www.fundos.es/actividades/archivo-historico-y-centro-de-documentacion/>.

archivo, éste estaba compuesto por algo más de mil trescientos documentos, se puede afirmar que reúne en torno al 85% del total de escrituras del mismo.

Julio Pérez Llamazares, abad-prior que fue de San Isidoro de León, dio noticia de la venta de algunas piezas documentales a comienzos del siglo XIX por parte del administrador del conde que se usaron como envoltorio por comerciantes de diferentes ramos, e incluso él mismo menciona algunos documentos que ha utilizado en su historia de la Colegiata (Pérez Llamazares, 1927, p. 76)⁴. No obstante, la pérdida de documentación no pudo ser muy voluminosa en esa venta pues, además de la documentación que conserva FUNDOS y que representa un elevado porcentaje del total del archivo, sabemos de la segregación de un importante volumen de documentos motivada por una venta, de la que hablaremos más adelante, que actualmente custodia la Fundación Octavio Álvarez Carballo (FOAC), y que sitúa el número de *items* del archivo conservados entre ambas instituciones muy próximos al total del fondo condal de comienzos del siglo XIX.

Otra noticia sobre pérdida de documentos, de fecha muy anterior, transmite el robo de documentos acaecido en el siglo XV, del que hablaremos más adelante.

Para el desarrollo de este estudio hemos analizado diferentes instrumentos de control y descripción del archivo, custodiados actualmente por FUNDOS, así como otros documentos y otras unidades documentales que hacen referencia al uso que se hizo del mismo mientras permaneció en manos de la casa condal⁵. Es destacable por sus aportes nuevos la documentación que custodia la Fundación Octavio Álvarez Carballo, cuya adquisición trataremos en líneas posteriores. Asimismo, se ha realizado un sondeo sobre los protocolos notariales de Villablino depositados en el Archivo Histórico Provincial de León (AHPL).

Estudio

Al afrontar el estudio de un fondo, el primer paso es, necesariamente, identificar qué tipo de archivo es. En nuestro caso presente se trata de un archivo nobiliario, es decir, un archivo familiar, pero de una familia que pertenece a la nobleza. Es necesaria esta aclaración, por otra parte obvia, porque los archivos familiares se enmarcan dentro de los archivos privados.

⁴ También citan este hecho César Álvarez y José Antonio Martín en la introducción al *Catálogo*.

⁵ FUNDOS-ACL números 875, 883, 885, 889, 904, 907, 908, 909, 911, 912 y 914.

No obstante, la tenencia de señoríos por parte de este estamento sitúa a las familias, hasta la caída del Antiguo Régimen, como parte de la administración pública en cuanto a que nombran escribanos, administran justicia o cobran impuestos además de otras tareas propias de cualquier familia como es la gestión de su propio patrimonio y la proyección política, social o cultural.

Otro aspecto reseñable y común a los archivos familiares, procedentes de la nobleza o no, es que mezclan fondos procedentes de cada uno de los miembros de la familia, fondos personales, con otros comunes al conjunto, derivados de la administración del patrimonio familiar, de los señoríos, encomiendas o prebendas vinculados a la misma. De tal manera que, junto a un fondo de carácter institucional procedente de un señorío, un título, o la administración de un patrimonio familiar, se da la acumulación de archivos personales que encierran en conjunto los documentos producidos para alcanzar el fin último de la familia: la conservación, propagación y desarrollo de sus componentes en todas las esferas de la vida (Gallego Domínguez, 1993, p. 48).

El propio Marqués de Alcedo, es consciente de las antedichas funciones, en el mencionado tomo II explica la preparación de su obra sobre los merinos mayores:

Contiene esta colección cédulas y cartas con las firmas autógrafas de todos los reyes de Castilla, sin interrupción, desde Pedro el Cruel en adelante, y todas dirigidas a Señores de la casa de Quiñones. Los documentos más antiguos entraron en esta rama de la familia (que, si bien procede en línea recta, del primer Merino Mayor, Pedro Álvarez y de su mujer Violante Ponce de León y es la única en la que perduran sus armas y apellido, era, sin embargo, la segunda línea), a consecuencia de la sentencia pronunciada en el siglo XV, a favor de mi antepasado Don Diego de Quiñones Lorenzana, Señor de la Casa, Torre y Mayorazgo de Quiñones, en el pleito que sostuvo con Don Rodrigo Pimentel, Conde de Luna, sobre la tenencia y posesión del Mayorazgo de Riello, instituido por el Adelantado con la cláusula del uso exclusivo de sus armas y apellidos, cláusula incompatible con las fundaciones de otros mayorazgos más importantes que habían recaído en la casa Pimentel-Benavente, poseedora entonces del estado de Luna. Incidentalmente, vinieron también en aquella ocasión algunos papeles relativos a esta casa que gozó de aquel mayorazgo hasta que se promovió el pleito... Por último, estoy procediendo para su publicación, a la coordinación de documentos de las antiquísimas familias gallegas de Montenegro, Mos y Sarmiento de Valladares, cuyos archi-

vos pasaron a mi poder a la muerte de mi hijo, en quien se habían juntado esas tres casas. (Quiñones de León & de Francisco-Martín, 1918-1925, t. II)

Una de las características que vamos a encontrar en el archivo de la casa condal de Luna, y que vemos en otras familias que acumularon varios títulos nobiliarios, es que los fondos propios de los “estados de Luna” no se van a mezclar con otros de otros títulos nobiliarios, aunque pertenecientes a la misma persona. Los documentos del archivo del condado de Luna se utilizaron (y produjeron) para (y por) la administración del condado, independientemente de que el tenedor del título ostentase otros, y se custodiaron como fondo independiente de otros, lo que denota una asunción del principio de procedencia mucho anterior a su formulación por Natalis de Wailly.

Otro de los aspectos que señala la norma ISAD-G en la misma Área de contexto, es el estudio del organismo productor, que para el fondo estudiado no es otro que el de la familia Quiñones, especialmente en su vinculación con el condado de Luna.

El título condal es creado y concedido por Enrique IV el 28 de febrero de 1462, día del nacimiento de su hija, la Excelente Señora Juana de Castilla, a Diego Fernández de Quiñones, sobrino de Suero de Quiñones “el del Paso Honroso”, Merino Mayor de Asturias y señor de la villa y castillo de fuerte de Luna (Álvarez Álvarez, 1982, p. 187).

El origen del señorío se sitúa en una merced otorgada por Sancho IV en febrero de 1285 de unas villas en el páramo leonés y en el valle del Torio a favor de Pedro Álvarez, quien debía ser, además, Merino Mayor de Asturias (Álvarez Álvarez, 1982, p. 26)⁶.

Con una actividad política muy intensa durante la Baja Edad Media, distintos miembros de la familia ostentaron los cargos de Adelantados Mayores de León y Asturias y de Merinos Mayores de Asturias, hasta alcanzar el título condal vinculado al río leonés. El dominio territorial de los llamados “estados de Luna” abarcó tal dimensión que, a comienzos de la modernidad, fue la familia leonesa de mayor poder, llegando a controlar prácticamente la totalidad de la montaña occidental y central leonesa, los concejos de Laciana, Babia (de suso y de yuso) Luna (de suso y de yuso) Gordón y ribera del Torío, así como la comarca que discurre desde Omaña, por la ribera del Órbigo hasta el Páramo, además de otras poblaciones (Álvarez Álvarez, 1982, pp. 292-293).

⁶ El marqués de Alcedo hace una serie de *regesta* de documentos sobre los comienzos (Quiñones de León & de Francisco-Martín, 1918-1925, t. II, p. 9).

Según Cavero Domínguez y Álvarez Álvarez (2003, p. 755), entre 1366, cuando la familia recibe el Adelantamiento mayor de León y Asturias, hasta mediados del siglo siguiente, el poder no deja de crecer y consolidarse, lo que no la convierte en una nueva nobleza, por ser una de las más viejas estirpes.

La administración de los Estados de Luna se realizó desde el palacio que la familia tenía en la ciudad de León, en la esquina sudoccidental de la antigua ciudad romana y construido sobre la propia muralla, en el barrio de Palaz del Rey. A este palacio, primitiva morada de los primeros monarcas leones, accedieron los Quiñones en su calidad de Adelantados y Merinos Mayores de León y Asturias (Torres Sevilla, 2008, p. 14). Hoy denominado palacio de los Condes de Luna (y erróneamente del Conde Luna), en determinado momento se unió, a través de un postigo realizado en la muralla medieval, con las casas que el administrador del condado, licenciado Briz Maldonado, tenía en la calle de la Rúa (Torres Sevilla, 2008, p. 67). Incluso a partir del siglo XVII, cuando la situación de los Condes de Luna provocó, tras la fusión con la casa de Benavente, que cada vez pasasen menos tiempo en la capital leonesa, el palacio siguió siendo el centro administrativo del patrimonio vinculado al condado de Luna (Torres Sevilla, 2008, p. 137). Y como sede de la administración de estos estados custodiaba el archivo, herramienta básica para la gestión y, además, producto de la misma.

Una importante fuente de información sobre el archivo de la familia Quiñones antes de ascender a la dignidad condal nos llega a través de las pesquisas seguidas tras el robo de ciertos documentos, acaecido en 1446. Entre las múltiples noticias que se contienen en dicha investigación, encontramos la descripción y la ubicación del depósito, dentro del palacio en esa fecha⁷.

La investigación comenzó el 11 de marzo de 1446, en “la plaza que es frontera de las casas de Pedro de Quiñones⁸, que son a Palaz de Rey”. Se tomó declaración a varios vecinos. Leonor Ferrández, mujer de Pero Alfón de Villalobos, mayordomo de Pedro de Quiñones, señaló que algunos días y noches de los meses anteriores, enero y febrero, alguna persona había entrado al palacio y

⁷ Seguimos la copia simple de la información judicial hecha en la ciudad de León a 11 de marzo de 1446, sacada en 10 de junio de 1847. AFOAC 2.7. El traslado lo realizó un notario del Ilustre Colegio de Madrid, lo que hace suponer que en esta fecha, mediados del siglo XIX, el original se encontraba en la capital.

⁸ Se trata de Pedro Suárez de Quiñones, señor de Luna y Padre de Diego Fernández de Quiñones, primer Conde de Luna, quien, por cierto, mantuvo una Justa en Segovia como hiciera su hermano Suero un año antes en Hospital de Órbigo (Torres Sevilla, 2008, p. 112).

escerrajaron dos arcas que estaban dentro en las dichas casas a donde dizen la torre de las dichas casas e que sacaron de las dichas arcas muchas escrituras de la fazienda del dicho Pedro de Quiñones, especialmente muchos previllejos e libramientos del dicho señor Rey e cartas de compras de sus heredades⁹.

Evidentemente, la torre en la que se ubicaban los dos muebles contenedores de documentos no es la actual torre del palacio, de estilo renacentista, que se comenzó a construir una centuria después de este robo de papeles¹⁰. Es nuestra opinión que esta torre mencionada se corresponda o con el cubo de la muralla, con acceso desde el palacio, situado en la panda occidental del patio norte del palacio, o con la torre cuadrangular que se situaría en la misma esquina suroeste de la muralla, con acceso desde el patio sur del palacio.

Se pidió declaración a diferentes vecinos del barrio entre los que se encontraba Juana Díez mujer que fue de Pero Rodríguez de Lena, contador de Diego Fernández de Quiñones y a quien debemos el relato de las justas del *Passo Honroso*.

Por las declaraciones de unos y otros testigos se averiguó que el día 10 de marzo, jueves, a la hora de vísperas Catalina López “la Toledana” vio salir por un “foraco” del palacio a dos muchachos con pergaminos, a los que gritó “ladrones, ladrones” e identificó a uno de ellos como Cristobal, hijo del bachiller Juan Ferrándes de León, “que mora en la Rua”, y el otro hijo de Juan de Llanos, y que unos días antes, el sábado 5, habían visto salir por el agujero a otros cuatro mozos cargados. El impresionante relato de los hechos merece ser traído aquí para entender, instalaciones, volumen y destino de los documentos robados.

Tras el interrogatorio, el alcalde, en presencia del escribano

entró dentro en las dichas casas de Pedro de Quiñones e sobió arriba, a unas cámaras de las dichas casas que son donde dizen la torre de las dichas casas, e falló ende dos arcas grandes descerrajadas, e muchas escripturas de papel toledano e cebty roto e despedazado fuera de las dichas arcas e dentro en las dichas arcas, las cuales escripturas parecían de las cuentas de maravedís que se recabdaban del dicho Diego Ferrández de Quiñones, padre del dicho Pedro de Quiñones, e de los gastos que se fazían e despedían¹¹.

⁹ AFOAC 2.7.

¹⁰ Margarita Torres Sevilla (2008, p. 154) la sitúa en la segunda mitad del XVI.

¹¹ AFOAC 2.7.

El sábado siguiente, 12 de marzo, el alcalde encargado de las pesquisas junto al escribano, en la “calle que dizen de *las tiendas*, ques en la colación de San Martino” tomó declaración a nuevos testigos, más concretamente las especieras “Mencia Ferrández muger de Juan de Carballo, e de Juana González muger de Juan de Toral, e de Catalina González muger de Diego Álvarez platero”. De este segundo interrogatorio se averigua que la semana anterior vieron al hijo del bachiller Juan Ferrández de León, y a dos hijos de Juan de Llanos, que traían muchas escrituras y las vendían a las especieras, sus vecinas, para empaquetar las especias que vendían. En concreto, Mencia Ferrández enseñó “un gran manojo” de escrituras que “había rompido para se aprovechar dellas en su especería, por cinco maravedís”, pero ignoraba el origen. Juana González también mostró muchas escrituras que les había comprado y hecho pedazos, y lo mismo Catalina González, quien añade que preguntó a los mozos de donde habían sacado los documentos, a lo que Cristobal, el hijo del bachiller respondió “mi padre el bachiller me lo dio para que lo vendiese”, y le pagó cuatro maravedís por el legajo.

Por este relato, y como adelantamos en la introducción, estimamos que la pérdida de escrituras fue escasa en volumen, no podemos precisar en derechos e intereses, ya que la intervención de la justicia fue rápida y dieron con la documentación en los cercanos comercios de especias. También nos informa de la ubicación del depósito y del mobiliario en el siglo XV.

Un aspecto que se ha podido abordar gracias a numerosas noticias es el uso del archivo como herramienta para la administración y como medio de defensa de los derechos e intereses del linaje queda patente en la documentación. La administración de las diferentes casas que aglutinaba una sola persona causó que en ocasiones se requirieran fondos de diferentes procedencias para la defensa de los intereses generales del titular. No obstante, el control de los documentos prestados parece riguroso y parece igualmente frecuente que se reintegrasen los fondos tras su consulta.

Otro hecho importante que afectó de sobremanera al archivo condal, concretamente a la dispersión de sus fondos, pero acaecido algunas centurias más tarde, fue una venta formalizada el 9 de noviembre de 1880. En esa fecha, el apoderado de José María Bernardino Fernández de Velasco, Duque de Frías y Conde de Luna, vende a Pedro Álvarez Carballo y Bueno un importante patrimonio perteneciente al condado de Luna. En concreto se enajenan doscientos cincuenta y seis bienes a favor del señor Álvarez Carballo. Entre estos destacan el palacio de los Condes de Luna de la ciudad de León, y los puertos de montaña de Laciana, además de varias fincas repartidas por las riberas del Torío, del Bernesga, por los Oteros y el Páramo.

Algunas de estas propiedades, en concreto los puertos, habían sido motivo de pleitos entre lacianiegos y Condes de Luna desde el siglo XVI (Pérez Álvarez, 1997). Como era frecuente durante las edades Media y Moderna, cuando se transmitía una propiedad se adjuntaba al bien la documentación útil o necesaria para su administración. En el caso de este lote de propiedades, junto a la plena posesión y dominio de las mismas se unió un importante bloque de documentos que hoy se custodian en el archivo de la Fundación Octavio Álvarez Carballo, heredera de parte del patrimonio adquirido por Pedro Álvarez Carballo.

A consecuencia de esta transacción se encuentran en la Fundación Octavio Álvarez Carballo cuatro cajas de documentos relativos a la gestión de las propiedades adquiridas al Conde de Luna, entre las que destacan una ejecutoria sobre el pleito, diversos contratos de arriendo de los puertos para merinas, un acuerdo con la localidad de Orallo sobre el mismo pleito, varios apeos de las propiedades y una copia simple del Privilegio de Confirmación del Rey don Felipe V de uno de Alfonso X (con confirmaciones de Juan II y Felipe II) sobre derechos de los pobladores de Laciana.

Como curiosidad, se encuentra utilizada como guarda o carpetilla de un conjunto de permutas realizadas entre el Conde de Luna y Ángel Sierra y Pambley un pliego con las tasas del Arancel de los derechos del portazgo.

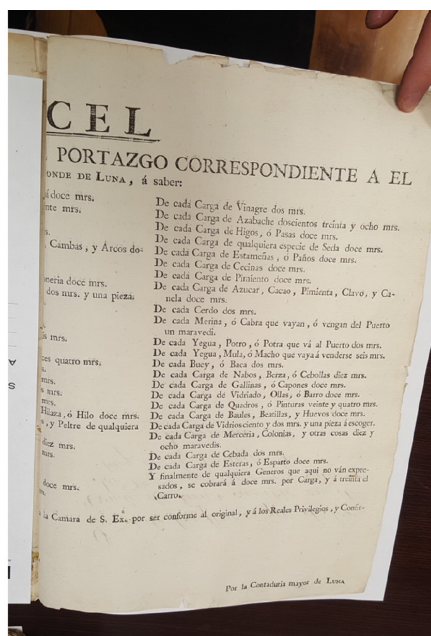
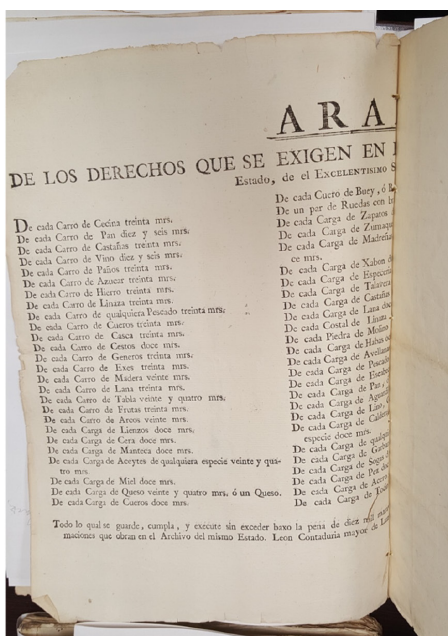


Imagen 1 – Pliego con aranceles de portazgo utilizado como carpetilla. Foto FOAC.

Encontramos en el archivo numerosas relaciones de documentos que se requieren para diferentes fines.

De mediados del siglo XVIII nos llegan los “papeles que se an de buscar en la contaduría de Luna para provar la aszendencia del Excelentísimo Señor Conde Duque de Benavente, mi señor don Francisco Joseph Alfonso Pimentel, asta la señora doña Juana Enrriquez de Guzmán...”¹². En el documento se lee que según un memorial de “ynbentario que se alla en la Contaduría mayor de Benavente, original con fecha de 25 de maio de 1655, de los papeles del estado de Luna que estubieron en ella y se notó aberse remitido a la de León...”. Queda patente tanto el préstamo de documentos entre los diferentes archivos de un mismo sujeto y la consecuente separación de sus fondos, además de la referencia al instrumento de descripción del siglo XVII.

La última anotación de este escrito menciona un “memorial que espresa diferentes ynstrumentos que se an sacado del Archivo y remitido a su excelencia para el pleito del estado y condado de Alva de Aliste y recivo de don Estevan Romero, ajente de su excelencia en Madrid”, su fecha 9 de agosto de 1709, mostrando el sistema de control de escrituras, con firma de recibo por parte del receptor. Una nota marginal indica que se halla una anotación sobre el mismo en el *Libro Ymbentario de papeles del Archivo* con el número 228. El número hace referencia a ese mismo documento, ya que se encuentra signado en la esquina superior izquierda del primer folio.

Y, efectivamente, en la *Copia del índice por Abecedario del Ymbentario de papeles del Archivo del Condado de Luna, sito en la cassa palacio de la ciudad de Leon fecho en enero de 1719*, en el folio 23 recto encontramos la anotación sobre los “ynstrumentos para el pleito de Alba de Aliste... 228”¹³.

No solo se requirió documentación en defensa de los derechos al archivo del condado localizado en la casa palacio de León. Encontramos dentro de un protocolo del escribano de Villablino una carta dirigida “A Miguel Álbarez Alfonso Villeta, guarde Dios muchos años, escribano de mi conzejo de Laziana” con el siguiente texto:

Respondo a tu carta de 28 de el pasado diziendo, queda en mi poder el testimonio que la acompañaaua, que mandaré reconocer para ber el derecho que tengo de que sean mis vasallos los vezinos de el lugar

¹² FUNDOS-ACL num. 875.

¹³ FUNDOS-ACL num. 883.

de Tejedo, por una remisión, te quedo agradecido. Dios te guarde muchos años. Mayo 8 de 1737. El Conde de Luna¹⁴.

El autor de la carta autógrafa es el XV Conde, Francisco Alfonso Pimentel Vigil de Quiñones Borja y Aragón, que fue entre otros, además, Duque de Benavente, Marqués de Lombay, Conde de Oliva, Marqués de Nules, Duque de Gandía, Duque de Medina de Rioseco, Duque de Arión¹⁵. Que persona de tales títulos firmase la misiva como Conde de Luna señala una administración separada de las posesiones y derechos vinculadas a cada título, firma así porque actúa como Conde de Luna. Se refleja, como se ha repetido, en la separación de los fondos producidos. Curiosamente, esta población del alto Sil tan cercana a los “Estados del Conde” era, según el catastro del Marqués de la Ensenada, del Conde de Toreno, no del de Luna, aunque éste último tenía cierto derecho sobre la alcabala¹⁶. El de Luna recurre al escribano de Laciana que era designado por él mismo.

Coincidimos con Poncet en que una de las visiones sobre la evolución de la archivística, surgida quizá a la luz de la revisión de los acontecimientos bélicos y más concretamente de los acontecidos durante los siglos XIX y XX, “adopta diversas posturas al considerar la relación entre el poder y los archivos, ya sea fundamental, instrumental o antagónica”. Trata del poder a través, sobre y de los archivos, resaltando tres dimensiones en esta relación archivo-poder: “funcional, simbólica y crítica”. Dichas facetas existen y evolucionan con el tiempo. Poncet también indica que las mismas “describen una historia de los archivos y su relación con el poder que sería un error imaginar como sucesiva, pero que se acumula gradualmente; o, mejor dicho, donde la importancia respectiva de cada uno evoluciona con el tiempo” (2025, p. 20). Si en tiempos remotos el poder se podía argumentar con una espada en la mano, los tiempos modernos obligaron a sustentarlo en los archivos,

¹⁴ AHPLe 6576.

¹⁵ Información extraída del registro de autoridad del Portal de Archivos Españoles.

¹⁶ Respuestas Generales del Catastro de Ensenada. PARES. (2025). *Catastro de Ensenada*. Ministerio de Cultura - Gobierno de España.

https://pares.cultura.gob.es/catastro/servlets/ImageServlet?accion=41&txt_zoom=10&txt_contraste=0&cabecera=N&total_imagenes=15&txt_rotar=0&txt_idActual=2&txt_id_imagen=2&zoo m=&appOrigen=&opcionV=&loc=

En la 2ª respuesta se señala que “que el Conde de Toreno es señor de este lugar”; y en la 28ª que “ay en este pueblo una renta enagenada de la real corona que es la de la Alcauala por cuio derecho pagan al Conde de Luna en cada un año noventa y dos reales y veinte y dos maravedis de vellón y que no sauen el motibo de su concesión, remítense al privilegio o ynstrumento de pertenencia que sobre ello hubiese”, nueva referencia al archivo como herramienta para ejercer un derecho.

y así fueron utilizados. La percepción del uso coetáneo y posterior, casi hasta hoy en día de este archivo de la familia Quiñones confirma, como señala Poncet, la importancia de apreciar el uso de los archivos, por parte del poder, de manera abierta y equilibrada y no precipitada. De hecho, “el poder está más ampliamente compartido de lo que a menudo se afirma, y los archivos, al igual que los archivistas, no son tan sumisos e instrumentales como a veces se afirma, ni entonces ni ahora” (Poncet, 2025, p. 28). En la literatura profesional archivística se habla de la etapa custodial archivística de manera peyorativa, viniendo a entenderse que la función principal de los archivos consistió en una ayuda fundamental para establecer una forma de dominio sobre las personas y la propiedad, siempre al servicio de la narrativa del poder. Pero existió y existe un equilibrio entre esta dimensión de los archivos y su efecto en las diversas poblaciones o comunidades afectadas por las injerencias del poder externo sobre los archivos que respaldan sus derechos y la dimensión crítica vehiculada en la actuación del profesional del archivo, del productor e incluso del administrado.

La demanda de documentos relativos a los estados de Luna, por parte del conde, para la defensa de sus derechos es frecuente a lo largo del siglo XVIII. El responsable de la custodia dejó fiel reflejo de esta circunstancia. Así, encontramos una *Razón de los papeles que se sacan de el Archivo de este estado calificativos de los Juros pertenecientes a él*, que se realizó “para remitir al excelentísimo señor Conde de Luna”, y salieron en el “correo de oy 12 de diziembre de 1749, en virtud de carta hordinaria de su excelencia, con las demás advertencias que se an podido sacar de los ynstrumentos que se an registrado en dicho archivo para su mejor yntelijencia”¹⁷.

Finaliza esa de documentos enviados una nota aclaratoria: “Remitiéronse los instrumentos que zita esta razón a la villa de Madrid al Conde mi señor de Luna en virtud de su orden, con una copia de esta misma razón, en el correo 12 de diziembre de 1749”.

También se encontró una razón de los “Ynstrumentos que se entregaron al excelentísimo señor Conde de Luna, Duque de Arión mi señor, respectivos a el estado de Luna, que se han encontrado entre los papeles de la secretaría y contaduría del excelentísimo señor Conde Duque de Benavente”¹⁸.

En ocasiones no fue el conde el solicitante de documentos, sino su apoderado general, circunstancia que quedó señalada en el instrumento de control, de fecha 17 de mayo de 1765, que contiene la *Relación de papeles*

¹⁷ FUNDOS-ACL num. 889.

¹⁸ FUNDOS-ACL num. 904.

que a esta contaduría mayor de Luna, aclara que se pidieron por “Juan Pérez de Alonso, estante en esta ciudad de León, contador mayor de los estados del excelentísimo señor Duque de Frías y Conde de Luna, mi señor, y su apoderado general, para llebarla a la corte a manos de su excelencia”¹⁹.

Otro testimonio sobre el uso del archivo como herramienta de defensa de los derechos de los condes y del control que se realizaba de la salida de los documentos es una *Memoria de diferentes documentos remitidos a este Archivo de orden de Su Excelencia por el licenciado don Josef Francisco Álvarez Ríos, contador de este Estado*. En ella se incluye un “Nota: El documento que cita el número 11 no se remitió, de cuya falta la Secretaria le pasó aviso. En 8 de agosto de 1801 se entregó el documento que cita esta nota y puso en su lugar respectivo”²⁰.

En el primer folio, después de la portada, se lee:

lista y razón de los ynstrumentos, papeles, executorias y Reales Privilegios que remite a Madrid a manos de la Excelentísima Señora Duquesa de Frías y de Vceda, Condesa de Luna, el licenciado don Joseph Francisco Álvarez Ríos, contador de este estado, en 6 de julio de 1801 por mano de don Manuel de Mallo Presbítero y vecino del lugar de Santivañez de Arienza, del concejo de Omaña²¹.

Gracias a esta memoria conocemos el cargo, nombre y cualificación del responsable del archivo, el licenciado José Francisco Álvarez Ríos, contador de la casa de Luna. También se reflejó el responsable del traslado de documentos y la manera en la que se llevó a cabo “dentro del mismo caxón van las cuentas de tesorería del año pasado de 800...”.

Cada uno de los treinta y dos items relacionados son descritos en la memoria y, al final de cada descripción, se afirma que se halló en el archivo, proporcionando la signatura del mismo.

Otro dossier que pone de relieve la cualificación del responsable del archivo vino derivado de una real cédula de 9 de noviembre de 1799 con la orden de que los dueños de oficios enajenados a la corona presentasen sus títulos al gobernador del consejo de hacienda para su renovación mediante el pago de la tercera parte de su valor, se trataba de los valimientos de oficios (Canga Argüelles, 1833-1844, t. 2, p. 629). Solicitada la información a la

¹⁹ FUNDOS-ACL num. 895.

²⁰ FUNDOS-ACL num. 911.

²¹ FUNDOS-ACL num. 911.

contaduría del condado, en 18 de febrero de 1804 se elaboró una *Relación por la contaduría de este Estado de documentos que existen en aquel archivo que acreditan las concesiones de las jurisdicciones de diferentes pueblos, oficios que proceden de ellas, nombramientos de escribanos, a efectos de presentar los oportunos en la secretaría de Hacienda, a consecuencia de orden del señor gobernador de este Consejo, para la exacción del valimiento de oficios enagenados de la Corona, de qualquier modo que haya sido su egresión*²².

Antes de comenzar la relación de documentos oportunos, se inserta copia de correspondencia entre el contador del Estado de Luna y el Conde sobre la manera de afrontar el asunto. Se plantea presentar una real cédula de Felipe V liberando del derecho de incorporación a la real Corona todos los derechos que tenía el condado. En la correspondencia se menciona, además del de León, el archivo que el conde tenía en Madrid. De la lectura del escrito se deduce una probada formación en leyes por parte del contador del conde. Aunque el contador entiende suficiente para solucionar el asunto la real cédula de Felipe V, si no lo fuera, cree que “tampoco lo serán todos los demás preciosos instrumentos que menciono y custodie este archivo”. No obstante, el conde había mandado sacar copia autorizada de ciertos documentos y se disculpa por no haberlo hecho aun, porque

desde que vuestra excelencia me mandó reconocerlos hasta aora no he perdido momento, pero por lo poco que han ayudado a la cortedad de mi vista los oscuros días que llevamos de este año por la continuación de aguas y lo menos claro de mi habitación para la lectura de unos documentos tan antiguos como desvahidos y carcomidos, no me ha sido posible²³.

Este testimonio en clave de disculpa pone en evidencia cierta destreza con la documentación medieval, y las condiciones en las que consultaba la documentación.

Además del uso del archivo del condado de Luna, la organización del mismo se puede vislumbrar navegando por los diferentes instrumentos control y de descripción realizados por los responsables. El fondo estuvo organizado en veintitrés legajos conformados bajo un criterio temático, las unidades documentales de cada uno de los cuales recibió un número correlativo comenzando por el 1 en el primer documento del primer legajo²⁴. Son varios los

²² FUNDOS-ACL num. 912.

²³ FUNDOS-ACL num. 912.

²⁴ Se adjunta como anexo la descripción de los legajos.

documentos que nos informan de este hecho. Quizá uno de los más completos sea la *Razón de los papeles del estado de Luna que se custodian en su archivo de la casa titulada Palat de Rey de la ciudad de León* fechado en primero de octubre de 1813²⁵. El documento ofrece un resumen del contenido de cada uno de los legajos y, además, relaciona en setenta folios a continuación y por orden alfabético de su título cada una de las escrituras que componen el fondo, aunque no hace referencia a la signatura ni ubicación.

Dos instrumentos de similar contenido aportan algunos datos más sobre la formación de cada legajo²⁶. Éstos se identifican por un ordinal (1º, 2º, 3º, etcétera) y se indica los documentos que contiene, siendo la signatura un número cardinal y en secuencia correlativa: “legajo 1º desde el n.º 1 asta el 164; legajo 2º desde el n.º 165 asta el 202”.

Completando los instrumentos anteriores, localizamos una *Copia del índice por Abecedario del Ymbentario de papeles del Archivo del Condado de Luna, sito en la cassa Palacio de la ciudad de León, fecho en enero de 1719*. Fue hecha “por mandado del Excelentísimo señor don Antonio, como padre y legítimo administrador del Excelentísimo señor don Manuel Vigil de Quiñones Conde de Luna”²⁷. Por orden alfabético, cuya entrada es la tipología documental, se relacionan todas las escrituras del fondo, indicando en cada una de ellas la signatura, formada simplemente por un número.

Como complemento del trabajo realizado por Cesar Álvarez y José Antonio Martín, se ha revisado toda la documentación custodiada en la fundación Octavio Álvarez Carballo.

La mayor parte de las unidades documentales transferidas a la familia Álvarez Carballo fueron descritas e instaladas en carpetillas a finales del siglo XIX. En muchas de ellas se localiza la signatura relativa al archivo condal, que en la mayoría de los casos se reduce al número de documento, según la organización del archivo realizada en enero de 1719²⁸.

También encontramos alguna anotación haciendo referencia a una letra, que se corresponde con el Índice abecedario mencionado más arriba, es decir, con la tipología del documento.

A mayores, en alguno de ellos, los menos, las anotaciones hacen referencia a la ubicación física del documento, indicando un cajón e incluso se

²⁵ FUNDOS-ACL num. 914.

²⁶ FUNDOS-ACL num. 908, encabeza “Luna. Compónese este ymbentario de 23 legajos; y FUNDOS-ACL num. 907 titula “Análisis del archivo de Luna”.

²⁷ FUNDOS-ACL núm. 883.

²⁸ Y que encontramos recogido en el *Índice por Abecedario* reflejado en FUNDOS-ACL núm. 883.

Menciona una alacena que, exenta o escavada en la pared, se configuraría como armario con cajones, gavetero, bargueño o similar (ver imagen 2).

Estas firmas topográficas que mencionan cajón, legajo y parte, nos hacen suponer que, en algún momento, la unidad de instalación denominada legajo se mantuvo como localización intelectual, pero que se dividió e instaló en diferentes cajones. De la lectura de estas firmas se desprende que el depósito contaba con al menos cuarenta y cuatro cajones.

No solo se observan anotaciones marginales con la firma conferida en los siglos XVIII y XIX, la documentación más antigua conserva los breves *regesta* que se consignaban en el vuelto del último folio de las escrituras, respetando el plegado en cruz de los mismos para su conservación, que facilitaba la recuperación de los documentos (ver imagen 3).



Imagen 2 - Diferentes firmas en documentos. AFOAC. Foto FOAC.

Además de estas notas, encontramos un conjunto de unidades documentales que tiene un orificio circular, de unos dos centímetros y medio de diámetro, sin arrancar del todo el papel, incluso con escritura sobre éste, utilizado para su archivo mediante la introducción de una cuerda gruesa o una vara (ver imagen 3).

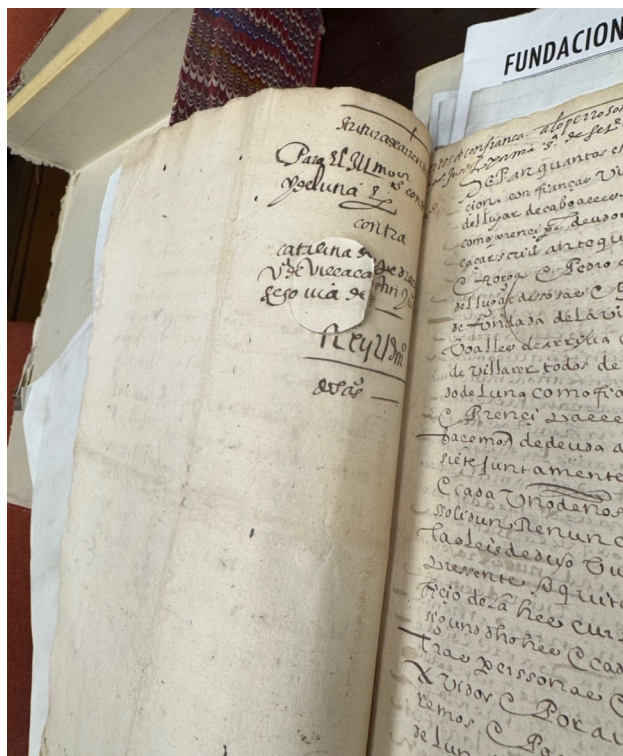


Imagen 3 – Documento AFOAC 1.10. Foto FOAC.

Resultados del estudio

El análisis de la documentación del archivo de los Quiñones Condes de Luna ha aportado una serie de datos para perfilar parte de su historia. Sobre el depósito, tenemos constancia de su ubicación en la torre del palacio durante el siglo XV, quizá asimilable a uno de los cubos de la muralla, tal vez el situado más al sur, de diferente planta que el resto. Dos arcas guardaban el tesoro documental en este momento. También se tiene noticia, para tiempos posteriores, de varios cajones, al menos cuarenta y cuatro se reflejan en las firmas de los documentos consultados, y de alacenas como muebles, se nombra el número catorce. El responsable del acceso a los documentos era el contador o administrador del conde, que realizaba la consulta en su habitación, oscura para esa tarea.

Hasta bien entrado el siglo XIX el archivo condal permaneció en el palacio de la capital leonesa, desde donde se administraban los bienes y

derechos de la casa, independiente del resto de fondos documentales que reunió la familia, procedente de otros títulos. A finales del siglo XIX, enajenado el palacio solar de la familia en León, el archivo viajó al extranjero, junto con miembros de la familia, para ser adquiridos por la Caja de Ahorros de León en los años setenta del siglo XX. Una parte de los fondos, principalmente relativa a la administración de los puertos de Laciana, se quedó en la vivienda que la familia Álvarez Carballo, a escasos metros de la ubicación primera del archivo de los Quiñones Condes de Luna.

El requerimiento de documentación al archivo fue frecuente, como herramienta de defensa de los derechos de los condes, pero el control de escrituras llevado a cabo por los responsables fue suficiente para evitar una pérdida o dispersión de los fondos elevada.

Al menos dos hechos afectaron a la integridad de los fondos. Un robo de documentos en 1446 llevado a cabo por mozos del barrio que lo vendieron a comerciantes de especias para ser utilizado como envoltorio. La rapidez de la justicia hace pensar que la pérdida real de documentos fue escasa. Un hecho similar ocurrió a comienzos del siglo XX. Por otro lado, la entrega de documentos útiles para la gestión de las propiedades de Laciana junto con la venta de éstas a la familia Álvarez Carballo produjo la dispersión de los fondos, aunque no su pérdida.

El archivo se reorganizó en 1719 en veintitrés legajos que albergaron algo más de mil trescientos unidades documentales. La organización de los mismos siguió un criterio temático. Esta tarea pudo estar auspiciada por Antonio padre y legítimo administrador del excelentísimo señor don Manuel Vigil de Quiñones, Conde de Luna.

Diferentes instrumentos facilitaron la recuperación de la información. Principalmente un índice alfabético con el título de los documentos, encabezando la tipología de los mismos, y con referencia al número que ocupaban en el archivo. La relación de los números de los documentos de cada legajo facilitaba el acceso a los mismos.

Conclusiones

El estudio de la historia archivística del fondo de la familia Quiñones Condes de Luna ha aportado información relevante, no solo para la crónica de este archivo, sino que suma en los conocimientos de la ciencia archivística.

Se ha puesto de manifiesto la aplicación del principio de procedencia desde fechas muy anteriores a su enunciado formal. Los sucesivos productores

y el personal archivero comprendieron claramente los dos objetos que tenían a su cargo: el fondo y el documento. Resulta curioso que haya perdurado en su organización de manera prácticamente inamovible. Es fácilmente observable en la descripción que existe en los diferentes instrumentos, elaborados por el personal archivero desde el siglo XVIII hasta el siglo XX. La llamativa cualidad de la exacta coincidencia de esta ordenación y descripción durante dos siglos, al menos, hace pensar en la estricta diferenciación del fondo respecto de los otros que fueron llegando a lo largo de los siglos. Es perceptible, y ha sido una gran suerte, el interés de su último poseedor en que este fondo volviese a su solar. Del mismo modo que sucedió en el caso del fondo Quiñones Marqueses de Montevirgen, fondo con relaciones sucesoras y complementarias.

El primer valor que ha interesado a productor y al personal archivero ha sido el administrativo, no cabe duda. Su “negocio” está en primer lugar, no sólo en referencia a la formación del patrimonio si no también en todo lo referente a su incremento y gestión. El interés por el valor secundario se hizo efectivo en el siglo XX, por uno de sus sucesores, el Marqués de Alcedo. Puede ser un constructo válido para el estudio actual de la archivística que la caída del Antiguo Régimen supuso la supresión de una serie de instituciones, que representaban dicho régimen, dejando desprovista de su valor primario a la documentación de las mismas. Esta documentación pasaría entonces a tener valor histórico exclusivamente, sin valor administrativo. Sin embargo, durante los siglos XVIII y XIX, al menos, el archivero/a ya aplicaba en la práctica profesional esta división y también el principio de gestión independiente de fondos según su órgano productor.

Uno de los aspectos que producen una mayor vulnerabilidad de los archivos es el desconocimiento de sus fondos. La elaboración de un documento esencial como es el inventario mitiga esta vulnerabilidad. Esta puede ser una de las causas del interés de los archiveros por redactar nuevos instrumentos de descripción cada cierto tiempo. Se constituye en un documento que da constancia del fondo en breves períodos de tiempo.

Se repiten patrones observados en otros archivos, como es el plegado de los documentos para su conservación, plasmando un *regesto* en la parte visible de los mismos, continuando con la tradición medieval, la elaboración de diferentes instrumentos de control y descripción a lo largo del siglo XVIII y la utilización continua de los documentos como herramienta de administración y de defensa de los derechos e intereses de los titulares.

Los responsables del archivo tuvieron cualificación legal y diplomática suficiente para desempeñar su cargo, estando siempre vinculados o asimilados a los responsables de la administración.

Se repite el legajo como unidad de instalación y a la vez nivel de clasificación que se podría asemejar a la serie.

La transmisión de documentos junto con propiedades inmuebles pone de relieve la permanencia de un valor primario junto con el informativo aun centurias después de su *actio*.

En los archivos nobiliarios se da la dualidad de ser archivos privados, en cuanto a lo son de familias con intereses privados, pero que responden a la única administración pública de su época.

Se constata que la biografía individual de un archivo concreto suma a la historia, y consecuentemente a la comprensión, de la ciencia archivística.

Fuentes y bibliografía

Fuentes manuscritas

Archivo Fundación Octavio Álvarez Carballo [León]. Cajas 1, 2, 3 y 4.

Archivo Fundación Obra Social Castilla y León FUNDOS-ACL números 875, 883, 885, 889, 904, 907, 908, 909, 911, 912 y 914.

Referencias bibliográficas

Álvarez Álvarez, C. (1982). *El Condado de Luna en la Baja Edad Media*. Colegio universitario de León.

Álvarez Álvarez, C., & Martín Fuertes, J. (1977). *Catálogo del Archivo de los Condes de Luna*. Colegio universitario de León.

Canga Argüelles, J. (1833-1844) *Diccionario de Hacienda con aplicación a España*. Imprenta de Don Marcelino Calero y Portocarrero.

Cavero Domínguez, G., & Álvarez Álvarez, C. (2003). La encomienda hospitalaria de Puente de Órbigo en la Edad Media (1184-1494). In N. I. Jesús María (Coord.), *Lógos hellenikós: homenaje al profesor Gaspar Morocho Gayo* (Vol. 2. pp. 749-762). Universidad de León.

Consejo Internacional de Archivos (2000). Norma Internacional General de Descripción Archivística. Ministerio de Educación Cultura y Deporte [<https://www.cultura.gob.es/dam/jcr:2700ee49-7b45-40c1-9237-55e3404d3a3f/isad.pdf>].

Gallego Domínguez, O. (1993). *Manual de Archivos Familiares*. ANABAD.

Ham, F. (1981). Archival Strategies for the Post-Custodial Era. *American Archivist*, 44(3), 207–216. <https://doi.org/10.17723/aarc.44.3.6228121p01m8k376>

Martín Fuertes, J. A. (2000) *Los Quiñones Marqueses de Montevirgen: Linaje y Archivo*. Colaboradoras: M^a del Carmen Rodríguez López (descripción documental); M^a Antonia Morán Suárez (tratamiento informático). Instituto Leonés de Cultura.

- Martín Fuertes, J. A., & Álvarez Álvarez, C. (1982). Addenda al Catálogo del Archivo de los Cs de Luna. *Archivos Leoneses: revista de estudios y documentación de los Reinos Hispanos-Occidentales*, 71, 159-186.
- Pérez Álvarez, M. J. (1997). Los pleitos sostenidos por el concejo de Laciaña contra el Conde de Luna durante el reinado de Carlos I. *Estudio Humanísticos. Geografía, historia y arte*, 19, 75-86.
- Pérez Llamazares, J. (1927). *Historia de la Real Colegiata de San Isidoro de León*. Imprenta moderna.
- Poncet, O. (2025). Archives as instruments of power. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 38(1), 15-36.
- Quiñones de León, & de Francisco-Martín, F. (1918-1925). *Los merinos mayores de Asturias (del apellido Quiñones) y su descendencia: apuntes genealógicos, históricos y anecdóticos*. Sociedad española de Artes Gráficas.
- Respuestas Generales del Catastro de Ensenada. PARES. (2025). *Catastro de Ensenada*. Ministerio de Cultura - Gobierno de España.
- Torres Sevilla, M. (2008). *Palat de Rey: el Palacio de los Quiñones, Condes de Luna y su entorno urbano palatino*. Universidad de León.

ANEXO 1

Robo de Papeles²⁹

Robo de papeles en León

Copia simple de la información judicial hecha en la ciudad de León a 11 de marzo de 1446 por el bachiller Martín de las Eras, alcalde en ella por el honrado caballero Alfonso Destúñiga, criado y guarda del Rey, y su juez Corregidor en la misma, en averiguación del robo de diferentes papeles hecho en la Casa de Palat de Rey, propia del Sr. Diego Fernández de Quiñones. Pasó por testimonio de Diego García de Bejar, escribano y notario público.

Se sacó esta copia hoy 10 de junio de 1847 para gobierno privado del Visitador de la Casa y Estados de Su Excelencia y dado testimonio del documento original en el propio día por don Jacinto Gaona y Loeches, escribano de los del número de Madrid

En la noble cibdat de León, viernes, once días del mes de marzo, año del nascimiento del nuestro señor Jesucristo de mill e quatrocientos e cuarenta e seis años, antel bachiller Martín de las Eras, alcalde en la dicha cibdat de León por el onrado caballero Alfón de Estúñiga, criado e guarda de nuestro señor el Rey e su juez e corregidor en la dicha cibdat de León,

²⁹ AFOAC 2.7.

estando el dicho alcalde en la plaza que frontera de las casas de Pedro de Quiñones, que son a Palaz de Rey, en presencia de mi, Diego García de Bejar, escribano de cámara escribano de cámara del dicho señor rey e de su abdiencia e su notario público en la su corte e en todos los sus reynos e señorios, e de los testigos de yuso escriptos, paresció presente una muger que se llamó por su nombre Leonor Ferrández muger de Pero Alfon de Villalobos, mayordomo de Pedro de Quiñones, e dixo que por quanto ella tenía cargo de las dichas casas de Pedro de Quiñones que ella que fazía saver al dicho alcalde que en ciertos días e noches de los meses que pasaron de enero e febrero deste dicho año del señor de mill e quatrocientos e cuarents e seis años, e deste mes de marzo en que / estamos deste dicho año, que no save quién o cuáles personas entraron en las dichas casas a do escerrajaron dos arcas que estaban dentro en las dichas casas a donde dizen la torre de las dichas casa e que sacaron de las dichas arcas muchas escrituras de la fazienda del dicho Pedro de Quiñones, especialmente muchos previllejos e libramientos del dicho señor Rey e cartas de compras de sus heredades del dicho Pedro de Quiñones, e por ende que pedía e pidió al dicho alcalde que lo fuese a ver e feziere pesquisa e inquisición e sopiese la verdat quien lo había fecho e levado las dichas escripturas e procediese contra los culpantes a las mayores penas que fallase por fuero e por derecho mandando restituir las dichas escripturas a las dichas arcas de donde fueron tomadas e levadas e de todo lo que feziere dijo que pedía e pidió a mi, el dicho escribano, que ge lo diese por testimonio signado con mi signo para guarda del derecho del dicho su parte e suyo en su nombre, e el dicho alcalde dixo que lo oya e que si algunos testigos tenía que los truxiese e presentase antel por quel / feziere lo que con derecho debiese, e luego la dicha Leonor Ferrández dixo que para su enformación del dicho alcalde qye presentaba e presentó por testigos a Pero Alfón de Canseco, ferrero e a María Alfón, su mujer, e a Catalina Álvarez muger de Alvar Alfón de Aceves e a Catalina López la Toledana e a Mayor de la Robla e a Juana Díez muger que fue de Pero Rodríguez de Lena, Contador de Diego Ferrández de Quiñones, que presentes estaban, de las cuales e de cada una de ellas el dicho alcalde tomó e rescibió juramento en que juraron a Dios e a Santa María e a la señal de la Cruz en que cada uno puso su mano derecha e a los santos evangelios do quier que están que bien e leal e verdaderamente sin arte e sin engaño dirán la verdat de lo que sopyesen e les fuese preguntado sobre razón desto que eran presentados por testigos e que sy al contrario de la verdat dixesen quel ge lo demandase mal e caramente en este mundo a los cuerpos e en el otro a las ánimas donde más obiesen de durar como aquellos que a sabiendas se perjuran en

el nombre santo de Dios en vano, e respondieron al dicho / juramento e a la confusión del e dixo cada una de ellas si juro e amén, testigos que fueron presentes Alfón González de León morador en la Rebilla e Pero Garzía su criado, e Pero Ruiz Cestero e Alfón Ganzález morador a Palaz de Rey vezinos de la dicha cibdat de León.

E la dicha Catalina Álvarez muger de Alvar Alfonso de Acebes, testigo sobre dicho jurado e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano, secreta e apartadamente segund forma de derecho, preguntado si sabe o cree o vió o oyó dezir quien o cuáles personas en un día de los meses de enero e febrero e marzo deste dicho año del señor de mill e quatrocientos e quarenta e seys años entrasen en las casas que son de Pedro de Quiñones, que son a palaz de Rey, e tomasen de ciertas arcas ciertas escripturas e previllejos que ende estaban, dixo este testigo que deste fecho non sabe cosa alguna salvo que ayer jueves a ora de visperas que veniera Catalina López, La Toledana, dando voces diziendo “ladrones, ladrones” e que entonces saliera este testigo a las voces e que viera un mozo que yva fuyendo junto con las dichas casas de Pedro de Quiñones; preguntado cómo se llama el dicho mozo dixo qu lo non / sabía ni lo oyera dezir; preguntado sy sabía más deste fecho dixo que non sabía cosa ninguna salvo que dixo que oyó dezir a la muger de Juan de la Morena que dezía que viera levar a unos mozos que dixo que no sabía sus nombre nin cuyos son, ciertas escripturas de pregaminos grandes e que dezían que las levavan de las casas de Pedro de Quiñones.

E la dicha Catalina López “la Toledana” testigo sobre dicho jurado y preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano secreta e apartadamente segund forma de decho preguntado por las mismas preguntas fechas al primero testigo, dixo este testigo que para el juramento que fizo que deste fecho non sabe cosa alguna salvo que dixo que ayer jueves que paso que fueron diez días deste mes de marzo deste dicho año del señor de mill e quatrocientos e quarenta e seys años, que vido salir ados mozos con ciertos envoltorios de escripturas por un foraco que están en las dichas casas de Pedro de Quiñones que son a Palaz de Rey e que fueron a ellos que dió gran / des voces diziendo “ladrones, ladrones” e que entonces que los dichos mozos que dexaron la dicha escriptura e que se fueron foyendo, preguntado cómo llaman a los dichos mozos dixo que oyó dezir a personas de que non se acuerda al presente de sus nombres, que llaman al uno dellos Cristoval (xritoval) fijo del Bachiller Juan Ferrandes de León, que mora en la Rua, e al otro que oyó dezir era fijo de Juan de Llanos, pero non oyó dezir cómo le llaman e que deste fecho non sabe otra cosa alguna.

E la dicha Mayor de la Robla testigo sobre dicho e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano secreta e apartadamente segund forma de derecho preguntado por las mesmas preguntadas fechas al primer testigo dixo este testigo que deste fecho non sabe cosa alguna salvo que dixo que ayer jueves que paso que fueron diez días deste dicho mes de marzo deste dicho año de mill e quatrocientos e quarenta e seis años, que vido dar voces a Catalina / López “Toledana” e que dezía “ladrones, ladrones” e que entonces a las voces que salió este testigo e que vido yr fuyendo un mozo que dixo que non sabía su nombre ni cuyo era, e que salya por un foraco que está fecho en las casas de Pedro de Quiñones, que son a Palaz de Rey, pero que no le vi vido sacar cosa ninguna de las dichas casas quando le vido salir por el dicho foraco, e que deste fecho no sabe otra cosa ninguna.

E la Juana Díaz, muger que fue de Pedro Rodríguez de Lena, contador de Diego Ferrandez de Quiñones, testigo sobre dicho, jurado e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano secreta e apartadamente segund forma de derecho preguntado por las mesmas preguntas fechas al primero testigo dixo este testigo que para el juramento que fizo que deste fecho non sabe cosa alguna salvo que dixo que vido que ayer jueves que paso que fueron diez días deste dicho mes de marzo deste dicho año del señor de mill e quatrocientos e quarenta e / seis años, que vido dar grandes voces a Catalina López “Toledana” que dezía “ladrones ladrones” e que a las voces que salió este testigo que vido salir dos mozos que dixo que non oyo dezir cómo los llaman e que salían de las casas de Pedro de Quiñones que son a Palaz de Rey por un foraco que en las dichas casas está e yvan fuyendo pero dixo que los non vido levar cosa ninguna e que deste fecho non sabe cosa ninguna.

El dicho Pero Alfón de Canseco Ferrero, testigo sobre dicho jurado e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano segund forma de derecho secreta e apartadamente preguntado por las mesmas preguntas fechas al primero testigo dixo este testigo que para el juramento que fizo que deste fecho non sabe cosa ninguna salvo que dixo que vido algunas vezes estar mozos folgando cerca de las casas del dicho Pedro de Quiñones e que deste fecho no sabe otra cosa ninguna.

E la dicha María Alfón muger del dicho Pero Alfón, testigo sobre dicho jurado e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano secreta e apartadamente según forma de derecho, preguntado por las mesmas preguntas fechas al primero testigo dixo este testigo que deste fecho non sabe cosa ninguna salvo que dixo que vido agora podrá aver un mes poco más o menos tiempo, que vido estar dos mozos que oyó dezir que eran fijos

de Juan de Llanos e otros ocho o nueve mozos que non oyó dezir quién eran ni como los llaman dentro en las casas de Pedro de Quiñones que son a Palaz de Rey e salir por un foraco que está en las dichas casas e que los vido salir sobrazados pero dixo que non vido ni oyó dezir lo que levaban, e que este sábado que agora pasó, que fueron cinco días de este mes de marzo deste dicho año de mill e quatrocientos e quarenta e seis años, que vido estar cuatro mozos que dixo que non los conocía ni save cuyos son, e que estaban en las dichas casas e que salieron por el dicho foraco que levaban gran volumen cada uno dellos, pero dixo que non vido lo que levaban ni que era e que deste fecho non / save otra cosa alguna.

E después desto, luego en continente día, mes e año suso dicho, el dicho bachiller Martín de las Eras, alcalde suso dicho, en presencia de mi el dicho Diego García de Bejar, escribano y notario público suso dicho, e de los testigos de yuso escriptos, el dicho alcalde entró dentro en las dichas casas de Pedro de Quiñones e sobió arriba, a unas cámaras de las dichas casas que son donde dizen la torre de las dicas casas, e falló ende dos arcas grandes descerrajadas, e muchas escripturas de papel toledano e cebty roto e despedazado fuera de las dichas arcas e dentro en las dichas arcas, las cuales escripturas parecían de las cuentas de maravedís que se recabdaban del dicho Diego Ferrandez de Quiñones, padre del dicho Pedro de Quiñones, e de los gastos que se fazían e despedían, e luego la dicha Leonor Ferrandez pediolo así por testimonio signado con mi signo a mi el dicho escribano de como el dicho alcalde fallaba las dichas arcas descerrajadas e las dichas escripturas rotas, e rasgadas. Testigos que fueron presentes / los dichos Alfonso González, escribano del Rey, e Pero García su criado, e Pedro Ruiz cestero, vezinos de la dicha ciudad de León.

E después desto, en la dicha cibdat de León, sábado doze días del dicho mes de marzo año suso dicho de mill e quatrocientos e quarena e seys años, estando el dicho bachiller Martín de las Eras alcalde suso dicho, en la calle que dizen de las tiendas, ques en la colación de San Martino de la dicha cibdat, en presencia de mi el dicho Diego García de Bejar escribano e notario público suso dicho, e de los testigos de yuso escriptos, el dicho alcalde dixo que para su enformación sobre razón de las dichas escripturas que fueron tomadas e levadas de las casas de Pedro de Quiñones, que son a Palaz de Rey, tomo e rescibió juramento de Mencía Ferrandez muger de Juan de Carballo, e de Juana González muger de Juan de Toral, e de Catalina González muger de Diego Álvarez platero, especieras vecinas de la dicha cibdat de León, que presentes estaban e que juraron a Dios e a Santa María e a la Señal de la Cruz en que cada una de ellas

puso su mano derecha, e a los Santos Evangelios do quier que están, que bien e leal e verdaderamente sin arte e / sin engaño dirán la verdat de lo que sopiesen e por él les fuese preguntado e que si verdat jurasen que Dios les ayudase e si al contrario de la verdat dixiesen quel gelo demandase mal e caramente en este mundo a los cuerpos e en el otro a las ánimas, donde más obisen de durar, como aquellas que a sabiendas se perjuran en el nombre santo de Dios en vano, e respondió cada una dellas al dicho juramento e a la confusión del e dixo cada una dellas “sí juro” e “amén”, testigos que fuero presentes Ferrand Álvarez tendero, e Pedro Álvarez su hermano, e Alvar González tondidot, vezinos de la dicha cibdat de León.

E la dicha Mencía Ferrández testigo sobre dicho jurado e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano, secreta e apartadamente segund forma de derecho, preguntado por las mismas preguntas fechas al primero testigo dixo este testigo que para el juramento que fizo, que deste fecho no sabe cosa alguna salvo que dixo que podía aber ocho días poco más o menos tiempo que vió venir a un fijo del bachiller Juan Ferrández de León, que mora en la Rua mayor desta dicha cibdat, e a otros dos mozos, fijos de Juan de Llanos, vezinos desta dicha cibdat, e que trayan muchas escripturas signadas e por signar e que las vendías a las especieras, sus vezinas, e que ella que compló del dicho Cristoval e de los dichos dos mozos fijos de Juan de Llanos, que dixo que non sabía sus nombres, un gran manojo de escripturas que ende mostró antel dicho alcalde e otras muchas que dixo que había rompido para se aprovechar dellas en su especería, por cinco maravedís, pero que no sabía si lo trayan de casa de Pedro de Quiñones ni donde lo trayan, e que para el juramento que fizo, que deste fecho non sabe otra cosa alguna más de lo que dicho a de suso dicho, e luego el dicho alcalde dixo que mandaba e mandó a la dicha Mencía Ferrández que guardase las dichas escripturas e que las non diese alguna ni las rompiese sin su licencia e mandado, sopena de ser tenuta a todo el dapno, testigos Ferrand Álvarez, tendero, e Pero Álvarez su hermano, e Alvar González tondidor, vezinos de la dicha cibdat de León.

E la dicha Juana González testigo sobre dicho jurado e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano segund forma de derecho secreta / e apartadamente preguntado por las mismas preguntas fechas al primero testigo, dixo este testigo que para el juramneto que fizo que deste fecho non sabe cosa alguna salvo que dixo que podía aver ocho días poco más o menos tiempo que vido que Cristoval, fijo del bachiller Juan Ferrández de León, que mora en la Rua Mayor, e dos fijos de Juan

de Llanos que dixo que non sabía sus nombre, que andaban vendiendo muchas escripturas de papel asy signadas como por sygnar a sus vezinas, e que este testigo les compró muchas de las dichas escripturas, de las cuales mostró ende antel dicho alcalde un proceso e otras escripturas signadas e por sygnar, fechas pedazos, pero que non savía dónde las trayan ni donde non, e luego el dicho alcalde mandó a la dicha Juana González que tovese las dichas escripturas e las non rompyese ni diese a persona ninguna syn su licencia e mandado sopena que fuese tenuta al daño; testigos que fueron presentes Fernánd Álvarez tendero e Pero Álvarez, su hermano / el Alvar González tondidor, vezinos de la dicha cibdat de León.

E la dicha Catalina González, testigo sobre dicho jurado e preguntado por el dicho alcalde ante mi el dicho escribano secreta e apartadamente segund forma de derecho, preguntado por las mesmas preguntas fechas al primero testigo, dixo este testigo que para el juramento que fizo que deste fecho non save cosa alguna salvo que dixo que podrá aber seis o siete días que un fijo del bachiller Juan Ferrandez de León, que mora a la Rua Mayor desta dicha cubdat de León, e dos fijos de Juan de Llanos, que dixo que non sabía sus nombres, que venieron a ella e trayan un grand emboltorio de escripturas de cueras (cueros?) que ende mostró antel dicho alcalde, e que le dixeran si lo quería comprar e que ella que les preguntó que quien les había dado tanto papel e quel dicho Cristoval que le dixo “mi padre el bachiller me lo dio para que lo vendiese” e que entonces que gelo compro, e le dió por ello cuatro maravedís, e que para el juramento que fizo que deste fecho no save otra cosa alguna, e luego el dicho akcakde dixo que manda / ba e mandó a la dicha Catalina González que guardase las dichas escripturas e que las non rompise ni diese a persona alguna sopena que ella fuese tenuta a todo el dapno que por las dichas escripturas se recresciese; testigos que fueron presentes a todo esto que dicho es Fernand Álvarez tendero, e Pero Álvarez su hermano, e Alvar González tondidor, vezinos de la dicha cibdat de León.

E por que yo, el dicho Diego García de Bejar, escribano e notario público suso dicho, fuy presente a todo esto que dicho es en uno con los dichos testigose a ruegoe pedimiento de la dicha Leonor Ferrández esta escriptura fiz escribir e va escripta en nueve fojas de papel cebty de cuarto de pliego e más esta en que va mio sygno e en fin de cada plana va una raya de tinta de cabo a cabo e el medio de la dicha raya va una señal de mi acostumbra-do nombre e por ende fiz aqui este mio signo en testimonio de verdad a tal como este (tiene signo) Diego García (hay rubrica).

ANEXO 2

Composición de los legajos del archivo de los Quiñones Condes de Luna³⁰

Compónese este ymbetario de 23 legaxos.

1º Legaxo desde el número 1º asta el 164.

Del merinazgo y alcaldía de Asturias. De la pertenencia de Llanes y Ribadesella. De la pertenencia de Cangas de Tineo y Aliande. De los Conzejos de Prabia, Aller, Abilés, Grado y Navia. Pribilexios deel Conzexo de Siero. Pribilexio del Conzejo de Somiedo. Y Merzedes Reales y asignamientos de Gajes de Merindad

2º Legaxo desde el número 165 asta el 202

Papeles pertenecientes a la hazienda y mayorazgo que en Toledo y sus zercanías fundaron Mosén Rubín de Bracamonte, Almirante mayor de Francia y doña Leonor de Toledo, su muger.

Legajo 3º desde el número 203 asta el 228

Papeles tocantes al derecho que el estado de Luna tiene al condado de Alba de Liste.

Legajo 4º desde el número 229 Asta el 304

Testamentos, cartas de dote, partijas, capitulaciones matrimoniales de los señores de la Casa de Luna.

Legajo 5º desde el número 305 asta el 411.

Pribilexios y señoríos de los Palazios de rey y hazienda en León. Posesiones tomadas de el Estado de Luna. Partija de los bienes de doña María de Toledo. Sueldos de guerra y escribanía mayor de Castilla. Ynfantado de Torío. Laguna de Negrillos su xurisdicción. La villa de Benavides y su xurisdicción. Partido de Llamas Ordás y Rioseco. Conzejos de Omaña Riello y la Lomba. Conzejos de Luna, Babias, Caldas y Abelgas. Conzexos de la Ciana y lugar de los Baios. Conzejos del Sil, Tegedo y Mata de Otero.

Legajo 6º desde el nº 412 asta el 488

Pribilexios del Conzejo de la Pola de Gorgón. Y de la Puebla de Lillo. Y Grajal, Jenistario, Pobladura y otros. Y los Zilleros, Solas y Almuzara. Y las Grañeras. Y Bercianos y Mudes junto a Sahagún. Y Gordaliza del Pino. Y Belliza junta Tordesillas. Y Barcial de la Loma. Y Confirmación de Alcabalas y derechos deel Estado con Infantado de Torío.

Legajo 7º desde el número 489 asta el 582

³⁰ FUNDON-ACL, num. 908.

Presentación de veneficios. Pertenencias de diezmos y confirmaciones.
Y patronato de la Capilla maior de San Claudio de la Ciudad de León.

Legajo 8º desde el número 553 asta el 577

Egectorias y Reales Probisiones de Pleitos del Estado de Luna.

Legajo 9º desde el número 578 asta el 647

Pertenencias y Puertos y Pastos en los Conzejos y lugares del Estado.
Y Compras de (¿?) en el Conzejo de Laciana.

Legajo 10 desde el número 648 asta el 842

Fueros Martiniegas y Fumazgos en los lugares y Conzejos deel Estado
de Luna, con separación de los de cada Partido de los que se compone.

Legajo 11 desde el número 843 asta el 961

Pertenencias de las casas de Palaz de Rey y su plazuela en León y sus
lugares en Torío, en Negrillos y Jenistario, en Venauides, en Llamas y su
jurisdicción, en Omaña, Riello, la Lomba y Abelgas.

Legajo 12 desde el número 962 asta el 1006

Pertenencias de hacienda en el Conzejo de la Ziana y sus lugares. Y en
los conzejos deel Sil. Y en el Conzejo de la Pola de Gordón. Y en Villanueva
de Valdejamuz. Y Gordaliza del Pino.

Legajo 13 desde el número 1008 asta el 1039

Pertenencia de azienda, zensos y juros, casas en Valladolid. Pertenencia
de Almaraz. Hazienda en Matilla y posesión de Velliza.

Legajo 14 desde el número 1040 asta el 1136

Reales Provisiones y Apeos Generales de todo el Estado

Legajo 15 desde el número 1137 asta el 1201

Cartas de Reyes. Confederaciones y serbicios echos por los señores
Condes de Luna.

Legajo 16 desde el número 1202 asta el 1214

Pagado por el Real servicio de fanzas. Zensos a fauor del Estado de
Luna. Relaciones de valores de rentas. Títulos de escribanos y correidores
y ordenanzas de lugares del Estado.

Legajo 17. Número 1216

Emcabezamientos y arrendamientos de Rentas deel Estado.

Legajo 18. Número 1217

Libros y quantas de penas de Cámara de los lugares deel Estado.

Legajo 19. Número 1218

Cartas de Pago de lo satisfecho a los acrehedores deel Estado de Luna.

Legajo 20. Número 1219

Residencias que se an tomado en los conzejos, villas y lugares deel
Estado de Luna.

Legajo 21. Zensos

Zensos contra el Estado de Luna y limosnas a conventos y iglesias.

Legajo 22

Facultades para acrezer zensos. Reales Probisiones de moratorias. Pagamientos echos por el juez (¿?) y redenciones de zensos deel Estado de Luna.

Legajo 23

Pesquisas antiguas en orden a propiedades deel Estado, en castigar y hacer justicia, secreto de los delinquentes que cortan leña, cazan y hacen otros agravios en los montes y términos de su estado, y quaderno de multas y penas a los que quitan mojones o mudan arcas o ytos, testimonio de las prisiones en las carzeles deel Estado, apelaciones y papeles que dan noticias de la jurisdicción del Estado y sus residencias y arencel Real para derechos de escribanos.

As encadernações dos tombos da Mitra Episcopal de Coimbra (séculos XVI a XVIII)¹

The bindings of the *tombos* of the Episcopal Mitra of Coimbra (16th to 18th centuries)

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Investigadora integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura

anasilva@fl.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar tipologias de encadernação e respetivas decorações a partir da análise de 57 livros de *Tombos de demarcação e reconhecimento* da Mitra Episcopal de Coimbra, situados entre o século XVI e o século XVIII. Existem quatro tipologias diferentes de encadernações: em pergaminho, em cartão revestido a couro gravadas ou não a ferros, em tábua e em cartão forrado a papel rosado. Apresenta-se um anexo com as fichas de descrição de cada um dos códices.

PALAVRAS-CHAVE: Codicologia; Estado de Conservação; Cartório da Mitra da Sé de Coimbra.

¹ Este estudo – que resulta, com adaptações e atualizações, do trabalho realizado na cadeira de Codicologia do Curso de Especialização em Ciências Documentais, ramo Arquivo, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ano letivo 2005-2006, sob orientação do Prof. Doutor Saul António Gomes – é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00311/2020, com o identificador DOI 10.54499/UIDB/00311/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/00311/2020>).

ABSTRACT

This article aims to identify types of binding and their respective decoration by analysing 57 books of *Tombos de demarcação e reconhecimento* from *Mitra Episcopal de Coimbra*, from the 16th to the 18th centuries. There are four different types of binding: parchment, leather-covered cardboard - engraved or not, board, and cardboard lined with pink paper. The description sheets for each of the codices are attached.

KEYWORDS: Codicology; Conservation status; Archive of *Mitra da Sé de Coimbra*.

Introdução

O propósito da realização deste trabalho parte do interesse pela decoração utilizada nas encadernações de códices, ou seja, concordamos que “A primeira atracção é originada pela estética, a segunda pelo tacto, a terceira pela estrutura técnica que cada peça encerra em si mesma” (Seixas, 2011, p. 3). A história do livro não se dissocia da história da sociedade e da cultura e, por isso, partimos do princípio de que uma análise comparativa rigorosa das encadernações permite reconhecer influências culturais, estéticas, de períodos artísticos, estabelecendo ligações, quiçá, com as características mais marcantes da História da Arte, enquanto possibilita o reconhecimento e a identificação de oficinas, escolas e centros geográficos de artífices da encadernação. Nesse sentido, procurou-se um grupo homogêneo de códices, irmanados por um forte elo umbilical – de origem, de produção, de contexto –, mas que, simultaneamente, conseguissem ilustrar um percurso histórico-técnico da atividade da encadernação.

A escolha recaiu em 57 *Tombos de demarcação e reconhecimento* da Mitra Episcopal de Coimbra, enquadrados num período cronológico que vai desde o século XVI ao século XVIII e onde se encontram quatro tipologias diferentes de encadernação, a saber: encadernações em pergaminho, encadernações com planos em cartão revestido a couro – gravadas ou não a ferros –, encadernações com planos em madeira e encadernações em pastas de papelão forradas a papel rosado. Esta diversidade de tipos de encadernação permite tirar conclusões sobre as tipologias mais frequentes em determinada data, e as técnicas e os materiais mais utilizados em determinado período, bem como analisar as ornamentações das encadernações, procurando encontrar uma similitude artística.

Para a realização do trabalho, recorre-se à Codicologia:

Ciência que estuda os manuscritos antigos vulgarmente designados por códices, não tanto enquanto suportes de um texto, mas como possuidores de uma vida própria, objecto de pesquisa: história das colecções, localização actual dos manuscritos, catálogos, nomenclatura, reprodução, repertórios de copistas, encadernação, etc., com o objectivo de reconstruir as fases de elaboração do códice e de refazer a história da sua utilização. (Faria & Pericão, 2008, p. 269)

Esta ciência histórica, considerada no passado uma disciplina erudita auxiliar da História (Gomes, 2002; Morujão, 2018, p. 10; Ruiz García, 2002, p. 16), afirmou-se como ciência autónoma a partir do século XIX. Friedrich Adolph Ebert (1791-1834), bibliotecário, publicou uma obra em que, em paralelo ao estudo da diplomática, da epigrafia e da paleografia, aplicou uma ciência dedicada à arqueologia do manuscrito (Faria & Pericão, 2008, p. 269), destinada ao estudo da forma interna e externa dos códices: *Bücherhandschriftenkunde* (Gomes, 2002; Ruiz García, 2002, p. 19). Em 1909, o filólogo Ludwig Traube introduziu uma importante distinção entre *Paläographie* e *Handschriftenkunde*: a primeira centrava-se em decifrar a escrita, incluindo a interpretação das abreviaturas e a análise de eventuais faltas textuais, para além de datar e localizar o texto em questão; a segunda tinha como missão o estudo de toda a escrita que não formasse parte do texto propriamente dito e o exame dos elementos materiais do manuscrito, isto é, a natureza do suporte librário, confeção e composição dos cadernos e técnicas de conservação (Gomes, 2002, p. 152; Ruiz García, 2002, pp. 19-20). A partir de 1927, Charles Samaran advogou pela independência desta “ciência dos manuscritos” e propôs a criação do neologismo “codicografia”, mas só com Alphonse Dain se cunhou o termo “codicologia”, que aparece pela primeira vez na *Grand Larousse Encyclopédique* de 1959.

Já na década de 1980, Elisa Ruiz García (1988) e Jacques Lemaire (1989) publicaram importantes manuais de codicologia para públicos mais ou menos especializados, mas com o mesmo objetivo: contribuir para um conhecimento sistemático e normalizado das materialidades do livro manuscrito, assente numa metodologia interdisciplinar.

Em Portugal, são incontornáveis os nomes de Avelino Jesus da Costa, Aires A. Nascimento e Saul António Gomes. E embora o país seja um território fértil para a Codicologia (Gomes, 2002, p. 158), não se encontram facilmente estudos na matéria, nem bibliografia que aborde o assunto de

forma sistemática, sobretudo no que diz respeito às encadernações. De igual modo, “no estrangeiro não foi possível detetar estudos sobre encadernação portuguesa, embora apareçam pontualmente em catálogos de exposições” (Seixas, 2011, p. 30). Contributo importante para os estudos na área em Portugal foi a existência da cadeira de Codicologia no Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No entanto, a maior parte dos trabalhos versa sobre códices medievais, nomeadamente forais (Gomes, 2002, p. 172)².

A constituição de um códice, bem como a sua análise, não se fica pelo interesse técnico da construção material, mas abrange todos os aspetos da história do códice e da história da sua utilização. Realizada a história custodial e arquivística da Mitra Episcopal de Coimbra, que inclui, igualmente, elementos da história do seu cartório e dos seus códices, a ornamentação – decoração que não pertence à ilustração propriamente dita (Muzerelle, 1985, p. 148) – das encadernações é, realmente, aquele elemento que suscitou um maior interesse para este trabalho, porque “la decoración, abre las puertas a la posibilidad de que la labor del encuadernador se convierta en obra de arte y el encuadernador en artista” (Carpallo Bautista, 2015, p. 13).

Entre os materiais que compõem os códices destacamos a cobertura – conjunto de elementos que protegem exteriormente o conjunto dos cadernos cosidos, compostos geralmente por dois planos e uma lombada (Muzerelle, 1985, p. 183) – e a encadernação, pois é aqui que os esquemas decorativos se desenvolvem.

Com a função de proteger e embelezar o livro, a encadernação é, nas palavras de Faria e Pericão (2008, p. 453):

[a] operação de juntar as folhas de um livro, costurando os cadernos e cobrindo ou “vestindo” o corpo do volume com uma capa mais grossa e sólida que a folha vulgar; o termo grego está ligado à palavra vestir e envolver; a encadernação visa dar ao livro uma unidade material que facilite a sua leitura e o preserve da destruição e perda.

Sobre a encadernação, atente-se ainda nas palavras de Aires A. Nascimento e António Dias Diogo (1984, p. 89):

Elemento supletivo e elemento útil de informação, a encadernação não é só por si um elemento suficiente na reconstituição de elencos biblio-

² Cf. pesquisa no catálogo integrado da rede de bibliotecas da Universidade de Coimbra: http://webopac.sib.uc.pt/search~S74*por?dcdicologia/dcdicologia/1,5,96,E/2exact&FF=dcdicologia&1,92.

gráficos [...] enquanto técnica, [...] oferece materiais idóneos não apenas para constituir uma tipologia mas ainda uma cadeia de correlações.

E para Antonio Carpallo Bautista (2015, p. 12) é um:

Conjunto de técnicas, procesos y operaciones que consisten en la unión de hojas, pliegos o cuadernillos con unas tapas o cubiertas de diversos materiales, con el fin de conseguir una mejor conservación y manejabilidad, y que pueden llegar hasta la consideración de arte cuando las tapas han sido bellamente decoradas.

A encadernação pode resumir-se à trilogia unir, proteger e embelezar, e o seu aparecimento está intimamente ligado ao aparecimento do livro, como o compreendemos hoje: um códice formado por cadernos (Castelo Branco, 1978, p. 3; Díaz de Miranda Macías, 2006). Em Portugal, esta “arte de agrupar fólhos em cadernos e cobri-los para os proteger” (Seixas, 2011, p. 13) antecede a fundação da monarquia portuguesa e era praticada no *scriptorium* do Mosteiro de Santa Cruz e no de Santa Maria de Alcobaça. A encadernação medieval que prendia as folhas de pergaminho costuradas entre duas tábuas “estabelece solidariedade com o bloco dos cadernos”, “o que significa que, enquanto encadernação, não é um simples envelope de revestimento ou capa de proteção” (Nascimento & Diogo, 1984, p. 29). Importa igualmente relembrar que na Época Medieval os livros não eram acondicionados na vertical. Como estavam deitados nas prateleiras, eram colocados fechados e brochos metálicos e o formato plano do livro favorecia a sua ornamentação.

Na Idade Média a ornamentação das encadernações era feita por gofragem (impressão a seco), um método que deixava a marca nas capas através de ferros aquecidos sobre o couro húmido e não utilizava tinta ou ouro para a estampagem (Faria & Pericão, 2008, p. 597).

No século XV, com a revolução provocada pela imprensa, o papel vem substituir o pergaminho no interior, e as pranchas de madeira são substituídas por papelão, no exterior, originando livros mais baratos e mais leves. Ao mesmo tempo, o fabrico dos códices seculariza-se, sai do primado dos mosteiros, e surgem oficinas especializadas na encadernação de livros. Em Portugal, D. Manuel, contemporâneo dos primórdios da tipografia e dos Descobrimentos Portugueses, “desenvolve o seu estilo próprio de edição e encadernação, com que manda revestir os livros da sua chancelaria e os que emanam dela” (Seixas, 2011, p. 5). A empresa da Leitura Nova é o exemplo maior da sua ação no

desenvolvimento de uma estética particular, usada sistematicamente nas encadernações e no cuidado de edição de manuscritos institucionais.

A encadernação ganhou especial relevo no período renascentista, sobretudo em França, na Itália e na Alemanha. O seu auge verificou-se nos séculos XVII e XVIII, particularmente em França, onde o ofício se transmitia frequentemente de pais para filhos, em oficinas familiares, acompanhando os estilos dominantes de cada época e as tendências estéticas do momento.

Para a análise realizada, recorremos a bibliografia especializada (Faria & Pericão, 2008, p. 269; Gómez Raggio, 1996; Lemaire, 1989; Maniaci, 1996 e 2002; Muzerelle, 1985; Nascimento & Diogo, 1984; Sousa, 1992) e, principalmente, à tese de doutoramento de Maria Margarida Seixas, *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: estudo das suas características e evolução, em bibliotecas públicas portuguesas* (2011), para uma análise comparativa. Também se mostrou útil a consulta da *AIC Wiki – Book Decoration*, plataforma da American Institute for Conservation (AIC), que oferece uma visão geral com termos e exemplos de elementos decorativos e técnicas de decoração. A página *Einbanddatenbank (EBDB)* é uma boa base para identificar ferramentas organizadas por motivo decorativo, com imagens (excelente para comparação de roletas e ferros).

A recolha de termos e conceitos aplicados na descrição foi inserida em cada uma das fichas de análise codicológica (Anexo 1), que estão divididas em quatro campos: i) **Identificação** (onde se inclui informação sobre o Título, a Data e a Cota); ii) **Encadernação** (onde se inclui informação sobre Descrição material; Encadernação original, posterior, restaurada; Planos; Cobertura; Lombada; Sistema de nervos; Costura; Tranchefilas; Folhas de guarda; Presença de incunábulos, fragmentos reutilizados na encadernação), iii) **Encadernador** (onde se inclui informação sobre Nome / Centro geográfico); iv) **Estado de Conservação** (onde se inclui informação sobre Falta de material; Existência de restauros); e v) **Fotografias**.

O presente trabalho procura apresentar os dados recolhidos em relação às encadernações dos tombos da Mitra Episcopal de Coimbra, dando uma maior ênfase à decoração das encadernações e fazendo, igualmente, uma abordagem à História dos Códices. Reconhecemos que “o códice é uma criação representativa da cultura ocidental” (Seixas, 2011, p. 12) que não pode ser desligado do contexto social, económico, político e cultural onde se insere. Como se trata de um conjunto de códices que tiveram o mesmo percurso, essa informação é tratada num ponto prévio à análise, não se repetindo em cada uma das fichas elaboradas. Num segundo ponto, faz-se um estudo global dos dados recolhidos. Em anexo, são apresentadas as fichas de análise codicológica dos 57 códices analisados.

1. Os Tombos de demarcação e reconhecimento do Cartório da Mitra Episcopal de Coimbra no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

A Mitra Episcopal de Coimbra, também designada por Mitra da Sé de Coimbra, Mesa Pontifical de Coimbra ou ainda Mesa Episcopal de Coimbra, é o órgão de governo da diocese de Coimbra, presidido pelo bispo, podendo também ser entendida como a jurisdição episcopal e os bens patrimoniais pertencentes ao bispo de Coimbra (Bandeira, 1999-2000; Bandeira, Silva & Mendes, 2003-2004, 2005-2007; Pereira, 1983).

O seu arquivo, situado cronologicamente entre 1402 e 1887 e composto por 148 unidades de instalação (1 caderno, 138 livros e 9 maços), encontra-se organizado em sete séries documentais (a saber: *Certidões das doações, privilégios e confirmações; Autos e sentenças; Tombos de demarcação e reconhecimento; Livros de escrituras diversas; Registos de despesas; Censuais e registos de receitas de foros e renda; e Inventários e índices*) e uma coleção de *Documentos diversos* (Paiva, 2015, pp. 203-206).

Os livros de tombos em análise referem-se a atos de demarcação e reconhecimento das propriedades pertencentes à Mitra Episcopal de Coimbra nos diversos coutos do bispado. Os códices pertencentes ao Cartório da Mitra Episcopal de Coimbra que se encontram salvaguardados no Arquivo da Universidade de Coimbra situam-se num período cronológico vasto, cobrindo quase dois séculos, e cujas datas extremas se situam entre 1586 e 1776 (Bandeira, 1999-2000; Bandeira et al., 2003-2004, 2005-2007; Bastos & Campos, 1881; Paiva, 2015, p. 203).

O arco temporal da análise acompanha a atuação dos bispos: D. Afonso de Castelo Branco (1585-1615), D. Afonso Furtado de Mendonça (1616-1618), D. Martim Afonso Mexia (1619-1623), D. João Manuel de Ataíde (1625-1632), D. Jorge de Melo (1636), D. João Mendes de Távora (1638-1646), D. Manuel de Noronha (1670-1671), D. Frei Álvaro de São Boaventura (1672-1683), D. João de Melo (1684-1704), D. António de Vasconcelos e Sousa (1706-1716), *Sede vacante*, e D. Frei Miguel da Anunciação (1740-1779).

Os 57 códices apresentam marcas de uso dos seus diversos possuidores institucionais, desde o produtor até à atualidade. Como se pode ver na Figura 1, alguns códices têm escrito a vermelho, na lombada, a numeração atribuída pela entidade produtora, e que remete para o Índice

do Cartório da Mitra datado de 1818. Ao mesmo tempo, é visível a etiqueta atribuída na Torre do Tombo pela Comissão Geral dos Bens Cultuais, no período em que os livros rumaram a Lisboa, logo contendo, também, o carimbo da Torre do Tombo. Finalmente, a etiqueta com a cota topográfica do Arquivo da Universidade de Coimbra, assim como o seu carimbo.



Figura 1 – Marcas de posse do Tombo do Couto de São Martinho do Bispo (1743-1763). Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©

Fonte de informação: Arquivo da Universidade de Coimbra (F), *Tombos de Demarcação e reconhecimento da Mitra Episcopal de Coimbra* (SR), Tombo do Couto de São Martinho do Bispo (1743-1763). Cota: AUC-II-2ºE-2-3-29

A existência destas marcas de posse é reveladora das “distâncias” que estes códices percorreram ao longo da sua existência. O fundo documental da Mitra da Sé terá entrado no Arquivo Nacional Torre do Tombo em junho de 1881, conforme deduzido pela *Relação dos livros e documentos pertencentes ao Cartório da Mitra Episcopal de Coimbra que em virtude do Decreto de 2 de outubro de 1862, e Portaria do Ministério do Reino de 13 de maio de 1881, são transferidas para o Arquivo da Torre do Tombo*. O regresso a Coimbra será feito a cargo da Comissão de Administração dos Bens da Igreja pertencentes ao Estado, delegada, no concelho de Coimbra, da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, e que, em 1916, transferiu os livros para o Arquivo da Universidade. Em 1936, sabemos da existência, no AUC, de 110 volumes e seis maços pertencentes à Mitra Episcopal de Coimbra, onde se incluem os tombos.

2. Unir, proteger e embelezar: análise das encadernações

Para a análise das encadernações, os códigos foram agrupados por tipologias dos materiais utilizados e não por ordem cronológica, uma vez que isso permite verificar de forma mais precisa as semelhanças ou diferenças, as particularidades ou repetições dentro de um mesmo trabalho de encadernação (Tabela 1).

Data	Tipologia das Encadernações	N.º ordem	Cota
1586-1588	Pergaminho	liv. 78	AUC-II-2ªE-2-3-33
1586-1589	Pergaminho	liv. 53	AUC-II-2ªE-2-3-8
1586-1629	Pergaminho	liv. 42	AUC-II-2ªE-2-2-44
1588-1631	Pergaminho	liv. 43	AUC-II-2ªE-2-2-45
1588-1631	Pergaminho	liv. 44	AUC-II-2ªE-2-2-46
1591-1694	Pergaminho	liv. 76	AUC-II-2ªE-2-3-31
1629	Pergaminho	liv. 52	AUC-II-2ªE-2-3-7
1629-1630	Pergaminho	liv. 67	AUC-II-2ªE-2-3-22
1629-1630	Pergaminho	liv. 68	AUC-II-2ªE-2-3-23
1629-1630	Pergaminho	liv. 77	AUC-II-2ªE-2-3-32
1629-1631	Pergaminho	liv. 79	AUC-II-2ªE-2-4-1
1630-1631	Pergaminho	liv. 45	AUC-II-2ªE-2-2-47
1630-1631	Pergaminho	liv. 46	AUC-II-2ªE-2-3-1
1659	Tábuas de madeira com pregos	liv. 70	AUC-II-2ªE-2-3-25
1660-1661	Tábuas de madeira com pregos	liv. 82	AUC-II-2ªE-2-4-4
1660-1661	Tábuas de madeira com pregos	liv. 83	AUC-II-2ªE-2-4-5
1660-1661	Tábuas de madeira com pregos	liv. 84	AUC-II-2ªE-2-4-6
1660-1661	Tábuas de madeira com pregos	liv. 85	AUC-II-2ªE-2-4-7
1685	Pergaminho	liv. 73	AUC-II-2ªE-2-3-28
1685-1688	Pergaminho	liv. 55	AUC-II-2ªE-2-3-10
1685-1688	Pergaminho	liv. 71	AUC-II-2ªE-2-3-26
1685-1689	Pergaminho	liv. 56	AUC-II-2ªE-2-3-11
1685-1692	Pergaminho	liv. 57	AUC-II-2ªE-2-3-12
1685-1715	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 65	AUC-II-2ªE-2-3-20
1689-1733	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 96	AUC-II-2ªE-2-4-18
1702-1712	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 54	AUC-II-2ªE-2-3-9
1711-1714	Papelão forrado a couro	liv. 47	AUC-II-2ªE-2-3-2
1711-1714	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 98	AUC-II-2ªE-2-4-20
1712-1713	Papelão forrado a couro	liv. 48	AUC-II-2ªE-2-3-3
1712-1714	Papelão forrado a couro	liv. 49	AUC-II-2ªE-2-3-4
1712-1714	Papelão forrado a couro	liv. 66	AUC-II-2ªE-2-3-21
1722-1724	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 58	AUC-II-2ªE-2-3-13

1722-1727	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 59	AUC-II-2ªE-2-3-14
1722-1727	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 86	AUC-II-2ªE-2-4-8
1722-1728	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 60	AUC-II-2ªE-2-3-15
1722-1728	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 61	AUC-II-2ªE-2-3-16
1722-1728	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 87	AUC-II-2ªE-2-4-9
1723	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 62	AUC-II-2ªE-2-3-17
1723-1724	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 88	AUC-II-2ªE-2-4-10
1723-1726	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 63	AUC-II-2ªE-2-3-18
1723-1726	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 89	AUC-II-2ªE-2-4-11
1723-1729	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 90	AUC-II-2ªE-2-4-12
1724-1727	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 91	AUC-II-2ªE-2-4-13
1724-1734	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 64	AUC-II-2ªE-2-3-19
1725-1735	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 75	AUC-II-2ªE-2-3-30
1731-1734	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 97	AUC-II-2ªE-2-4-19
1736-1737	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 50	AUC-II-2ªE-2-3-5
1736-1737	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 51	AUC-II-2ªE-2-3-6
1737-1752	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 72	AUC-II-2ªE-2-3-27
1738-1749	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 80	AUC-II-2ªE-2-4-2
1743-1763	Papelão forrado a couro gravado com ferros	liv. 74	AUC-II-2ªE-2-3-29
1752	Papelão com papel marmoreado	liv. 69	AUC-II-2ªE-2-3-24
1762-1763	Papelão forrado a couro	liv. 81	AUC-II-2ªE-2-4-3
1768-1770	Papelão rosa	liv. 92	AUC-II-2ªE-2-4-14
1770-1772	Papelão rosa	liv. 93	AUC-II-2ªE-2-4-15
1771-1775	Papelão rosa	liv. 94	AUC-II-2ªE-2-4-16
1775-1776	Papelão rosa	liv. 95	AUC-II-2ªE-2-4-17

Tabela 1 – Lista das tipologias das encadernações dos tombos da Mitra Episcopal de Coimbra. Elaborada pela autora.
 Fonte de informação: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Tombos de Demarcação e reconhecimento* da Mitra Episcopal de Coimbra.

Entre os 57 códices encontram-se quatro tipos de planos utilizados nas encadernações: pergaminho (13 códices, situados entre 1586 e 1631); tábuas de madeira (cinco códices, situados entre 1659 e 1661); papelão revestido a couro – com ou sem ferros (29 códices); papelão forrado a papel rosado (quatro códices, com datas entre 1768 e 1776) e papelão forrado a papel marmoreado (um código de 1762-63), como se pode ver no gráfico 1.

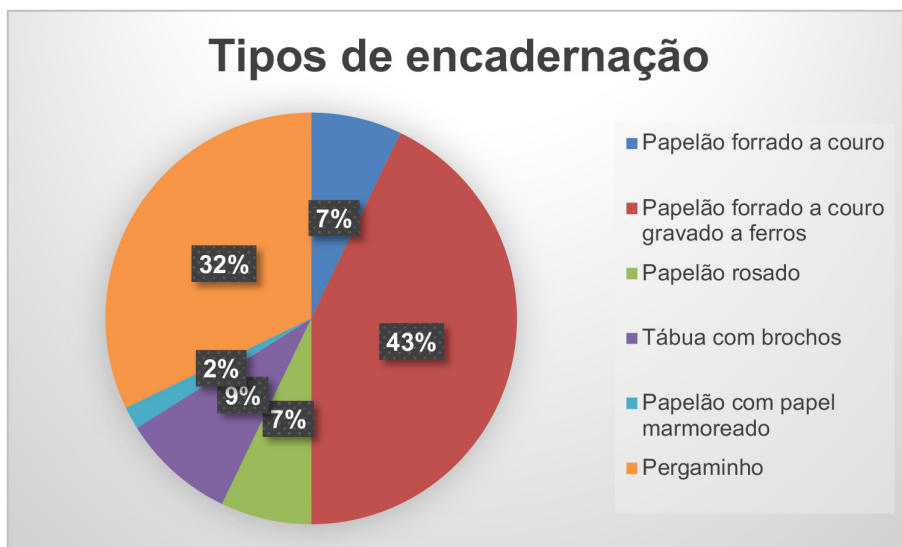


Gráfico 1 – Tipos de encadernação dos tomos da Mitra Episcopal de Coimbra. Elaborado pela autora.
 Fonte de informação: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Tomos de Demarcação e reconhecimento da Mitra Episcopal de Coimbra*.

Cronologicamente, como já referido, o período em estudo situa-se entre os séculos XVI e XVIII. O gráfico 2 mostra qual a quantidade de livros encontrados para cada um destes séculos, sendo que, relativamente às encadernações em cartão forrado a papel rosado, não foi possível averiguar se serão ou não de época posterior à elaboração dos códices.

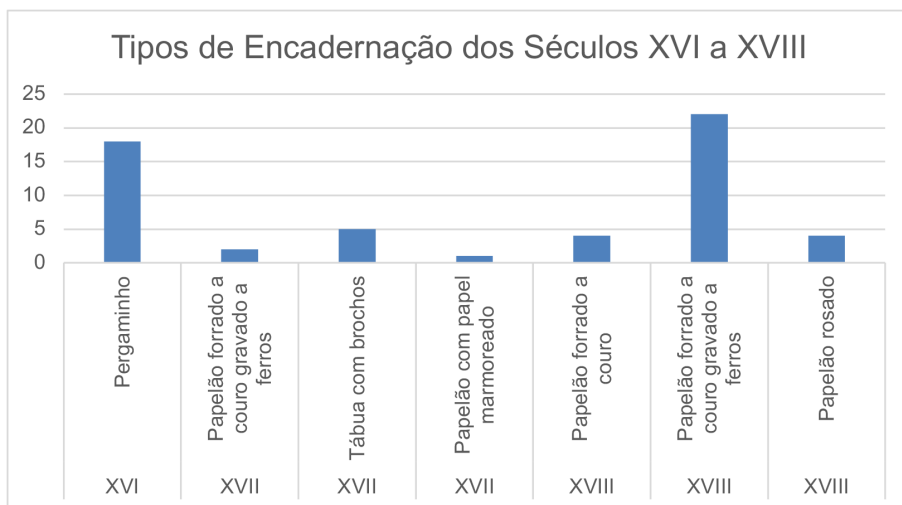


Gráfico 2 – Tipos de encadernação dos tomos, dos Séc. XVI a XVIII, da Mitra Episcopal de Coimbra. Elaborado pela autora. Fonte de informação: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Tomos de Demarcação e reconhecimento* da Mitra Episcopal de Coimbra.

Verifica-se que no século XVI o material utilizado era o pergaminho, que entra ainda no século XVII, onde também surgem as encadernações em tábua, pois “a evolução das técnicas é lenta e coexistente” (Seixas, 2011, p. 711). Para o século XVIII já só existem códices encadernados com pastas de papelão revestidas a couro³. Aliada a esta diferença dos planos conta-se, também, uma alteração na qualidade e no número dos nervos utilizados para ligar os cadernos. Nas encadernações em pergaminho, e depois naquelas em cartão revestidas a papel rosado, existem apenas três nervos, enquanto nas restantes encadernações o número aumenta para quatro e cinco nervos. Também o material utilizado nos nervos se modifica, passando da tira de couro (nas 13 encadernações em pergaminho e, mais uma vez, também nas quatro de cartão rosado) para o cordão (nas restantes encadernações). No século XVII são utilizados materiais de origem animal (pergaminho e couro) e no século XVIII, preferencialmente, materiais de origem vegetal (pastas de papelão usadas nos planos e corda nos nervos).

A encadernação adapta-se aos materiais do corpo do livro, seja a necessidade de coligar documentos soltos, seja a existência de livros em branco, mas também ao processo evolutivo de colocação dos livros na estante. Os

³ As pastas de papelão foram vulgarizadas na encadernação europeia por Aldo Manuzio, no século XV (Seixas, 2011, p. 710; Carpallo Bautista, 2015, p. 40).

brochos – usados para proteger do atrito e servir de ponto de apoio (Faria & Pericão, 2008, p. 173) – caem em desuso porque a quantidade de exemplares produzidos aumenta, o que não permite a continuação da sua arrumação na horizontal. Com a mudança para a posição vertical na estante, a encadernação e a ornamentação adaptam-se (Seixas, 2011, p. 713).

Entre os códices analisados, aqueles que suscitam maior interesse e maior cuidado de análise são aqueles que apresentam uma preocupação estética e técnica na ornamentação nos planos de encadernação. Encontramos ornamentação de planos entre os códices em tábua de madeira (Anexo 1, tombos n.º 19 a n.º 23) e revestidos a couro (Anexo 1, tombos n.º 31 a n.º 53). Os livros de tombos referem-se a atos de demarcação e reconhecimento das propriedades pertencentes à Mitra Episcopal de Coimbra nos diversos coutos do bispado. A diversidade geográfica poderia fazer supor que as encadernações tivessem sido feitas em locais diferentes. No entanto, é mais provável que os documentos soltos tenham sido escritos nas localidades a que se referem e, depois, seria a própria Mitra que, após escritos os autos e organizados os documentos com a informação pretendida, mandaria coser e encadernar os cadernos numa mesma empreitada, centralizando o trabalho num mesmo artífice, numa mesma oficina ou num mesmo centro de produção encarregues da realização das encadernações dos ditos tombos. Nos três livros de despesas da Mitra Episcopal (com datas de 1717-1732, 1741-1743 e 1775-1776), que coincidem em parte com a cronologia dos tombos em análise, não há qualquer referência a despesas com encadernadores ou com as encadernações e, por isso, este campo ficou em branco nas fichas de análise codicológica (Anexo 1), pois não foi possível descortinar em nenhuma fonte os encadernadores responsáveis por tal empresa⁴. Colocamos a hipótese de que as encadernações seriam feitas no Cartório da Mitra Episcopal de Coimbra, pois a análise comparativa da ornamentação das encadernações mostra serem todas semelhantes.

A decoração das coberturas aparece essencialmente nas encadernações do século XVIII. É composta por desenhos simples, sempre seguindo uma base geométrica, ou seja, suscetíveis de serem feitos a régua e compasso (Muzerelle, 1985, p. 148), de retângulos concêntricos, e depois enriquecida com motivos vegetalistas e geométricos, sobretudo circulares ou entrelaçados.

⁴ Seixas apresenta um índice e “uma lista tão completa quanto possível, dos livreiros que trabalharam em Portugal no século XVI e de alguns que a Inquisição investigou nos séculos XVII e XVIII” e “também se incluem alguns nomes de encadernadores a trabalhar para instituições dependentes da coroa” (Seixas, 2011, pp. 26-27 e 741-755).

No caso da cobertura dos planos em tábua, os motivos utilizados são idênticos em quatro dos cinco códices – esquema decorativo de base retangular com bordadura de flores e com motivo central retangular com decoração vegetalista –, sendo que um apresenta ligeiras diferenças, porque inclui uma dupla tarja, uma delas com medalhões com camafeus (Anexo 1, tombo n.º 19), e outro tem uma dupla tarja de flores (Anexo 1, tombo n.º 23). Estes motivos decorativos são em tudo semelhantes aos que se encontram num manuscrito de Álvaro Velasques, pertencente à Companhia de Jesus de Braga, de 1591 (Seixas, 2011, p. 316).

Os desenhos das tarjas dos motivos vegetalistas são iguais, o que indica que foram feitos pelo mesmo ferro de gravar, denunciando o gosto estético da época. As pequenas diferenças podem surgir do facto de um dos livros se referir ao Couto da Pedrulha e os restantes ao Couto da Vacariça. O tombo do Couto da Pedrulha apresenta a decoração de flores com camafeus, enquanto os tombos do Couto da Vacariça apenas estão decorados com tarjas de motivos vegetalistas, sendo que um apresenta uma dupla tarja. As datas em que se inserem são muito próximas: aquele data de 1659 e estes de 1660-1661, o que reforça a ideia de poderem pertencer a um mesmo trabalho de encadernação. Todas estas encadernações em tábua têm brochos recortados de proteção, cinco em cada um dos planos, e são ainda visíveis parte dos fechos dos códices.

Em relação às encadernações em pastas de papelão revestidas a couro (Anexo 1, tombos n.º 24 a n.º 53) encontramos um pouco mais de variedade, embora os modelos de gravação seguidos revelem grandes semelhanças, indicadoras do mesmo sentido estético e, por isso, da possibilidade de terem sido realizadas por um mesmo encadernador. Num conjunto de 30 códices, há sete encadernações em couro sem qualquer tipo de decoração (Anexo 1, tombos n.º 24 a n.º 30) e 23 encadernações em couro gravadas a ferro (Anexo 1, tombo n.º 31 a n.º 53). Também neste universo de encadernações ornamentadas podemos encontrar esquemas decorativos diferentes, mas imanados na mesma estética.

Assim, registam-se dezanove tombos com gravação exatamente iguais no que se refere à decoração: de esquema retangular traçado por jogo de filetes triplo, ostentando uma tarja dupla, a exterior com cercadura formada por crescentes e a interior com motivos florais e frutos. Por exemplo, no tombo do Couto de Brunhós (1710-1712) e nos de Casal Comba (1722-1724 e 1722-1727) é possível identificar na tarja cravos, rosas e romãs (fruta que simboliza a fertilidade e a abundância). Esta tarja é em tudo semelhante à utilizada no Foral dado por D. Manuel I a Paus (1516) e no Foral de Angeja

(1514), reencadernado em 1683 (Seixas, 2011, pp. 135 e 414). Outros três códices são em tudo idênticos aos anteriores, com a diferença de apresentarem apenas uma tarja com a cercadura formada por crescentes. E estes encontram semelhanças com o *Regimento da saude desta cidade d[e] Lx^a...*, cópia manuscrita com datação aproximada de [1649-1683] (Seixas, 2011, p. 246). O manuscrito restante, deste conjunto de 23, exhibe uma diferença maior relativamente aos outros, uma vez que, em vez dos crescentes, está decorado, seguindo na mesma uma base retangular, com uma dupla tarja de volutas entrelaçadas e o compartimento interior é partido em quatro com losangos. Apesar destas particularidades, os traços decorativos não são muito díspares. O desenho, quer das figuras geométricas, quer dos motivos vegetalistas, revela a coexistência de três estilos decorativos na ornamentação: o moçárabe, o gótico e o renascentista. Uma vez mais, indica um trabalho realizado numa mesma empreitada, com reutilização dos ferros de gravar, pela mesma pessoa ou pela mesma oficina.

Considerações finais

O estudo das encadernações em Portugal é ainda incipiente, não se encontrando facilmente estudiosos da matéria nem bibliografia acessível que aborde o assunto de forma sistemática. Com este pequeno trabalho pretendeu-se fazer uma análise, ainda que breve, de algumas tipologias de encadernação dos tomos da Mitra Episcopal de Coimbra.

Este conjunto de códices permitiu verificar que existiu uma evolução relativamente aos materiais empregues na realização das encadernações: passa-se da utilização do pergaminho para o uso preferencial de pastas de papelão revestidas a couro.

Pela análise da ornamentação, concluímos que, dadas as similitudes, muito provavelmente, o trabalho realizado foi entregue a um mesmo especialista ou centro, consoante a época e o tipo de planos das encadernações – madeira ou papelão revestido a couro.

É evidente que apenas um estudo alargado com um número significativo de códices possibilitaria tirar conclusões mais concretas em relação às técnicas de encadernação, aos encadernadores ou a centros de encadernação existentes em Portugal e às “correntes artísticas” da decoração dos planos. Este trabalho procura ser mais um contributo para o avanço dos estudos de Codicologia em Portugal e para favorecer a elaboração de análises comparativas com códices de períodos coevos.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Mitra Episcopal de Coimbra* (1402-1887) (F), Tombos de demarcação e reconhecimento (1586-1776) (SR):

Tombo do Couto de Abrunheira (1586-1629), liv. 42, cota: AUC-II-2ªE-2-2-44

Tombo do Couto de Arganil (1586-1629), liv. 43, cota: AUC-II-2ªE-2-2-45

Tombo do Couto de Arganil (1588-1631), liv. 44, cota: AUC-II-2ªE-2-2-46

Tombo do Couto de Arganil (1630-1631), liv. 45, cota: AUC-II-2ªE-2-2-47

Tombo do Couto de Arganil (1630-1631), liv. 46, cota: AUC-II-2ªE-2-3-1

Tombo do Couto de Arganil (1711-1714), liv. 47, cota: AUC-II-2ªE-2-3-2

Tombo do Couto de Arganil (1712-1713), liv. 48, cota: AUC-II-2ªE-2-3-3

Tombo do Couto de Arganil (1712-1714), liv. 49, cota: AUC-II-2ªE-2-3-4

Tombo do Couto de Arganil (1736-1737), liv. 50, cota: AUC-II-2ªE-2-3-5

Tombo do Couto de Arganil (1736-1737), liv. 51, cota: AUC-II-2ªE-2-3-6

Tombo do Couto de Avelãs de Cima (1629), liv. 52, cota: AUC-II-2ªE-2-3-7

Tombo do Couto de Barrô da Aguada e Couto de Ermida (1586-1789), liv. 53, cota: AUC-II-2ªE-2-3-8

Tombo do Couto de Brunhós (1702-1712), liv. 54, cota: AUC-II-2ªE-2-3-9

Tombo do Couto de Casal Comba (1685-1688), liv. 55, cota: AUC-II-2ªE-2-3-10

Tombo do Couto de Casal Comba (1685-1689), liv. 56, cota: AUC-II-2ªE-2-3-11

Tombo do Couto de Casal Comba (1685-1692), liv. 57, cota: AUC-II-2ªE-2-3-12

Tombo do Couto de Casal Comba (1722-1724), liv. 58, cota: AUC-II-2ªE-2-3-13

Tombo do Couto de Casal Comba (1722-1727), liv. 59, cota: AUC-II-2ªE-2-3-14

Tombo do Couto de Casal Comba (1722-1728), liv. 60, cota: AUC-II-2ªE-2-3-15

Tombo do Couto de Casal Comba (1722-1728), liv. 61, cota: AUC-II-2ªE-2-3-16

Tombo do Couto de Casal Comba (1723), liv. 62, cota: AUC-II-2ªE-2-3-17

Tombo do Couto de Casal Comba (1723-1726), liv. 63, cota: AUC-II-2ªE-2-3-18

Tombo do Couto de Casal Comba (1724-1734), liv. 64, cota: AUC-II-2ªE-2-3-19

Tombo do Couto de Coja (1685-1715), liv. 65, cota: AUC-II-2ªE-2-3-20

Tombo do Couto de Coja (1712-1714), liv. 66, cota: AUC-II-2ªE-2-3-21

Tombo do Couto de Lavos (1629-1630), liv. 67, cota: AUC-II-2ªE-2-3-22

Tombo do Couto de Lavos (1629-1630), liv. 68, cota: AUC-II-2ªE-2-3-23

Tombo do Couto de Lavos (1752), liv. 69, cota: AUC-II-2ªE-2-3-24

Tombo do Couto da Pedrulha (1659), liv. 70, cota: AUC-II-2ªE-2-3-25

Tombo do Couto da Pedrulha (1685-1688), liv. 71, cota: AUC-II-2ªE-2-3-26

Tombo do Couto da Pedrulha (1737-1752), liv. 72, cota: AUC-II-2ªE-2-3-27

Tombo do Couto de São Martinho do Bispo (1685), liv. 73, cota: AUC-II-2ªE-2-3-28

- Tombo do Couto de São Martinho do Bispo* (1743-1763), liv. 74, cota: AUC-II-2ªE-2-3-29
- Tombo dos Coutos de Senhorinha e Nogueira* (1725-1735), liv. 75, cota: AUC-II-2ªE-2-3-30
- Tombo do Couto de Serro Ventoso* (1591-1694), liv. 76, cota: AUC-II-2ªE-2-3-31
- Tombo do Couto de Serro Ventoso* (1629-1630), liv. 77, cota: AUC-II-2ªE-2-3-32
- Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles* (1586-1588), liv. 78, cota: AUC-II-2ªE-2-3-33
- Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles* (1629-1631), liv. 79, cota: AUC-II-2ªE-2-4-1
- Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles* (1738-1749), liv. 80, cota: AUC-II-2ªE-2-4-2
- Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles* (1762-1763), liv. 81, cota: AUC-II-2ªE-2-4-3
- Tombo do Couto da Vacariça* (1660-1661), liv. 82, cota: AUC-II-2ªE-2-4-4
- Tombo do Couto da Vacariça* (1660-1661), liv. 83, cota: AUC-II-2ªE-2-4-5
- Tombo do Couto da Vacariça* (1660-1661), liv. 84, cota: AUC-II-2ªE-2-4-6
- Tombo do Couto da Vacariça* (1660-1661), liv. 85, cota: AUC-II-2ªE-2-4-7
- Tombo do Couto da Vacariça* (1722-1727), liv. 86, cota: AUC-II-2ªE-2-4-8
- Tombo do Couto da Vacariça* (1722-1728), liv. 87, cota: AUC-II-2ªE-2-4-9
- Tombo do Couto da Vacariça* (1723-1724), liv. 88, cota: AUC-II-2ªE-2-4-10
- Tombo do Couto da Vacariça* (1723-1726), liv. 89, cota: AUC-II-2ªE-2-4-11
- Tombo do Couto da Vacariça* (1723-1729), liv. 90, cota: AUC-II-2ªE-2-4-12
- Tombo do Couto da Vacariça* (1724-1727), liv. 91, cota: AUC-II-2ªE-2-4-13
- Tombo do Couto da Vacariça* (1768-1770), liv. 92, cota: AUC-II-2ªE-2-4-14
- Tombo do Couto da Vacariça* (1770-1772), liv. 93, cota: AUC-II-2ªE-2-4-15
- Tombo do Couto da Vacariça* (1771-1775), liv. 94, cota: AUC-II-2ªE-2-4-16
- Tombo do Couto da Vacariça* (1775-1776), liv. 95, cota: AUC-II-2ªE-2-4-17
- Tombo do Couto de Vale de Canas* (1689-1733), liv. 96, cota: AUC-II-2ªE-2-4-18
- Tombo do Couto de Vale de Canas* (1731-1734), liv. 97, cota: AUC-II-2ªE-2-4-19
- Tombo dos Coutos de Várias Províncias da Beira* (1711-1714), liv. 98, cota: AUC-II-2ªE-2-4-20
- Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa].
- Bastos, R. E. de A., & Campos, R. A. de C. (1881). *Relação dos livros e documentos pertencentes ao Cartório da Mitra Episcopal de Coimbra que em virtude do Decreto de 2 de Outubro de 1862, e Portaria do Ministério do Reino de 13 de Maio de 1881, são transferidas para o Arquivo da Torre do Tombo.*

Referências bibliográficas

- Bandeira, A. M. L. (1999-2000). Inventário do Cartório da Mitra da Sé de Coimbra (1836). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 19-20, 93-114.

- Bandeira, A. M. L., Silva, A. M. D. da., & Mendes, M. G. (2003-2004, 2005-2007). Mitra Episcopal de Coimbra: descrição arquivística e inventário do fundo documental. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 23-24, 115-166.
- Carpallo Bautista, A. (2015). *Identificación, estudio y descripción de encuadernaciones artísticas*. Coléccion Fundiciones.
- Castelo Branco, Z. (1978). *Encadernação*. Editora Hucitec.
- Díaz de Miranda Macías, M. D. (2006). Las encuadernaciones de los inicios de la imprenta en España. *Encuadernación de Arte. Asociación para el Fomento de la Encuadernación de Arte*, 27, 33-41.
- Faria, M. I., & Pericão, M. da G. (2018). Codicologia. In *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico* (p. 269). Edições Almedina.
- Gomes, S. A. (2002). A Codicologia em Portugal: balanço e perspectivas no fim do século XX. In José d'Encarnação (Coord.), *As Oficinas da História* (pp. 151-174). Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://pt.scribd.com/document/537358636/Gomes-2002-Codicologia>.
- Gómez Raggio, F. (1996). *El libro de la encuadernación*. Alianza Editorial.
- Lemaire, J. (1989). *Introduction à la Codicologie*. Publications de l'Institut d'Études Médiévales, 9.
- Maniaci, M. (1996). *Terminologia del libro manoscritto*. Editrice Bibliografica.
- Maniaci, M. (2002). *Archeologia del manoscritto. Metodi, problemi, bibliografia recente*. Viella.
- Morujão, M. do R. B. (2018). Nota Introdutória. *Revista Portuguesa de História*, 49, 7-10. http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_49.
- Muzerelle, D. (1985). *Vocabulaire codicologique: répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits*. Editions CEMI.
- Nascimento, A. A., & Diogo, A. D. (1984). *Encadernação Portuguesa Medieval*. Alcobaca. INCM.
- Paiva, J. P. (Coord.) (2015). Mitra Episcopal de Coimbra. In *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra* (pp. 203-206). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pereira, F. J. (1983). Bens Coimbra. In F. J. Pereira, *Dicionário da História da Igreja em Portugal* (2.º vol., pp. 486-507). Editorial Resistência, SARL.
- Ramos, A. de J. (2002). Coimbra, diocese de. In C. M. de Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Ruiz Garcia, E. (1988). *Manual de codicología*. Fundación Germán Sánchez-Ruipérez.
- Ruiz Garcia, E. (2002). *Manual de Codicología* [2.ª ed. ampliada]. Fundación Germán Sánchez-Ruipérez.
- Seixas, M. M. F. R. da C. de C. (2011). *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: estudo das suas características e evolução, em bibliotecas públicas portuguesas* [Tese de Doutoramento, Universidade de Salamanca]. Repositorio Documental Gredos. <https://hdl.handle.net/10366/110660>.
- Sousa, J. M. (1992). *Dicionario de Tipografia y del libro*. Editorial Paraninfo S.A.
- Vasconcelos, A. G. R. de. (1991). *O Arquivo da Universidade*. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Recursos eletrónicos

AIC Wiki. (2026). *BPG Book Decoration*. https://www.conservation-wiki.com/wiki/BPG_Book_Decoration.

Einbanddatenbank (EBDB). (s.d.). *Entdecken Sie Durchreibungen und Einbände des 15. und 16. Jahrhunderts im deutschsprachigen Raum*. <https://www.hist-einband.de/>.

Anexo 1

Fichas de análise codicológica dos tombos da Mitra Episcopal de Coimbra

1. Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles

Data: 1586-1588

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-33

Encadernação

Dimensões: 305 mm. alt. + 225 mm. larg. + 105 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVI

Planos: pergaminho

Cobertura: simples; título manuscrito

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 75 mm. + 82 mm. + 75 mm. + 75 mm.; nervos simples, de couro

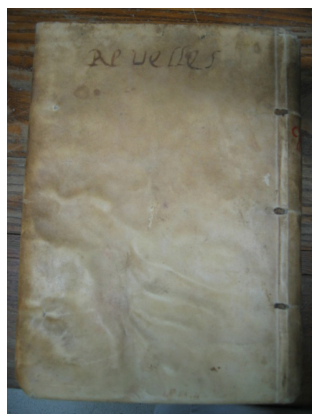
Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Encadernador: Não identificado.

Estado de Conservação: Encadernação cansada.

Fotografias:



Fotografias 1 e 2 – Lombada e plano inferior do Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

2. Tombo do Couto de Barrô da Aguada e Couto de Ermida

Data: 1586-1789

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-8

Encadernação

Dimensões: 302 mm. alt. + 220 mm. larg. + 85 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVI

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e número (este a vermelho) manuscrito

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 63 mm. + 87 mm. + 83 mm. + 70 mm.; nervos simples, de couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de corda

Trancheofilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado.

Estado de Conservação: Encadernação cansada, escurecida pela sujidade e destacada do miolo. Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 3, 4 e 5 – Plano superior e lombada do tombo do Couto de Barrô da Aguada e Couto de Ermida. Pormenores dos nervos e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

3. Tombo do Couto da Abrunheira

Data: 1586-1629

Cota: AUC-II-2ªE-2-2-44

Encadernação

Dimensões: 300 mm. alt. + 220 mm. larg. + 90 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVI-XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 75 mm. + 85 mm. + 65 mm.; nervos simples, de couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

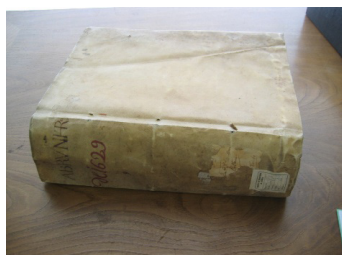
Não apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e destacada do miolo.

Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 6, 7 e 8 – Plano superior e lombada do tombo do Couto da Abrunheira. Pormenores dos nervos e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

4. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1588-1631

Cota: AUC-II-2ªE-2-2-45

Encadernação

Dimensões: 308 mm. alt. + 220 mm. larg. + 120 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVI-XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e número (este a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 90 mm. + 85 mm. + 70 mm.; nervos simples, de couro, cosidos com cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e parcialmente destacada do miolo do livro. Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 9, 10 e 11 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Arganil. Pormenores dos nervos e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

5. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1588-1631

Cota: AUC-II-2ªE-2-2-46

Encadernação

Dimensões: 300 mm. alt. + 225 mm. larg. + 120 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVI-XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples; título manuscrito

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 78 mm. + 80 mm. + 75 mm. + 66 mm.; nervos simples, de couro, cosidos com cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

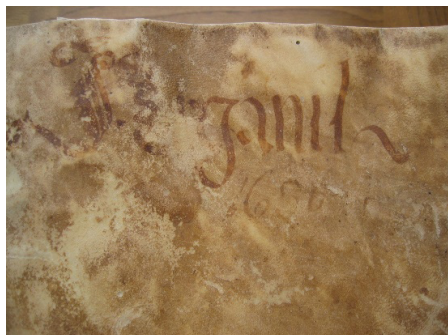
Tranchefilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e escurecida pela sujidade. Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 12 e 13 – Plano superior do toambo do Couto de Arganil. Pormenor do plano superior. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

6. Tombo do Couto de Serro Ventoso

Data: 1591-1694

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-31

Encadernação

Dimensões: 295 mm. alt. + 215 mm. larg. + 85 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVI-XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data manuscritos a vermelho

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 85 mm. + 80 mm. + 72 mm.; nervos simples, de couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

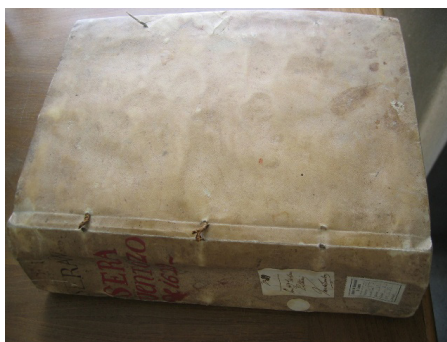
Trancheofilas: não tem

Apresenta folhas de guarda destacadas da encadernação

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e destacada do miolo.

Fotografias:



Fotografias 14 e 15 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Serro Ventoso. Pormenor dos nervos e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

7. Tombo do Couto de Avelãs de Cima

Data: 1629

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-7

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 235 mm. larg. + 75 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e número (este a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 70 mm. + 85 mm. + 85 mm. + 75 mm.; nervos simples, de couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

Trancheofilas: não tem

Apresenta folhas de guarda descoladas

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e parcialmente destacada do miolo do livro. Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 16 e 17 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Avelãs de Cima. Pormenor dos nervos e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

8. Tombo do Couto de Lavos

Data: 1629-1630

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-22

Encadernação

Dimensões: 300 mm. alt. + 230 mm. larg. + 90 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 70 mm. + 80 mm. + 80 mm. + 70 mm.; nervos simples, de couro

Costura: sobre nervos de couro

Trancheofilas: não tem

Apresenta folhas de guarda no plano superior

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, com manchas, fungos violáceos e folhas destacadas.

Fotografias:



Fotografias 18, 19 e 20 – Plano superior e lombada do tombo do Couto de Lavos. Pormenor dos nervos dos cadernos.
Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

9. Tombo do Couto de Lavos

Data: 1629-1630

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-23

Encadernação

Dimensões: 300 mm. alt. + 240 mm. larg. + 95 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 80 mm. + 80 mm. + 70 mm.; nervos simples, de couro

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e folhas destacadas.

Fotografias:



Fotografias 21, 22 e 23 – Plano superior e lombada do tombo do Couto de Lavos. Pormenores da lombada.
Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

10. Tombo do Couto de Serro Ventoso

Data: 1629-1630

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-32

Encadernação

Dimensões: 304 mm. alt. + 225 mm. larg. + 150 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e número manuscritos a vermelho

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 80 mm. + 90 mm. + 60 mm.; nervos simples, couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada, destacada do miolo.

Folhas de guarda descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 24, 25 e 26 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Serro Ventoso. Pormenores da lombada e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

11. Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles

Data: 1629-1631

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-1

Encadernação

Dimensões: 305 mm. alt. + 230 mm. larg. + 105 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 75 mm. + 80 mm. + 80 mm. + 75 mm.; nervos simples, de couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com pastas destacadas do miolo.

Fotografias:



Fotografias 27, 28 e 29 – Plano superior e lombada do tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles. Pormenores da lombada e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

12. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1630-1631

Cota: AUC-II-2ªE-2-2-47

Encadernação

Dimensões: 301 mm. alt. + 230 mm. larg. + 110 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 88 mm. + 75 mm. + 70 mm.; nervos simples, de couro

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e escurecida pela sujidade, parcialmente destacada do miolo. Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 30 e 31 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Arganil. Pormenor da lombada. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

13. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1630-1631

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-1

Encadernação

Dimensões: 300 mm. alt. + 225 mm. larg. + 85 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 85 mm. + 92 mm. + 63 mm.; nervos simples, de couro

Costura: sobre nervos de couro

Trancheofilas: não tem

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e escurecida pela sujidade. Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 32 e 33 – Planos superior e inferior do tomo do Couto de Arganil. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

14. Tombo do Couto de São Martinho do Bispo

Data: 1685

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-28

Encadernação

Dimensões: 375 mm. alt. + 270 mm. larg. + 65 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples; título manuscrito

Lombada: convexa; título e data manuscritos a vermelho

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 95 mm. + 90 mm. + 90 mm. + 95 mm.; nervos simples, de couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada, parcialmente destacada do miolo e com falta de material.

Fotografias:



Fotografias 34 e 35 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de São Martinho do Bispo. Pormenores da lombada e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

15. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1685-1688

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-10

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 225 mm. larg. + 119 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 70 mm. + 90 mm. + 95 mm. + 77 mm.; nervos simples, de couro, cosidos a cordão de linho

Costura: sobre nervos de couro

Trancheofilas: não tem

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e parcialmente destacada do miolo. Folhas das contracapas descoladas e rasgadas.

Fotografias:



Fotografias 36 e 37 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Casal Comba. Pormenor da lombada e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

16. Tombo do Couto da Pedrulha

Data: 1685-1688

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-26

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 230 mm. larg. + 114 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples; contas manuscritas

Lombada: convexa; título e data (esta a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 72 mm. + 80 mm. + 90 mm. + 80 mm.; nervos simples, de couro

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, com manchas.

Fotografias:



Fotografias 38 e 39 – Plano superior e lombada do tomo do Couto da Pedrulha. Pormenores da lombada e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

17. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1685-1689

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-11

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 225 mm. larg. + 80 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e data manuscritos a vermelho

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 70 mm. + 85 mm. + 90 mm. + 65 mm.; nervos simples de couro

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada, escurecida, destacada do miolo e com falta de material no pé.

Fotografias:



Fotografias 40, 41 e 42 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Casal Comba. Pormenores da lombada e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

18. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1685-1692

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-12

Encadernação

Dimensões: 335 mm. alt. + 245 mm. larg. + 85 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: pergaminho

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título e número (este a vermelho) manuscritos

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 80 mm. + 90 mm. + 82 mm.; nervos simples de couro

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e escurecida.

Fotografias:



Fotografias 43, 44 e 45 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Casal Comba. Pormenores da lombada e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

19. Tombo do Couto da Pedrulha

Data: 1659

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-25

Encadernação

Dimensões: 320 mm. alt. + 220 mm. larg. + 90 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: tábua revestida a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros com 5 brochos recortados de proteção em ambos os planos (4 nos cantos e 1 ao centro) e vestígios dos fechos. Esquema decorativo delineado com filete triplo formando 3 retângulos concêntricos; dupla tarja, uma de volutas e motivos florais e a outra de camafeus e motivos vegetalistas; retângulo central com florões a rematar os cantos e a ladear o brocho central.

Lombada: convexa; título e data manuscritos a vermelho

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Trancheofilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Corte das folhas a vermelho

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material.

Fotografias:



Fotografias 46, 47 e 48 – Plano superior e lombada do tombo do Couto da Pedrulha. Pormenores da lombada e do corte das folhas a vermelho. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

20. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1660-1661

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-4

Encadernação

Dimensões: 320 mm. alt. + 220 mm. larg. + 90 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: tábua

Cobertura: em couro gravada a ferros com 5 brochos recortados de proteção em ambos os planos (4 nos cantos e 1 ao centro). Esquema decorativo delineado com filete triplo formando 2 retângulos concêntricos; tarja de volutas e motivos florais; retângulo central com florões a rematar os cantos e a enquadrar o brocho central.

Lombada: convexa; título manuscrito a vermelho

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 60 mm. + 65 mm. + 60 mm. + 75 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: verde e amarelo

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material.

Fotografias:



Fotografias 49, 50 e 51 – Planos superior e inferior, e lombada do tomo do Couto da Vacariça. Pormenor da lombada.
Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

21. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1660-1661

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-5

Encadernação

Dimensões: 318 alt + 225 mm. larg. + 75 mm. mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: tábua

Cobertura: em couro gravada a ferros com 5 brochos recortados de proteção em ambos os planos (4 formando um retângulo e 1 no centro). Esquema decorativo delineado com filete triplo formando 2 retângulos concêntricos; tarja de volutas e motivos florais; retângulo central com florões a rematar os cantos e a enquadrar o brocho central.

Lombada: convexa; título manuscrito a vermelho

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 65 mm. + 70 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: verde e amarelo

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material.

Fotografias:



Fotografias 52 e 53 – Planos superior e inferior do tombo do Couto da Vacariça. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

22. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1660-1661

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-6

Encadernação

Dimensões: 317 mm. alt. + 225 mm. larg. + 85 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: tábua

Cobertura: em couro gravada a ferros com 5 brochos recortados em ambos os planos (4 formando um retângulo e 1 no centro). Esquema decorativo delineado com filete triplo formando 2 retângulos concêntricos; tarja de volutas e motivos florais; retângulo central com florões a rematar os cantos e a enquadrar o brocho central.

Lombada: convexa; data manuscrita a vermelho

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 55 mm. + 60 mm. + 65 mm. + 75 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: verde e amarelo

Corte das folhas a vermelho

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material na lombada; a pasta superior encontra-se partida a meio no sentido vertical e destacada e a inferior está partida no sentido vertical, segura pela pele.

Fotografias:



Fotografias 54, 55 e 56 – Planos superior e inferior do tomo do Couto da Vacariça. Pormenor do plano inferior.
Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

23. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1660-1661

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-7

Encadernação

Dimensões: 328 mm. alt. + 220 mm. larg. + 95 mm. mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII

Planos: tábua

Cobertura: em couro gravada a ferros com 5 brochos recortados de proteção em ambos os planos (4 formando um retângulo e 1 no centro). Esquema decorativo delineado com filete triplo formando 2 retângulos concêntricos; com dupla tarja de volutas e motivos florais; retângulo central com florões a rematar os cantos e a enquadrar o brocho central.

Lombada: convexa; data manuscrita a vermelho

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 65 mm. + 75 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: verde e amarelo

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material.

Fotografias:



Fotografias 57 e 58 – Plano superior e lombada do tomo do Couto da Vacariça Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

24. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1711-1714

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-2

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 240 mm. larg. + 95 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 75 mm.; nervos simples de couro. Sem decoração.

Costura: sobre nervos de corda

Trancheofilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

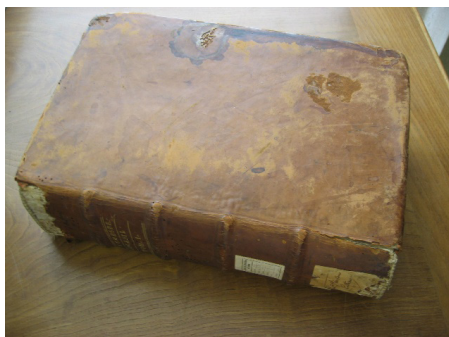
Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, com vestígios de traça, manchas e rasgada ao longo da lombada.

Fotografias:



Fotografias 59 e 60 – Plano superior do tomo do Couto de Arganil. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

25. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1712-1713

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-3

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 230 mm. larg. + 55 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 75 mm.; nervos simples de couro. Sem decoração

Costura: sobre nervos de corda

Trancheofilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

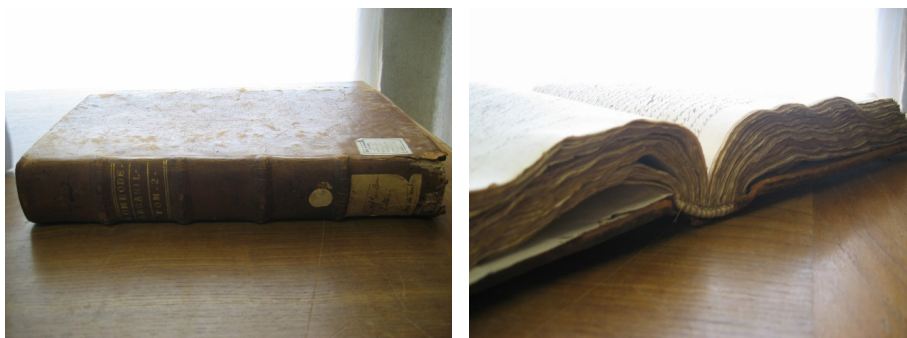
Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e com vestígios de traça.

Fotografias:



Fotografias 61 e 62 – Planos superior e pormenor da lombada do tomo do Couto de Arganil. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

26. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1712-1714

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-4

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 230 mm. larg. + 55 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 75 mm.; nervos simples de couro. Sem decoração.

Costura: sobre nervos de corda

Trancheofilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e manchada, com vestígios de traça e falta de material na lombada.

Fotografias:



Fotografias 63 e 64 – Planos superior e inferior do tomo do Couto de Arganil. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

27. Tombo do Couto da Pedrulha

Data: 1737-1752

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-27

Encadernação

Dimensões: 323 mm. alt. + 220 mm. larg. + 75 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 70 mm.; nervos simples de corda. Sem decoração

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Corte das folhas a vermelho

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, com rasgões e o plano superior em parcial destacamento do miolo

Fotografias:



Fotografias 65 e 66 – Plano superior e lombada do tomo do Couto da Pedrulha. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

28. Tombo do Couto de São Martinho do Bispo

Data: 1743-1763

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-29

Encadernação

Dimensões: 318 mm. alt. + 230 mm. larg. + 100 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título gravado a ouro; número manuscrito a vermelho

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples. Sem decoração.

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

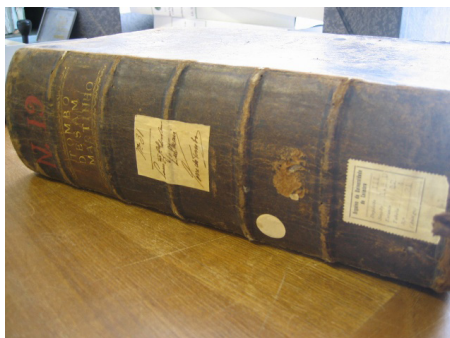
Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação esfoliada

Fotografias:



Fotografias 67 e 68 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de São Martinho do Bispo. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

29. Tombo do Couto de Lavos

Data: 1752

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-24

Encadernação

Dimensões: 320 mm. alt. + 220 mm. larg. + 45 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro esponjado

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

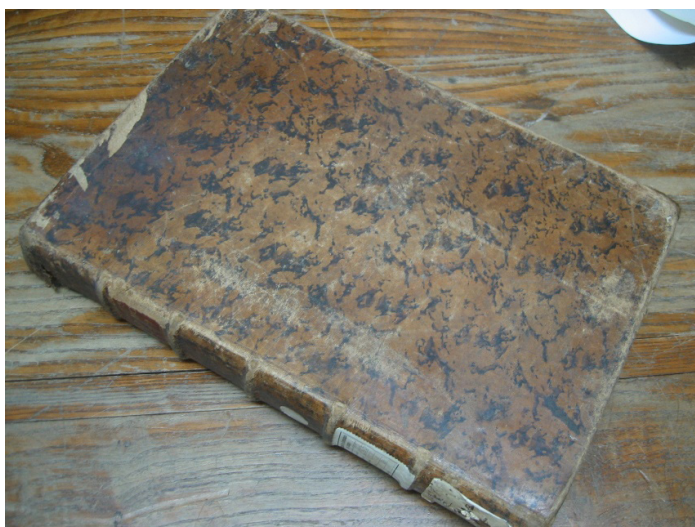
Apresenta apenas a folha de guarda do plano inferior.

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e com picos de traça da lombada.

Fotografias:



Fotografia 69 – Plano superior do tombo do Couto de Lavos. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

30. Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles

Data: 1762-1763

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-3

Encadernação

Dimensões: 320 mm. alt. + 230 mm. larg. + 100 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: simples

Lombada: convexa; título gravado a ouro; data manuscrita a vermelho

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 70 mm.; nervos simples. Sem decoração.

Costura: sobre nervos de corda

Trancheofilas: verde e amarelo

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada.

Fotografias:



Fotografia 70 – Plano superior do tomo do Couto de Serro Ventoso e Reveles. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

31. Tombo do Couto de Coja

Data: 1685-1715

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-20

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 225 mm. larg. + 75 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII-XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 65 mm. + 70 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: azul e branco

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material, sobretudo na lombada, e picos de traça.

Fotografias:



Fotografias 71 e 72 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Coja. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

32. Tombo do Couto de Vale de Canas

Data: 1689-1733

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-18

Encadernação

Dimensões: 332 mm. alt. + 225 mm. larg. + 130 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVII-XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 80 mm. + 55 mm. + 55 mm. + 55 mm. + 60 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: não tem

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material, sobretudo na lombada, a pasta superior encontra-se destacada e apresenta folhas soltas.

Fotografias:



Fotografias 73 e 74 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Vale de Canas. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

33. Tombo do Couto de Brunhós

Data: 1702-1712

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-9

Encadernação

Dimensões: 315 mm. alt. + 225 mm. larg. + 75 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada com ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro; data manuscrita a vermelho; florões dourados nos entre nervos

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 70 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e especialmente fragilizada ao longo da lombada.

Fotografias:



Fotografias 75 e 76 – Planos superior e inferior do tomo do Couto de Brunhós. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

34. Tombo dos Coutos de Várias Províncias da Beira

Data: 1711-1714

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-20

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 225 mm. larg. + 88 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada com ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro; número manuscrito a vermelho

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 75 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, com picos de traça e folhas soltas.

Fotografias:



Fotografias 77 e 78 – Planos superior e inferior do tomo dos Coutos de Várias Províncias da Beira. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

35. Tombo do Couto de Coja

Data: 1712-1714

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-21

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 225 mm. larg. + 80 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada com ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 75 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: azul e branco

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e com falta de material na parte inferior da lombada

Fotografias:



Fotografias 79 e 80 – Plano superior e pormenor da lombada do tomo do Couto de Coja. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

36. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1722-1724

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-13

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 225 mm. larg. + 100 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 45 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada

Fotografias:



Fotografias 81 e 82 – Plano superior e pormenor da lombada do tomo do Couto de Casal Comba. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

37. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1722-1727

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-14

Encadernação

Dimensões: 335 mm. alt. + 240 mm. larg. + 140 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 70 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada, apresentando falta de material e picos de traça

Fotografias:



Fotografias 83 e 84 – Planos superior e inferior do tombo do Couto de Casal Comba. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

38. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1722-1727

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-8

Encadernação

Dimensões: 340 mm. alt. + 230 mm. larg. + 130 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 45 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 45 mm. + 70 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com picos de traça; a pasta inferior encontrava-se no livro 80

Fotografias:



Fotografias 85 e 86 – Plano superior e lombada do tomo do Couto da Vacariça. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

39. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1722-1728

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-15

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 235 mm. larg. + 115 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 45 mm. + 50 mm. + 55 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado.

Estado de Conservação: Encadernação cansada, apresentando falta de material e picos de traça.

Fotografias:



Fotografias 87 e 88 – Plano superior e pormenor da lombada do tomo do Couto de Casal Comba. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

40. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1722-1728

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-16

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 225 + 95 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro; número manuscrito a vermelho
Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com falta de material e picos de traça; a pasta inferior está destacada do miolo.

Fotografias:



Fotografia 89 – Plano superior do tombo do Couto de Casal Comba. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

41. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1722-1728

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-9

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 230 mm. larg. + 115 mm. lomb.

Encadernação: original 7 séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação apresentando falta de material

Fotografias:



Fotografias 90 e 91 – Plano superior e pormenor da lombada do tomo do Couto da Vacariça. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

42. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1723

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-17

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 235 mm. larg. + 80 mm. mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

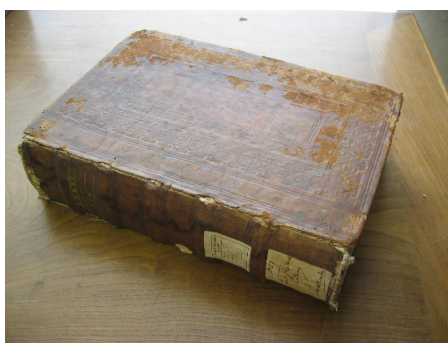
Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e manchada.

Fotografias:



Fotografias 92 e 93 – Planos superior e inferior do tombo do Couto de Casal Comba. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

43. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1723-1724

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-10

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 225 mm. larg. + 95 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro; número manuscrito a vermelho

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor; ausência de tranchefilas no topo superior

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, apresentando falta de material, ambos os planos encontram-se em destacamento e com picos de traça.

Fotografias:



Fotografias 94, 95 e 96 – Planos superior e inferior, e pormenor da lombada do tombo da Vacariça.
Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

44. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1723-1726

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-18

Encadernação

Dimensões: 332 mm. alt. + 230 mm. larg. + 120 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 45 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor; muito danificadas

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e manchada

Fotografias:



Fotografias 97 – Plano superior do tombo do Couto de Casal Comba. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

45. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1723-1726

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-11

Encadernação

Dimensões: 327 mm. alt. + 225 mm. larg. + 90 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro; data manuscrita a vermelho

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 45 mm. + 70 mm.; nervos simples

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada e apresentado falta de material

Fotografias:



Fotografias 98 e 99 – Planos superior e inferior do toambo do Couto da Vacariça. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

46. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1723-1729

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-12

Encadernação

Dimensões: 335 mm. alt. + 235 mm. larg. + 100 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem de cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Trancheofilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação com folhas destacadas

Fotografias:



Fotografias 100 e 101 – Planos superior e inferior do tomo do Couto da Vacariça. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

47. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1724-1727

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-13

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 225 mm. larg. + 120 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro; data manuscrita a vermelho

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, apresentando falta de material e picos de traça

Fotografias:



Fotografias 102 e 103 – Plano superior e pormenor da lombada do tomo do Couto da Vacariça. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

48. Tombo do Couto de Casal Comba

Data: 1724-1734

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-19

Encadernação

Dimensões: 335 mm. alt. + 235 mm. larg. + 90 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 55 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 80 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: ausência no topo superior

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação cansada e manchada

Fotografias:



Fotografias 104 e 105 – Plano superior e pormenor da lombada do tomo do Couto de Casal Comba. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

49. Tombo dos Coutos de Senhorinha e Nogueira

Data: 1725-1735

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-30

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 220 mm. larg. + 35 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 60 mm.; nervos simples

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas:

Apresenta folhas de guarda de papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, esfoliada e com picos de traça na lombada.

Fotografias:



Fotografias 106 e 107 – Planos superior e inferior do tombo dos Coutos de Senhorinha e Nogueira. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

50. Tombo do Couto de Vale de Canas

Data: 1731-1734

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-19

Encadernação

Dimensões: 330 mm. alt. + 220 mm. larg. + 55 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes e tarja interior com motivos florais e frutos; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; data manuscrita a vermelho

Nervos: 4 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 60 mm. + 75 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação apresentando falta de material, sobretudo na lombada, com a pasta inferior em destacamento, folhas soltas e picos de traça

Fotografias:



Fotografias 108, 109 e 110 – Plano superior e da lombada do tomo do Couto de Vale de Canas. Pormenor dos nervos e da costura. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

51. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1736-1737

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-5

Encadernação

Dimensões: 328 mm. alt. + 225 mm. larg. + 80 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 68 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Apresenta folhas de guarda de papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, apresentando falta de material e vestígios de traça

Fotografias:



Fotografias 111, 112 e 113 – Planos superior e inferior, e pormenor da lombada do tomo do Couto de Arganil.
Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

52. Tombo do Couto de Arganil

Data: 1736-1737

Cota: AUC-II-2ªE-2-3-6

Encadernação

Dimensões: 328 mm. alt. + 230 mm. larg. + 80 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja neo-moçárabe rematada por cercadura formada por crescentes; o compartimento interior é tripartido.

Lombada: convexa; título gravado a ouro

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 50 mm. + 65 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo na encadernação

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, apresentando falta de material e vestígios de traça

Fotografias:



Fotografia 114 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Arganil. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

53. Tombo do Couto de Serro Ventoso e Reveles

Data: 1738-1749

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-2

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 215 mm. larg. + 100 mm. lomb.

Encadernação: original / séc. XVIII

Planos: cartão revestido a couro

Cobertura: em couro gravada a ferros. Esquema decorativo constituído por esquadria de filete triplo delimitando tarja de volutas entrelaçadas; o compartimento interior é partido em quatro com losangos.

Lombada: convexa; título gravado a ouro; número manuscrito a vermelho; florões gravados a ouro nos entre nervos

Nervos: 5 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 50 mm. + 45 mm. + 50 mm. + 45 mm. + 50 mm. + 70 mm.; nervos simples de corda

Costura: sobre nervos de corda

Tranchefilas: utiliza o fio de cosedura intercalado com um de outra cor

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação muito cansada, com ausência do plano inferior e apresentado picos de traça (o plano encontrava-se no liv. 86)

Fotografias:



Fotografia 115 – Plano superior e lombada do tomo do Couto de Serro Ventoso e Reveles. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

54. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1768-1770

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-14

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 335 mm. larg. + 100 mm. lomb.

Encadernação: posterior(?) / séc. XIX(?)

Planos: cartão revestido a papel rosado

Cobertura: simples

Lombada: plana; número manuscrito

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 70 mm. + 75 mm. + 100 mm.; nervos simples de couro

Costura: sobre nervos de couro

Trancheofilas: não tem

Não apresenta folhas de guarda

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação destacada do miolo apresentando folhas soltas.

Fotografias:



Fotografias 116 e 117 – Plano superior e lombada do tomo do Couto da Vacariça. Pormenor dos nervos e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

55. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1770-1772

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-15

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 225 mm. larg. + 115 mm. lomb.

Encadernação: posterior(?) / séc. XIX(?)

Planos: cartão revestido a papel rosado

Cobertura: simples

Lombada: plana

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 75 mm. + 75 mm. + 100 mm.; nervos simples de couro

Costura: sobre nervos de couro

Trancheofilas: não tem

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação destacada do miolo, apresentando folhas destacadas.

Fotografias:



Fotografias 118 e 119 – Plano superior e lombada do tomo do Couto da Vacariça. Pormenor dos nervos e da costura dos cadernos. Fotografias de Ana Margarida Dias da Silva©.

56. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1771-1775

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-16

Encadernação

Dimensões: 320 mm. alt. + 225 mm. larg. + 110 mm. lomb.

Encadernação: posterior(?) / séc. XIX(?)

Planos: cartão revestido a papel rosado

Cobertura: simples

Lombada: plana

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 70 mm. + 70 mm. + 80 mm. + 105 mm.; nervos simples de couro

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulo

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação parcialmente destacada do miolo.

Fotografias:



Fotografia 120 – Plano superior e lombada do tomo do Couto da Vacariça. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

57. Tombo do Couto da Vacariça

Data: 1775-1776

Cota: AUC-II-2ªE-2-4-17

Encadernação

Dimensões: 325 mm. alt. + 230 mm. larg. + 110 mm. lomb.

Encadernação: posterior(?) / séc. XIX(?)

Planos: cartão revestido a papel rosado

Cobertura: simples

Lombada: plana

Nervos: 3 nervos equidistantes entre si (da margem da cabeceira à margem de rodapé): 65 mm. + 70 mm. + 70 mm. + 100 mm.; nervos simples de couro

Costura: sobre nervos de couro

Tranchefilas: não tem

Apresenta folhas de guarda em papel

Não reutiliza fragmentos de incunábulos

Encadernador: Não identificado

Estado de Conservação: Encadernação destacada do miolo.

Fotografias:



Fotografia 121 – Plano superior e lombada do tombo do Couto da Vacariça. Fotografia de Ana Margarida Dias da Silva©.

O “diário” do Reitor da Universidade de Coimbra, D. Manuel Corte-Real de Abranches (1664–1666)

The “diary” of the Rector of the University of Coimbra, D. Manuel Corte-Real de Abranches (1664–1666)

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA

Técnica Superior Aposentada do Arquivo da Universidade de Coimbra

anamariabandeira@sapo.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2883-8994>

RESUMO

Pelo presente trabalho dá-se a conhecer a existência de um “diário” de D. Manuel Corte-Real de Abranches, com registos dos dois anos de seu reitorado, entre 5 de maio de 1664 e 6 de dezembro de 1666. Este volume manuscrito não foi redigido apenas por si, podendo ser atribuída uma letra de outro punho a alguns dos registos, provavelmente um seu secretário. Apesar do título da lombada identificar este volume como *Petições e Despachos dos estudantes de Coimbra 1664 a 1666*, este manuscrito reúne informação muito mais vasta. Qual o sentido da redação deste “diário”? E seria um volume para registo particular ou institucional? Foi feita uma análise do seu conteúdo informativo, constatando como retrata a instituição universitária, na segunda metade do séc. XVII. Foram também apreciados a apresentação gráfica do manuscrito, as rasuras e os textos intercalados.

PALAVRAS-CHAVE: História da Universidade de Coimbra; D. Manuel Corte-Real de Abranches; Reitor da Universidade; Diário manuscrito.

ABSTRACT

This work reveals the existence of a diary by Manuel-Corte Real de Abranches, with records of the two years of his rectorship, between 5 May 1664 and 6 December 1666. This handwritten volume was not written by him alone, and some of the entries can be attributed to another handwriting, probably that of his secretary. Although the title on the spine identifies this volume as *Petitions and Dispatches from Coimbra students 1664 to 1666*, this manuscript contains much more extensive information. What is the purpose of this diary? And was it a volume for private or institutional records? Its information content was analysed to see how it portrays the university institution in the second half of the 17th century. The graphic presentation of the manuscript, the erasures and interspersed texts were also appreciated.

KEYWORDS: Coimbra University History; Manuel Corte-Real de Abranches; University Rector.

Apresentação

O pouco que se conhece, até hoje, sobre a atividade de D. Manuel Corte-Real de Abranches, nos dois anos em que ocupou a cadeira reitoral da Universidade de Coimbra, poderá ser complementado com a leitura do “diário” que redigiu durante esses dois anos. Este volume manuscrito, que esteve em mãos particulares e foi por mim adquirido ao conceituado leiloeiro e livreiro Pedro de Azevedo, irá, brevemente, ficar a pertencer ao acervo do Arquivo da Universidade de Coimbra, para acesso de todos os investigadores e do público, em geral, que o deseje conhecer. Os breves registos que ali são lançados seguem uma ordem cronológica, que se reporta à data do documento que é mencionado pelo Reitor, ou seja, se está em questão uma petição de um aluno da Universidade que lhe foi dirigida, qual o despacho que a mesma teve e a sua data. Se, por outro lado, se trata de uma petição de um professor da Universidade, para aumento de vencimento ou para mudança de categoria, qual o despacho que o Reitor sugere que receba, superiormente, uma vez que teria de ser de autorização régia. Ao falar em “diário” não podemos deixar de questionar se é mesmo essa a tipologia. É evidente que não se trata de um diário da vida pessoal, mas sim da vida institucional, no cargo máximo que ocupava na Universidade.

Apesar dos registos terem sido lançados desde 5 de maio de 1664 até 6 de dezembro de 1666, o conteúdo informativo de muitas petições dirigidas

ao Reitor pode reportar-se a algum assunto de anos anteriores, sendo um dos casos a citar o dos alunos que requerem equiparação da frequência na Universidade de Coimbra quando tinham frequentado outras instituições, em anos anteriores. Entre os exemplos que podem ser citados está Matias de Barros (referido a fls. 10v-11), que era natural de Braga e estudara no curso de Artes, em Braga. Também João da Rocha Pita, natural da “Bahia de todos os Santos”, estudara um curso de Artes no Colégio jesuíta daquela cidade (referido a fl. 11).

Algumas destas situações serão analisadas no texto deste artigo, quando se abordar a situação das petições de estudantes.

São objeto de atenção particular as petições feitas por viúvas de professores da Universidade que solicitam o pagamento de tenças, por se encontrarem em precária situação financeira e com filhos para criar, após enviuvarem. Entre os casos abordados, encontra-se, por exemplo, o da viúva do doutor Manuel Carreira, que foi professor da cadeira de Avicena, na Faculdade de Medicina.

No final do volume está anexado um caderno com 10 folhas, sendo essas folhas de dimensão um pouco menor, em relação às restantes. Pode constatar-se que não pertenciam ao “diário”, não só pela menor dimensão das suas folhas, mas, ainda, por terem vincos de dobragem, por estarem roídas no canto superior direito, por apresentarem, na última folha, um breve sumário que identifica o seu conteúdo (“*Do Coll.º de S. Paulo sobre as novidades que pertendiaõ introduzir lhe*”) e por, na margem superior esquerda da primeira folha, se encontrar um registo manuscrito, em letra muito delgada, com a indicação de ter estado arquivado (“*Avulsos m 1 n 36*” [ou seja maço 1, n.º 36]), pois era esta a forma como se identificava o lugar de acondicionamento, num arquivo: maço, saco, gaveta, etc.

1. Dados biográficos de D. Manuel Corte-Real de Abranches

Os dados biográficos que se conhecem são breves, mas ajudam a traçar um certo perfil da personagem em questão. Era natural de Serpa, onde nasceu em 18 de dezembro de 1620¹, sendo filho de Roque da Costa Barreto e de sua mulher D. Leonor de Abranches. Seu pai teve por irmãos Nuno

¹ Não foi possível confirmar a data de nascimento pois os registos paroquiais de Serpa, para esta data, não estão completos, no que toca à Paróquia de Santa Maria, de Serpa. Foram consultados os volumes da Paróquia de Salvador, de Serpa, e não foi localizado o seu registo de batismo. Esta data de nascimento foi, no entanto, mencionada por Figueiroa (1937, p. 147).

Álvares da Costa Barreto e Francisco Barreto, este último seria o 33.º Bispo do Algarve. Foi junto deste seu tio que Manuel Corte-Real de Abranches viveu, nos anos em que residiu em Lisboa. Foram já divulgados por Figueiroa (1937, pp. 146-147)², onde foram colhidos os dados aqui apresentados, acrescidos de algumas informações complementares.

Frequentou a Universidade de Coimbra, tendo estado matriculado na cadeira de *Instituta*, desde 13.10.1635. Depois, passou a frequentar a Faculdade de Cânones, a partir de 15.10.1636, tendo obtido graduação nessa Faculdade, em 19.7.1643³. O seu tio paterno D. Francisco Barreto, o 33.º Bispo do Algarve, também frequentou a Universidade de Coimbra, na mesma Faculdade de Cânones, onde se graduou, em 19.7.1614⁴.

Foi Cónego na Sé do Algarve, Inquisidor de Évora e Deputado da Inquisição de Lisboa. O seu nome estava inserido entre os nomes sugeridos pelo claustro da Universidade de Coimbra para ser provido como Reitor da Universidade. A Provisão Régia de D. Afonso VI datada de 7 de abril de 1664 nomeou-o para esse cargo, do qual tomaria posse a 29 de abril. Ocupou a cadeira reitoral até ao seu falecimento, em Coimbra, em 28 de dezembro de 1666, tendo sido sepultado no Colégio da Trindade. A sua data de nascimento, em 18 de dezembro de 1620, proposta por Figueiroa (1937), tem sido corrigida para cerca de 1580, em alguns autores, mas desconhece-se a fundamentação para a alteração da data.

No último registo de pagamento de vencimento da Universidade, constatou-se que quem recebeu esse dinheiro foi o seu herdeiro, o sobrinho Francisco Barreto. Trata-se, certamente, de um filho de seu irmão Nuno Álvares da Costa Barreto. Na senda do registo de óbito deste Reitor, foi feita pesquisa em livros paroquiais da cidade, tendo sido localizado o seu óbito na Paróquia de São Pedro, de Coimbra, em 28 de dezembro de 1666⁵. Apesar da oxidação do papel pela tinta ferro-gálica e repasses de tinta, pode confirmar-se a data já aventada por Figueiroa (1937) e o sepultamento na igreja do Colégio da Santíssima Trindade, onde elegera sepultura.

² A obra de Francisco Carneiro de Figueiroa foi publicada pela primeira vez no *Anuario da Universidade de Coimbra*, de 1871-1872, continuando nos anos seguintes. Para informações aqui apresentadas (neste artigo) foi consultada a edição de 1937, em que o trabalho foi publicado como monografia.

³ Dados do percurso académico universitário consultados em <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/198672>.

⁴ Dados do percurso académico universitário consultados em <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/151251>.

⁵ Na consulta de registos paroquiais que se encontram online pode citar-se a referência documental digital <https://pesquisa.auc.uc.pt/viewer/descriptions/35082/111387>.

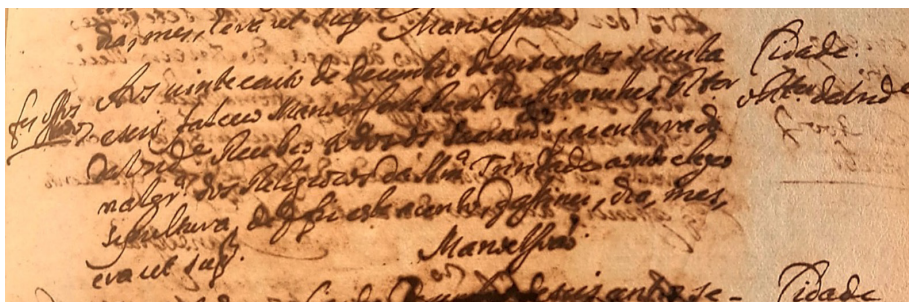


Figura 1 – Registro de óbito em 28.12.1666 (Paróquia de São Pedro, de Coimbra). Fotografia da autora.

Tinha apenas 46 anos quando faleceu, como diz Figueiroa (1937), e esta informação foi replicada por outros autores, como Morais (1951), Rodrigues (1990) e Freitas (2017). Constatase que teria começado a carreira muito novo, exercendo os cargos de Cónego na Sé do Algarve, Deputado da Inquisição de Lisboa, em 1643, como refere López-Salazar (2013), e Inquisidor de Évora, em 1654. Também não deve estranhar-se ter ingressado na Universidade com apenas 15 anos (nasceu em 1620 e ingressou em 1635), pois era comum a entrada nos estudos universitários com essa idade. Atente-se que nascera no seio duma família ilustrada e de ascendência fidalga. O brasão de armas da sua família está representado na parte superior (lado direito) da tela que o retrata, na Galeria dos Reitores da Universidade de Coimbra. Só viria a ser nomeado Reitor da Universidade em 1664. O seu nome figura em Viegas (1649), a anteceder o texto da oração fúnebre dedicada a seu irmão D. Francisco Barreto, Arcebispo de Évora e Bispo do Algarve, falecido em 13.10.1649. Segundo outros autores que apontam a data de cerca de 1580 para o seu nascimento, como sucede na Biblioteca Digital Luso-Brasileira, questiona-se onde terá sido colhida essa data⁶. A tela a óleo já referida, que se encontra na Universidade, na Sala do Exame Privado, na Galeria dos Reitores, revela um homem jovem e não um ancião.

Os dados biográficos mais esclarecedores que puderam ser encontrados figuram na sua Habilitação para o Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício, onde se refere apenas como Manuel Corte Real, mas no interior do processo – que está digitalizado e online – encontram-se os dados comple-

⁶ A indicação do nascimento de Manuel Corte-Real de Abranches ca. 1580 foi identificada em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Abranches%2C+Manuel+Corte+Real+de%2C+ca.+1580-1666&type=author>.

tos de nome, naturalidade e filiação⁷. Viveu em Lisboa, na casa de seu tio D. Francisco Barreto, Bispo do Algarve, como o afirma uma testemunha do seu processo de Habilitação: trata-se de Fr. Bartolomeu Carrasco, prior de Noudar (antiga vila e extinto concelho que hoje pertence ao município de Barrancos, distrito de Beja), residente em Lisboa, em casa do mesmo Bispo D. Francisco Barreto.

Esta testemunha diz mesmo, neste processo que decorreu em 1643, que conhecia bem Manuel Corte Real: *“de vinte e cinco anos a esta parte por se criar em casa do Bispo do Algarve tio do mesmo Manuel Corte Real”*.

Durante o seu reitorado a Universidade era frequentada por 905 alunos, no ano letivo de 1664-1665, e por 907 alunos, no ano letivo de 1665-1666, com predominância da frequência na Faculdade de Cânones (Freitas, 2017). Este é o universo estudantil que irá estar sob a alçada do Reitor, sabendo-se que muitos alunos se ausentaram de Coimbra, devido a questões de saúde e devido ao conflito militar, em algumas zonas do país, ainda na sequência da Guerra da Restauração.

2. Análise do suporte material e grafia

O presente volume manuscrito é formado por 104 folhas, que foram numeradas a lápis, uma vez que não possuía foliação e era necessário fazer remissivas para determinadas folhas, nas quais estavam registados assuntos a abordar. Trata-se de papel italiano, por comparação da sua marca de água com outras marcas de água semelhantes, encontradas em papel italiano. Apresenta na parte superior da filigrana o brasão de Génova, devendo tratar-se de uma marca de água utilizada por algum papeleiro genovês que, depois, colocava as suas iniciais nos círculos que se encontram imediatamente abaixo da simbologia heráldica.

Neste conjunto de 104 folhas, foi colocada uma encadernação, provavelmente, no início do séc. XIX, uma vez que é a típica meia encadernação, com lombada e cantos em pele, com pastas de cartão revestidas a papel marmoreado. Na lombada encontra-se um rótulo de pele vermelha, com título e data em letras douradas. Na goteira das folhas foi aplicada tinta amarela, com salpicos de tinta azul. Tem vestígios de traças

⁷ O seu processo de Habilitação, com a referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18523, foi consultado em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/7daa541b3cba4d6996a553e72fadd898?isRepresentation=false&selectedFile=8242959&fileType=IMAGE>.

no pé da encadernação, sem afetar o miolo do livro. No plano inferior da pasta de cartão, há um rasgão do papel marmoreado, cuja lacuna permite observar o cartão. No interior foi encontrado o pequeno bilhete que identifica o volume, com a particularidade de se registar: Vol. 1.º. Será que podemos supor que estaria integrado numa coleção de outros volumes, da mesma natureza?



Figura 2 – Marca de água das folhas de guarda e de todo o manuscrito. Do lado esquerdo, folha de papel com oxidação que não permite observar bem a marca de água. Uma das imagens está invertida. Mas desconhece-se a correta colocação da filigrana, na trama de fios, da forma manual de papel⁸. Fotografia da autora.

Um outro aspeto que deve ser mencionado, quanto à forma como estão redigidos os assentos deste volume, prende-se com a clareza do texto

⁸ Marcas de água muito semelhantes, com o brasão de armas de Génova e três círculos, encontram-se em <https://www.academiacolecciones.com/dibujos/inventario.php?id=D-0809>. Refira-se, por exemplo, a marca do papel de desenho de Carlo Marati (1625-1713), com cinco caricaturas, existente na Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, em Madrid, que apresenta também o brasão de Génova. Consulte-se também a grande base de dados *Memory of Paper – The Bernstein Project*: https://www.memoryofpaper.eu/BernsteinPortal/appl_start.disp#. A história do fabrico de papel em Génova, com indicação de bibliografia, pode ser consultada em <https://www.labo.net/briquet/testi/briquet/11.htm>.

e correção de escrita. Mas, a partir da fl. 13, por exemplo, começam a surgir textos rasurados e palavras entrelinhadas, por engano de escrita e correção de uma ideia mal explícita: na fl. 14, uma frase riscada; na fl. 16v, um parágrafo inteiro foi riscado. O texto que estava lançado dizia respeito a uma petição de um aluno oriundo do Brasil, mais concretamente da Baía, de nome Luís Vaz de Azevedo, de 26 anos de idade, que frequentava a Faculdade de Leis. Trata-se de uma petição para lhe ser levado em conta o tempo que estudara na Baía, mercê que o Rei concedia habitualmente aos estudantes “ultramarinos”, atendendo às dificuldades e despesas que tinham para vir estudar em Coimbra. O Reitor considera que lhe deve ser dada aprovação do que pede, em 1.12.1664. Mas desconhece-se a razão de ter sido riscado este assento.

Nas fls. 36, 40v, 45 e 46 há de novo rasuras, palavras e frases riscadas e outras entrelinhadas. Depois, o texto volta a ter uma uniformidade, com cuidado de redação.

Quando atentamos na grafia utilizada, constatamos que ela não é igual ao longo de todo o volume. Certamente, o início do registo começou a ser feito por Manuel Corte-Real de Abranches que, depois, poderá ter ditado o texto a algum secretário ou escrivão que o auxiliava. Ao cotejar a grafia que utiliza na assinatura que colocou em alguns volumes do fundo documental da Universidade de Coimbra, sobretudo nas atas registadas em livros de *Conselhos da Universidade*⁹, identificamos uma grafia muito semelhante à que consta na primeira folha do livro.

No texto da ata do *Conselho de Deputados e Conselheiros da Universidade*, em 1 de dezembro de 1666, no mês de falecimento de Manuel Corte-Real de Abranches, a assinatura que coloca no final do texto é muito nítida, denotando firmeza de grafia, assim como a sua assinatura no livro de *Folhas de Ordenados*. Uma análise grafológica também revelaria uma personalidade vincada, atendendo a certos pormenores que a identificam: uma letra bem delineada, com maiúsculas elevadas, como as letras M e A, tal como o alongamento inferior da cauda da letra C. São dados que confirmam características de personalidade, de acordo com a análise caligráfica.

⁹ Foram consultados os volumes que correspondem ao período cronológico do seu reitorado (1664-1666) (AUC – IV-1.ºD-1-2-74).

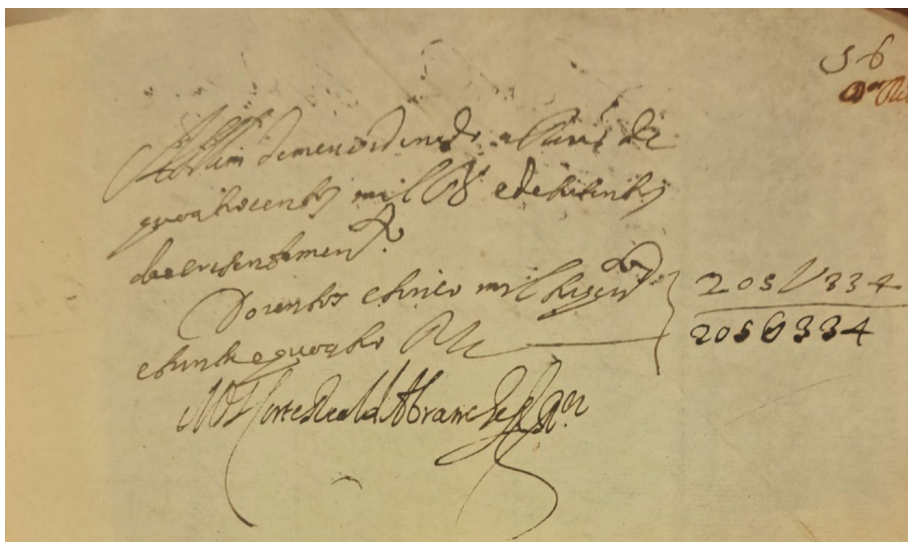


Figura 3 – Assinatura no livro de *Folhas de Ordenados* (1665-1666), fl. 56. Pagamento da terceira terça, do ano letivo de 1665-1666, ou seja, no final de julho de 1666 (AUC-IV-1.ªE-11-5-8). Fotografia da autora.

3. Análise de tipologias dos registos diários

O volume não possuía paginação, como já se referiu, mas foi numerado a lápis, em todas as suas folhas, no canto superior direito. As folhas brancas iniciais consideram-se como folhas de guarda, exceto a fl. 1, onde se diz, apenas numa linha, no topo da folha: “O anno de 1654 p.^a 55 foi o da proibição”.

O texto começa a ser lançado na fl. 2, denotando ser do próprio reitor, pela forma verbal que utiliza:

“Em 5 de mayo de 1664

Quando cheguei a esta Universidade achei nella tão poucos estudantes tantas, e taõ graves doenças que me pareceo conveniente por lhes o último como determino fazer 3.^a feira 6 do prezente para que se pudessem recolher as suas terras, e livrar-se do perigo em que se achão de poderem adoecer nesta aonde a falta de assistência nas doenças as fariaõ graves quando em si o não fossem. Estando neste estado a terra me pareceo também não era justo que se fizesse a 3.^a matrícula que ainda se não tinha feito porque podendo com medo de faltarem nella os estudantes que se achavaõ

ausentes recolher-se a Universidade se exporiaõ ao contágio das doenças que nella há...”

O texto continua, com comentários sobre as questões de saúde que afligiam o Reitor. Estas preocupações tinham a sua razão de ser, pois o país tinha estado assolado por peste bubónica em 1656 e os maus anos agrícolas, a falta de alimentação e a desnutrição da população levaram a que 1664 fosse um ano de doenças. Isso mesmo foi testemunhado pelo Padre António Vieira (1997, p. 48). Esta é a razão da preocupação, considerando que muitos alunos vinham de diversos locais do país, sendo, eles próprios, uns possíveis transmissores de doenças. O registo termina confidenciando que o Rei deveria tomar uma decisão perante os factos que estavam a ser narrados.

Uma confirmação dos acontecimentos em Coimbra (e também no país) – no que diz respeito a questões sanitárias, de pobreza por falta de alimentos e de desastres naturais que motivaram a diminuição das colheitas agrícolas – pode ser lida na correspondência do Padre António Vieira, que se encontrava confinado no Colégio de Jesus de Coimbra, por determinação do Tribunal da Inquisição, que abriu o seu processo em 1663 (Vieira, 1997). Em 5.5.1664, precisamente nesse dia em que o Reitor começa a redação deste manuscrito, o Padre António Vieira escreve uma carta dirigida, de Coimbra, a D. Rodrigo de Meneses. Seria uma lacuna não apresentar aqui o seu texto, tão coincidente com a opinião do Reitor, mas escrito da forma brilhante que era seu apanágio:

Ainda as naus da Índia na altura de Cabo Verde não estarão e, posto que nos perdoaram o degredo, padecemos em Coimbra as calmas da Guiné, e menos mal fora se só se padeceram as calmas; mas só as doenças tão gerais e malignas, que já os médicos lhes mandaram aplicar os defensivos da peste, e falta pouco para lhe darem o nome.¹⁰

Continua, depois, discorrendo sobre as doenças e faz o mesmo em outra carta de 19.5.1664, com o mesmo endereço, referindo que a cidade de Coimbra estava despovoada, porque todos os que puderam tinham fugido dela.

Voltando ao manuscrito em análise, o primeiro registo que é lançado, logo a seguir, refere uma queixa do síndico da Universidade, o Lic. João Duarte, que apresentara perante o Conselho de Conselheiros um protesto por ter sido suspenso, até obter Mercê Régia, no âmbito de uma quezília com o Vice-Reitor

¹⁰ Texto recolhido da carta do Padre António Vieira acima referida (Vieira, 1997, pp. 51-53).

Padre Mestre Luís de Sá, dizendo que naquele Conselho não se podiam suspender oficiais da Universidade, mas apenas tratar de assuntos de nomeação de professores para cadeiras. O Reitor diz, de forma muito pessoal: *"Vi e fiz ver pelos lentes de Prima, e Véspera de Cânones, e Leis e a todos pareceo que o Conselho tinha excedido e não podia suspender ao síndico"*. Ao chegar à Universidade, a primeira questão com que se depara é uma quezília interna, como tantas com que se iria debater, durante o seu reitorado.

Para confirmar esta situação, foi feita uma pesquisa no livro de *Conselhos da Universidade*, na parte que diz respeito ao Conselho de Conselheiros, e, efetivamente, ali está registada uma decisão tomada pelo referido conselho, em 22.4.1664: determinou-se que o síndico fosse chamado ao conselho e *"fosse reprehendido pella demazia com que falla e demais fosse suspendido do seu officio"*¹¹.

4. Petições de estudantes

Quanto a estudantes, o primeiro registo de uma petição enviada ao Reitor ficou lançado logo na folha seguinte (fl. 3), em 4 de maio. Trata-se de um pedido do Padre Francisco Madeira da Costa, natural de Évora, estudante de Cânones. A petição que dirigiu ao Reitor dá conta dos acontecimentos militares que ainda ocorriam, durante a Guerra da Restauração, sobretudo no Alentejo, região donde provinha o estudante. Relata que frequentara a Universidade no ano letivo anterior, em 1662-1663, apenas durante quatro meses, por se ter matriculado em janeiro e só ter podido vir à Universidade fazer a sua prova de curso em julho, por justos impedimentos que se lhe colocaram, pedindo que lhe fosse concedido tempo para fazer um cursilho: *"sucederá vir o inimigo a Évora e que lhe fora necessário ir retirar sua may viuva e suas irmans com que não pudera cursar mais de quatro mezes..."*.

Face a este pedido, o Reitor sugere que lhe deve ser dado despacho favorável, pois este aluno já tinha também cursado algum tempo na Universidade de Évora, da Companhia de Jesus, assim como havia informação de ser bom estudante.

Outros aspetos que se prendem com a sociabilidade estudantil e a dificuldade de sobreviver, em Coimbra, por falta de recursos económicos, sobretudo no que respeita a estudantes provenientes do Brasil, são também mencionados neste volume. Entre outros casos, o do estudante da Faculdade

¹¹ Livro de atas dos *Conselhos da Universidade*, 1663-1664, fl. 12-12v (AUC – IV -1.ªD-1-2-73).

de Leis, João da Rocha Pita, natural da Baía (fl. 11). Na petição dirigida ao Reitor dizia que fizera os seus estudos no Colégio da Baía, da Companhia de Jesus, *"onde se fez Mestre em Artes e estudou seis anos Teologia"*, como provara por certidão apresentada. Diz que como era muito pobre e não podia residir mais tempo em Coimbra, *"por se não sustentar nella do próprio cabedal e juntamente ser bom estudante"*, pede ao Reitor que lhe conceda um ano e meio de tempo, para fazer os seus atos. A esta petição foi dada informação abonatória do Reitor, dizendo *"sou de parecer que V. Mg.^{de} lhe faça mercê de hum anno"*, em 4 de agosto de 1664.

O estudante canonista Filipe do Couto Machado (registado a fl. 65) fez petição para lhe ser levado em conta o tempo em que estudou no Colégio da Companhia de Jesus de Braga, no ano de 1656 para 1657 e no ano de 1657 para 1658, como comprovou, por certidões dos seus mestres.

Outros casos interessantes são as petições de estudantes de Medicina. Por elas ficamos a conhecer os alunos que tinham obtido partido médico, para receber um auxílio pecuniário que os ajudasse a sustentar-se enquanto estudavam, sendo também um incentivo para que houvesse mais médicos. Entre os exemplos que podem ser referidos, encontra-se o de Francisco Gomes Pequeno (fls. 81v-82), cujos dados podem ser pesquisáveis, online, no Arquivo da Universidade de Coimbra. Tal pesquisa permitiu saber que era natural de Chaves e que começara os estudos na Universidade de Coimbra em 10.10.1659, que concluiria a formatura em Medicina em 28.5.1666 e a Aprovação em 9.7.1666¹². Na sua petição diz que faltara à matrícula, que fez a 5.12.1664 (um ingresso já tardio, depois de outubro), mas que a sua falta ocorrera por ter sido chamado pelo Conde de São João para curar os soldados de Mogadouro, por não haver outro médico, e só continuou na Universidade nos meses de outubro e novembro, pelo que lhe faltavam dois meses para poder fazer o ato de Aprovação em Medicina. O Reitor regista a sua opinião, dizendo que deve ser deferido o seu pedido, pois há necessidade deste médico, para cura dos soldados. Apesar de não ser mencionada a data do registo, deve situar-se antes de 7.5.1666 (data registada a fl. 83v); a sua aprovação ocorreu, efetivamente, dois meses depois, como está acima mencionado. Muitos outros estudantes médicos, a quem foram atribuídos partidos, estão registados neste volume e os seus nomes podem ser confirmados no catálogo já publicado relativo aos *Processos de habilitação a partidos médicos e farmacêuticos* (Bandeira, 1995-1996).

¹² A pesquisa em <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/225329> permitiu saber a sua naturalidade e qual foi o seu percurso académico.

5. Petições de viúvas e filhas órfãs

Entre a diversidade de petições, situam-se também as que são enviadas ao Reitor por viúvas e filhas de professores. A viúva do professor da Faculdade de Medicina, doutor Manuel Carreira Matoso, que faleceu em 25.5.1664, é uma das que se dirige ao Reitor (fl. 11v) com um pedido duma tença anual. Em abono do seu pedido, refere como seu marido fora um professor dedicado, mas que, com a sua morte, ficara muito pobre e desamparada, com três filhos, sem ter nada de seu. Uma das afirmações que faz permite-nos conhecer um hábito interno da instituição que mostra a solidariedade para com os familiares de professores que faleceram. D. Maria, da qual não se diz o nome completo, mas apenas que era viúva daquele médico, professor, diz por suas palavras: *"e V. Mag.de costuma dar tença a todas as mulheres dos lentes e hainda a filhas de que há muitos exemplos"*. A este pedido foi dado despacho abonatório, mas apenas de mil réis, que seriam entregues por três anos, uma vez que a Universidade já estava muito sobrecarregada de tenças dadas aos professores jubilados e por despesas com outras situações, sendo esta a opinião que envia ao Rei, em 4.8.1664.

Quanto a filhas de professores que também pedem a sua tença, podemos trazer o exemplo das filhas do doutor Fabrício de Aragão, D. Ana de Aragão e D. Maria de Aragão. O seu pai fora professor da cadeira de Clementinas, mas tinha sido igualado à cadeira de Sexto, da Faculdade de Cânones. Tendo falecido em 3.7.1621, a sua mãe viúva, D. Maria Pereira, recebera já uma tença de 20 mil réis, atribuída pela Universidade. Uma vez que esta falecera, as filhas vêm agora solicitar que a tença seja transferida para elas, pois, com a sua morte, *"ficaram muito pobres"*. O Reitor irá recusar este pedido, atendendo a que a Universidade já pagara durante muitos anos esta tença a sua mãe. De facto, como se referiu, o doutor Fabrício de Aragão já havia falecido em 1621 e a sua viúva recebera essa tença durante 41 anos, ou seja, até 1666, ano em que faleceu.

Na mesma folha do manuscrito em que está lançada a petição acima referida (fl. 79) ficou registada uma outra petição de uma viúva. Desta vez, é D. Maria Teixeira, viúva do doutor António Pacheco Fabião, lente de Prima de Medicina, que solicita uma tença, invocando que seu marido servira a Universidade por mais de 40 anos, sendo os ordenados das cadeiras que lecionara menores do que os das demais Faculdades. Esta viúva alega ainda que tivera de sustentar seu filho Inácio Pacheco, *"nas fronteiras do Alentejo"*, e que este morrera servindo a Universidade. Solicita 60 mil réis de tença, pois ficara *"em grande pobreza"*. De novo se vê invocada a terrível situação

da Guerra da Restauração, que se prolongou por muitos anos, depois da restauração da independência de Portugal, em 1640. Como nos damos conta, em 1666, ainda se invocavam as despesas e a sobrevivência de militares nas fronteiras do Alentejo. O Reitor despacha favoravelmente este pedido e ainda acrescenta uma dívida de dois moios de trigo e 30 mil réis, para serem pagos a sua filha D. Maria Pacheco. Mas depois de ouvir os deputados da Mesa da Fazenda da Universidade, este assunto teve outra resolução (fl. 79v), pois os membros da Mesa esclareciam sempre o Reitor, quando surgiam dúvidas.

Deve dar-se nota de um facto importante colhido neste registo e que é o seguinte. Os deputados da Mesa da Fazenda relataram que havia sido atribuída uma tença, em vida, ao referido professor, provavelmente porque alegara também serem muito menores os vencimentos dos professores da Faculdade de Medicina. No entanto, o Reitor foi informado de que não se sabia qual o despacho que o Rei dera a este pedido, pois não havia na Universidade um livro onde se apontassem estes despachos e seria conveniente que uma cópia dos Despachos Régios fosse enviada à Universidade e *“se atalharem de todo novos requerimentos”*.

A partir da fl. 31, os registos deixam de apresentar uma data, sendo a última de 16 de março de 1665. Esta situação não pode deixar de suscitar algumas questões: laxismo no registo? Apenas se registam os dados significativos, desconsiderando a data, uma vez que é o mesmo ano letivo? Mas esta situação foi corrigida, a partir da fl. 38v, em que de novo se registou a data, neste caso concreto, 25 de maio de 1665. A partir da fl. 40 há uma nova ausência de datação, que é retomada a fl. 42, voltando depois a estar de novo ausente a partir da fl. 44. Voltará a ser retomada, de forma intercalada, até ao final do volume, fl. 104, que termina com o registo datado de 6.12.1666, com a petição do aluno Manuel Salvado Pereira, de 24 anos, estudante de Cânones, que relata ter faltado à matrícula em janeiro de 1666 e pede ser relevado neste atraso na sua matrícula, uma vez que, de acordo com os Estatutos da Universidade, a matrícula deveria ter lugar em outubro.

6. Petições de rendeiros e foreiros de prazos da Universidade

Como já foi referido, o rótulo de título na lombada do volume em análise tem a indicação de *Petições e Despachos dos Estudantes de Coimbra*. Mas não são apenas petições de alunos, como já foi dito, nem tão pouco petições de viúvas de professores. Chegou o momento de mencionar, também, a existência de petições de rendeiros de propriedades pertencentes à Fazenda

da Universidade. Eram vastas essas propriedades, rústicas e urbanas, e estavam situadas, não poucas vezes, em locais muito distantes de Coimbra. Nas fls. 58v a 59v, podemos tomar conhecimento de certas situações vividas com esses rendeiros e foreiros. Primeiramente, atente-se no pedido que foi feito por D. Guiomar da Silveira, que era a sucessora num prazo que tinha estado na posse de seu irmão Pedro da Cunha e de seu sobrinho Gonçalo Vasques, os quais haviam, entretanto, falecido. Trata-se do prazo da Carapinheira (do concelho de Montemor-o-Velho), para o qual solicita que lhe seja passada uma carta de renovação do emprazamento em terceira vida. Mas o Reitor, depois de apresentar o caso ao *Conselho de Claustro Pleno* (por ser a quem competia decidir sobre estes assuntos) e também depois de ter sido apresentada a situação em Mesa da Fazenda, concluiu que não podia ser satisfeito o seu pedido, pois havia dívidas de pagamento de rendas, por parte de Gonçalo da Cunha, e a Universidade tinha já iniciado uma demanda judicial com este último rendeiro. Não podemos deixar de transcrever a opinião do Reitor e demais conselheiros e deputados. Uma vez que a Universidade retomara a posse da dita propriedade, após o falecimento do anterior rendeiro, que só deixara dívidas, não seria aconselhado dar despacho favorável ao pedido de D. Guiomar da Silveira. Quando a Universidade decidisse fazer novo emprazamento do prazo da Carapinheira *"não devia ser à pessoa da suplicante por ser mulher, e por isso mesmo menos idónea para cultivar, e grangear as terras do prazo..."*. Este registo não está datado, mas deve situar-se próximo de 16.11.1665, data do último registo que apresenta data (fl. 56v). Estas afirmações são questionáveis, pois sabemos que muitas mulheres, que enviuvaram, sucederam nos emprazamentos a seus maridos, quando não tinham filhos maiores que lhes pudessem suceder, diretamente.

Os maus anos agrícolas e as intempéries são muitas vezes invocados como razão para os rendeiros não cumprirem o pagamento das rendas. Como exemplo, refira-se a situação relatada por João Pires da Veiga, que se encontrava preso na cadeia da Universidade e que tinha sido rendeiro da Universidade, do prazo de Torre de Manteigada, no ano de 1660 a 1661 (fl. 59v). Quando os frutos estavam maduros, *"veyo repentinamente huma grande cheya e diluvio de agoa que levou toda a novidade dos feijões que no campo estava, e a maior parte do milho em que elle teve grande perda..."*. Este relato de intempéries confirma o que já é conhecido sobre o mau tempo, de calor abrasador e de chuvas torrenciais, que fora relatado para esta época histórica.

O Padre António Vieira – que, como dissemos, se encontrava detido no Colégio de Coimbra da Companhia de Jesus, desde 1663, por processo que lhe estava a ser movido pela Inquisição – tem sido muitas vezes referido

como testemunha presencial do que se vivia em Coimbra. As cartas que daqui escreve, nas quais relata este tempo de provação (para si, por estar preso, mas também para toda a população, pelo que sofriam com as intempéries), são excepcionais quanto à brilhante redação que se lhe conhece e por este precioso testemunho, precisamente durante o primeiro ano do Reitorado de D. Manuel Corte-Real de Abranches (Vieira, 1997)¹³. Já acima foi referido um comentário seu, sobre o tempo em Coimbra, logo no mesmo dia em que D. Manuel Corte-Real de Abranches iniciava o seu diário (5.5.1664). Mostra, pela sua correspondência, estar muito a par de tudo o que se passava na Universidade e também uma certa proximidade com o Reitor. Pelo menos é o que transparece nestes breves trechos das duas cartas de 7.9.1665, uma dirigida a D. Teodósio de Melo: *"O reitor da Universidade esteve aqui esta manhã, e não teve novidade no correio; seus parentes, como de antes, mas nem por isso contentes."*; e outra dirigida ao Marquês de Gouveia: *"Veio próprio ao reitor da Universidade, com aviso da peste de Inglaterra, e ordem para se porem nos portos desta costa as cautelas necessárias, as quais se teme muito não sejam bastantes..."*¹⁴. O Padre António Vieira escreveu estas duas cartas em Vila Franca, local hoje pertencente à Portela do Mondego (Coimbra), onde o Colégio de Jesus possuía uma quinta, considerada de recreio, para onde se havia retirado, como acontecia com os residentes no colégio, sempre que houve momentos de peste em Coimbra, desde o séc. XVI (Coutinho & Trigueiros, 2022).

Pelas suas afirmações ficamos a saber que o Reitor da Universidade o visitara, mas nada disso ficou registado neste suposto "diário". A apresentação deste manuscrito termina com a afirmação de que seria um diário pessoal e institucional, redigido durante o exercício do seu cargo institucional, onde anotava os assuntos que se lhe deparavam na Universidade. Por vezes, surgem algumas opiniões pessoais, como aquela que foi redigida em 14.9.1665: *"juntando Claustro Pleno fiz ler nelle a carta inclusa de V. Mg.de... e depois de se rezolver no dito Claustro..."* (fl. 52). A questão que se discutia era relativa à decisão tomada sobre a celebração do dia 15 de outubro, que passou a ser um dia de guarda dedicado a Santa Teresa, no qual haveria préstito da Universidade, tal como era desejo do Rei D. Afonso VI.

¹³ V. a publicação das Cartas do Padre António Vieira, com anotações de J. Lúcio de Azevedo. Foi esta a obra consultada sempre que foram utilizadas cartas escritas de Coimbra pelo Padre António Vieira.

¹⁴ Vieira (1997), t. II, pp. 235 e 238.

Conclusão

Ao estudar este manuscrito, no sentido de encontrar, com mais clareza, ideias e factos que pudessem trazer um esclarecimento sobre a sua origem, deparámo-nos com algumas surpresas. Começou por ser apenas um caderno avulso redigido entre 1664 e 1666, mas, no séc. XIX, foi-lhe colocada uma encadernação, com título e data, em letras douradas, na lombada, sobre um rótulo de pele vermelha. No seu interior, encontrava-se um pequeno recorte de papel que sugestionava ser o vol. 1 de uma suposta coleção de outros volumes, de outra tipologia, que se encontrariam, possivelmente, no arquivo pessoal do Reitor da Universidade. O registo de vencimento, lavrado em livro de registo da Universidade¹⁵, após o seu falecimento, revela que foi seu herdeiro o seu sobrinho Francisco Barreto, que recebeu 205 mil e 334 réis, “por ser terça de morto”. Assim, supomos que o volume que pertencia ao arquivo pessoal do Reitor Manuel Corte-Real de Abranches terá passado para as mãos deste seu herdeiro e nunca pertenceu ao acervo do Arquivo da Universidade. Mesmo que se desejasse fazer um cotejo com outros apontamentos diários de outros reitores, eles não existem, no fundo documental da Universidade de Coimbra, no seu Arquivo. Estamos, assim, perante um exemplar único desta tipologia documental, de riquíssimo valor informativo, que vem colmatar lacunas no conhecimento de muitos aspetos da vida interna da instituição universitária. Além de poder revelar que estes diários eram redigidos para suporte das decisões do Reitor e, certamente, teriam existido para outros períodos cronológicos e em outros reitorados. A identificação aposta na lombada “*Petições e Despachos dos Estudantes...*” fica muito aquém do conteúdo deste volume, como foi possível revelar na análise que foi feita.

Fontes e bibliografia

Fontes documentais

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Paróquia de S. Pedro, Coimbra*. Livro Misto n.º 3 (1662-1675), [PT/AUC/PAR/GBR35/001/0003].

¹⁵ V. Universidade de Coimbra (F); *Folhas de Ordenados* (SR), 1666-1667, fl. 2v (AUC-IV-1ª E-11-5-5).

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Universidade de Coimbra*, Atas dos Conselhos, Vol. 24 (1663-1664), fl. 12-12v, [PT/AUC/ELU/UC].

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Universidade de Coimbra*, Folhas de Ordenados, (1665-1666), fl. 56, [PT/AUC/ELU/UC].

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. *Universidade de Coimbra*, Folhas de Ordenados, (1666-1667), fl. 2v, [PT/AUC/ELU/UC].

Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo

Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1643). *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, [PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18523].

Referências bibliográficas

Bandeira, A. M. L. (1995-1996). Catálogo dos processos de habilitação a partidos médicos e boticários. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 15-16, 354-516.

Coutinho, M. J. P., & Trigueiros, A. J. (2022). Quinta de Vila Franca, Portela do Mondego, Coimbra. In *1655 Escala em Coimbra. Um jovem jesuíta entre o Ocidente e o Oriente* (pp. 129-140). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Figueiroa, F. C. de. (1937). *Memorias da Universidade de Coimbra*. Universidade de Coimbra.

Freitas, H. L. (2017). *Ingressos na Universidade de Coimbra ao tempo do reitorado de Manuel Côrte-Real de Abranches (1664-1666)* [Relatório de Mestrado não publicado]. Universidade de Coimbra.

López-Salazar (2013). Família e parentesco en la Inquisición portuguesa: el caso del Consejo General (1569-1821). In A. I. López-Salazar, F. Olival & J. Figueirôa-Rêgo (Eds.), *Honra e sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares (séculos XVI-XIX)* (pp. 129-154). Caleidoscópio. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9689/1/LopezSalazar%202013.pdf>

Morais, F. (1951). *Reitores da Universidade de Coimbra: notas biográficas e retratos*. Tertúlia Académica.

Rodrigues, M. A. (1999). *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores: para uma história da instituição*. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Viegas, N. (1649). *Oraçam funebre nas exeqvias, que ao... Senhor D. Francisco Barreto Bispo do Algarve... se fizerão no Real Convento do Carmo de Lisboa, em que está depositado*. Officina de Domingos Lopes Rosa. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1013/bndigital1013.pdf.

Vieira, A. (1997). *Cartas* (Coord. e anot. por J. Lúcio de Azevedo, vol. 2). Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

A Real Mesa Censória como Fonte para a História da Informação Económica e dos Mercados Financeiros em Portugal

The Real Mesa Censória as a Source for the History of Economic Information and Financial Markets in Portugal

TOMÁS PINTO DE ALBUQUERQUE

Investigador Integrado ISEG-RESEARCH, Universidade de Lisboa

tomaspintodealbuquerque@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0057-3509>

RESUMO

Este artigo analisa o fundo documental da Real Mesa Censória como fonte para o estudo da circulação de informação económica no mercado financeiro lisboeta durante o século XVIII. Partindo da problemática da assimetria de informação nos mercados, procura-se demonstrar de que forma agentes económicos exteriores às redes mercantis tradicionais acediam a dados relevantes para as suas decisões de investimento. Através da análise de periódicos, nacionais e estrangeiros, papéis avulsos e literatura financeira inspecionados pela censura, evidencia-se a existência de mecanismos informacionais funcionais, ainda que mediados e condicionados pelo contexto censório. A investigação recorre a um levantamento empírico direto no Arquivo Nacional Torre do Tombo, revelando a importância do fundo enquanto infraestrutura de preservação da informação económica. Por fim, a comparação com outros centros europeus, como Madrid, Londres ou Amesterdão, permite qualificar Lisboa como um mercado semi-opaco, com soluções endógenas de mitigação da assimetria informacional, oferecendo um contributo relevante

para a reinterpretação da história dos mercados de capitais no Antigo Regime português.

PALAVRAS-CHAVE: História económica; Mercado financeiro; Informação; Censura; Arquivos.

ABSTRACT

This article examines the documentary holdings of the Real Mesa Censória as a source for studying the circulation of economic information in the Lisbon financial market during the eighteenth century. Starting from the problem of information asymmetry in markets, it aims to demonstrate how economic agents outside traditional merchant networks accessed relevant data for their investment decisions. Through the analysis of national and foreign periodicals, loose printed papers, and financial literature inspected by the censorship authority, the study highlights the existence of functional information mechanisms, albeit mediated and constrained by the institutional framework of censorship. The research is based on direct empirical work conducted at the Arquivo Nacional Torre do Tombo, underscoring the value of this collection as an infrastructure for preserving economic information. Finally, by comparing Lisbon with other European centres such as Madrid, London, and Amsterdam, the article characterises the Portuguese capital as a semi-opaque market, with endogenous solutions for mitigating informational asymmetry, contributing to a reinterpretation of the history of capital markets in the Portuguese Ancien Régime.

KEYWORDS: Economic history; Financial market; Information; Censorship; Archives.

Introdução

Nos últimos 40 anos, a microeconomia tem incorporado *inputs* analíticos que começaram por ser estritamente da área que se convencionou chamar de economia neo-institucionalista. Um dos mais importantes desses *inputs* implicou a revisão do arquétipo do agente racional, considerando-se que qualquer decisão racional é baseada em informação limitada, com custos na sua acessibilidade, além de que o seu processamento depende de estímulos neuronais e cognitivos, em grande medida dependentes de comportamentos, ou *habitus* adquiridos (North, 2018). Por outro lado, a infor-

mação pode não ser idêntica para as duas partes num contrato. A microeconomia designa por *risco moral* os custos de uma transação derivados de informação escondida e que só é revelada *ex post* no contrato; e por *seleção adversa* os custos de informação não partilhada *ex ante*. Ambos os riscos têm consequências na “secagem” do mercado no médio prazo, pois apenas participam nas transações os agentes, ou os bens, de qualidade decrescente. O problema da assimetria de informação e o seu impacto na perda de eficiência alocativa do mercado teve origem no estudo clássico de Akerlof sobre o mercado de trabalho (Akerlof, 1970)¹. Consagraram-se as abordagens que consideram os custos de informação nesta perspetiva e assume-se que a eficiência alocativa do mercado, em termos agregados, depende da informação ser “idealmente” simétrica (Carlos et al., 2007, pp. 1–2).

Os mercados de capitais, desde os seus primórdios, requerem um conjunto de infraestruturas para a afetação dos recursos financeiros disponíveis, pois essas infraestruturas impactavam, ontem como hoje, na qualidade de informação disponível. Falamos de garantias legais para as transferências, intermediários ativos, e informação suficientemente disseminada, independentemente de haver um local para as transações (Carlos et al., 1998; Gelderblom & Jonker, 2004; Levine, 2005; Mirowski, 1981; Murphy, 2009; Neal, 1993, 2000).

Em diferentes trabalhos, David Justino (1993, 1994) pugnou por demonstrar a existência de um mercado de capitais no Portugal do século XVIII, ainda que apenas aventando essa possibilidade, não verificando a diversidade de produtos, nem discutindo as suas dinâmicas à luz da atual historiografia. Depois de Justino, foram dados importantes passos, sobretudo, no que ao crédito diz respeito (Costa et al., 2018a, 2018b; Madureira, 1994; Rocha, 1996, 1998; Rodrigues, 2024). Recentemente, o seu trabalho foi completado pelo estudo feito por nós sobre o mercado secundário das ações das companhias coloniais portuguesas na segunda metade do século XVIII. Ali, analisamos o mercado financeiro lisboeta e o impacto que o mercado secundário dos títulos das companhias coloniais teve na criação de uma nova dinâmica (Albuquerque, 2023).

Entre os estudiosos do mercado financeiro não há dúvidas de que a informação é um elemento essencial para o seu desenvolvimento. Aquilo

¹ Para uma definição dos problemas de informação e o modo de funcionamento do mercado, qualquer *Handbook* de economia institucional disponibiliza uma detalhada explicação e demonstração formal dos respetivos mecanismos. Em Paulo Trigo Pereira encontra-se uma explicação acessível, ainda que sem demonstração matemática, na qual assenta a curta definição apresentada (Pereira, 2008, pp. 93–98).

que neste artigo pretendemos demonstrar é quais são as fontes a que os historiadores da economia podem recorrer para conseguir compreender de que forma é que os participantes do mercado tinham acesso à informação sobre ele. Já sabemos que entre o grupo dos comerciantes ela circulava por meio das redes, elemento fundamental para a circulação de informação (Albuquerque, 2018, 2019; Aslanian, 2008; Bohorquez, 2016; Lamikiz, 2007, 2013; Trivellato, 2009; Vanneste, 2015). Resta saber, no entanto, de que forma é que o demais público, não detentor dessas relações, poderia ter acesso a informação que lhe permitisse tomar uma decisão de investimento.

É assim que o fundo da Real Mesa Censória se apresenta como uma fonte importante para estudar a informação que circulava. Na secção um ocupamo-nos inteiramente da formação e função da instituição, dessa forma dando a entender como se constitui o fundo. Na secção dois, olhamos para o papel da informação, como elemento essencial dos mercados financeiros, tendo por medida de comparação aqueles mercados mais desenvolvidos, como são o caso da Inglaterra e dos Países Baixos. Já na secção três, ocupamo-nos da análise dos periódicos, dos papéis e dos livros, inspecionados pela Real Mesa Censória, que foram uma fonte de informação para os participantes no mercado, condicionando as suas decisões. Terminamos com a conclusão.

1. A Real Mesa Censória

A Real Mesa Censória foi criada pelo Alvará de 5 de abril de 1768, com o intuito de fiscalizar as obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino. Esta função não era nova na Monarquia; tinha já antes estado a cargo do Tribunal do Santo Ofício e do Desembargo do Paço², de quem a nova Mesa era herdeira. A Mesa tinha também o papel de conceder licenças de comercialização, impressão, reimpressão e encadernação de livros e papéis avulsos, bem como autorizações de posse e leitura de livros proibidos.

² A Bula de Paulo III denominada *Ceia do Senhor* arroga à Igreja o papel de decisão sobre os livros que devem ser censurados e proibidos. É com respaldo nessa bula, datada de 13 de abril de 1559, e introduzida em Portugal cerca de 1567, que o Santo Ofício se arrogava o papel de censor dos livros e papéis que podiam ou não circular em Portugal. O Alvará de 4 de dezembro de 1576 determina que não se podiam imprimir livros, nem circular impressos, nacionais e estrangeiros, sem licença régia e sem aprovação do Desembargo do Paço, os quais depois deviam ainda ser aprovados pelos oficiais do Santo Ofício. O incumprimento tinha como pena a multa de 100 cruzados e um ano de degredo para África. A legislação veio a ser reforçada com o alvará de 31 de agosto de 1588, que prescrevia que nenhum livro fosse impresso, mesmo que autorizado pelo Santo Ofício, sem ter o aval positivo do Desembargo do Paço, aumentando as penas relativas ao incumprimento (Pereira, 1890).

A 18 de maio de 1769 é promulgado o seu Regimento, que constituirá a orgânica da instituição, definindo que a mesa de censura seria formada por um Presidente e vários Deputados

“de diferentes profissoens, e estados: A saber, Theolgos, Juristas, e Politicos. Sahirão de modo ordinário das Ordens do Clero Secular, e Regular (...), e dos Ministros do Meu Conselho, e dos Meus Tribunaes, e Relaçøens. Serão pela maior parte Doutores, Lentes, ou Oppositores às cadeiras da Universidade de Coimbra, (...); e deverá sempre sahir algum delles do Tribunal da Inquizição”³.

Determina-se ainda no regimento que a mesa tenha um Secretário, um Porteiro e um Contínuo. Cerca de 1775, sabemos da existência de uma Secretaria de Censura, criada em consequência da complexidade das suas funções e, certamente, do volume de trabalho, necessitando-se por isso de um departamento específico só dedicado a esse tema.

Para além das funções que foram atribuídas à Mesa, aquando da sua criação, o Alvará de 4 de junho de 1771 vem aduzir-lhe nova jurisdição. Desta feita, deixa sobre a sua chancela a administração das escolas de Estudos Menores do Reino⁴ (Rosa & Gomes, 2014), incluindo o Colégio dos Nobres (Araújo, 2020). A par disso, teve também por missão a criação de uma Biblioteca Pública, à semelhança das demais nações europeias (Domingos, 1992, pp. 137–138). Os primeiros contributos para a constituição do acervo bibliográfico advieram das extintas Casas dos Jesuítas (Domingos, 1992, p. 140). Foi com o Alvará de 29 de fevereiro de 1796 que se fundou a *Real Biblioteca Pública da Corte* (Domingos, 1992, pp. 157–158), transformada séculos depois na atual Biblioteca Nacional de Lisboa.

Cerca de 20 anos depois da criação desta nova instituição, sob os auspícios do que a historiografia denominou de “A Viradeira”⁵, procedeu-se a uma revisão das medidas tomadas no reinado anterior. É assim que surge o Decreto de 21 de junho de 1787, com a intenção expressa, na letra da lei, de “crear e fundar de novo”. Assim, a Real Mesa Censória passa a chamar-se *Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros*. A sua orgânica

³ Regimento de 18 de maio de 1769.

⁴ Anteriormente dirigida pela Companhia de Jesus, a quem foi retirada essa função pelo Alvará de 28 de junho de 1759.

⁵ “A Viradeira” é o nome pelo qual ficou conhecido o primeiro período de governo de Dona Maria I.

interna sofre algumas alterações: mantém-se o cargo de Presidente, que passa agora a ser obrigatoriamente exercido por um eclesiástico, nomeado pela monarca. O exercício do seu mandato deveria ser guiado pela Bula Papal *Romanorum Pontificum*⁶, pela qual o Papa Pio VI orientava qual deveria ser o funcionamento da censura, sobretudo quanto ao tema da religião. Definiu-se também um número fixo de oito deputados, também eles nomeados pela monarca, devendo ser homens de diferentes profissões e reconhecida dignidade intelectual.

Entendeu-se ser também fundamental nesta reforma deixar expressa a jurisdição formal da “nova” Mesa, sobre “todos os Vendedores, ou Mercadores de livros, Estampadores, Livreiros e Impressores”, criando-se, para isso, uma jurisdição privativa da Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros. Esta nova instituição funcionou entre 1787 e 1794, data da sua extinção pela Carta de Lei de 17 de dezembro, em que o papel de fiscalização passa de novo ao Santo Ofício, Desembargo do Paço e Bispos.

O fundo documental da Real Mesa Censória e das instituições que lhe sucederam integra processos de censura, obras examinadas, registo de legislação régia enviada e expedida pela mesa, registos dos censores, livros entregues ao Secretário para exame, bulas pontifícias com proibições de livros, genealogias manuscritas, documentos relativos à administração dos Estudos Menores. Todo este fundo documental diz respeito ao Reino, mas também aos espaços coloniais (Beline, 2021; Verri, 2009). Tem um âmbito cronológico alargado, estendendo-se desde o século XVII até ao XIX, mais concretamente entre os anos de 1687 e 1831, e está subdividido em 574 unidades de instalação, a que correspondem 24 livros e 550 caixas.

Os documentos que suportam este estudo são o resultado de um levantamento feito no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em especial, a partir das fichas que existem na sala de referência. Para isso, verificámos todas as fichas procurando documentos que se pudessem relacionar com o tema da divulgação de informação. Assim, os periódicos surgiram como uma fonte primordial. Completamos esse levantamento com a procura de outros tipos de documentos, como panfletos, papéis avulsos e livros, que contribuísssem também para a divulgação de informação sobre o mercado financeiro em Lisboa.

Nenhum estudo, até à presente data, se preocupou em analisar o fundo da Real Mesa Censória, com uma perspetiva de dele extrair dados para a História Económica. Os estudos que encontramos prendem-se com personagens de relevo que se relacionaram com a instituição, ou com perspetivas

⁶ Proclamada em 29 de novembro de 1780.

ligadas à história da literatura ou do teatro (Anjos, 2014; Carvalho, 2009; Ciccio, 2021; DeNipoti & Fonseca, 2011; Magalhães, 2022).

Ora, para a História Económica, o fundo da Real Mesa Censória também tem à sua guarda importantes documentos. Se, por um lado, a censura era uma forma de controlar o tipo de informação, por outro, foi a garantia de hoje termos acesso a um conjunto documental que fornece indícios de como circulariam os dados sobre os mercados. Nesse fundo, encontramos um sem número de notícias, maioritariamente ligadas à situação política, com destaque para a Guerra que, como é sabido, tem enorme impacto nos mercados. Também as novas da entrada e saída de navios, nacionais e estrangeiros, não só dos principais portos do Reino, como Lisboa, Porto ou Setúbal, mas também de outros portos europeus – como espanhóis, ingleses e franceses – permitiram aos investidores de mercadorias conhecer os fluxos dos bens. Houve igualmente espaço para a divulgação dos valores dos produtos na praça de Lisboa, oferecendo-se preços do trigo ou da cevada, a par do preço do algodão. Um outro elemento essencial era a evolução dos câmbios de Lisboa, em relação a outras praças com negócios diretos com a capital do império português, como Amesterdão, Londres, Paris ou Génova. Por seu lado, os periódicos estrangeiros que circulavam na capital portuguesa traziam informações comerciais do mesmo género, permitindo aos investidores portugueses estender os seus portfólios, se nisso tivessem interesse.

Para além dos periódicos, os papéis avulsos, com enorme tradição no caso português, permitiram, sobretudo, anunciar acontecimentos pontuais, como negociações para a Ásia que procuravam fundos, leilões que iriam ocorrer, ou outras oportunidades de negócio. Isto foi completado com os livros, que foram surgindo e tinham como função melhorar a formação dos investidores, aumentando a sua literacia financeira, e consequentemente os seus investimentos. Antes mesmo de passarmos à sua análise, olhemos ao que sabemos sobre o papel da informação no funcionamento dos mercados financeiros, desde a sua origem.

2. Informação

Considerando que as infraestruturas intangíveis contribuem, ainda que de forma distinta, para agilizar o encontro entre oferta e procura, Carlos e Wandschneider (2007, pp. 3–4) caracterizaram os mercados em três categorias: mercados transparentes, mercados semi-opacos e mercados opacos.

Os mercados transparentes, tal como o nome indica, disponibilizavam mais informação, com imprensa regularmente atualizada, sobretudo nas praças ou locais publicamente reconhecidos como destinados às transações. Os semi-opacos enfrentavam alguns obstáculos à circulação e obtenção de informação, por exemplo, por falta de uma imprensa especializada e regularmente distribuída ao público. Já os mercados opacos funcionaram em condições antagónicas aos ditos transparentes, sendo maior a probabilidade de as partes no contrato deterem informação desigual sobre o valor e a qualidade do produto transacionado.

Para que uma transação de compra-venda se realize, é necessário conhecer-se “onde”, “o quê”, e “a quem”, isto é, onde vender ou comprar, quais as características intrínsecas do produto a transacionar, e a quem vender ou comprar. A obtenção dessa informação representa um custo de transação. Nesse sentido, quanto mais disseminada for a informação sobre onde, o quê e a quem, melhor funciona o mercado como sistema de alocação de fundos financeiros.

Mais do que anunciar, para os agentes no mercado revelava-se essencial conhecer os preços e a sua variação, pois o próprio preço é uma informação condicionadora de decisões. Nos primórdios dos mercados, em muitas cidades europeias, a informação era veiculada através de dois meios possíveis. Por um lado, a informação escrita, onde cabe a imprensa, as listas de preços e a literatura financeira (Murphy, 2009, pp. 89–113). Por outro, os espaços de convívio eram fundamentais, tanto para obter informação, como mesmo para se operarem algumas trocas, dentro e fora dos espaços “oficiais” (Murphy, 2009, pp. 114–136). Inglaterra foi o primeiro centro financeiro a inaugurar a publicitação de listas de preços, com quotização regular dos valores das ações das empresas sediadas naquela praça (Murphy, 2009, pp. 97–106; Neal, 1993). O acesso a listas de preços permite ao investidor ter uma noção das tendências e volatilidade dos preços, e ajuda na formação de uma decisão informada, seja na aquisição, seja na liquidação de determinado ativo (Murphy, 2009, pp. 97–106). Amesterdão só cerca de 1796 é que teve uma lista de preços semelhante às inglesas (Neal, 1993, p. 27). Até então, a informação era veiculada nos espaços de encontro, ou em inúmeros jornais que surgiram a partir do século XVII (Smith, 1984, pp. 998–999).

Tanto Londres como Amesterdão tinham espaços próprios para as trocas. Em Londres no *Exchange Alley* e, sobretudo, nos cafés de *Lombard Street*, em Amesterdão também existiu um espaço edificado com o intuito de albergar as trocas, o *Amsterdam Exchange Alley*, alargando-se também a *Dam Square* (Petram, 2011, pp. 30–31). Aí o comércio dos títulos podia

ser feito por troca direta entre comprador e vendedor, ou através de um intermediário (Dickson, 1967, p. 490 e ss.). Em Lisboa, até ao Terramoto de 1755, a Rua dos Ferros era o espaço primordial das trocas, local onde desde tempos medievais os comerciantes, nacionais e estrangeiros, se encontravam. Existia um espaço para fixação de informações relativas a preços, o Tavalado (Sousa, 1825, p. 290). Na Idade Média estava instalado na Rua Nova, tratando-se de uma estrutura em madeira, de onde se faziam pregões públicos (Silva, 2024, p. 349). Tal era a importância desse espaço que a oficina da Gazeta de Lisboa se instalara nessa rua uns meses antes do cataclismo⁷. Depois da destruição causada pelo sismo, nos planos de reconstrução da cidade, foi projetado um novo espaço para acolher a Bolsa de Lisboa, que só veio a ser inaugurado em 1769. Nesse interregno, a atividade da praça deslocou-se para um café na Rua da Esperança (Santana, 1978; Justino, 1994, pp. 1–10 e 53–55; Pedreira, 1995, p. 392).

Apesar de a historiografia já ter dado conta da atividade financeira desses espaços, continuamos sem saber de que forma um investidor, sem uma rede alargada de conhecimentos, como era o caso dos comerciantes, poderia aplicar as suas economias no mercado financeiro lisboeta. Poderíamos pensar que os notários de Lisboa, à semelhança do que aconteceu em França, teriam feito essa “gestão de contactos”, como apontam Hoffman et al. (2019), para o encontro da oferta e da procura, endereçando assim a sua intermediação como solução para problemas de seleção adversa, mais do que o risco moral. No entanto, analisando o mercado de crédito, Leonor Freire Costa e seus coautores (2018b), apesar de concluírem que a mediação notarial em Lisboa foi muito superior àquela feita em Amesterdão e Antuérpia, adiantam que esta, ainda assim, não ultrapassava os números de Paris, embora os notários da capital portuguesa intermediassem contratos de crédito entre partes com origem social mais diversa do que na capital francesa. Leonor Freire Costa, analisando o papel dos notários no século XVIII, entende que o recurso ao selo público era o reflexo, se não de uma completa impessoalização das trocas, pelo menos da perceção de risco de uma das partes sobre as condições gerais onde se desenrolava o negócio, guerra incluída, procurando o serviço dos notários para segurança de capitais na obtenção de escritura pública. Ou seja, o recurso aos notários reduzia os custos de transação, pois a escritura constituía um título de propriedade, mas não resolvia o problema da obtenção de informação para saber onde e no que investir.

⁷ *Gazeta de Lisboa* de 13 de março de 1755. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 467.

É assim que os periódicos, papéis avulsos e livros que constituem o fundo da Real Mesa Censória se apresentam como uma importante fonte de conhecimento para os historiadores da Economia.

3. O Periodismo em Portugal: Jornais, Panfletos e Livros

Os historiadores da imprensa portuguesa mantêm um debate sobre em que momento se inicia a história da imprensa em Portugal. Se com as denominadas *Relações de Severim de Faria* (1625), se com a *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641* (Tengarrinha, 1992, p. 246). Isto porque se entende que esta segunda é aquela que reúne os requisitos para se poder considerar um jornal, a saber: a) periodicidade, b) encadeamento, e c) conteúdo específico, que o distingue de um livro ou um panfleto. Antes desses jornais, existiram notícias avulsas, pelo menos desde o século XVI, que não eram regulares, surgindo em consequência de um acontecimento que desencadeasse a necessidade de divulgação de novidades. No século XVII aumentou a profusão desses papéis noticiosos avulsos (Dias, 2022, pp. 17–24), vindo a ser regulados pela Carta Régia de 26 de janeiro de 1627, em que se impunha que a sua impressão dependesse de uma licença (Tengarrinha, 1992, p. 247). O período da Restauração alimentou alguns dos periódicos, quer gazetas, quer mercúrios, sendo o tema da Guerra da Restauração o principal foco das notícias veiculadas por esses impressos (Dias, 2022, pp. 14–16).

O século XVIII não foi profícuo na criação de novos periódicos e folhetos. Na primeira metade, a *Gazeta* foi um dos periódicos mais veiculados. Os primeiros números do século correspondem ao ano de 1704, onde se davam conta de notícias de vários sítios da Europa, mas também de Lisboa. Existiu também uma coletânea denominada *Notícias dos Gloriosos Sucessos*, ocupada, sobretudo, com a ofensiva portuguesa na Guerra de Sucessão de Espanha (1702-1714). Em 1715 surgira a *Gazeta de Lisboa*, e em 1718 a *Gazeta de Lisboa Oriental*⁸. A par destes surgiram também a *Folha de Lisboa* (1740-1743) e o *Mercúrio de Lisboa* (1744-1745). Só no final do século XVIII é que surgiram inúmeros periódicos, com espaço para a mais variada publicidade (Tengarrinha, 1989, p. 44), o que continuará pelo século XIX.

⁸ Fundada em 06 de janeiro de 1718, sobreviverá até 31 de agosto de 1741.

Os Periódicos

A publicação da *Gazeta de Lisboa*⁹ certamente que importou para a divulgação de informação relevante para os interessados em comprar ou vender instrumentos financeiros¹⁰. Retomada a sua impressão em Lisboa no ano de 1715¹¹, à semelhança das publicações congéneres europeias, a *Gazeta* dava conta de um conjunto de notícias internacionais, como guerras, conflitos comerciais, mudanças de poderes, mas também de temas nacionais, havendo divulgação do periódico por várias outras cidades e vilas do país¹² (Alves, 1989; Soares, 2007, p. 60). Todos estes temas impactavam de uma forma ou de outra o mundo comercial. Calculou-se que a *Gazeta* tivesse cerca de 1500 exemplares de tiragem por edição, um número modesto, quando comparado com outras edições estrangeiras de gazetas (Dias, 2022, p. 28). Tal não é de todo estranho se tivermos em conta que menos de 20% da população portuguesa seria alfabetizada (Reis, 2005, pp. 201–202). Apesar disso, a *Gazeta*, mesmo não sendo um periódico especializado, não deixou de ter um papel na acessibilidade da informação mercantil. Elisa Soares desenvolveu um estudo sobre a publicidade nas gazetas de Lisboa desde a sua fundação até 1760. Ali começou por dar conta de que a maioria dos produtos anunciados se relacionaram sobretudo com livros e panfletos sobre os mais variados temas, onde a religião ocupava um espaço primordial, revelador das preferências dos consumidores portugueses (Soares, 2007, pp. 65–90). No entanto, houve

⁹ No fundo da Real Mesa Censória encontramos exemplares da *Gazeta de Lisboa* para os anos de 1716-1745, 1746-1754, 1755-1762, 1778-1780, 1780-1784, 1785-1790, 1792-1801, 1802-1808, 1809-1811, 1812-1814, 1818-1832. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixas 466, 465, 467, 474, 475, 469, 468, 470, 471, 472, 476.

¹⁰ Um instrumento financeiro é qualquer documento que representa um contrato envolvendo um ativo financeiro, e um ativo financeiro é um direito a futuros pagamentos, que pode ser livremente negociado (Grath, 2016, p. 238).

¹¹ O alvará concedia ao seu impressor permissão para funcionar, detendo por ele o monopólio das impressões no reino. Este cunho do monarca na fundação da imprensa transformou a *Gazeta* num veículo de informação oficial, ganhando espaço quanto à confiança que se poderia ter nas informações veiculadas por ela. Isso não a escusava de passar pelo crivo da Real Mesa Censória, o que poderia também filtrar algumas das informações a divulgar.

¹² “A *Gazeta de Lisboa* foi redigida de acordo com um plano político-historicista, mas simultaneamente cronológico e socio-geográfico. As primeiras notícias de cada número da *Gazeta de Lisboa* eram as mais antigas, oriundas de inumeráveis pontos da Europa e do resto do mundo. Divididas por regiões ou reinos, no interior de cada uma destas rubricas separadas por parágrafos, as notícias ‘aproximavam-se’ do tempo mais recente e, simultaneamente, da Península Ibérica. Consoante a proximidade da informação, cada acontecimento era descrito entre um a dois meses na *Gazeta de Lisboa*. Só a última parte de cada número era dedicada às notícias em Portugal e na Corte. Esta secção seria a última a entrar na composição gráfica.” (Dias, 2022, pp. 29–30).

espaço à divulgação de bens e serviços. Nesse levantamento a autora encontrou alguns anúncios que se relacionaram diretamente com aquilo que estamos a estudar. O primeiro deles diz respeito à venda de um ofício de escrivão em 1717¹³, outro deles foi o que a autora identificou como serviços bancários, onde incluiu a compra de ações, breves e bulas. Ainda identificou o anúncio de uma lotaria promovida pelos irmãos da Mesa dos Enjeitados do Hospital Real de Todos os Santos¹⁴, bem como uma lotaria holandesa que estaria ainda aberta no ano da publicação e onde se poderia participar¹⁵.

Num levantamento feito por nós, e que completa o daquela autora, vimos que na *Gazeta* de 11 de setembro de 1755 surgiu um anúncio de uma página intitulado *Advertência*, onde se publicitou que o Provedor e Deputados da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão tinham os livros abertos para aceitar a compra de ações. Dava-se nota de quando e onde se podiam fazer essas compras¹⁶. Um ano depois, em 1756, publicaram-se os Estatutos da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro¹⁷.

A partir de 1778, depois de um período em que a *Gazeta de Lisboa* teve a sua publicação suspensa¹⁸, as informações financeiras começaram a ser mais

¹³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 49, de 9 de dezembro de 1717: “Quem quizer comprar o Officio de escrivaõ do bayrro de S. Paulo desta Cidade Occidental, falle com Antonio Feliz de Sequeyra, official da Secretaria da Junta dos Tres Estados, morador na rua da Portugueza à Bica de Duarte Bello, Freguezia de S. Catherina de Monte Sinay” (*apud* Soares, 2007, p. 91).

¹⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 18 de fevereiro de 1723: “O Provedor e irmãos da Mesa dos Enjeitados do Hospital Real todos Santos faz publico, que a Lotaria de Sortes, concedida a favor dos meninos expostos na roda delle se achaõ a 28 deste presente mez de Fevereiro, e se lhe dá principio a tirarem se o primeiro de Abril Infallivelmente” (*apud* Soares, 2007, p. 94).

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 22 de fevereiro de 1746: “De Hollanda se recebeu noticia de haver formado huma terceira, e nóva lotaria de Sórtes da Cidade Oldorfe, autorizada por Conde Walburgo [...] A coleçam começa nas principaes cidades de Comercio ham de se fechar a 6 Junho de 1746, as Sórtes se ham tirar a 4 de Julho do dito anno. As listas, mapas destas Sórtes se acharám, e bilhetes dellas na lôja de Pedro Honorio Martim na Rôa nova dos Mercadores” (*apud* Soares, 2007, pp. 94–95).

¹⁶ “O Provedor e Deputados da Companhia geral do Gram Pará e Maranhão principiarão a receber as ações da mesma Companhia no primeiro dia deste mez de Setembro, na sua casa do despacho, junto da Igreja de Santo António, o que hamde continuar todas as segundas, quartas, e sextas feiras de tarde de cada semana, em quanto se nam completar o numeroo das mesmas açoens, em conformidade dos §.§48, e 49 da sua instituição. Toda a pessoa que se quizer interessar na dita Companhia, pode concorrer à dita caza do despacho, nas tardes dos dias apontados; advertindo-se que por ora se não admitem mais que 10 cruzados a cada pessoa, para que assim se possa comunicar o benefício da dita companhia ao mayor numero de interessados, que couber no possível.” *Gazeta de Lisboa* de 11 de setembro de 1755 – Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Real Mesa Censória*, Caixa 467.

¹⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 39 e ss., de 1756 (Marcos, 1997, pp. 455–456 e 578–580, nota 1568).

¹⁸ A *Gazeta de Lisboa* teve a sua publicação suspensa entre 16 de julho de 1762 e 8 de agosto de 1778.

completas, certamente em resposta às exigências dos leitores. É assim que se mantêm as informações sobre a frequência dos navios e cargas no porto de Lisboa¹⁹, que já anteriormente exigiam algumas páginas do periódico, mas acrescentaram ainda cotações de algumas ações do Banco de Inglaterra e da Companhia das Índias Inglesa²⁰, dos preços dos mais variados produtos alimentares, ou do câmbio entre a praça de Lisboa, Amesterdão, Londres, Génova e Paris²¹, ou a chegada das frotas espanholas ao porto de Cádiz²².

Comparativamente com o que se verificava antes de 1762, reduzem-se os números que contemplam informação quanto às entradas das frotas portuguesas, nomeadamente as vindas do Brasil ou da Ásia. É interessante referir que a Guerra de Independência Americana (1775-1783) (Hill, 2017) é seguida atentamente pelo periódico, que, por ter um impacto positivo no comércio português com o Oriente (Albuquerque, 2020), tornava essas informações particularmente pertinentes para a comunidade mercantil lisboeta²³.

A *Gazeta de Lisboa* prosseguirá a sua publicação até 1832, continuando a divulgar notícias relativas ao mercado e, em concreto, aos produtos financeiros, como é exemplo o anúncio do arrendamento da Comenda de Santa Maria de Algodres, em Viseu, anunciado em 1810²⁴. A presença desses anúncios torna-se permanente, havendo informações relativas à entrada e saída de navios do porto de Lisboa, vendas de imóveis e foros, valores dos câmbios para várias cidades da Europa, bem como das taxas de desconto no caso das letras de câmbio, leilões de vários produtos a ocor-

¹⁹ *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 4, de 04 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 6, de 11 de setembro de 1778.

²⁰ *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 13, de 30 de outubro de 1778.

²¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 18 de agosto de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 5, de 1 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 6, de 8 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 15 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 22 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 10, de 06 de outubro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 13 de outubro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 20 de outubro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, de 27 de outubro de 1778, Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 474.

²² *Gazeta de Lisboa*, n.º 2, de 11 de agosto de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 22 de setembro de 1778 in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 474.

²³ *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 9, de 02 de outubro de 1778; dá-se a seguinte nota: “as notícias desagradáveis da America fizerão logo baxar os nossos fundos; mas tornara a restabelecer-se. Banco 115; Índias 137,5; Sul 72,5”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 474.

²⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 1, de 1 de janeiro de 1810, in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 471.

rerem em diferentes locais e concursos para arrematação de contratos, como era o caso dos dízimos²⁵.

Também o *Hebdomadário Lisbonense*²⁶, publicado entre dezembro de 1763 e julho de 1767, era destinado especialmente ao público de Lisboa. Tinha uma periodicidade semanal e foi, na essência, uma publicação com relevância comercial (Dias, 2022, p. 46). Contribuiu para a divulgação de informação económico-financeira, com notícias referentes à compra e venda de bens móveis²⁷ e imóveis (mobiliários, relicários, propriedades rurais ou urbanas, etc.), de procura de criados, anúncios de escravos fugidos, bem como de divulgação de serviços²⁸. Parece-nos até que o periódico se dedicou mais à atividade publicitária do que ao relato noticioso propriamente dito, estando quase inteiramente dedicado à divulgação de anúncios de venda ou intenção de compra²⁹, muito à semelhança do *Diário Noticioso de Madrid*, a que faremos referência mais adiante. Mas, para além disso, no levantamento que fizemos, encontrámos também, tal como acontecia nas gazetas, divulgação do tráfego no porto de Lisboa, com notícias sobre as entradas e saídas de navios portugueses e estrangeiros, bem como as respetivas cargas³⁰, mas também anúncios de leilões de rendas ou de mercadorias³¹.

Outro importante periódico é o *Correio Mercantil e Económico de Portugal*³², onde se davam notícias relativas aos temas de Agricultura, Artes

²⁵ Estes dados podem ser conferidos nas Gazetas de Lisboa relativas aos anos de 1818 a 1832. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 476.

²⁶ Este periódico teve uma publicação entre 1763 e 1765, sensivelmente no período em que a Gazeta esteve suspensa, ocupando por isso um espaço importante quanto à divulgação deste tipo de anúncios.

²⁷ Dentro dos bens móveis cabiam também as tenças. Como lembrou já Fernanda Olival, esses títulos podiam ser vendidos pelos seus proprietários, havendo um mercado secundário para eles. É isso mesmo que nos dá conta o n.º 17 do *Hebdomadário Lisbonense* de 1765, “Vendem-se duas mercês de Habito de Cristo, huma com Tença de cinquenta mil reis, e a outra de quarenta mil reis de Tença, para as poder lançar no Almoxarifado que quizerem, e tem as renunciadas prontas (...)” Mas também se vendiam ofícios como foi o caso do anúncio da venda do “Ofício de Escrivão da Meza do Consulado da Alfandega da Cidade de Faro”, *Hebdomadário Lisbonense* n.º 23, de 1765.

²⁸ Falamos de serviços de Dentista “He chegado a esta Corte Carlos Castiglione Professor Dentista, Italiano de Nasção, aprovado em muitas Cortes da Europa (...). Tira as molas, e as raizes, ou dentes rotos (...)” *Hebdomadário Lisbonense*, n.º 16, de 1765, Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

²⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

³⁰ *Hebdomadário Lisbonense*, n.º 14, n.º 17, n.º 19, n.º 22, n.º 23, n.º 24, n.º 25, de 1765, in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

³¹ *Hebdomadário Lisbonense*, n.º 24, de 1765, in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

³² O fundo da Real Mesa Censória conserva as edições entre os anos de 1796 a 1809. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 477.

e Comércio, tanto estrangeiras como portuguesas. Foi publicado entre 1790 e 1811, e mantinha uma publicação semanal (Dias, 2022, pp. 55–56). No que ao comércio diz respeito, o periódico dá conta da entrada e saída de navios do porto de Lisboa, Setúbal e do Porto. Havia uma constante preocupação com as notícias comerciais das diferentes praças, havendo uma maioria dedicada à praça de Londres. Os conflitos bélicos, sobretudo provocados por franceses, nos alvares da Revolução Francesa, têm especial destaque. Há constantes referências aos câmbios das diferentes praças, à chegada de frota a outras cidades da Europa e também aos preços de vários géneros. Identificam-se, também, as mercadorias entradas em Lisboa, com o título de “Preços do Terreiro”. Aqui há referências a géneros como o trigo da terra, o milho e a cevada, e respetivos locais de origem. Numa outra secção davam-se os “Preços do Haver o Pezo”, relativo ao azeite, à manteiga, ao arroz e ao bacalhau, indicando-se valores e unidades de medida. Contempla também uma rubrica para os “Preços de alguns generos da Praça”, nomeadamente algodão de Pernambuco, Maranhão, Baía, Pará, Rio de Janeiro, dando o preço em reis por libra. Havia também espaço para anunciar os valores do cravo fino, cacau e salsa parilha. Por fim, reservavam-se algumas linhas para os anúncios de venda de propriedades, arrendamento de comendas, venda de bens móveis, venda de execuções, leilões de propriedades em hasta pública, ou referência a casas comerciais falidas, nacionais e estrangeiras.

Para além desses periódicos, havia ainda acesso aos jornais estrangeiros que eram divulgados em Portugal. Isso mesmo informava a própria *Gazeta de Lisboa*, que anunciava os locais onde eles poderiam ser comprados³³. No fundo documental da Real Mesa Censória, são inúmeros os exemplos não só de jornais, mas também de livros, panfletos e opúsculos estrangeiros que aquela mesa inspecionou. A *Gaceta de Madrid*³⁴ era um periódico herdeiro das gazetas que se começaram a publicar em Madrid no século XVII (Fernández Mera, 2020, pp. 107–108). À semelhança das congéneres europeias, era sobretudo um veículo de notícias ligado à Coroa. O periódico começava com as principais notícias das capitais europeias e das colónias, sendo a ordem da sua posição a proximidade à capital espanhola. María Victoria Fernández Mera considera que a *Gaceta* não era mais do que um mero diário de notícias de publicação dos instrumentos legislativos proclamados pelo monarca,

³³ *Gazeta de Lisboa* de 12 de julho de 1759 – dá-se conta de que os *Mercúrios da Europa* compostos na língua portuguesa se vendem no Adro de S. Domingos.

³⁴ A Real Mesa Censória conserva no seu fundo exemplares da *Gaceta de Madrid* para os anos de 1713-1770, 1776-1799, 1777-1795 e 1800-1803. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixas 487, 488, 489, 490.

de acordo com os seus interesses (Fernández Mera, 2020, p. 111). Apesar disso, circulou em Portugal e era muitas vezes citado pela *Gazeta de Lisboa* quando se referia a notícias de Castela. Outro dos exemplos de Espanha era o *Diário Noticioso* [de Madrid], também ele com impressão e circulação sobretudo na capital espanhola. Foi fundado em 1 de fevereiro de 1758, com o nome *Diario Noticioso, Curioso, Erudito, Comercial y Político*, depois alterado para apenas *Diario Noticioso*. Foi o primeiro diário espanhol e teve a sua publicação assegurada até 4 de maio de 1808, altura em que José Bonaparte assume o controlo do território, sendo extinto. A sua publicação era sobretudo ocupada com anúncios, havendo espaço, é claro, para os anúncios comerciais. Assim, havia avisos sobre compra e venda de bens móveis e imóveis, bem como anúncios relacionados com a venda de censos³⁵ e ações de companhias³⁶.

A análise dos periódicos espanhóis inspecionados pela Real Mesa Censória, como a *Gaceta de Madrid* ou o *Diário Noticioso*, permite estabelecer uma comparação relevante com os impressos portugueses. Em ambos os casos, o controlo censório estruturava a circulação de informação. No entanto, a imprensa madrilena apresenta uma maior formalização na publicação de dados sobre ações, impostos e contratos régios, o que poderá indicar um grau mais elevado de institucionalização da informação económica. Em contraste, a imprensa lisboeta dependia mais de papéis avulsos e de mecanismos indiretos de publicidade comercial. Esta assimetria ajuda a compreender o carácter mais opaco do mercado financeiro português, em linha com a tipologia de Carlos e Wandschneider (2007), mas também revela formas alternativas e funcionais de disseminação informacional.

Inglaterra, por seu lado, tinha também presença na divulgação das suas notícias em Lisboa. O fundo da Real Mesa Censória guarda exemplares do *The London Chronicle* e do *Courrier de Londres*. No caso do primeiro, os exemplares dizem respeito ao ano de 1788. O periódico escrito em inglês, e editado pelo Parlamento de Inglaterra, tinha uma secção exclusivamente dedicada às ações das empresas inglesas intitulada “Stocks”. Resumia também

³⁵ *Diário Noticioso* de 23 de fevereiro de 1758: “Se vende um Censo de 10\$ reales de principal y 3 por 100 de redito, situado com facultad Real, sobre um Mayorazgo de 400 ducados de renta anual efectiva, se acudirá à la calle de Jacimetrenzo, frente de la casa del Señor Cepeda, sobre uma Prenderia, quarto segundo”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491. A propósito dos Censos no caso espanhol, ver Sanjuán, 2022.

³⁶ *Diário Noticioso* de 16 de fevereiro de 1758: “Se venden tambien dos Acciones en la Compañía de Toledo, de cinquenta doubles cada una, y cederán parte de los reditos caídos desde el año de 1750. Dará razón el Padre Sacristan Mayor del Convento de Lerced Calzada.” Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

os preços de vários grãos e anunciava falências. Dava ainda conta dos rendimentos dos impostos arrecadados pelo Estado inglês e que garantiam o pagamento da dívida soberana, ao mesmo tempo que divulgava o resultado das eleições dos novos governadores da Companhia das Índias Inglesa³⁷. O *Courrier de Londres* apresentava informações semelhantes, mas mais completas. Escrita ora em francês, ora em inglês, foi ocasionalmente traduzida para português. O fundo da Mesa apenas tem exemplares para o ano de 1788. Na edição de 7 de março de 1788³⁸ surge uma secção final com o título “Commerce”, com a lista de navios entrados e saídos nos portos de França e da Grã-Bretanha. Numa outra secção denominada de “Prix des Fonds Publics, & état di Change entre Londres & les principales Villes commerçantes de L’Europe”, davam-se informações sobre as ações do Banco de Inglaterra, as Ações da Companhia das Índias e os Bilhetes de Lotaria. Forneciam-se também dados relativos aos câmbios de Londres para Amesterdão, Roterdão, Hamburgo, Paris, Bordéus, Livorno, Génova, Veneza, Lisboa e Porto. Estas informações seriam dadas de forma sistemática nos números que se seguiram.

Foram ainda inspecionados pela Mesa periódicos franceses³⁹, italianos⁴⁰ e alemães, neste último caso com abundantes informações sobre câmbios e circulação de navios⁴¹.

Papéis

Como dissemos, a publicação de papéis noticiosos em Portugal remonta ao século XVI. Em certos casos, a divulgação em concreto de determinados assuntos exigia que se fizessem circular papéis que dessem conta de negociações que se preparavam, mercadorias que se queriam vender em leilão,

³⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

³⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

³⁹ *Gazette de Paris* é o periódico que encontrámos relativo a França. Apenas há exemplares para o ano de 1791, estando inteiramente dedicado a temas políticos. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

⁴⁰ As *Notícias de Nápoles* correspondem a um conjunto de papéis manuscritos, sobretudo dedicados ao tema da política, escritos em italiano. O fundo da Mesa Censória guarda cerca de 34 exemplares manuscritos, que correspondem aos anos de 1785-1786. Temos também o caso do periódico *Notizie del Mondo*, inteiramente dedicado ao tema da política. Estava escrito em italiano, e a Mesa guarda vários números para o ano de 1790. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

⁴¹ Referimo-nos ao periódico alemão *Raiserlich*, relativo ao ano de 1790, onde se contam os câmbios para várias cidades, como Francfort, e também a entrada e saída de navios de vários portos germânicos. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

rendas que estivessem disponíveis para arrematar. Assim, era necessário que essas condições fossem impressas e divulgadas; para tal cabia à Real Mesa Censória a sua verificação e a respetiva autorização para posterior impressão e cópias. Esta era uma instrução manuscrita, feita no documento da prova que chegava à mesa para inspeção. Aposta a necessária autorização, o documento era impresso, e passava mais uma vez por revisão. Se estivesse tudo em conformidade, podia-se então avançar para a impressão das cópias.

Assim, a maioria dos documentos que analisámos no fundo da Mesa, dizem respeito aos protótipos manuscritos daquelas que seriam depois as impressões. Já dissemos que a Guerra de Independência Americana teve um impacto positivo no comércio português com o Oriente. Assim, alguns dos documentos que encontrámos dizem precisamente respeito a essa rota comercial, redescoberta na segunda metade do século XVIII, mais concretamente entre 1775 e 1790. Assim, encontrámos a publicação das “Instruções pelas quais se devem regular os vassalos desta coroa (...) para segurança do seu comercio marítimo, e livre navegação para os Portos Estrangeiros (...)”, publicado pela Junta do Comércio em 1781, no sentido de alertar os negociantes para o perigo do conflito que se desenvolvia na América, Europa e Ásia, em consequência da guerra desencadeada pelas colónias americanas⁴². Apesar disso, esse momento era de euforia, pois os lucros garantidos pelo negócio da Ásia eram enormemente aliciantes. Assim, em 1779, Cristiano Stoqueler, filho, Francisco Xavier Stoqueler e Joaquim António Alberto, comerciantes da praça de Lisboa, formaram uma sociedade para levar a nau “Penha de França, S. Francisco de Paula e Almas” aos portos da Ásia, mais concretamente a Macau⁴³, tendo obtido permissão da Coroa, como impunha a legislação em vigor⁴⁴. Ao publicarem o facto, e as respetivas condições, atraíam assim potenciais investidores.

Os sucessos dessas navegações refletem-se também nos inúmeros leilões de mercadorias asiáticas que foram feitos em Lisboa. Para que eles fossem possíveis de concretizar, era necessário que o público soubesse onde se dirigir. A publicação da data e da hora dos leilões, bem como dos produtos a serem vendidos e das suas quantidades, e ainda dos lanços base, era essencial à concretização dos leilões. Foi esse o caso de uma negociação regressada de Macau, em 1771, em que os diretores da mesma fizeram imprimir as condições em que

⁴² Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 506, doc. 4628.

⁴³ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 506, doc. 4634.

⁴⁴ Alvará de 24 de novembro de 1770.

se realizaria o leilão dos bens vindos daquela cidade, dando conta a todos os potenciais interessados. Nesse sentido, os diretores José Rodrigues Bandeira, Inácio Pedro Quintela, Anselmo José da Cruz Sobral, Paulo Jorge e Francisco José Lopes fizeram publicar, com autorização da Mesa, as ditas condições do leilão da negociação da “Nau Rainha de Nantes por invocação Nossa Senhora da Penha de França”: “hão de arrematar parte da carga da dita Nau vinda da Cidade do Nome de Deus de Macau, entrada neste porto em 28 de Junho de 1771”⁴⁵.

Ocorriam também leilões de produtos com outras origens, como foi o caso do leilão promovido por Horne & Sill, em 4 de novembro de 1779: “handem vender em Leilão publico na Casa dos Fretadores de Mercadorias e Corretores do Numero, (...) a carga da Polaca hespanhola São José, vinda de Buenos Aires a carga de 8385 couros em cabelo, 200 peles e 6 peles de leopardo”⁴⁶. O saque dos navios pelos ingleses foi muitas vezes vendido em Lisboa. Instituições como a Alfândega do Açúcar⁴⁷, o Tribunal da Junta do Tabaco⁴⁸, a Alfândega de Lisboa⁴⁹ e mesmo as companhias coloniais⁵⁰ promoveram também leilões, todos eles necessitando da respetiva autorização da Mesa para publicação dos seus anúncios.

A venda das rendas de cobrança de impostos das mais variadas instituições, bem como a publicitação dos contratos de fornecimento de bens à Coroa, eram também objeto de impressão e divulgação na praça, com o intuito de informar os investidores que quisessem participar. Assim, a 13 de novembro de 1780, pede-se autorização para ser impresso um papel que dava conta de que iam ser arrematadas várias rendas de comendas, a saber, do Arcebispado de Braga, do Bispado de Viseu e do Bispado de Coimbra, ou ainda de que se iam pôr a lanços várias rendas na Mesa da Consciência e

⁴⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁴⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁴⁷ Pedido, manuscrito, de anúncio de leilão de 23 caixas de açúcar branco, vindo da Baía, a decorrer na Alfândega de Lisboa, em 4 de maio de 1775. É acompanhado pela lista das caixas e respetivas quantidades. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514, doc. 5422.

⁴⁸ Pedido, manuscrito, de publicação da lista de fazendas que se puseram a lanços no Tribunal da Junta do Tabaco no ano de 1771, vindas de Macau na Nau Rainha de Nantes. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514, doc. 5441.

⁴⁹ Pedido, manuscrito, para publicação das condições de leilão da Alfandega de Lisboa, de caixas de açúcar branco fino, vindo de Goa, pertencentes à “Real fazenda da Casa e Estado das Senhoras Rainhas deste Reino”, datado de 1785. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514, doc. 5438.

⁵⁰ Condições dos leilões na Junta da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba vindos do Brasil em 1768, 1771, 1772, 1775, 1776, 1777, 1780. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 513, docs. 5399 a 5407.

Ordens, nomeadamente a Comenda de Estremoz em 1794⁵¹, e no qual se divulgavam as condições da Renda dos Dízimos da Verdura em 1775⁵². Foi esse também o caso do Contrato de Fornecimento das Fardas de Infantaria, posto a lanços em 1724 pelo Tribunal da Junta dos Três Estados, entre outros⁵³.

Encontramos ainda papéis avulsos relativos à divulgação dos espaços de realização de leilões privados⁵⁴, venda de seguros de vida e contra fogo⁵⁵, ou lançamento de lotarias⁵⁶.

Livros

Por fim, a circulação de literatura que ajudasse na formação sobre o tema dos mercados e da finança não é abundante. Sabemos, pelo estudo de Elsa Soares, e pela análise que fizemos dos periódicos portugueses, que havia divulgação de livros sobre temas ligados à finança. São também abundantes os letreiros e anúncios colocados pelos livreiros, que a mesa inspecionou, entre os séculos XVIII e XIX⁵⁷. O apetite editorial dos leitores estava mais orientado, sobretudo, para livros ligados à religião. Apesar disso, a *Gazeta de Lisboa* de 12 de julho de 1759 anunciava a venda do título *Artihmetica do valor de todas as moedas, que correm nestes reinos, senhorias de Portugal com a taboada pequena e grande e as figuras da conta romana, para o uso dos contadores*. Sabemos também da publicação, cerca de 1760, de umas *Memórias sobre a Companhia dos Mares do Sul*⁵⁸, o que

⁵¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁵² Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁵³ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 513, docs. 5408 a 5411.

⁵⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, doc. 5097.

⁵⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, docs. 5063 e 5064.

⁵⁶ Conjunto de documentos relativos a lotarias a serem lançadas: 1792, 1797, 1806, 1807, 1825, 1828. Trata-se de lotarias particulares, de lotarias para benefício do Teatro de São Carlos e da Iluminação da Cidade de Évora. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, docs. 5066-5073.

⁵⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, docs. 5119 a 5398.

⁵⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Manuscritos da Livraria*, n.º 2034 – autor desconhecido.

pode denotar algum interesse sobre o tema das companhias. A Mesa inspecionou ainda obras como o *Tratado de cambios e taboadas*, em 1782⁵⁹.

Jorge Pedreira considerou a produção de alguns manuais com algum êxito editorial, mas sobretudo dedicados a um público em concreto: àqueles que procuravam entrar no mundo dos negócios (Pedreira, 1992). O historiador deixa claro que, a partir da segunda metade do século XVIII, a procura do grupo de comerciantes por formação aumentou, sendo prova disso a divulgação de manuais, sobretudo a partir da criação da Aula do Comércio, precisamente versada para ensinar aqueles que quisessem ingressar nas lides dos negócios por grosso (Pedreira, 1995, p. 414).

O Edital de 10 de julho de 1769 impôs que instituições e indivíduos enviassem catálogos das suas bibliotecas para inspeção e arquivo na Real Mesa Censória. O fundo é composto por 2420 entradas, só para o século XVIII (Campos, 2014, p. 297). No entanto, apesar dos esforços de alguns estudiosos (Campos, 2014; Marques, 1963), faltam ainda estudos sistemáticos que nos permitam compreender quais os principais títulos que compunham essas bibliotecas, bem como um valor aproximado das impressões dessas obras, seja a partir do fundo da Real Mesa Censória, seja de outros fundos, como é o caso dos Inventários Orfanológicos.

Conclusão

O estudo do fundo da Real Mesa Censória, aqui explorado numa perspetiva orientada para a História Económica, demonstrou que, apesar das limitações estruturais do mercado financeiro lisboeta do século XVIII – marcado por baixa literacia, escassa institucionalização formal e limitada especialização mediadora –, existiram canais funcionais de circulação de informação económica. O arquivo da censura, longe de ser apenas um instrumento de controlo ideológico, emerge como infraestrutura documental que viabilizou a preservação de dados essenciais ao funcionamento do mercado: notícias políticas, valores de câmbios, listas de produtos, avisos de leilões, anúncios de investimento e referências a companhias comerciais.

A análise dos periódicos, papéis e livros inspecionados pela Mesa revela que a informação sobre os mercados não só circulava, como o fazia de modo suficientemente sistemático para sustentar decisões de investimento por parte de agentes exteriores às tradicionais redes mercantis. Ao identificar

⁵⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, n.º 4869.

estas fontes e examinar a sua natureza, frequência e acessibilidade, o presente artigo contribui para a requalificação do mercado lisboeta no quadro da tipologia proposta por Carlos e Wandschneider (2007), aproximando-o de uma configuração semi-opaca, onde a assimetria informacional era mitigada por dispositivos informais e impressos regulados.

Comparativamente com os modelos inglês e holandês, ou mesmo com o caso madrileno, Lisboa apresentava uma configuração menos formalizada, mas funcional, sustentada em práticas locais, como os papéis avulsos e os pregões públicos. Este modelo híbrido é especialmente relevante para a historiografia, pois desafia a leitura dicotômica entre mercados “desenvolvidos” e “atrasados”, revelando a existência de soluções informacionais endógenas que garantiam algum nível de eficiência alocativa, ainda que sem os instrumentos da modernidade financeira.

O trabalho de levantamento arquivístico realizado neste estudo confirma o valor historiográfico do fundo da Real Mesa Censória e aponta caminhos promissores para investigações futuras. Entre esses, destacam-se: (i) o mapeamento sistemático das bibliotecas privadas inspecionadas pela Mesa, com vista à reconstituição da literacia económica dos agentes; (ii) o estudo propográfico dos autores e leitores dos impressos financeiros; (iii) a análise comparada, em maior profundidade, com outras praças comerciais europeias do Antigo Regime. Estes eixos de aprofundamento permitirão consolidar a Real Mesa Censória como uma das principais portas de entrada para a compreensão do sistema de informação económica no Portugal setecentista.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

- *Real Mesa Censória*, Caixas 457, 466, 465, 467, 474, 475, 469, 468, 470, 471, 472, 476, 477, 487, 488, 489, 490, 506, 512, 513, 514.

- *Manuscritos da Livraria*, n.º 2034.

Referências bibliográficas

Akerlof, G. A. (1970). The Market for «Lemons»: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 84(3), 488–500.

- Albuquerque, T. P. de. (2018). A rede comercial da sociedade dos Irmãos Silva Milheiros, 1804-1812. *História e Economia. Revista Interdisciplinar*, 20(1), 89–108.
- Albuquerque, T. P. de. (2019). Negociar a partir do centro: A Casa Comercial de Jacinto Fernandes Bandeira (1775-1806). In B. Lopes & R. L. de Jesus (Eds.), *Finanças, economia e instituições no Portugal moderno: Séculos XVI-XVIII* (pp. 309–339). Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press.
- Albuquerque, T. P. de. (2020). O financiamento do comércio da Ásia no último quartel de setecentos. *Configurações. Revista Ciências Sociais*, 26, Artigo 26.
- Albuquerque, T. P. de. (2023). *As Companhias Coloniais Portuguesas, 1755-1780: Acionistas, mercados de capitais e dinâmicas de governo* [Tese Doutorado não publicada]. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.
- Alves, R. (1989). Jornalismo no século XVIII. A Gazeta de Lisboa como fonte histórica (1746-1750). *História*, XII(12), 14–25.
- Anjos, C. V. dos. (2014). Glaucete Saturnio e a Real Mesa Censória: Uma crítica genética das Obras de Cláudio Manuel da Costa. *Revista de História*, 170, 261–290.
- Araújo, A. C. (2020). A Real Mesa Censória e o Colégio Real dos Nobres da Corte: Revisão e censura de um projeto civil, literário e educativo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 20, 397–418.
- Aslanian, S. (2008). "The Salt in Merchant's Letter": The Culture of Julfan Correspondence in the Indian Ocean and the Mediterranean. *Journal of World History*, 19(2), 127–188.
- Beline, H. V. J. (2021). Da Real Mesa Censória ao surgimento da imprensa no Brasil. *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 30, 129–144.
- Bohorquez, J. (2016). *Globalizar el Sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los impérios portugués y español: Rio de Janeiro y La Havana durante la Era de las Revoluciones* [Tese Doutorado não publicada]. European Institute of Florence.
- Campos, F. M. A. da S. G. de. (2014). *Bibliotecas de História: Aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII* [Tese Doutorado não publicada]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Carlos, A. M., Key, J., & Dupree, J. L. (1998). Learning and the Creation of Stock-Market Institutions: Evidence from the Royal African and Hudson's Bay Companies, 1670–1700. *The Journal of Economic History*, 58(2), 318–344.
- Carlos, A., Neal, L., & Wandschneider, K. (2007). Networks and Market Makers in Bank of England Shares: London 1720. *Financial History Review*, 8, 7–26.
- Carvalho, P. E. A. (2009). As Normas do Rey e as Normas do Gramático na Real Mesa Censória Portuguesa em 1771. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, VII, 130–141.
- Ciccia, M.-N. (2021). Auctorialité et anonymat dans le théâtre portugais à travers les pareceres négatifs de la Real Mesa Censória (1768-1794). *Reflexos*, 5, 1–20.
- Costa, L. F., Rocha, M. M., & Brito, P. B. (2018a). Os impactos do terramoto de 1755 no mercado de crédito de Lisboa. *Ler História*, 72, Artigo 72.
- Costa, L. F., Rocha, M. M., & Brito, P. B. (2018b). The alchemy of gold: Interest rates, money stock, and credit in eighteenth-century Lisbon. *The Economic History Review*, 71(4), 1147–1172.
- DeNipoti, C., & Fonseca, T. N. de L. e. (2011). Censura e mercê: Os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 4(2), 139–154.

- Dias, E. J. G. (2022). Visões panorâmicas sobre a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1820). In A. Cabrera & H. Lima (Eds.), *Imprensa em Portugal: Uma história* (pp. 11–120). Instituto de Comunicação da NOVA.
- Dickson, P. G. M. (1967). *The Financial Revolution in England: A Study in the Development of Public Credit, 1688-1756*. England & Brookfield, Vt.
- Domingos, M. D. (1992). Para a história da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*, 2, 137–158.
- Fernández Mera, M. V. (2020). El recorrido histórico de la Gaceta de Madrid. *Documenta & Instrumenta*, 18, 105–126.
- Gelderblom, O., & Jonker, J. (2004). Completing a Financial Revolution: The Finance of the Dutch East India Trade and the Rise of the Amsterdam Capital Market, 1595-1612. *The Journal of Economic History*, 64(3), 641–672.
- Grath, A. (2016). *The Handbook of International Trade and Finance: The Complete Guide for International Sales, Finance, Shipping and Administration*. Kogan Page Publishers.
- Hill, S. J. (2017). *China and the American Revolution*. Journal of the American Revolution. <https://allthingsliberty.com/2017/12/china-american-revolution/>
- Hoffman, P. T., Postel-Vinay, G., & Rosenthal, J.-L. (2019). *Dark Matter Credit: The Development of Peer-to-Peer Lending and Banking in France*. Princeton University Press.
- Justino, D. (1993). *Origens da Bolsa de Lisboa*. Bolsa de Valores de Lisboa.
- Justino, D. (1994). *História da Bolsa de Lisboa*. Bolsa de Valores de Lisboa.
- Lamikiz, X. (2007). Un 'Cuento Ruidoso?': Confidencialidad, Reputación y Confianza en el Comercio del siglo XVIII. *Obrario de Historia Moderna*, 16, 113–142.
- Lamikiz, X. (2013). *Trade and Trust in the Eighteenth-Century Atlantic World: Spanish Merchants and Their Overseas Networks*. Boydell Press.
- Levine, R. (2005). Finance and Growth: Theory and Evidence. In P. Aghion & S. N. Durlauf (Eds.), *Handbook of Economic Growth* (Vols. 1, Part A, pp. 865–934). Elsevier.
- Madureira, N. L. (1994). Crédito e Mercados Financeiros em Lisboa. *Ler História*, 26, 21–43.
- Magalhães, P. A. I. (2022). A Real Mesa Censória e a circulação das traduções dos escritos de Voltaire em Portugal (1768-1794). In L. E. Oliveira & J. E. Franco (Eds.), *A Revolução das Luzes. Progressos e limites da política reformista pombalina* (pp. 183–210). Criação Editora e Theya.
- Marcos, R. M. F. (1997). *As companhias pombalinas: Contributo para a história das sociedades por acções em Portugal*. Livraria Almedina.
- Marques, M. A. S. (1963). *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Imp. Coimbra Editora.
- Mirowski, P. (1981). The Rise (and Retreat) of a Market: English Joint Stock Shares in the Eighteenth Century. *The Journal of Economic History*, 41(3), 559–577.
- Murphy, A. L. (2009). *The Origins of English Financial Markets: Investment and Speculation before the South Sea Bubble* (1st ed.). Cambridge University Press.
- Neal, L. (1993). *The Rise of Financial Capitalism: International Capital Markets in the Age of Reason*. Cambridge University Press.
- Neal, L. (2000). How it all began: The monetary and financial architecture of Europe during the first global capital markets, 1648–1815. *Financial History Review*, 7(2), 117–140.

- North, D. C. (2018). *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. Três Estrelas.
- Pedreira, J. M. V. (1992). Os manuais dos negociantes em Portugal (1750-1820): 'economia moral' e economia política. In J. Luís Cardoso & A. Almodovar (Eds.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico* (pp. 173–201). CISEP.
- Pedreira, J. M. V. (1995). *Os Homens de Negócios da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pereira, P. T. (2008). *Prisioneiro, o amante e as sereias: Instituições económicas, políticas e democracia*. Almedina.
- Pereira, S. (1890). Instituições sociais portuguesas. VII – A censura dos livros e a direcção das escolas de ensino público. *O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 398, 14.
- Petram, L. O. (2011). *The world's first stock Exchange: how the Amsterdam market for Dutch East India Company shares became a modern securities market, 1602-1700*. Instituut voor Cultuurt en Geschiedenis, Países Baixos.
- Reis, J. (2005). Economic Growth, Human Capital Formation and Consumption in Western Europe Before 1800. In R. C. Allen, T. Bengtsson & M. Dribe (Eds.), *Living Standards in the Past* (pp. 195–225). Oxford University Press.
- Rocha, M. M. (1996). *Crédito privado num contexto urbano: Lisboa, 1770-1830* [Tese de Doutoramento não publicada]. Instituto Europeu de Florença.
- Rocha, M. M. (1998). Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (século XVII-XIX). *Análise social*, 33(145), 91–116.
- Rodrigues, L. (2024). Institutional investors in the Portuguese credit market (1550-1800): The case of the Misericórdias. *Revista de Historia Economica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 1–29.
- Rosa, T., & Gomes, P. (2014). Os estudos menores e as reformas pombalinas. *Revista Interações*, 10(28), Artigo 28.
- Sanjuán, Í. E. (2022). The imperceptible financial (r)evolution of the censo. *Investigaciones de Historia Económica – Economic History Research (IHE-EHR), Journal of the Spanish Economic History Association*, 18(01), 38–49.
- Santana, F. (1978). O Paço da Praça do Comércio 1769-1780. *Olisipo*, 141, 44–56.
- Silva, M. F. (2024). A Rua Nova de Lisboa: Da génese medieval ao final inesperado. In M. J. M. da Rocha & N. Resende (Eds.), *História da Arquitetura Perspetivas Temáticas (III). A Rua na estrutura urbana* (pp. 345–354). CITCEM e Misericórdia do Porto.
- Smith, W. D. (1984). The Function of Commercial Centers in the Modernization of European Capitalism: Amsterdam as an Information Exchange in the Seventeenth Century. *The Journal of Economic History*, 44(4), 985–1005.
- Soares, E. C. P. de C. (2007). *A publicidade na Gazeta de Lisboa: 1715-1760* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Sousa, J. J. C. P. e. (1825). *Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*. Rolland.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Editorial Caminho.
- Tengarrinha, J. (1992). Imprensa. Em J. Serrão (Ed.), *Dicionário da História de Portugal: Vol. IV* (pp. 246–273). Livraria Figueirinhas.

- Trivellato, F. (2009). *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-cultural Trade in the Early Modern Period*. Yale University Press.
- Vanneste, T. (2015). *Global Trade and Commercial Networks: Eighteenth-Century Diamond Merchants*. Routledge.
- Verri, G. M. W. (2009). Relações de Notícias na Província de Pernambuco entre 1795 e 1803. *ANPUH – XXV Simpósio nacional de História*.

Os processos de obras particulares da Câmara Municipal de Sines e o Gabinete da Área de Sines (1971–1989)

Private Building Permit Files of the Municipal Council of Sines and the Sines Area Office (1971–1989)

SANDRA PATRÍCIO

Responsável pelo Arquivo Municipal de Sines; Investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa

ssilva@letras.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4613-1036>

RESUMO

A actual unidade de informação “Processos de Obras Particulares” do Município de Sines tem origem numa competência partilhada entre duas entidades: o Município de Sines e o Gabinete da Área de Sines (GAS). Entre 1971 e 1975, conforme o Decreto-Lei n.º 270/71, o GAS assumiu a responsabilidade pelo licenciamento das obras particulares nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém, no âmbito do desenvolvimento do complexo industrial e logístico da região. Daqui resultou uma produção e custódia partilhadas que se prolongaram até 1989, quando todos os processos foram transferidos para a Câmara Municipal de Sines. O estudo analisa as implicações desta partilha na integridade do vínculo arquivístico, na comunicabilidade, acessibilidade e conservação da informação. Para tal, recorreu-se à pesquisa documental sobre a história do GAS e ao conceito de história custodial, os quais foram complementados pela análise dos processos no Arquivo Municipal. Conclui-se que a dupla responsabilidade influenciou a organização, o acondicionamento, os instrumentos de descrição e o acesso aos dados sobre o licenciamento dos imóveis. Embora esta série exista

em todas as câmaras municipais, a sua história administrativa e custodial confere-lhe características únicas na Área de Sines, distinguindo-a das restantes.

PALAVRAS-CHAVE: Processos de obras particulares; História Custodial; Área de Sines.

ABSTRACT

The information unit Private building work record files in the municipality of Sines has its origins in a shared responsibility between two entities: the municipality of Sines and the Sines Area Office (GAS). Between 1971 and 1975, in accordance with Decree-Law No. 270/71, the GAS assumed responsibility for licensing private works in the municipalities of Sines and Santiago do Cacém, within the scope of the development of the region's industrial and logistics complex. This resulted in shared production and custody that continued until 1989, when all files were transferred to the Sines Municipal Council. The study analyses the implications of this sharing on the integrity of the archival link, on the communicability, accessibility and conservation of information. To this end, documentary research on the history of GAS and the concept of custodial history were undertaken, complemented by an analysis of the files held in the Municipal Archive. It concludes that the dual responsibility influenced the organisation, storage, description tools and access to data on property licensing. Although this series exists in all municipal councils, its administrative and custodial history gives it unique characteristics in the Sines area, distinguishing it from the rest.

KEYWORDS: Private building work record files; Custodial History; Sines Area.

Introdução¹

A unidade de informação “Processos de Obras Particulares” do Município de Sines é produzida e custodiada pelo Município de Sines, mas entre 1971 e 1975 a competência que a gerou pertencia ao Gabinete da Área de Sines, de acordo com o Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de Junho. Este diploma criou a instituição para desenvolver o complexo industrial e logístico da Área de

¹ A autora escreve ao abrigo do antigo acordo ortográfico, de 1945, por estar em desacordo com o objectivo de unificação da ortografia do português em todos os países de língua oficial portuguesa, que considera um valor sócio-cultural intrínseco, bem como com o desaparecimento, na língua, das marcas da sua evolução a partir do Latim.

Sines. Durante esse período, de acordo com o artigo 40.º, alínea 1, do diploma referido, o licenciamento das obras particulares nos concelhos de actuação directa do Gabinete eram de sua responsabilidade, e já não dos municípios de Sines e de Santiago do Cacém. A unidade de informação actual é fruto de um período específico em que outra entidade que não o município de Sines tinha competências na sua produção e custódia.

Este estudo de caso tem como objecto uma série de produção e custódia partilhada entre uma autarquia — o Município de Sines — e o poder central — o Gabinete da Área de Sines — entre os anos de 1971 e 1989. O objectivo é identificar quais as consequências dessa produção e custódia partilhadas para a integridade do vínculo arquivístico da unidade de informação, assim como para a sua comunicabilidade, acessibilidade e estado de conservação.

Para atingir esse desiderato, iniciou-se o estudo pela pesquisa documental da literatura existente acerca da história do Gabinete da Área de Sines e do seu arquivo e pela exploração dos conceitos de história custodial e de processo de obras particulares. Seguiu-se a investigação da história custodial da série “Processos de Obras Particulares” da Câmara Municipal de Sines, entre 1971 e 1989, a partir do Arquivo desta entidade, tendo sido aplicados os conceitos de produção e de custódia partilhada entre dois produtores e custodiantes durante esse período.

Conclui-se que entre 1971 e 1989, data em que todos os processos de obras particulares resultantes do licenciamento de obras particulares no concelho de Sines, produzidos pelo Gabinete da Área de Sines e pela autarquia, foram transferidos integralmente para esta última, as duas entidades tiveram responsabilidades na sua produção e custódia. Essa partilha de responsabilidade, hoje exclusivamente da Câmara Municipal de Sines, determinou a organização da unidade de informação, o seu acondicionamento, a elaboração dos instrumentos de descrição disponíveis e o acesso à totalidade da informação sobre o imóvel em causa. Esta é uma unidade de informação que, embora produzida por todas as 308 câmaras municipais portuguesas, adquire características próprias na Área de Sines pela história administrativa e pela história custodial dos seus produtores e custodiantes, que a distingue das restantes.

O Gabinete da Área de Sines e o seu Sistema de informação: revisão da literatura

A literatura existente sobre a história do Gabinete da Área de Sines e sobre o seu arquivo é ainda esparsa e pouco numerosa, sendo que as análises

disponíveis se enquadram no âmbito da arquitectura e do urbanismo, da política económica e da sociologia, sendo que algumas das mesmas foram escritas pelos protagonistas, quer como memória e justificação, quer como apresentação e problematização do processo de instalação do seu pólo industrial e das suas potencialidades.

O Gabinete da Área de Sines foi criado pelo Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho, tendo como objectivos principais a implementação de uma zona concentrada de indústrias de base; a construção de infraestruturas portuárias, de transporte e urbanas; e a constituição de um organismo encarregado de levar a cabo o conjunto de trabalhos requeridos pelo estudo, projecto e financiamento, realização e gestão do complexo industrial e urbano a instalar. A sede desse organismo, de acordo com o diploma fundador, devia ser estabelecida em Sines. A sua área de actuação directa, como definida no decreto fundacional, incluía todo o concelho de Sines e parte do concelho de Santiago do Cacém, numa área total de 41 mil hectares (ADSTB, 2024).

Foram criadas as primeiras infraestruturas viárias e iniciada a construção do novo centro urbano, mas a conjuntura internacional de crise petrolífera, assim como a mudança democrática em Portugal, a partir de 1974, levaram o projecto a ser posto em causa (Santos, 2012, pp. 12–14). A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/85 de 10 de Julho iniciou uma fase de descentralização e extinção do Gabinete da Área de Sines. De acordo com o diploma, urgia a «adopção de medidas de descentralização funcional que fizessem face a problemas de nível económico e estrutural» (Rollo, 2012).

Em 1989, o Decreto-Lei n.º 228/89 de 17 de Julho determinou a extinção do organismo, após várias transferências de bens e de competências para outros organismos da Administração Pública. Em 2012, Fernanda Rollo concluía que o pólo ainda não atingira o seu máximo potencial:

Chegados aos nossos dias, parece já ninguém duvidar, embora a teimosia, resistência ou apenas negligência, em concretizar as condições essenciais para que, no seu conjunto, o complexo logístico de Sines possa atingir plenamente o seu potencial e o papel que lhe está reservado, considerando a capacidade industrial do País, especialmente no que toca a energia e transformação de combustíveis fósseis, e a sua posição geo-estratégica no cenário internacional, constituindo uma real plataforma de ligação entre as duas grandes regiões emergentes do Mundo (Extremo oriente e América do Sul) e uma porta privilegiada do Velho Continente.

O engenheiro António da Silva Martins, em 2002, fez um balanço do percurso inicial do projecto de Sines e observou, «trinta anos depois, a situação da área de Sines, nomeadamente a do seu porto, que já tornou o maior em cargas movimentadas no país» (Martins, 2004, p. 355). António Martins foi o muito contestado primeiro director do Gabinete da Área de Sines e neste artigo defende o projecto enquanto política pública a longo prazo, pouco referindo a contestação que sofreu em Sines.

Já a obra do arquitecto urbanista Guilherme Cândia Martins, que foi director de serviços do Gabinete da Área de Sines, intitulada *Santo André e o Complexo Industrial de Sines*, debruça-se sobre uma parte do projecto. Como se deduz do título, esta obra coloca em revista a construção da nova cidade de Santo André no domínio do planeamento urbano e do registo de uma «experiência profissional» (Martins, 2021, pp. 9–12). Outras dissertações e teses se debruçaram sobre a singularidade de Santo André como única cidade portuguesa construída de raiz no século XX, associada a um Complexo Industrial: Filipe (2016), Silva (2019) e Mendes (2023).

A realização da Trienal de Arquitectura de Lisboa, com o título «Concurso Prémio Universidades Millennium bcp», 2016, “Sines: núcleo urbano, indústria e estrutura portuária” gerou vinte trabalhos universitários que deram origem à obra colectiva *Sines, Logística à Beira-mar* (Tavares & Lopes, 2016).

Destaca-se a tese de Mendes, em que é estudada a cidade de Santo André do ponto de vista do planeamento e do urbanismo, como a «Cidade Nova» estratégica para o Projecto Sines, por ser a Cidade dos Trabalhadores, o cluster habitacional, imaginado para 100.000 habitantes, situado a poucos quilómetros a norte do porto de Sines (Mendes, 2023, pp. 9-10), como lugar de habitação do complexo industrial, já no concelho vizinho de Santiago do Cacém. O autor recorreu ao arquivo do Gabinete da Área de Sines, aos arquivos pessoais dos arquitectos envolvidos e a fotografias das Câmaras Municipais de Sines e Santiago do Cacém, com maior peso da informação constante nos arquivos dos arquitectos, mas o seu objectivo não passava por identificar os sistemas de informação produzidos e relacionados com o Gabinete da Área de Sines.

A dissertação de Andreia Filipe (2016) apresenta como premissa a noção de que o porto trouxe alterações profundas à Área de Sines (concelhos de Sines e de Santiago do Cacém) num período de tempo de apenas 40 anos. Essas transformações trouxeram benefícios ao nível social, económico e urbanístico que a diferenciam da região do Alentejo; por via do investimento na Cultura a identidade da Área de Sines é associada a eventos culturais específicos. Apesar de se identificar a Área de Sines como objecto de

estudo, são as cidades de Sines e de Santo André as mais visadas pelo estudo. Além da análise do porto e da cidade de Sines, foi possível a entrevista ao arquitecto António Cardoso, da Hidrotécnica Portuguesa, responsável pela execução do Plano Director Municipal de Sines e antigo consultor da Câmara Municipal de Sines, que dá informações relevantes para a contextualização da produção da série Planos Directores Municipais pela Câmara Municipal de Sines.

Entre a história, a sociologia e o urbanismo está o artigo de Trevisan e Oliveira (2024), intitulado «*Ex nihilo nihil fit* – cidades novas como infraestruturas territoriais no Brasil e em Portugal». É um estudo aproximativo de duas áreas de planeamento e construção de cidades novas, uma no centro-sul amazónico, no Brasil, e a outra na «região de Sines», em Portugal, com o objectivo de criar novas centralidades económicas e demográficas nos dois países, ambos ditaduras no momento do planeamento e início de execução, em áreas de baixa densidade, condições geográficas excepcionais e fontes de recursos naturais, «no início dos anos 1970 como sítios-potência ao desenvolvimento económico e ao regramento social» (Trevisan & Oliveira, 2024, p. 5).

No âmbito da sociologia, o trabalho pioneiro foi de um grupo de estudantes do ISCTE, que inquiriram a população sineense no ano lectivo de 1973/1974, já após o 25 de Abril, para melhor contextualizar e compreender as movimentações sociais que levaram à expulsão da vila do engenheiro António Martins, director do Gabinete da Área de Sines, em Maio de 1974 (AAVV, 1973). Também de 1974 data o estudo, não publicado, intitulado «A Questão Social na Região de Sines: uma aproximação sociológica», elaborado por António Santos Campos. O estudo, estimulado pela Comissão de Inquérito às Actividades do Gabinete da Área de Sines, reflecte sobre as relações entre o Gabinete da Área de Sines e a comunidade e a Comissão de Redenção do Povo de Sines².

O trabalho de Maria Teresa Patrício (1991, p. 9) analisou a articulação entre os técnicos do planeamento, os agentes políticos e os grupos económicos nos processos de decisão do Gabinete da Área de Sines, concluindo que a «falta de democratização do plano, dos técnicos e do regime divorciaram o projecto da participação democrática e reduziram a flexibilidade do projecto em relação a alterações políticas e económicas».

² Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1974). *Câmara Municipal de Sines*, Correspondência recebida e expedida relativa ao Gabinete da Área de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 23, n.º 3067.

No âmbito da historiografia local, o Município de Sines patrocinou a obra *Projeto Sines*, de Maria Fernanda Rollo e Pedro Serra, publicada em 2024, para a caracterização do «nascimento, desenvolvimento e afirmação do Projeto Sines» (Rollo & Serra, 2024, p. 12). Embora sendo «um trabalho de investigação histórica de base documental» (Rollo & Serra, 2024, p. 12), não tinha como objectivo conhecer ou estudar o arquivo do Gabinete da Área de Sines, mas sim o percurso histórico da entidade, especialmente no que respeita ao concelho de Sines. A mesma historiadora já se debruçara sobre a história do Complexo em 2012, concluindo que «O complexo de Sines constitui porventura o maior projeto, concebido de raiz, da história da indústria portuguesa» (Rollo, 2012, p. 109). Mas o Projecto de Sines foi polémico desde o início, cedo assombrado pela crise petrolífera de 1973, seguida da mudança de regime em 1974 e dos temporais que, nos anos de 1978/79, destruíram o molhe oeste.

Também é referência para a história administrativa e para a história custodial do Gabinete da Área de Sines a descrição da história do produtor disponível no sítio electrónico da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, de acordo com a norma ISAAR CPF, a qual foi elaborada entre 2008 e 2024 e migrada para a nova plataforma (ADSTB, 2024). A comunicação da directora do Arquivo Distrital de Setúbal, Glória Santos, no II Encontro de Arquivos no Alentejo Litoral, em 2018, intitulada «Fundo documental do Gabinete da Área de Sines: testemunho do desenvolvimento industrial e urbano da região», é outro dos documentos essenciais para compreender quer a história do organismo, quer a história da sua custódia.

O relatório de estágio de Sara Santos no Arquivo Distrital de Setúbal é fundamental para o conhecimento e a descrição de uma tipologia documental muito específica, as peças desenhadas do fundo do Gabinete da Área de Sines (2012). A autora apresentou brevemente a história custodial e arquivística dessa tipologia, que pode fazer parte de várias séries aos níveis do ordenamento do território, do planeamento urbanístico, da criação e execução de centros urbanos. No que respeita ao licenciamento de obras particulares, a série que é o objecto deste estudo, o relatório é omissor. As tipologias documentais descritas respeitam a «cartas topográficas, planos gerais, mapas urbanos, esquemas, plantas de localização, desenhos de conjunto, tabelas, plantas de fundação, desenhos de pormenor, redes eléctricas, perfis, mapas climáticos, mapas, cartas de síntese, cartas agrícolas, entre outras» (Santos, 2012, p. 64).

Portanto, trata-se do âmbito do planeamento urbano e do ordenamento do território, competências do Gabinete da Área de Sines na sua área

de actuação directa, e não da área do licenciamento, competência que foi, a partir de 1975, devolvida aos municípios. De facto, a Câmara Municipal de Sines perdeu para este organismo as competências de licenciamento de obras particulares, até 1975 (Decreto-Lei n.º 93/75 de 28 de Fevereiro de 1975, artigo n.º 1). No entanto, apenas em 1987, através do Decreto-Lei n.º 155/87, de 30 de Março, foi revogado o regime transitório do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho, na parte em que os seus efeitos não haviam cessado já por força do decreto de 1975.

Mas o relatório discute os princípios da descrição arquivística, da utilidade de utilizar as regras já estabelecidas pelas normas ISBD, sempre tendo em conta que as peças desenhadas são produto de uma actividade. Portanto, atentando ao contexto de produção e ao seu produtor, assim como parte de um conjunto documental maior que materializa as funções do seu produtor, o fundo arquivístico. A obra traça, de forma genérica, a história custodial e a história administrativa e biográfica de um fundo já transferido para um arquivo público definitivo, o Arquivo Distrital de Setúbal. No caso da série em estudo, é possível conhecer o quadro geral da produção documental, compará-lo com o contexto específico das peças desenhadas, contrastá-lo e até encontrar elementos comuns, para melhor compreender e até descrevê-la, em momentos que não são os deste estudo.

É também Sara Santos que inclui as peças desenhadas produzidas pelo Gabinete da Área de Sines, a par de toda a produção documental deste organismo, enquanto parte do património industrial que só poderá ser valorizado como um todo quando os documentos produzidos e mantidos como testemunho das suas actividades forem valorizados (Santos, 2012, p. 67). O conceito de património industrial é recente. Pelo seu cunho funcional, o carácter patrimonial industrial é pouco reconhecido, a não ser que tenha um valor arquitectónico excepcional. No entanto, os seus valores são comuns aos do património comumente reconhecido: memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (Folgado, 2010, p. 8).

O estudo de Galvão, que resultou num relatório de estágio (2015), demonstra que a ideia de que a informação digital é infinita e pode ser consultada em qualquer lugar e em qualquer momento não corresponde à realidade. A partir do estudo de caso da informação digital produzida pelo Gabinete da Área de Sines nos anos 70 e 80 do século XX e conservada em 118 *tapes* magnéticas no Arquivo Distrital de Setúbal, concluiu-se que a maior parte dos dados estava danificada e a sua leitura e interpretação estão comprometidas, mesmo recorrendo à documentação em formato analógico, que, aliás, ainda não está completamente tratada arquivisticamente (Galvão,

2017, pp. 111–112). Também Galvão (2017, pp. 103–104), no seu estudo de caso de arqueologia digital sobre os objectos digitais produzidos pelo Gabinete da Área de Sines, destaca a importância do sistema de informação para contextualizar «desenvolvimentos tecnológicos do país nas décadas de setenta e oitenta, para além dos estudos que nos deixam variada informação ao nível social e económico» (Galvão, 2017, pp. 103–104). Segundo Ferreira (2006, p. 25), como citado pela autora, «pretende-se, com base em amostras do material original que sejam compreensíveis para o ser humano decodificar as partes ilegíveis por razões de obsolescência tecnológica ou danificação de hardware ou software» (Galvão, 2017, p. 102). É um contributo relevante quer para a história custodial e arquivística do fundo, quer para conhecer os limites e as potencialidades da preservação digital.

Ainda no âmbito da informação, mas desta feita dos sistemas de informação geográfica, destaca-se Norberto Grancho (2005, p. ix), com uma dissertação sobre a origem e a evolução desses sistemas, o qual recorda que «o primeiro SIG concebido e mantido de forma prolongada foi, no entanto, o do Gabinete da Área de Sines». O sistema iniciou-se como o banco de dados criado para apoio à gestão do complexo portuário e industrial, mas evoluiu e serviu de apoio a outros organismos da Administração Central e a Comissões de Coordenação Regionais. Segundo o autor, a recolha de dados foi feita em formato digital, e os dados foram formatados e guardados nesse formato (Grancho, 2005, pp. 61–63). Não é claro se estes dados se poderiam encontrar nas *tapes* magnéticas, o que constituiu o objecto da exploração de arqueologia digital de Galvão, mas não o objecto de estudo de Grancho.

Já existe, portanto, alguma bibliografia sobre a produção arquivística do Gabinete da Área de Sines, em relação a algumas das suas unidades de informação e da forma como chegaram até nós.

Reflitamos agora sobre o conceito de história custodial. Os vários significados de história custodial, desde as operações técnicas da descrição e da representação, à exploração dos conceitos essenciais para a história custodial pela Ciência da Informação, são áreas em discussão num novo contexto pós-custodial. A comunidade arquivística tem vindo a questionar a pertinência do conceito de vínculo arquivístico e dos princípios e funções arquivísticas que foram sendo construídos a partir da custódia física.

Por custódia, na área da informação arquivística, entende-se a guarda física que tem como objectivo a conservação dos documentos de arquivo. Exige responsabilidade jurídica sobre os documentos, isto é, sobre todas as alterações físicas que sofram e ponham em causa a sua integridade (Alves et al., 1993, p. 29; Direção-Geral de Arquivos, 2007, p. 73).

A custódia não é uma das funções arquivísticas identificadas pela arquivística canadiana, por exemplo (Couture, 1999), mas é uma condição para a manutenção do vínculo arquivístico e da integridade da informação. Nas normas de descrição, nomeadamente na ISAD(G), a história custodial e arquivística, enquanto campo de informação, tem como objectivo «Facultar informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para a sua autenticidade, integridade e interpretação» (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, 3.2.3). Trata-se de mostrar ao utilizador quais foram as condições materiais e jurídicas que determinaram a informação disponível, através de uma narrativa histórica. Essa narrativa regista a forma como a informação foi organizada, descrita, divulgada, reutilizada e conservada pelas organizações que, ao longo do tempo, foram suas guardiãs. Portanto, exige-se ao arquivista que, na descrição que produzir sobre uma unidade de informação, informe sobre as transferências de custódia, as perdas documentais, bem como todas as acções que determinaram a organização e a divulgação da unidade a descrever. Essa unidade pode estar ao nível do fundo ou no nível mais baixo de descrição, o documento simples. Não é um elemento obrigatório e, para as ODA, as orientações portuguesas, é um elemento Obrigatório Se Aplicável.

Os documentos são de arquivo quando e apenas se, ao longo do tempo, mantiverem a sua organicidade, que é atribuída pelo vínculo arquivístico (*archival bond*), o qual se manifesta nas relações que unem uns documentos a outros (Freitas, 2024, p. 116). Para que este vínculo não seja quebrado, é necessário que seja mantida a cadeia de custódia: «os documentos de arquivo serão autênticos sempre e quando esta cadeia não seja interrompida» (Freitas, 2024, p. 109). Isto é, enquanto os documentos se mantiverem sob controlo do criador que os transfere para um arquivo definitivo e um novo custodiante, pois a ideia de custódia centralizada após a transferência ainda é fundamental e persistente.

A descrição dos documentos no seu contexto documentário torna explícito o vínculo arquivístico e é mecanismo de autenticação da agregação e seu significado. É definido como a rede de relações que um documento de arquivo tem com outras da mesma agregação, é originário, determinado e necessário. O conceito de fundo está implícito, mas a transição para o ambiente digital fluido ameaça-o.

Duranti (1997, 2015) considera o vínculo arquivístico um princípio fundamental para a preservação de documentos de arquivo electrónicos. Participou num estudo, o INTERPARES 2002-2018, cujo objectivo, face à emergência da informação digital, foi estabelecer o que é um documento de arquivo e como pode ser reconhecido num ambiente digital a partir da diplomática e da ciência arquivística.

A história custodial pode ser confundida com a história administrativa/biográfica, mas, enquanto o objectivo desta é «facultar a história administrativa ou dados biográficos do(s) produtor(es) da unidade de descrição» (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, 3.2.2), a história custodial, como vimos, debruça-se sobre todos os elementos «sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para a sua autenticidade, integridade e interpretação» (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, 3.2.3). A história administrativa/biográfica informa sobre a origem e o desenvolvimento do produtor, sendo determinante para a contextualização e compreensão do documento descrito, enquanto a história custodial inquire e responde sobre todos os factores que expliquem a sua estrutura e organização actual. Esses factores relacionam-se intimamente com a guarda física e a responsabilidade jurídica de uma pessoa colectiva ou individual sobre um conjunto documental.

Por outras palavras, tem como objectivo preservar os documentos de arquivo das perdas documentais que podem decorrer de causas naturais, como terramotos ou incêndios, mas também da incúria e do abandono pelos seus guardiães, e que resultem em subtracções, fragmentação, inutilização, dispersão ou até destruição completa. Em síntese, segundo Reto Tschan, de alterações, destruição e roubo (Tschan, 2015, p. 35).

As consequências dos novos contextos de produção arquivística nado-digital da Sociedade da Informação (Freitas, 2024, p. 26) levaram a uma intensa e, por vezes, problemática discussão entre a comunidade arquivística acerca das consequências de um novo contexto de produção para a custódia e a autenticidade dos documentos de arquivo.

De acordo com a mesma investigadora, no final do século XX e início do século XXI, desenvolveram-se três modelos de superação da Teoria das três idades, os modelos cíclico, contínuo ou helicoidal (Freitas, 2024, pp. 91–112). O modelo foi posto em causa no Canadá, nos anos 80 do século XX, face à exigência do reposicionamento dos arquivistas em função das transformações tecnológicas decorridas. A primeira, e das mais preponderantes, por exemplo, em Portugal, é a canadiana Arquivística Integrada (Rousseau & Couture, 1998). Para Freitas, a Arquivística Integrada não nega a validade do modelo do ciclo de vida, mas pretende desfazer a dicotomia entre a gestão documental e a arquivística.

Surgem então outras alternativas para substituir um modelo biológico estático e redutor, desadequado ao ambiente electrónico. O modelo *records continuum* pretende ultrapassar a linearidade das etapas do modelo do ciclo de vida para focar-se na transformação que pode sofrer o documento. Prevê práticas em que diferentes dimensões de gestão (criação, captura, organização

e pluralização) e eixos de responsabilidade (probatório, identitário, transaccional, contextual) se sobrepõem e relacionam (Freitas, 2024, p. 98). O modelo *Records Continuum* não distingue balizas temporais e físicas para racionalizar etapas de produção, «esbatendo inclusive estas fronteiras, porque negam toda a sua historicidade» (Freitas, 2024, p. 99). Logo, as acções de produção, descrição, avaliação, utilização e preservação no decorrer da existência dos documentos realizam-se em função do ciclo decisório da gestão da informação e dos documentos pela organização, bem como da articulação entre as dimensões e os eixos.

Os documentos de arquivo, desde a sua criação, têm qualidades intrínsecas essenciais, às quais lhes são integradas camadas, à medida que cumprem funções dentro do contexto a que se reportam. Como consequência, para Freitas, «o documento de arquivo é/deve ser, desde o ato de produção, ao mesmo tempo, prova, evidência, memória e informação, sendo tratado como tal» (Freitas, 2024, p. 100).

O modelo tem sido considerado complexo e pouco útil fora do contexto australiano, o que pode explicar-se pelas dificuldades de tradução e com as diferenças das tradições arquivísticas. No entanto, é um modelo de custódia continuada (Freitas, 2024, p. 101), no qual os documentos não fazem apenas parte de um passivo cultural e social, são participantes activos nas actividades do produtor. Não há confronto com o modelo de ciclo de vida dos documentos, mas algumas diferenças: o ciclo de vida cria fronteiras físicas entre os documentos na fase activa/semi-activa (*records*) e inactiva (*archives*); no modelo de *Records Continuum* os documentos são utilizados em múltiplos contextos e representações, podem ser recontextualizados e reinterpretados, independentemente do espaço e do tempo. O modelo de ciclo de vida dos documentos tem uma base teórica custodial, enquanto o modelo de *Records Continuum* tem uma base teórica pós-custodial.

O modelo helicoidal, definido por Brothman (2006), pretende a representação de múltiplos contextos de produção de documentos de arquivo. Os documentos são «(re)formação», tomam forma ou corpo quer linear quer não-linear. O modelo pretende ultrapassar os fenómenos de vida e morte dos documentos, linear, ao considerar que os documentos apresentam uma «temporalidade multivalente», ganham «camadas sucessivas de temporalidade» ao longo da sua existência. Freitas resume assim: «presença de múltiplas cronologias e contextos num único documento ou conjunto de documentos, que não podem escapar ao processo representacional» (Freitas, 2024, pp. 102–103).

Em conclusão, a diferença moderna entre a vida e a morte dos documentos não permite compreender «os fenómenos complexos da semelhança

e da diferença», o que se reflecte nas discussões sobre estratégias de preservação (cópia, digitalização, migração, emulação e versionamento). O modelo *Records Continuum* está ainda preso à fixidez do registo original, o que reconhece é o uso com múltiplos propósitos. Freitas conclui que ambos os modelos são complexos e de difícil aplicação. O modelo helicoidal ainda não teve aplicação prática, pelo que não se conhecem resultados da sua utilização.

A mesma arquivista (Freitas, 2024, pp. 104–109) problematiza também a abordagem pós-custodial enquanto superação da custódia, tendo em conta que esta é um elemento essencial do trabalho arquivístico. O contraponto está na defesa da abordagem custodial por arquivistas como Luciana Duranti (1995), que reafirma a ideia de Arquivo como o local e a instituição que garantem a custódia e a preservação da autenticidade dos documentos de arquivo. Do outro lado da barricada estão os arquivistas australianos. Bearman (2006) advoga a necessidade de adoptar a «custódia distribuída ou da não-custódia dos documentos». A custódia distribuída implica a partilha de responsabilidade pela preservação entre os produtores (custódia física) e os arquivistas (acesso). Deu origem à norma australiana AS 4390 de 1996 e à norma 15489 e 2, que em Portugal é a NP 4438 1-2 de 2005. Já a não custódia, mais radical, perspectiva o abandono da custódia física como pressuposto principal, *versus* o alargamento do controlo intelectual e legal dos documentos de arquivo (Bastian, 2002; como descrito por Freitas, 2024, p. 105, nota 24).

A custódia distribuída (Freitas, 2024, p. 106, a partir de Shein & Lapworth, 2016, p. 13) pode ser entendida como uma abordagem em que, em primeiro lugar, os serviços produtores mantêm temporária ou indefinidamente a custódia total ou parcial dos documentos com valor arquivísticos; em segundo lugar, os arquivos definitivos são responsáveis pelo acesso, mas não pela custódia. Os arquivos regulam, monitorizam e apoiam os produtores na preservação e no acesso aos documentos, remetendo os utilizadores para os locais originais de guarda (Shein & Lapworth, 2016).

Mas a abordagem tem limitações, como nota Freitas (2024, pp. 106–107). É útil para tipos de documentos específicos, como bases de dados, mas não para os documentos de arquivo produzidos e armazenados em ambientes tradicionais, como os arquivos nacionais. Freitas dá o exemplo do trabalho de Vieira (2021), acerca do Arquivo Nacional do Brasil (nota 28, pp. 106–107), no qual o modelo centralizado de custódia física em vigor não garante a preservação de todos os documentos que deveria, pois os serviços não transferem os documentos para a sua custódia, pelo que é necessário

avaliar o modelo presente antes de se implementar outro. Esta é, aliás, uma reflexão que também urge fazer em Portugal, para avaliar o efeito das mais recentes políticas de reforço das secretarias de estado enquanto produtoras e custodiantes de documentação, ao invés da sua transferência para um Arquivo Nacional e arquivos regionais com capacidades físicas e recursos humanos limitados para a dimensão da informação a transferir³. Apesar da produção ser descentralizada, as decisões de avaliação são centralizadas pelo órgão coordenador (Corujo, 2023, p. 147).

As propostas de custódia distribuída e não-custódia podem ser úteis quando estão em causa os «*archives without walls*» de Cook (2001). De acordo com esta perspectiva, os arquivos existem em linha para o acesso através de sistemas de gestão documental interligados com controlo partilhado entre os arquivos e os produtores, ou com outros arquivos. Por exemplo, o projecto português CLAV⁴, em que a administração central e os municípios partilham o desempenho de funções e a consequente informação produzida em custódia distribuída⁵ (DGLAB, 2025). Assim, os modelos opõem-se à noção de arquivo enquanto lugar físico, e harmonizam-se com a abordagem pós-custodial (Freitas, 2024, p. 107). Baseiam-se na premissa de que os arquivos podem assumir o acesso sem assegurar a custódia física (Bastian, 1998). Mas as abordagens só são sustentáveis (Freitas, 2024, p. 108) se conjugadas com práticas de gestão documental (*records management*) que garantam a produção e o armazenamento confiáveis.

As ameaças aumentam sem um sistema de gestão documental adequado que assegure a captura da informação necessária, a sua preservação e a sua autenticidade. Freitas refere o exemplo dado por Gilliland (2014) em relação aos ambientes de investigação, nos quais a custódia é distribuída entre gestores de documentos e arquivistas, mas que não garantem a preservação colaborativa, pois mantêm-se os riscos de apagamento de documentos e, logo, está posta em causa a memória colectiva e organizacional. De facto, a missão desses sistemas não é a preservação; essa é uma missão dos arquivos. Os mesmos problemas poderão vir a ter os sistemas de informação da administração pública portuguesa, já que os sistemas dos produtores nem sempre se adequam à preservação.

³ Sobre as mais recentes políticas e práticas do órgão de coordenação de política arquivística portuguesa, ver Lourenço e Penteado (2016); para uma visão de avaliação e crítica, Corujo (2023, p. 149).

⁴ Disponível em <https://clav.dglab.gov.pt/>.

⁵ A mais recente reforma prevê a fusão de oito secretarias gerais numa única Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e, porque está a decorrer, não pode ainda ser avaliada (Decreto-lei n.º 43-B/2024 de 2 de Julho e Decreto-Lei n.º 96/2024 de 28 de Novembro).

O custodiante, portanto, de acordo com o foi dito acima, não pode confundir-se com o produtor. A informação arquivística pode ser separada do seu produtor por vários factores: porque o produtor extingue-se e deixa de ter actividades, e as suas funções são transferidas para outra entidade, que se torna produtora, isto é, tanto recebe os documentos produzidos pelas mesmas funções, mas por outro produtor, como produz nova informação; porque o produtor extingue-se e as suas funções também, pelo que cessa a produção de informação, tornando-se a informação arquivística existente um fundo findo, fechado, que não vai agregar mais unidades de informação, embora a partir dela possam ser criados novos recursos pelo uso diferente que delas se possa fazer⁶.

Observemos agora a literatura sobre a série ou unidade de informação “Processos de Obras Particulares”. A gestão urbanística é uma competência municipal secular, que gerou os maiores volumes documentais existentes nos arquivos municipais, especialmente no período contemporâneo (Batista, 2021, p. 79). Os documentos daí resultantes, entre os quais se encontram os processos de obras particulares, são também fontes fundamentais para a história social e urbanística de cada concelho, além da utilidade óbvia para as administrações e para os cidadãos, embora nem sempre testemunhem a história integral de um edifício (Patrício, 2022, p. 79).

Israel Guarda (2022) parte da constatação de que a «documentação de arquitectura» teve um «impulso significativo», nomeadamente no que respeita aos arquivos de arquitectos em instituições arquivísticas. O artigo analisa o tratamento arquivístico nessas instituições para «avaliar em que medida as estratégias seguidas reflectem as condições específicas dos documentos» (Guarda, 2022, p. 95), concluindo pela ausência de procedimentos normalizados e pelo foco nos «documentos de desenho».

Os processos de obras particulares são também documentos de arquitectura, agregações produzidas pela Administração Local no âmbito das suas competências. Neste âmbito destacam-se os trabalhos de Paulo Batista sobre os processos de obras particulares nos arquivos municipais (2011, 2021). No importante artigo de 2011, publicado em Espanha, o arquivista analisa as técnicas de gestão aplicadas aos processos de obras particulares. A solução encontrada pelo Arquivo Municipal de Lisboa é singular, pois, de acordo com Paulo Batista, questiona a teoria das três idades, assim como o serviço e as funções tradicionalmente associadas aos arquivos intermédios, para pôr em prática os métodos da arquivística integrada e do modelo *Records Continuum*.

⁶ Sobre a noção de Recurso na ciência da informação, ver Pacheco e Silva (2023, p. 55).

A unidade de informação “Processos de Obras Particulares” é a mais consultada e a mais volumosa nos arquivos municipais. É diversa ao nível cronológico e informativo. É constituída por conjuntos documentais relacionados com um edifício, que documentam a vida desse imóvel desde a sua construção até à sua demolição. O Arquivo Municipal de Lisboa é, portanto, um «elemento de suporte à decisão das operações de licenciamento urbanístico, principalmente a verificação de antecedentes» (Batista, 2011, p. 17, nota n.º 22). No caso do Arquivo Municipal de Sines, como se verá, as unidades de informação mais antigas não correspondem a esta definição, pois desconhecemos a fase da construção dos edifícios do actual centro histórico, que não se encontra documentada.

Certas unidades de informação caracterizam-se pelo «facto de serem abert[a]s, ou seja, susceptíveis de constantes integrações de documentação mais recente, podendo receber ao longo do tempo novos processos de licenciamento ou de alteração, em função da actividade e das intervenções de que o imóvel seja objecto» (Batista, 2011, p. 4). Esta documentação é o melhor exemplo da «realidade da continuidade entre as fases da vida dos documentos». Esta noção é reforçada pelo facto de o «processo de obra demolida ter valor como fonte para a história urbanística de Lisboa» (Batista, 2011, p. 5).

A unidade de informação “Processos de Obras Particulares” ilustra, como consequência, a dificuldade de «estabelecer um período de actividade, semiactividade ou inactividade de um documento, pelo que se deve ter em conta alguma flexibilidade para delinear a fronteira entre estas fases» (Batista, 2011, p. 5). Batista remete para Rousseau e Couture, que sintetizam a problemática com uma frase lapidar: «A prática confirma que a linha traçada entre o período de actividade e o de semiactividade tem muito mais a ver com um elástico do que com uma corda esticada» (Rousseau & Couture, 1998, p. 116).

São duas as características dos processos de obras particulares que se coadunam com a arquivística integrada, segundo Batista (2011, p. 5):

- a) [demonstram] a longevidade do ciclo de vida dos documentos;
- b) reabertura constante dos processos e indeterminação do início do período de inactividade.

Se esta perspectiva já individualiza o Arquivo Municipal de Lisboa em relação a outros arquivos municipais, para Batista, a melhor proposta teórica para garantir a fluidez da gestão integrada e assegurar a «inexistência de rupturas», é aquela do *Records Continuum*, modelo nascido na arquivística australiana (Cunningham

1996, como citado em Batista, 2011, pp. 7-9). Para o modelo de *Records Continuum*, o documento é o mesmo objecto; seja qual for a prática do ciclo de vida em que se encontra, os seus atributos permanecem iguais. A terminologia das três idades significa somente três fases arquivísticas diferentes, mas orientadas para a mesma política de gestão documental: Arquivo corrente e arquivo intermédio: tratamento; Arquivo definitivo: conservação e difusão.

Os processos de obras particulares, enquanto unidades de informação, são, como consequência, o epítome do modelo *Records Continuum*: são resultado da produção de informação em várias etapas que tornam a unidade sempre activa, na medida em que novas acções os alimentam e, mesmo quando a utilização pela administração cessa, pois o objecto da transacção deixa de existir (a demolição do edifício), a utilização mantém-se, devido a outros interesses, como aqueles da investigação.

Esta condição de contínua actividade dos processos de obras particulares, até à demolição do imóvel, é bem reconhecida pelo órgão coordenador da política arquivística nacional. A Lista Consolidada⁷ é um referencial que identifica todas as funções e actividades do Estado português, assim como as unidades de informação produzidas como resultado da sua execução. De acordo com a Lista Consolidada, esse processo de negócio – 450.10.204. Licenciamento ou comunicação de obras de edificação – inclui a «apreciação de projeto de arquitetura». Consequentemente, a recepção, acumulação e conservação de documentos de arquitectura descritos corresponde aos processos de obras particulares. A Portaria n.º 112/2023, que entrou vigor em Outubro de 2023, revoga a Portaria n.º 412/2001, na alteração feita pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de Outubro, que previa a conservação permanente após o prazo de conservação administrativa de cinco anos para a série Licenciamento de Obras Particulares (referência 479). O regulamento anterior a este, e o primeiro destinado às autarquias locais, é a Portaria n.º 503/86, de 9 de Setembro, a qual identifica os Processos de Obras Particulares, da área do Urbanismo, como de conservação «perpétua» e «global».

História custodial da unidade de informação “Processos de Obras Particulares” no Arquivo Municipal de Sines

A Câmara Municipal de Sines, tal como as suas congéneres, exerce a função de licenciamento de obras particulares desde pelo menos o período

⁷ Acessível para consulta em: <https://clav.dglab.gov.pt/classes/consultar>.

medieval (Pinto, 2012). A materialização da execução desta função encontra-se nos processos de obras particulares. No caso de Sines, esta unidade de informação foi organizada como tal tardiamente. Entre 1915 e 1971 formaram-se colecções de requerimentos com documentos gráficos e textuais anexos, organizados cronologicamente. São, de facto, documentos de arquitectura, mas não processos de obras particulares, pois não foram organizados como tal pelo seu produtor. A unidade de informação “Processo de obra particular”, enquanto conjunto documental constituído por várias agregações, relacionado com um edifício, que documenta a vida de um imóvel desde a sua construção até à sua demolição, apenas começou a aplicar-se plenamente, em Sines, a partir de 1971.

A área de gestão urbanística em Sines manteve-se muito informal, dependente de um conjunto exíguo de recursos da edilidade, especialmente devotada à estética do edificado, ainda com reminiscências da Época Moderna, no século XX (sobre este assunto em Sines, na Época Moderna, ver Patrício, 2022 e, entre 1915 e 1951, Patrício, 2024).

Entre 1914 e 1971, portanto, não se pode ainda falar de processos de obras particulares, mas sim da formação de colecções anuais de requerimentos referentes a uma obra de edificação ou alteração (Patrício, 2024). Estes requerimentos foram descritos no Instrumento de Descrição Documental n.º 25, que regista, numa folha de cálculo, os dados existentes em cada requerimento de obra particular, objeto de acumulação pela Câmara Municipal de Sines, sem integração em processo de obra e descritos pelo Arquivo Municipal de Sines, em número de 1160.

Estes requerimentos foram aqueles não inseridos pelo Gabinete da Área de Sines em processos, nem tão pouco pela Câmara Municipal; foram antes acumulados em conjunto com requerimentos anteriores, ordenados por ordem cronológica, sendo considerada a data da recepção como ponto de ordenação.

Até muito tarde não se exigiu uma licença de construção, apenas em 1922, quando o Código das Posturas, no seu artigo 81.º, assim o indicou. A maior parte dos requerimentos do IDD n.º 25 refere-se a alterações e a ampliações (acerca do quadro regulatório local neste período, ver Patrício, 2024). Apesar da sua obrigatoriedade, a licença era apenas exigida para a frontaria, e não se requeria licença de utilização. Somente as construções novas dispõem de evidências registadas, que permitem a reconstituição da sua história. Os edifícios do actual centro histórico raramente têm informação anterior a 1914, ano da restauração do concelho. Por outro lado, em relação à freguesia de Porto Côvo, à data integrada na de Sines, o primeiro requerimento

da colecção data de 1957⁸, quando se procurou autorização para a instalação de uma moagem de ramas, o que provavelmente se relaciona com o desenvolvimento turístico da localidade (Patrício, 2024, p. 72).

O número dos requerimentos sobreviventes pode ser inferior ao número de requerimentos submetidos, mas que não se conservaram, dada a atribulada história administrativa e custodial do Arquivo Municipal de Sines (Patrício, 2021, p. 297). O seu número e a sua distribuição cronológica são indicativos e não podem ser considerados directamente como indícios da evolução de obras particulares entre 1915 e 1984. Para atingir esse desiderato é necessário cruzar os requerimentos com as deliberações da Câmara Municipal nas actas referentes ao licenciamento de obras particulares, uma vez que alguns requerimentos não deram origem a qualquer obra.

O Gabinete da Área de Sines é um produtor extinto, cujas competências foram transferidas, com os respectivos documentos, para vários organismos da administração pública, um dos quais a Câmara Municipal de Sines. Antes da extinção, em 1975, como dito acima, uma competência específica, a do licenciamento de obras particulares, foi devolvida aos concelhos de Sines e de Santiago do Cacém.

Propõe-se, para melhor caracterizar a história custodial da unidade de informação «Processos de Obras Particulares» da Câmara Municipal de Sines, produzida entre 1971 e 1975 e custodiada pelo Município, na sua totalidade, a partir de 1989, o conceito de custódia partilhada. O mesmo conceito se poderá utilizar para as unidades congéneres da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, com as mesmas datas de produção e acumulação, embora estas não tenham feito parte deste estudo. Distingue-se, portanto, do conceito de custódia distribuída, na qual há responsabilidades partilhadas de produção, avaliação, custódia e preservação de cada processo de negócio, de acordo com a fase do procedimento. No caso desta unidade de informação, trata-se da produção e custódia de informação que deriva da mesma competência e corresponde às mesmas fases do procedimento, mas exercidas por duas entidades diferentes em períodos diferentes, ainda que também com momentos de sobreposição: entre 1971 e 1975 produção e custódia exclusivas do Gabinete da Área de Sines; entre 1975 e 1989 produção e custódia da Câmara Municipal de Sines e do Gabinete da Área de Sines, com trocas frequentes de informação entre ambos os produtores.

⁸ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1957). *Câmara Municipal de Sines*, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 755, 2 de Setembro.

O processo de extinção iniciou-se com a Resolução do Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 1986. Foi nomeado o conselho de gestão e manifestou-se a determinação do Governo em proceder à extinção do Gabinete no mais curto prazo possível, iniciando-se o processo pela reafecção do património e do pessoal aos organismos mais vocacionados para o efeito. Com a extinção determinada pelo Decreto-Lei n.º 228/89, de 17 de Julho, a documentação seguiu – com as funções – para os herdeiros funcionais (câmaras municipais de Sines e de Santiago do Cacém, organismos públicos herdeiros de funções e actividades específicas, como a Administração do Porto de Sines) e a que não tinha função administrativa ficou num limbo destruidor até à sua incorporação num arquivo definitivo regional (Arquivo Distrital de Setúbal).

Entre 1986 e 1989 começaram as transferências de património imóvel⁹, infra-estruturas¹⁰, recursos humanos¹¹ e competências¹². A extinção apenas se deu como concluída em 2002, quando a Portaria n.º 504/2002, de 30 de Abril, incumbiu a Direcção-Geral do Tesouro – designada como fiel depositária do seu acervo documental – de tratar da transição das situações jurídicas remanescentes da liquidação do GAS. O sistema de informação do Gabinete da Área de Sines resultou numa produção multifacetada e dispersa, que foi distribuída pelos herdeiros das funções¹³, com implicações no acesso, comu-

⁹ Transferência das escolas para a Direcção-Geral de Equipamentos Educativos, pelo Decreto-Lei n.º 132/87 de 17 de Março; do Centro de Saúde de Santo André para a Administração Regional de Saúde de Setúbal, pelo Decreto-Lei n.º 185/87 de 24 de Abril; da habitação nos centros urbanos para o Estado, pelo Decreto-Lei n.º 134/88 de 21 de Abril e Decreto-Lei n.º 117/89 (transferência para o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado) de 14 de Abril; transferência de imóveis para o município de Santiago do Cacém, pelo Decreto-Lei n.º 183/89 de 14 de Abril.

¹⁰ Transferência da ferrovia para os Caminhos de Ferro Portugueses, pelo Decreto-Lei n.º 196/87 de 30 de Abril; estradas em Sines para a Junta Autónoma de Estradas, pelo Decreto-Lei n.º 279/87 de 7 de Julho; transferência da área portuária para a Administração do Porto de Sines, pelo Decreto-Lei n.º 182/88 de 21 de Maio; sistemas de saneamento para os municípios de Sines e de Santiago do Cacém, pelo Decreto-Lei n.º 115/89 de 14 de Abril, que também transferiu o Centro de Estudos de Geologia e Geotecnia de Santo André para a Direcção-Geral de Recursos Naturais.

¹¹ Transferência de recursos humanos para o Instituto de Emprego e Formação Profissional, pelo Decreto-Lei n.º 118/89 de 14 de Abril; para o Município de Sines, pelo Decreto-Lei n.º 119/89 de 14 de Abril.

¹² Área da floresta transferida para o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza; Direcção-Geral das Florestas, pelo Decreto-lei n.º 116/89 de 14 de Abril.

¹³ Transferências de imóveis para os municípios de Sines e Santiago do Cacém, pelas Portarias n.º 716/89 de 29 de Agosto, n.º 43/90 de 18 de Janeiro, n.º 419/90 de 8 de Junho, n.º 1157/90 de 27 de Novembro, n.º 1191/91 de 6 de Dezembro, n.º 133/92 de 3 de Fevereiro e n.º 772/94 de 26 de Agosto; para o Instituto do Emprego e Formação Profissional, pela Portaria n.º 1034/89 de 28 de Novembro; transferência de imóveis industriais para o IAPMEI, pelo Decreto-lei n.º 6/90 de 3 de Janeiro; infra-estruturas rodoviárias para a Junta Autónoma de Estradas, pelo Decreto-Lei n.º 338/90 de 30 de Outubro.

nicabilidade e vínculo arquivístico dos documentos. Por exemplo, a documentação referente aos fogos construídos pelo Gabinete em Sines, nomeadamente o actual Bairro Soeiro Pereira Gomes e o Bairro Primeiro de Maio, foi transferida para o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 117/89, de 14 de Abril. Em 2002, pelo Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de Novembro, com a alteração feita pelo Decreto-lei n.º 240/2003, de 4 de Outubro, o IGAPHE foi extinto e fundido com o Instituto Nacional de Habitação. Esta entidade foi substituída pelo Instituto Habitação e Regeneração Urbana. Os fundos documentais do IHRU, assim como da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacional, extinta e integrada nesse instituto, criado pelo Decreto-Lei n.º 223/2007 de 30 de Maio, do Fundo de Fomento da Habitação e da Direcção-Geral de Serviços Urbanos foram depositados no Forte de Sacavém (Agarez, 2018, p. 38), hoje na tutela do Património Cultural, I. P., Ministério da Cultura.

Apesar de a dispersão da documentação relativa à habitação na Área de Sines ter sido minimizada com a transferência dos processos de obra e dos elementos cartográficos aquando da extinção do Gabinete, a informação relativa aos fogos construídos de raiz nas freguesias de Sines (concelho de Sines) e Santo André (concelho de Santiago do Cacém) mantém-se no Forte de Sacavém. Neste momento, sempre que os munícipes pretendem realizar operações nos fogos em que habitam, que se mantêm na propriedade do Estado, o Arquivo Municipal não dispõe dos processos de obras particulares, mas somente das cópias de alguns dos projectos de arquitectura que foram remetidos ainda pelo Gabinete da Área de Sines, embora a consulta presencial possa ser feita no Forte de Sacavém e seja feita pelos técnicos do Município. Será necessária, o que pode ser facilitado pelas tecnologias da informação, a partilha de instrumentos de descrição e também de cópias da documentação existente no Forte de Sacavém para instruir os processos criados no presente. De facto, existe aqui uma quebra de vínculo arquivístico entre duas unidades de informação, nomeadamente os projectos de arquitectura (no Forte de Sacavém) e os processos de obras particulares, produzidos pela Câmara Municipal de Sines sempre que existe um pedido de um requerente.

Não se trata aqui, neste caso, de arquivos deslocados, como acontece no arquipélago da Madeira (Macedo, 2023) ou de patrimónios contestados ou sensíveis (cuja discussão, aliás, tem ignorado o património arquivístico¹⁴),

¹⁴ Ver o volume *Patrimónios Contestados*, com coordenação de Miguel Bandeira Jerónimo e Walter Rossa, publicado em 2021, ou a discussão, pela Universidade de Coimbra, de um «plano de

mas tão só da normal transferência documental que acompanha a transferência de funções de um organismo extinto.

A restante documentação do Gabinete, não activa e que não seguiu as funções atribuídas a outras instituições da Administração Pública, manteve-se nos pavilhões pré-fabricados no lugar da Galiza, freguesia de Santo André, concelho de Santiago do Cacém e antiga sede do Gabinete. Foi finalmente incorporada no Arquivo Distrital de Setúbal em 17 de Março de 2008 (Santos, 2012, p. 14).

Inicialmente, entre 1971 e 1977, o edifício dos Paços do Concelho foi ocupado pelo Gabinete da Área de Sines, que também fez as obras necessárias depois dos estragos produzidos pelo sismo de 1969. A ocupação do edifício foi muito contestada e, em 1973, com a intervenção do Governador Civil, a Câmara aceitou a cedência ao Gabinete das instalações já remodeladas por tempo indeterminado, e o pagamento de uma renda pela utilização de terrenos municipais (Rollo & Serra, 2024, p. 47). As obras dos Paços do Concelho terão sido concluídas em 1972¹⁵. Entretanto, os serviços da Câmara Municipal de Sines funcionaram na Rua Teófilo Braga, e o seu arquivo foi armazenado na Rua Pêro de Alenquer (Patrício, 2021).

A documentação produzida pelo Gabinete da Área de Sines e por si custodiada começou por estar primeiro dividida entre Sines e Lisboa, para, a partir de 1977, se dividir entre Santo André e Lisboa. Em 1977, o edifício dos Paços do Concelho foi devolvido oficialmente à Câmara Municipal de Sines, em 16 de Setembro, depois de o Gabinete concluir as suas instalações pré-fabricadas para instalar a sua sede em Santo André¹⁶. No mesmo ano foi criada a secção de Arquivo na Câmara Municipal, e os documentos foram transferidos para o sótão dos Paços do Concelho. Desconhece-se qual o volume das perdas documentais então ocorrido, embora a memória oral entre os mais antigos funcionários municipais registre «alcofas de documentos» inutilizados que

acção para “patrimónios sensíveis”, que se centra nas colecções museológicas (Público, 22 de Maio de 2025, disponível em <https://www.publico.pt/2025/05/21/culturaipilon/noticia/universidade-coimbra-ja-discute-plano-accao-patrimonios-sensiveis-2133853>).

¹⁵ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1971-1977). *Câmara Municipal de Sines*, Processo de entrega do edifício dos Paços do Concelho à Câmara Municipal de Sines, pelo Gabinete da Área de Sines, IDD n.º 23, n.º 2051.

¹⁶ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1971-1977). *Câmara Municipal de Sines*, Processo de entrega do edifício dos Paços do Concelho à Câmara Municipal de Sines, pelo Gabinete da Área de Sines, IDD n.º 23, n.º 2051.

foram eliminados. Nos anos 80, o Arquivo foi transferido do sótão dos Paços do Concelho para um anexo onde o arquivo intermédio do município funciona até hoje. Em 1985, o Arquivo Histórico abriu ao público, no mesmo edifício. Em 2006, foi transferido para o Centro de Artes de Sines (Patrício, 2021, pp. 301-303).

Em relação à transferência da documentação para o Arquivo Distrital de Setúbal¹⁷, ela decorreu do regime arquivístico. Nenhum dos municípios tinha capacidade, quer ao nível das infra-estruturas, quer de recursos humanos, para receber, tratar, preservar e divulgar um arquivo com 13864 unidades de instalação, segundo a descrição da entidade custodiante¹⁸. Sendo o Gabinete da Área de Sines «dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira», que respondia perante o presidente do Conselho de Ministros, e tinha uma actuação directa em todo o Município de Sines e numa parte do Município de Santiago do Cacém, é um arquivo regional, que, pelo Decreto-Lei n.º 149/83 de 5 de Abril, deve ser incorporado no arquivo distrital da área geográfica respectiva, entendido como «centro coordenador de todos os arquivos da zona». De acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, são obrigatoriamente incorporados nos arquivos distritais «Os documentos dos serviços cessantes». O Decreto-Lei n.º 47/2004 de 3 de Março, que regula o regime geral de incorporações nos arquivos públicos, no seu artigo 4.º, em vigor em 2008, mantém e reforça estas disposições.

Entre 1971 e 1975 a Câmara Municipal de Sines remeteu três remessas de colecções de requerimentos, descritas em guias de remessa¹⁹, para o

¹⁷ Durante esse período, segundo os relatos orais dos habitantes do local, algumas pessoas entravam nos pavilhões e retiraram vários documentos, pelo que poderá haver falhas no fundo arquivístico incorporado no Arquivo Distrital de Setúbal.

¹⁸ A descrição hoje disponível no Digitarq apresenta apenas uma parte da descrição já realizada pelo Arquivo Distrital (<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/279e8b4905984b5f95217dde89960d62>). Por exemplo, no campo (que não está na ISAD G) “Dimensão e material” apenas este último é identificado como «papel», o que exclui os negativos fotográficos, algumas peças desenhadas e também as tapes, bem como a dimensão física do acervo. No caso da ausência de objectos digitais, poderíamos aventar que não estão no ADSTB, mas sim no ANTT, mas não se pode dizer o mesmo do papel fotográfico e dos negativos. Também as informações sobre a autoria intelectual das peças desenhadas identificadas por Santos não foram totalmente recuperadas. O que salva a descrição é o botão que permite aceder à descrição original, que pode não ser accionado, por desconhecimento, pelo utilizador. Nela sim encontramos o campo Dimensão e Suporte de forma pormenorizada: «13864 u.i.; papel, papel fotográfico, poliéster, videotapes, tapes magnéticas, acetato de celulose» (<https://digitarq.arquivos.pt/documentMigrated/279e8b4905984b5f95217dde89960d62>).

¹⁹ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1971-1975). *Câmara Municipal de Sines*. Guias de Remessa enviadas pela Câmara Municipal de Sines ao Gabinete da Área de Sines, maço 1,

Gabinete da Área de Sines. Entretanto, a entidade constituiu processos de obras particulares a partir da colecção de requerimentos existente e constituiu processos novos. A reunião dos elementos referentes a um edifício não abrangeu todos os elementos existentes, como se comprova pela persistência da colecção. Duas explicações para este facto podem encontrar-se na modificação da toponímia e no carácter muito sumário da localização das obras nos requerimentos, o que dificultou essa agregação *a posteriori*. A própria colecção é o testemunho da pouca complexidade desta área da actuação municipal.

Em relação aos processos de obras particulares, foram remetidos pelo Gabinete da Área de Sines 584 processos de obras particulares em 1989²⁰, o que permite deduzir que, apesar da transferência de competências, a transferência documental foi episódica, à medida das necessidades e só completada em 1989, quando o organismo foi extinto. Os processos relativos a Porto Côvo foram remetidos logo em 1975²¹.

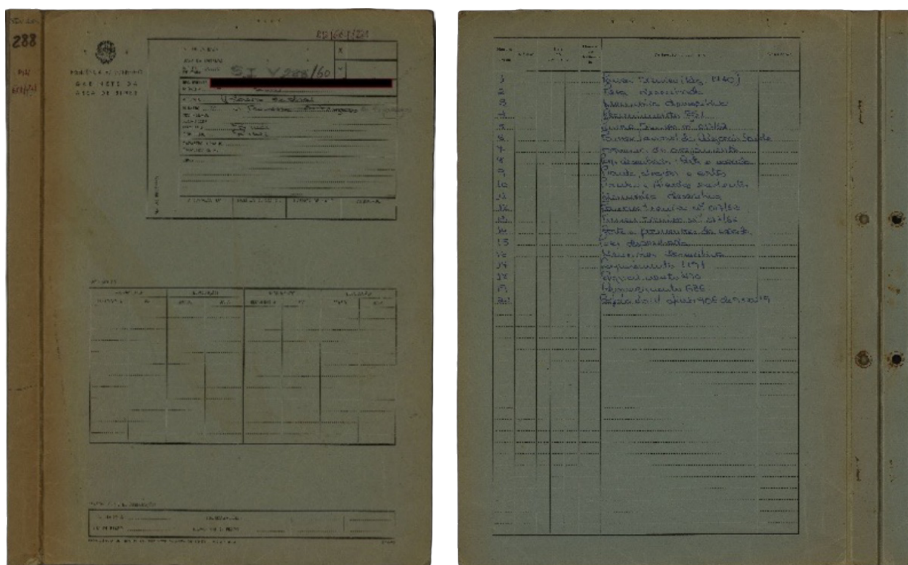
Os processos de obras particulares provenientes do Gabinete da Área de Sines mantêm a capilha exterior com o logótipo da entidade e os seguintes elementos fundamentais, arrumados por áreas de informação graficamente separadas, mesmo que nem sempre preenchidas na totalidade:

- a) Data de entrada; coordenadas; número de processo de obras;
- b) Requerente; morada; assunto (processo de obras);
- c) Número de polícia; Rua; Propriedade; Localidade; Freguesia; Concelho;
- d) Cadastro urbano; Cadastro Rural;
- e) Observações;
- f) Campos para inserir o número de processo, a data de aprovação; a licença de habitabilidade e a data do arquivamento;
- g) Movimento (datas e entidade que recebeu e devolveu o documento);
- h) Prazos legais de apreciação.

maço 2 e maço 3. Instrumento de Descrição Documental n.º 20, n.º 1398 e n.º 1399 e IDD n.º 23, n.º 2055.

²⁰ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1989). *Câmara Municipal de Sines*. Listas de processos enviados à Câmara Municipal de Sines pelo Gabinete da Área de Sines, 1989, Instrumento de Descrição Documental n.º 23, maço 233.

²¹ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1975). *Câmara Municipal de Sines*. Listas de processos enviados à Câmara Municipal de Sines pelo Gabinete da Área de Sines, 1975, Instrumento de Descrição Documental n.º 20-A, REG 0580.



Figuras 1-2 – Capa do processo 288/60, iniciado pelo Gabinete da Área de Sines. Fotografias da autora.

Contém também, no verso, o espaço para colocar o índice dos documentos (Figura 2). Desconhece-se quais os instrumentos de descrição usados pelo Gabinete da Área de Sines para a recuperação dos processos de obras particulares, mas a Câmara Municipal de Sines criou dois. O primeiro consiste em fichas encabeçadas por três pontos de acesso cada uma, para localizar o processo pretendido: morada do imóvel; nome do requerente; número do processo. O outro instrumento é uma planta de localização de formato A0, a precisar de trabalhos de conservação e restauro e já não utilizada, que mostra, para cada área, o número de processo manuscrito.

Existe ainda a unidade de instalação intitulada «Diversos Gabinete da Área de Sines», com documentação produzida entre 1970 e 1985 que não formou processos de obras particulares ou que neles não foi inserida (Instrumento de Descrição Documental n.º 30). Esta unidade tem um âmbito e conteúdo idêntico ao conjunto de unidades de instalação produzidas pelo Município entre 1971 e 2016, em número de 28 (Patrício, 2023, p. 28). Este conjunto contém tipologias documentais que correspondem aos pedidos de informação prévia (os pedidos de informação sobre viabilidade de construção), mas que incluem, se utilizarmos as designações previstas na Portaria de Gestão Documental n.º 412/2001, alterada pela Portaria n.º 1253/2009 e revogada pela Portaria n.º 112/2023 em 24 de Outubro de 2023, outras tipologias: correspondência recebida de fornecedores que informam sobre

alterações nos seus contactos; publicidade de fornecedores; circulares das entidades de planeamento e regulação. Nos «Diversos» também se encontram pedidos que se podem considerar pedidos de reprodução e de certidões: pedidos de cópias de documentos constantes de processos de obra; partes de documentos de planeamento urbanístico. Por outro lado, os documentos constantes nos «Diversos» constituem, frequentemente, os primeiros e por vezes os únicos documentos existentes na instituição acerca de um imóvel. Estes são os casos de imóveis nas áreas rurais das freguesias de Sines e do Porto Côvo, bem como daqueles construídos de forma irregular e não legalizados nos aglomerados urbanos e para os quais não foram constituídos processos de obra (Patrício, 2023, p. 33).

O Regime Geral de Edificações Urbanas (RGEU) foi publicado em 7 de Agosto de 1951. O diploma revogou não só o Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, mas também os artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 902 de 30 de Setembro de 1914; o Decreto n.º 14268 de 9 de Setembro de 1927; o Decreto n.º 15899, de 23 de Agosto de 1928 e o Decreto-Lei n.º 34472 de 31 de Março de 1945. Aquele, por sua vez, apenas foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de Janeiro, mas com efeitos reportados a 1 de Junho de 2026²².

Segundo o diploma, todos os novos edifícios, bem como obras de reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição de edifícios existentes, assim como trabalhos que alterassem a topografia do local, dentro do perímetro urbano, só seriam permitidos com licença prévia e fiscalização da câmara municipal (artigos 1.º e 2.º). Prevvia-se também o princípio da isenção de licenciamento de obras de «pequena importância sob os pontos de vista da salubridade, segurança ou estética, designadamente pequenas construções para serviços rurais, obras ligeiras de conservação ou outras de pequena monta em construções existentes que não afectem a sua estrutura nem o seu aspecto geral» (alínea 1 do artigo 2.º). Além da licença de construção, tornou-se obrigatória também a licença de utilização (artigo 8.º), obtida após vistoria e verificação da conformidade com o projecto aprovado. No caso de recusa ou condicionamento de intervenções sobre edificação por parte da câmara municipal, esta deveria apresentar a fundamentação da decisão de acordo com o parecer da comissão municipal de arte e arqueologia com recurso para o Ministro da Educação Nacional (artigo 127.º). Em Sines não se

²² Informação disponível no sítio electrónico do Diário da República, na página onde foi publicado o diploma original de 1951 (<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1951-120610500>).

formou uma comissão de arte e arqueologia, embora tenha funcionado uma Comissão Municipal de Turismo entre 1961 e 1964²³.

No que concerne à aplicação do regulamento fora do perímetro urbano, assim como «às edificações de carácter industrial ou de utilização colectiva», esta é determinada por deliberação municipal (parágrafo único do artigo 2.º). O regulamento atribuía ainda às câmaras a faculdade de fazer regulamentos específicos, de determinar o alcance da isenção de obras de pequena importância (alíneas 1.ª e 2.ª do artigo 2.º) e os elementos instrutórios dos requerimentos (artigo 5.º). As cominações seriam também determinadas pelas câmaras, dentro dos limites constantes do regulamento (artigo 160.º).

Quanto às obras públicas, «executadas pelos serviços do Estado», deviam ser submetidas à apreciação prévia da câmara municipal do território em que se executassem, mas estavam dispensadas de licença municipal (artigo 14.º). Daqui decorre que os processos de edifícios municipais habitacionais não incluíam licenças de utilização, sendo que este documento só passou a constar dos processos de obras particulares de edifícios que foram construídos pelo Município, mas que foram posteriormente adquiridos por particulares.

Em suma, o cumprimento do regulamento obriga à existência de saneamento básico e abastecimento de água pelo menos nos perímetros urbanos. No entanto, no caso de Sines, o sistema de saneamento básico só chegou em 1957 e apenas no perímetro do actual centro histórico, sendo que no restante concelho os sistemas chegaram somente a partir de 1974, já nos anos 80 do século XX. O mesmo se poderá dizer do abastecimento de água, que na vila entrou em funcionamento em 1947 (Patrício & Pereira, 2017, pp. 254–255). Assim se explica a ausência dos projectos de águas e esgotos da maior parte dos processos anteriores a 1971. No que se refere à aldeia de Porto Côvo, o abastecimento de água e o saneamento datam do início da década de 70 até à década de 80 do século XX²⁴, sendo que a freguesia de Porto Côvo foi criada em 1984 (Patrício, 2015).

Será no âmbito deste diploma que o Município de Sines, através do Edital n.º 18 de 4 de Junho de 1984, publicitou o seu primeiro Regulamento Municipal de Edificações Urbanas (doravante RMEU), ainda em vigor, mas que terá de sofrer alterações em virtude do Decreto-Lei n.º 10/2024 de 8

²³ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1961-1964). *Câmara Municipal de Sines*, Correspondência recebida relativa ao turismo, 1961-1964, Instrumento de Descrição Documental n.º 20, maços 273, 274, 275 e 276.

²⁴ Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1980). *Câmara Municipal de Sines*. Instrumento de Descrição Documental n.º 20-A, REG 449, REG 457, REG 522, REG 766 e REG 962.

de Janeiro. Apenas a partir da entrada em vigor do RMEU os prédios a construir ou que sofrem obras em área rural são obrigados a ter licença de utilização: «o presente regulamento é aplicável a todo o Município de Sines» (artigo 1.º).

Quando a gestão dos processos de obras particulares de Lisboa e de Sines é comparada conclui-se que as semelhanças são maiores do que as diferenças (Quadro 1).

Quadro 1²⁵

Lisboa		Sines	
Macroprocesso Agregador: número de polícia	1. Licenciamento de obras particulares	Documento composto de obras particulares Agregador: número de polícia	1. Licenciamento de obras particulares
	2. Licenciamento de ocupação de via pública – agregação física unida intelectualmente		2. Licenciamento de ocupação de via pública
	3. Licenciamento de Publicidade		
	4. Pedidos de consulta e reprodução – agregação física unida intelectualmente		4. Pedidos de consulta e reprodução
	5. Toponímia: certidões de localização		5. Toponímia: certidões de localização
	6. Utilização comercial: processo administrativo e alvará		6. Utilização comercial: alvará e horário de funcionamento
		Documento composto	3. Licenciamento de publicidade

Em Lisboa, a série “Processos de Obras Particulares” é gerida como um macroprocesso, entendido, na senda do *Dicionário de Terminologia Arquivística* (Alves et al., 1993, p. 64) e da Norma Portuguesa 4041 de 2005c (3.1.10), como o «conjunto de processos que correspondem a uma mesma acção ou um mesmo procedimento administrativo ou judicial complexo, isto é, que

²⁵ Quadro comparativo entre os processos de obra particulares nas Câmaras Municipais de Lisboa e de Sines. Elaboração própria (2023), a partir de Batista (2017), de elementos fornecidos por Paulo Batista e recolhidos pela autora no Arquivo Municipal de Sines. Quadro elaborado pela autora.

engloba ou coordena outros procedimentos, referentes ou não a uma mesma área temático-funcional, mas independente».

No que respeita aos processos de obras particulares co-produzidos entre 1971 e 1989 pelo Gabinete da Área de Sines e pela Câmara Municipal de Sines, a sua formação é idêntica aos procedimentos da Câmara Municipal de Lisboa. O processo de obra particular é um documento composto por cinco subprocessos cujo agregador é o número de polícia. O único subprocesso que em Sines não é agregado ao processo de obra é o Licenciamento de Publicidade, produzido e acumulado de forma autónoma, e sempre produzido em exclusivo pela Câmara Municipal de Sines.

Conclusões

A unidade de informação ou série «Processos de Obras Particulares» custodiada hoje pelo Arquivo Municipal de Sines, e que continua a ser produzida pela Câmara Municipal de Sines, tem uma génese tardia e associada à actividade de uma entidade, o Gabinete da Área de Sines, que, entre 1971 e 1975, detinha em exclusivo a competência de a produzir e custodiar.

Entre 1975 e 1989, iniciou-se a produção/acumulação pela Câmara Municipal de Sines de processos de obras particulares, que, como discutido acima, não invalidou que algumas tipologias dos processos de edificação e construção fossem produzidas e acumuladas fora da unidade de informação «Processos de Obras Particulares», seguindo o princípio da formação de colecções de requerimentos anuais de acordo com a operação, sempre que não era entendida como a abertura de um novo processo para edificação de uma obra nova (Patrício, 2023, p. 28). Esta prática só foi abandonada em 2016 (Patrício, 2023, p. 28).

A Câmara Municipal prosseguiu a metodologia introduzida pelo Gabinete da Área de Sines de numeração sequencial dos processos a partir da data do requerimento que solicita a aprovação do projecto de arquitectura. Dado que a atribuição era manual, há, por vezes, repetições de números de processo. Apesar desta partilha de metodologia nos procedimentos e na constituição e manutenção de processos, é claro que a iniciativa esteve com o Gabinete da Área de Sines, única entidade a produzir e a custodiar a unidade de informação entre 1971 e 1975, pelo que, do ponto vista procedimental e mesmo gráfico, os processos produzidos pela Câmara Municipal de Sines mimetizaram os do Gabinete.

Daqui resultou uma mimetização de procedimentos e de organização de processos pela Câmara Municipal de Sines em relação à gestão desta

informação. Mas outras consequências advêm desta tortuosa história administrativa e custodial, desde as práticas de acondicionamento, à produção de instrumentos de recuperação da informação. A dispersão de elementos necessários ao licenciamento de obras particulares dos edifícios que foram construídos e geridos pelo Gabinete da Área de Sines e depois transferidos, com a sua documentação, primeiro para outros organismos do estado central e depois para os seus arquivos definitivos, é hoje um entrave ao acesso, à tomada de decisão e à garantia dos direitos dos cidadãos. Houve, de facto, uma quebra de vínculo arquivístico entre os projectos de arquitectura produzidos pelo Gabinete da Área de Sines dos fogos por si construídos e os processos de obras particulares da Câmara Municipal de Sines. Contudo, esta consequência pode ser facilmente minorada pela comunicação entre a Câmara Municipal de Sines e o novo custodiante, que pode concretizar-se através do fornecimento de instrumentos de descrição documental e de cópias dos documentos necessários.

No entanto, em relação à unidade de informação já existente relativa ao licenciamento de obras particulares constituída pela Câmara até 1971, houve a agregação, de facto, de elementos referentes a um imóvel, logo a criação de vínculo arquivístico: o processo de obras particulares é a sua materialização.

As acções arquivísticas de estudo orgânico-funcional e descrição, que resultam na criação de instrumentos de descrição, são fundamentais para o acesso a uma série ainda activa, mas que foi, a um dado momento, produzida e custodiada por duas entidades diferentes, o que torna a investigação da história custodial indispensável à gestão e ao conhecimento da informação arquivística.

Fontes e bibliografia

Fontes

Arquivo Distrital de Setúbal. (2024). *Gabinete da Área de Sines: história*. <https://digitalq.arquivos.pt/documentMigrated/279e8b4905984b5f95217dde89960d62> (acedido em 24/04/2025).

Arquivo Distrital de Setúbal. (2025). *Gabinete da Área de Sines: história*. <https://digitalq.arquivos.pt/actorDetails/6432500eae70434bb1db533d72f189ef> (acedido em 24/04/2025).

Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1957). *Câmara Municipal de Sines*, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 755, 2 de Setembro.

- Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1961-1964). *Câmara Municipal de Sines*, Correspondência recebida relativa ao turismo, 1961-1964, Instrumento de Descrição Documental n.º 20, maços 273, 274, 275 e 276.
- Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1971-1977). *Câmara Municipal de Sines*, Processo de entrega do edifício dos Paços do Concelho à Câmara Municipal de Sines, pelo Gabinete da Área de Sines, IDD n.º 23, n.º 2051.
- Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1974). *Câmara Municipal de Sines*, Correspondência recebida e expedida relativa ao Gabinete da Área de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 23, n.º 3067.
- Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1971-1975). *Câmara Municipal de Sines*. Guias de Remessa enviadas pela Câmara Municipal de Sines ao Gabinete da Área de Sines, maço 1, maço 2 e maço 3. Instrumento de Descrição Documental n.º 20, n.º 1398 e n.º 1399 e IDD n.º 23, n.º 2055.
- Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1975). *Câmara Municipal de Sines*. Listas de processos enviados à Câmara Municipal de Sines pelo Gabinete da Área de Sines, 1975, Instrumento de Descrição Documental n.º 20-A, REG 0580.
- Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1980). *Câmara Municipal de Sines*. Instrumento de Descrição Documental n.º 20-A, REG 449, REG 457, REG 522, REG 766 e REG 962.
- Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1989). *Câmara Municipal de Sines*. Listas de processos enviados à Câmara Municipal de Sines pelo Gabinete da Área de Sines, 1989, Instrumento de Descrição Documental n.º 23, maço 233.

Legislação

- Decreto de 14 de Fevereiro. (1903). Em Regulamento de salubridade das edificações urbanas, Imprensa Nacional.
- Decreto n.º 92, de 30 de Setembro. (1914). Em *Diário do Governo* n.º 177/1914, 1.º Suplemento, Série I.
- Decreto n.º 14268 de 9 de Setembro. (1927). Em *Diário do Governo* n.º 202/1927, Série I.
- Decreto n.º 15899, de 23 de Agosto. (1928). Em *Diário do Governo* n.º 196/1928, Série I.
- Decreto-Lei n.º 34472 de 31 de Março. (1945). Em *Diário do Governo* n.º 68/1945, Série I.
- Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto. (1951). Em *Diário do Governo* n.º 166/1951, Série I.
- Decreto-Lei n.º 117/89, de 14 de Abril. (1989). Em *Diário da República* n.º 87/1989, Série I.
- Decreto-Lei n.º 223/2007 de 30 de Maio. (2007). Em *Diário da República* n.º 104/2007, Série I.
- Decreto-lei n.º 240/2003, de 4 de Outubro. (2003). Em *Diário da República* n.º 230/2003, Série I-A.
- Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de Novembro. (2002). Em *Diário da República* n.º 255/2002, Série I-A.
- Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de Janeiro. (2024). Em *Diário da República* n.º 5/2024, Série I-A.
- Portaria n.º 504/2002, de 30 de Abril. (2002). Em *Diário da República* n.º 100/2002, Série I-B.

Referências bibliográficas

- AAVV (1973). Breve análise do protesto popular contra o Projecto de Sines. *Análise Social*, 10(40), 812–826. <http://www.jstor.org/stable/41008165> (acedido em 20/03/2025).
- Agarez, R. C. (2018). Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção. In R. C. Agarez, *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal (1918-2018)* (pp. 11-40). Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.
- Alves, I., Ramos, M. M. O., Garcia, M. M, Pereira, M. O. A., Lomelino, M. P., & Nascimento, P. C. (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Bastian, J. A. (1998). Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? *Archival Issues*, 23(1), 17-34. https://minds.wisconsin.edu/bitstream/handle/1793/45860/MA23_1_3.pdf?sequence=3&isAllowed=y (acedido em 19/04/2024).
- Bastian, J. A. (2002). Taking custody, giving access: a postcustodial role for e new century. *Archivaria*, 53, 76-93. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12838> (acedido em 24/04/2024).
- Batista, P. (2011). La serie documental «Expedientes de obras particulares» en el município de Lisboa. Análises de su sistema de Gestión. *Anales de Documentación*, 14(1), 1-23. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21973> (acedido em 22/04/2025).
- Batista, P. (2017). *La serie documental "Expedientes de obras particulares" por el município de Lisboa: análisis de su sistema de gestión* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidad de Alcalá de Henares.
- Batista, P. (2021). A organização e a descrição dos processos de obra particulares no Município de Lisboa. [Comunicação]. In *Proceedings of the International Congress on Architectural Archives "Professional Experiences in a Cultural Diversity. Braga, september, 25th-27th 2019"* (pp. 77-85). Section on Architectural Records of the International Council on Archives / Arquivo Distrital de Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577Z> (acedido em 25/04/2023).
- Bearman, D. (2006). Moments of risk: identifying threats to electronic records. *Archivaria*, 62, 15-46. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12912> (acedido em 20/04/2024).
- Brothman, B. (2006). Archives, Life Cycles, and Death Wishes: A Helical Model of Record Formation. *Archivaria*, 6, 235-269. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12542> (acedido em 12/12/2023).
- Conselho Internacional de Arquivos (2004). *ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999* (2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Cook, T. (2001). Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, 1, 3-24. <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435636> (acedido em 10/10/2023).
- Corujo, L. (2023). *Avaliação da Informação de Arquivo Eletrónica*. Edições Colibri.
- Couture, C. (1999). *Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine*. Presses de L' Université du Québec.

- Cunningham, A. (1996). *Ensuring Essential Evidence*. *National Library of Australia News*. <https://www.archimuse.com/erecs97/acunning5.htm> (acedido em 12/12/2023).
- Direção-Geral de Arquivos (2007). *Orientações Para a Descrição Arquivística* (2.ª versão). Direção-Geral de Arquivos. http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf (acedido em 2011-10-31).
- Duranti, L. (1995). Reliability and Authenticity: The Concepts and Their Implications. *Archivaria*, 39, 5-10. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12063> (acedido em 08/05/2015).
- Duranti, L. (1997). The Archival Bond. *Archives and Museum Informatics*, 11(3), 213-218. https://www.researchgate.net/publication/226554280_The_Archival_Bond (acedido em 08/04/2015).
- Duranti, L. (2015). Archival Bond. In L. Duranti & P. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 28-29). Rowman & Littlefield.
- Ferreira, M. (2006). *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Escola de Engenharia da Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5820?locale=en> (acedido em 08/01/2015).
- Filipe, A. S. (2016). *Impactes urbanísticos e socioeconómicos do projecto portuário e industrial de Sines* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Instituto Superior Técnico. www.fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadfile/1407770020545453/tese_final.pdf (acedido em 12/02/2025).
- Folgado, D. (2010). *Património Industrial*. IHRU; IGESPAR. http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/KIT03.pdf (acedido em 25/03/2019).
- Freitas, M. C. V. de. (2024). *Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança*. Edições Colibri.
- Galvão, A. F. (2015). *Estágio na Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: o Gabinete da Área de Sines: estudo de caso em Arqueologia Digital* [Relatório de Mestrado não publicado]. Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/20593> (acedido em 21/05/2025).
- Galvão, A. F. (2017). Estudo de caso em arqueologia digital: o Gabinete da Área de Sines. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*, 3.ª Série, n.º especial, 99-114. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeab/article/view/2658> (acedido em 21/05/2025).
- Gilliland, A. J. (2014). *Conceptualising 21st-century archives*. Society of American Archivists.
- Granchó, N. J. R. (2005). *Origem e Evolução Recente dos Sistemas de Informação Geográfica em Portugal* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/8219> (acedido em 16/05/2025).
- Guarda, I. (2022). Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios. *Boletim da Universidade de Coimbra*, XXXI(2), 95-113. <https://impactum-journals.uc.pt/boletimau/article/view/12259> (acedido em 2023-04-02).
- Instituto Português de Qualidade. (2005a). *NP 4438-1: 2005, Informação e Documentação – Gestão de documentos de arquivo: princípios directores*. IPQ.
- Instituto Português de Qualidade. (2005b). *NP 4438-2: 2005, Informação e Documentação – Gestão de documentos de arquivo: recomendações de aplicação*. IPQ.
- Instituto Português de Qualidade. (2005c). *NP 4041. 2005, Informação e Documentação – Informação e documentação. Terminologia arquivística: conceitos básicos*. IPQ.
- Jerónimo, M. B., & Rossa, W. (2021). *Patrimónios Contestados*. Público – Comunicação Social S.A.

- Lourenço, A., & Penteado, P. (Coord.) (2016). *Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): documento metodológico*. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/ASIA_Doc-metodologico2016-03-10.pdf (acedido em 2023-02-02).
- Macedo, L. S. A. de. (2023). *Arquivos Deslocados, Arquipélago da Madeira*. Edições Colibri.
- Martins, A. (2004). Sines 1971/2001 – 30 anos do projecto. In M. Heitor, J. M. B. de Brito & M. F. Rollo (Coords.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX* (vol. III, *Grandes Temas*). CEITPD-IST/Dom Quixote.
- Martins, G. C. (2021). *Santo André e o Complexo Industrial de Sines* (Prefácio de Jorge Gaspar). Caleidoscópio.
- Mendes, R. M. S. G. (2023). *Projecto e tipologia: A Cidade Nova de Santo André no complexo industrial de Sines, 1971-1986* [Tese de Doutoramento não publicada]. Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/32375> (acedido em 05/05/2025).
- Pacheco, A., & Silva, C. G. da. (2023). From the Archival Bond to the Informational Bond. *Preservation, Digital Technology & Culture*, 52(2), 49-58. <https://doi.org/10.1515/pdtc-2023-0004> (acedido em 2024-02-02).
- Patrício, M. T. (1991). A estratégia política e económica do Estado português num pólo de crescimento: o projecto industrial de Sines. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10. <http://hdl.handle.net/10071/1071> (acedido em 14/03/2025).
- Patrício, S. (2015). *Porto Côvo: breve história de uma freguesia*. https://www.academia.edu/23672726/Porto_C%C3%B4vo_breve_hist%C3%B3ria_de_uma_freguesia (acedido em 20/11/2022).
- Patrício, S. (2021). *Sistemas de Informação Locais: Sines 1655-1855*. Edições Colibri.
- Patrício, S. (2022). Gestão urbanística e obras particulares na Época Moderna: o caso de Sines. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 35(1), 59-79. <https://impactum-journals.uc.pt/boletimau/article/view/11137/8692> (acedido em 04/01/2023).
- Patrício, S. (2023). *Avaliação de documentos de arquitectura: o caso das unidades de informação da Divisão de Gestão de Ordenamento da Câmara Municipal de Sines (1971-2016)* [Trabalho final da Pós-Graduação não publicado]. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Patrício, S. (2024). As evidências documentais da gestão urbanística em Portugal: o caso de Sines (1914-1951). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 37(1), 27-73. https://doi.org/10.14195/2182-7974_37_1_2 (acedido em 04/01/2025).
- Patrício, S., & Pereira, P. (2017). *Sines, a terra e o mar*. Câmara Municipal de Sines.
- Pinto, S. M. G. (2012). *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/20466> (consultado em 2022/01/08).
- Rollo, M. F. (2012). Projecto Sines: inovação e modernidade na encruzilhada dos tempos. *Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*, II.ª Série, 132, 109-110.
- Rollo, M. F., & Serra, P. (2024). *Projeto Sines: inovação e modernidade na encruzilhada dos tempos*. Câmara Municipal de Sines.
- Rousseau, J.-Y., & Coutore, C. (1998). *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Publicações Dom Quixote.

- Santos, G. (2018). *Fundo documental do Gabinete da Área de Sines: testemunho do desenvolvimento industrial e urbano da região* [Comunicação]. II Encontro de Arquivos do Alentejo Litoral, Santiago do Cacém. https://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/01-Apresentação_ADSTB_II_AAL_GS.pdf (acedido em 21/09/2022).
- Santos, S. I. P. dos. (2012). *Descrição de Peças Desenhadas do Fundo do Gabinete da Área de Sines* [Relatório de Estágio de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/9375> (acedido em 24/05/2025).
- Shein, C., & Lapworth, E. (2016). Say yes to digital surrogates: strengthening the archival record in the postcustodial era. *Journal of Western Archives*, 7(1), Art. 9. <https://doi.org/10.26077/5886-e53a> (acedido em 24/05/2025).
- Silva, R. P. F. F. (2019). *Vila Nova de Santo André: uma cidade à procura de identidade* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto. Disponível em www.repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/125829/2/381129.pdf (acedido em 30/05/2025).
- Tavares, A., & Lopes, D. S. (2016). *Sines: Logística à Beira-Mar – Fascículo Trienal de Arquitectura de Lisboa*. Trienal de Arquitectura de Lisboa.
- Tschan, R. (2015). Archival Custody. In L. Duranti & P. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 35-38). Rowman & Littlefield.
- Trevisan, R., & Oliveira, M. M. (2024). *Ex nihilo nihil fit* – cidades novas como infraestruturas territoriais no Brasil e em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 26(1). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202428pt> (acedido em 30/11/2024).
- Vieira, T. de O. (2021). *O patrimônio e as políticas arquivísticas: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/98853> (acedido em 30/08/2024).

Recensões críticas

Vaquinhas, N. (Ed.). (2021). *Atas do IV Encontro de História de Loulé*. Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal.

PAULO BATISTA

Investigador Integrado do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), Universidade de Évora

pjmb@uevora.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1167-6415>

Por ocasião da sexta edição do Encontro de História de Loulé, a 1 e 2 de setembro de 2023, no magnífico convento do Espírito Santo, foram apresentadas as *Atas do IV Encontro de História de Loulé*, que se realizaram a 21 e 22 de maio de 2021, em formato *online*, devido ao novo coronavírus (SARS-CoV 2) e à COVID-19.

Criado em 2017, o Encontro de História de Loulé há muito que se afirmou como um dos mais importantes eventos de história local no panorama nacional, que nem o supramencionado acontecimento atípico conseguiu interromper. Para tal concorre a forte participação dos autores, que primam pela qualidade, generosidade académica e espírito crítico, e que em cada edição apresentam os resultados da sua investigação, a que o público responde com uma forte adesão, certificando a excelência científica desta iniciativa, que ganha evidência física nos estudos reunidos em livro por cada Encontro.

Por tudo isto, deixamos o reconhecimento devido à Câmara Municipal de Loulé, na pessoa do seu Presidente, Dr. Vítor Aleixo, pela forte aposta na ligação à Academia, na cultura e na produção, e valorização, de conhecimento sobre a memória e identidade louletana. Este elogio estende-se ao Doutor Nelson Vaquinhas, Chefe da Divisão de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Loulé, uma unidade de informação de excelência e boas práticas no âmbito da Administração Pública em Portugal, muito para além dos que trabalham na área de arquivo. A ele, e à sua equipa, se deve a organização dos Encontros de História de Loulé, para além da coordenação da edição das suas *Atas*, mas também do trabalho incansável, em cada ano,

de encontrar e de nos surpreender com novos estudos que renovam, e aprofundam, o conhecimento sobre a história, o território e as pessoas desta cidade, cujo interesse se estendem ao Algarve, ao Sul e ao país, afinal, à nossa identidade coletiva.

De forma sucinta, felicitamos entusiasticamente todos os que contribuíram, direta e indiretamente, para a produção deste magnífico livro, com treze textos, de igual número de autores, em 316 páginas, com uma tiragem de 400 exemplares, editado pela Câmara Municipal de Loulé, através do seu Arquivo Municipal.

A sua cronologia desenvolve-se entre os séculos XII e XX, organizada em torno de cinco secções, cada qual com dois a três estudos, respetivamente Indivíduos e Ofícios; Inquisição, Ordens Militares e Ordens Religiosas; Associações Confraternais e Práticas de Saúde e Assistência; Urbanismo e Arquitetura; Entidades Religiosas e Organismos Corporativos, que nos convidam e desafiam a saber mais sobre a História de Loulé e dos louletanos.

Muito importante, este Encontro abre-se, no sentido pleno e mais nobre da palavra, a todos os interessados, de investigadores a professores universitários consagrados, com um notável prestígio em Portugal e além-fronteiras, mas também a jovens, em início de carreira, nas mais diversas áreas, que, em muitos casos, pela primeira vez têm a oportunidade de apresentar uma palestra e publicar o texto de suporte à mesma, numa notável dinâmica, que a cada edição se aperfeiçoa. Daqui resulta a edificação, todos os anos enriquecida, de um *corpus* de conhecimento sobre a História de Loulé, a sua geografia, gentes, instituições e património cultural. E desta forma a memória louletana continua a ser explorada, escrita, comunicada e publicada, contribuindo para o desenvolvimento individual e coletivo dos seus indivíduos e comunidade, e para a construção de uma cidadania ativa.

Centremo-nos, agora, na análise desta obra. Em jeito de introdução, importa assinalar que estamos na presença de um conjunto de estudos de enorme relevância, que urge fixar e divulgar como este livro de *Atas* os materializa de forma exemplar. Num mundo ideal, mas foquemo-nos em Portugal, todos os municípios teriam um arquivo com as características do Arquivo Municipal de Loulé, organizando eventos de mediação cultural e publicando as *Atas* dos mesmos, tal como aqui se verifica. De facto, além da publicação das *Atas* destes Encontros, importa destacar que o Arquivo Municipal de Loulé é responsável pela publicação dos *Cadernos do Arquivo*, a que se juntam outras publicações de história, pelo que são escassos os encómios que lhe possamos atribuir. Infelizmente, a realidade diz-nos que tal apenas se verifica em Loulé, e em mais alguns municípios, pelo que não

podemos deixar de felicitar e agradecer aos editores deste livro, a Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal, a aposta feita, há muito ganha, esperando que este Encontro conheça bastantes mais edições.

Nesta obra começamos por abordar os aspetos formais, nomeadamente a belíssima capa, que dá sequência à imagem gráfica dos livros de *Atas dos Encontros* anteriores. Da autoria da designer Susana Leal, apresenta o escudo com as armas da família Lobo, do magnífico Palácio Gama Lobo. Noutro registo, mas que em nada fica atrás da beleza e do significado da capa para o município de Loulé, a contracapa evidencia a encadernação das atas de vereação da Câmara Municipal de Loulé (1678-1679). Como sabemos, em 2019, o Conselho de Ministros aprovou um decreto que classificou como bens arquivísticos de interesse nacional, com a designação de «tesouro nacional», os onze livros de *Atas de Vereação do Concelho de Loulé* (Sécs. XIV-XV), na posse da Câmara Municipal de Loulé, através do seu arquivo municipal.

O índice das *Atas do IV Encontro de História de Loulé* reflete, naturalmente, o programa desse Encontro, que apresentamos de forma genérica e detalhamos de seguida.

Por conseguinte, à conferência inicial sucedem-se cinco grandes temas, ou painéis, patentes de acordo com o alinhamento do programa deste notável Encontro, nas dimensões social, política, económica, cultural, religiosa, urbanística e arquitetónica, num total de treze artigos, feito de interdisciplinaridade da história com outras áreas científicas, que contribuem decisivamente para um amplo e profundo conhecimento do Município de Loulé.

Feito o enquadramento, e caracterização genérica desta obra, passamos a apresentar as diversas partes que o compõem, começando pelo seu primeiro momento, a conferência inaugural, de Maria Ângela Beirante, professora aposentada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, detentora de um admirável percurso académico, onde se destaca a sua obra magna “Évora na Idade Média”, publicada em 1995 pela Fundação Calouste Gulbenkian e a JNICT. Na conferência de abertura, intitulada “O culto da Paixão e Morte de Cristo em Loulé e seu termo (séculos XVI-XIX)” (pp. 7-45), a autora releva que na origem da grande devoção que os louletanos continuam a dedicar à Senhora da Piedade, ostentada publicamente na festa da Mãe Soberana, está a vivência coletiva do culto da Paixão de Cristo, no qual a imagem da *Pietá* é figura central. Como nos dá conta, este culto, que lançou raízes em Loulé a partir da Idade Média, teve nos Franciscanos os seus principais difusores, devendo-se à sua influência a fundação da ermida de Nossa Senhora da Piedade, em 1553, que se

converteu no principal centro propagador do culto à Virgem dolorosa, replicado em diferentes locais do Algarve.

Apresentada, e relevada, a conferência de abertura, avançamos para a primeira temática, com o nome Indivíduos e Ofícios, constituída por dois estudos. No primeiro, designado “Tabelião, escrivão e até juiz: o ofício da escrita em Loulé em finais do século XIV e século XV” (pp. 47-93), Ana Pereira Ferreira, investigadora do CIDEHUS.UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, e do Centro de História da Universidade de Lisboa, recua à época medieval, salientando que a escrita e o documento começam a tornar-se aspetos decisivos do dia a dia das vilas e cidades, favorecendo a passagem da oralidade à escrita e auxiliando o amadurecimento burocrático dos governos centrais e locais.

Nas páginas seguintes (pp. 93-111), Marco Sousa Santos, investigador do CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra, e do CEPAC – Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção da Universidade do Algarve, expõe o ensaio “Apontamentos biográficos sobre o alcaide Francisco de Sousa Caeiro (1572-c. 1637)”, em que reconstitui os traços gerais da vida desta personagem desconhecida da historiografia, que desempenhou as funções de alcaide da vara e de sobrerrolda, em Loulé, possibilitando, desse modo, um vislumbre de aspetos menos estudados da sociedade louletana desta cidade, no início do século XVII.

A segunda secção tem o nome Inquisição, Ordens Militares e Ordens Religiosas, sendo composto por três artigos. O primeiro, designado “A ordem de Santiago em Loulé (século XII-XVI)” (pp. 113-134), da responsabilidade de João Costa, investigador do CHAM – Centro de Humanidades e do Centro de Estudos Histórico, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, apresenta uma releitura de dados conhecidos sobre a presença da Ordem de Santiago no Algarve, reinterpretando a presença da milícia em Loulé nos séculos XII a XVI.

No estudo subsequente, Edite Martins Alberto, também investigadora do CHAM – Centro de Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, apresenta o estudo “De regresso a Loulé: o resgate de cativos cristãos nos séculos XVII e XVIII” (pp. 135-157). Neste texto, centrado, sobretudo, nos resgates realizados entre os reinados de D. João IV e D. Maria I, a atenção foca-se na investigação dos cativos algarvios resgatados pelos frades trinitários, com destaque aos naturais de Loulé.

A fechar esta secção, Jaime Ricardo Gouveia, investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Faculdade de Letras da Universidade

de Coimbra, no ensaio “A solicitação clerical em Loulé (século XVI a XVIII)” (pp. 159-176), analisa a atividade inquisitorial desenvolvida contra solicitantes louletanos sacerdotes que solicitaram em Loulé, tendo como pano de fundo que a solicitação de penitentes pelos confessores passou a fazer parte da jurisdição da Inquisição, apesar de existirem processos contra solicitantes antes do tribunal ter ganho competência oficial nesse sentido.

O terceiro tema, com a denominação Associações Confraternais e Práticas de Saúde e Assistência, explana-se em dois artigos. No primeiro, da responsabilidade de Luís Carlos Ribeiro Gonçalves, investigador do CIDEHUS.UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora da Universidade de Évora, com o nome “Saúde e assistência durante as epidemias na Loulé quinhentista” (pp. 177-195), o autor propõe-se analisar de que modo é que o emaranhado institucional, em que a coroa fundou a articulação com as câmaras, com o objetivo de impor modelos comuns de atuação, contribuiu para a Loulé de quinhentos enfrentar os perigos epidémicos e como é que estas respostas se refletiram nas camadas mais frágeis da sua população, como as comunas mouriscas e judaicas do século XV.

No estudo que se segue, com o título “Para alívio das Almas do Purgatório: uma confraria louletana da Época Moderna” (pp. 197-215), de Ricardo Pessa de Oliveira, investigador do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e do IECC-PMA – Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, é estudada a irmandade e confraria das Almas do Purgatório, instituída na matriz de São Clemente, em Loulé, no que respeita às suas normas, aos indivíduos que a integraram e dominaram, à origem das suas rendas, aos gastos efetuados, às manifestações culturais que promoveu e à assistência, espiritual e material prestada.

O quarto painel, com nome Urbanismo e Arquitetura, é composto por dois ensaios. Daniela Nunes Pereira, investigadora do CIDEHUS.UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora da Universidade de Évora, é a autora do artigo intitulado “A arquitetura comercial (séculos XV-XVI): o alpendre de Loulé” (pp. 217-230), em que sugere que a edificação de um novo alpendre, que surpreende pela erudição, com fortes influências do renascimento italiano e enriquecido por uma decoração mudéjar implícita, codifica o poder concelhio e as suas responsabilidades na fiscalização e administração dos novos espaços de mercado que se definem.

O derradeiro artigo deste painel designa-se “O Bairro de São Francisco em Loulé. Contributos para a sua história” (pp. 231-251). Da autoria de Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues, mestre pela Universidade do Algarve, resume

a investigação efetuada entre março e maio de 2018, a pedido da Câmara Municipal de Loulé, com a finalidade de conhecer melhor a origem e o crescimento do Bairro de São Francisco, nas dimensões arquitetónica e urbanística.

O tema final do IV Encontro de História de Loulé designa-se Entidades Religiosas e Organismos Corporativos, sendo formado por três estudos. No primeiro, com o título “A República e a «questão religiosa»: execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas (1911) em Loulé” (pp. 253-284), Maria de Fátima Reis, investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa, Diretora da Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, da respetiva Faculdade de Letras, e Secretária-Geral da Academia Portuguesa da História, elegendo Loulé para observação, estuda o arrolamento efetuado nesse ano aos bens culturais das freguesias de São Sebastião e São Clemente, documentação que se encontra no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

Por sua vez, Rita Leite, investigadora do UCP-CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e do Centro de História da Universidade de Lisboa, debruça-se sobre “A ação da Sociedade Bíblica no Algarve dos inícios do século XX: o caso de Loulé como espaço de abertura e de confronto” (pp. 285-298). Este ensaio sublinha o acolhimento da Sociedade Bíblica em Loulé, mas também as denúncias e acusações, que tiveram como consequência a venda de livros, a detenção de pessoas, o confisco de volumes e ordens para queimar Bíblias.

O último artigo, da autoria de Leonardo Pires, investigador do CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra, tem o nome “Loulé e a institucionalização do corporativismo no Algarve” (pp. 299-316). Partindo da análise das linhas gerais de atuação dos Grémios, Casas do Povo e outros, procura-se compreender os comportamentos dos grupos sociais envolvidos e enquadrados no sistema corporativo, e o funcionamento, sucessos e desventuras destes organismos.

Considerando o exposto, não temos dúvidas de que estamos na presença de uma extraordinária coletânea de estudos sobre a História de Loulé, que cumpre de forma modelar o objetivo de dar continuidade à promoção e à divulgação de estudos científicos sobre este município, verdadeira âncora da dinamização cultural e educativa, pelo congregar de reflexões, tradição de debate e partilha de conhecimentos, através da apresentação de estudos, que nos deleitamos a ler, quase num fôlego.

Mais do que um direito democrático fundamental dos cidadãos, o acesso à informação é uma exigência ética do processo civilizacional. Os arquivos, as bibliotecas, os museus e demais serviços de informação são fundamentais para a educação, cultura e conhecimento, mas para isso é necessário que

estejam disponíveis, abertos e sejam úteis para toda a sociedade, do público infantil ao sénior, do cidadão anónimo ao académico, passando por todos os que têm qualquer tipo de limitação física e/ou cognitiva.

Pessoas, comunidades e informação. É isto o importante, que nos motiva e emociona, e que o Arquivo Municipal de Loulé cumpre exemplarmente, afirmando-se como um modelo a seguir, em Portugal e internacionalmente, bastante além do universo municipal em que se posiciona, no que respeita à gestão da informação, quer na proteção de dados pessoais e transparência, quer na desmaterialização e acesso continuado, quer na cidadania e participação.

Numa frase, o Encontro de História de Loulé é um evento único, incluindo-se aqui a publicação das concernentes *Atas*, em que não podemos deixar de repetir o adjetivo, de excelência absoluta, pelo que tem tanto de natural, quanto de fundamental, que se realize por muitos e bons anos.

BAUC VOL. 39-1, 2026

NOTA DE APRESENTAÇÃO
ARQUIVOS, FONTES E CIÊNCIAS HISTÓRICAS

ESTUDOS

Uso, custodia y memoria de lo escrito en Santa María de Penamaior,
Lugo (siglos XII–XIX)
Sandra Piñeiro Pedreira

The Livro Preto of the Monastery of Grijó (1449–1452):
A Multidisciplinary Study of a Late Medieval Monastic Cartulary
Rui Pedro Neves

Causes Behind the Dismissal of Ottoman Timar Holders in the Mid-15th
Century Balkans: A Comparative Approach
Hüsamettin Şimşir

Estudio diplomático de la documentación de D. Leonor de Austria, reina
de Portugal y Francia
Luis Fernando Fernández Guisasaola

Contributos para a História da Tipografia em Coimbra: O contrato de
impressão de João Álvares com o Mosteiro de Santa Cruz (1565)
Daniela Fernandes Santos; Pedro Pinto

El archivo de los Quiñones, Condes de Luna (León, España): Nuevos datos
para su historia
Rafael Ceballos-Roa; María del Carmen Rodríguez-López

As encadernações dos tombos da Mitra Episcopal de Coimbra
(séculos XVI a XVIII)
Ana Margarida Dias da Silva

O “diário” do Reitor da Universidade de Coimbra, D. Manuel Corte-Real
de Abranches (1664–1666)
Ana Maria Leitão Bandeira

A Real Mesa Censória como Fonte para a História da Informação Económica
e dos Mercados Financeiros em Portugal
Tomás Pinto de Albuquerque

Os processos de obras particulares da Câmara Municipal de Sines e o
Gabinete da Área de Sines (1971–1989)
Sandra Patrício

RECENSÃO CRÍTICA

Vaquinhas, N. (Ed.). (2021). Atas do IV Encontro de História de Loulé.
Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal
Paulo Batista

ISSN

0872-5632
2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <https://www.uc.pt/auc/>